



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS, OS FATOS, AS POSSÍVEIS OMISSÕES, NEGLIGÊNCIAS, IMPREVIDÊNCIAS E AVERIGUAR POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES DE AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E DE TERCEIROS, EM FACE DO DESASTRE OCORRIDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DAS FORTES CHUVAS QUE CAUSARAM INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO PERÍODO DE 11 E 12 DE JANEIRO DE 2011

(RESOLUÇÃO Nº 09/2011)

Presidente:	DEPUTADO LUIZ PAULO
Vice-Presidente:	DEPUTADO SABINO
Relator:	DEPUTADO NILTON SALOMÃO
Membros Efetivos:	DEPUTADO ROGÉRIO CABRAL DEPUTADO MARCUS VINÍCIUS DEPUTADA CLARISSA GAROTINHO DEPUTADO BERNARDO ROSSI
Membros Suplentes:	DEPUTADO ROBSON LEITE DEPUTADA JANIRA ROCHA DEPUTADA CLAISE MARIA ZITO DEPUTADO COMTE BITTENCOURT

Agosto de 2011

RELATÓRIO E CONCLUSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS, OS FATOS, AS POSSÍVEIS OMISSÕES, NEGLIGÊNCIAS, IMPREVIDÊNCIAS E AVERIGUAR POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES DE AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E DE TERCEIROS, EM FACE DO DESASTRE OCORRIDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DAS FORTES CHUVAS QUE CAUSARAM INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO PERÍODO DE 11 E 12 DE JANEIRO DE 2011

(RESOLUÇÃO Nº 09/2011)

Relator: Deputado NILTON SALOMÃO

1 - DO CONHECIMENTO DO FATO

2 - DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

2.1 - DA CONSTITUIÇÃO

2.2 - DA COMPOSIÇÃO

2.3 - DA PRESIDÊNCIA, INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE E DESIGNAÇÃO DO RELATOR

2.4 - DO FUNCIONAMENTO

2.4.1 - CONVIDADOS

2.4.2 - TRANSCRIÇÃO DAS OITIVAS EM MEIO MAGNÉTICO (ANEXO III)

3 - DO PRAZO

4 - DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 - OFÍCIOS EXPEDIDOS

4.2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.3 - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO

4.4 - ATAS

4.5 - DOCUMENTOS RECEBIDOS

5 - VOTO DO RELATOR

5.1 - REGIÃO ATINGIDA PELA CATÁSTROFE

5.2 – DESCRIÇÃO DA TRAGÉDIA E DOS FATOS:

5.2.1 - A INTENSIDADE DAS CHUVAS OCORRIDAS.

5.2.2 - TRANSBORDAMENTO DE RIOS

5.2.3 - DESLIZAMENTO DE ENCOSTAS

5.2.4 - COLÁPSO DA MACRO E MICRO DRENAGEM URBANA

5.2.5 - DESTRUIÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, PONTES, PONTILHÕES, MUROS E EQUIPAMENTOS URBANOS E RURAIS.

5.2.6 - INTERRUÇÃO E FALHAS NOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, FORNECIMENTO DE GÁS, ENERGIA ELÉTRICA E TELEFONIA.

5.2.7 - REDE DE SAÚDE

5.2.8 - REDE DE EDUCAÇÃO

5.2.9 - Nº DE MORTOS, DESABRIGADOS, DESALOJADOS E DESAPARECIDOS

5.2.9.1 – VÍTIMAS FATAIS (DEFESA CIVIL)

5.2.9.2 – DESALOJADOS E DESABRIGADOS (DEFESA CIVIL)

5.2.9.3 – DESAPARECIDOS.

5.2.10 - PREJUÍZOS – PATRIMÔNIO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA E TURISMO.

5.2.10.1 – AGRICULTURA E PECUÁRIA:

5.2.10.2 - COMÉRCIO

5.2.10.3 - INDÚSTRIA

5.2.10.4 – QUEDA DO NÚMERO DE EMPREGOS

5.3 - SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CALAMIDADE

5.3.1 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5.3.1.1 - DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

5.3.1.2.1 - O PIB DO ESTADO, POPULAÇÃO, % PIB RJ/PIB BRASIL, RENDA PER CAPITA

5.3.1.2.2 - PIB REGIONAL E DOS MUNICÍPIOS DE 2003 A 2008

5.3.1.2 - DADOS DEMOGRÁFICOS RESUMIDOS

5.3.1.3 - DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

5.3.1.3.1 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS

5.3.1.4 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.3.1.4.1 - INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

5.3.1.4.2 - INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

5.3.1.4.3 - INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

5.3.1.4.4 - GASTOS COM CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

5.3.1.4.5 - GASTOS COM MAPEAMENTO GEOLÓGICO

5.3.1.4.6 - GASTOS COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

5.3.1.4.7 - GASTOS COM DRENAGEM / MACRODRENAGEM

**5.3.1.4.8 - RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS NAS
FUNÇÕES PREVENTIVAS / INVESTIMENTO
REALIZADO PELO PODER EXECUTIVO DO
ESTADO**

5.3.2 - MUNICÍPIOS

5.3.2.1 - MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS

5.3.2.2 - MUNICÍPIO DE AREAL

5.3.2.3 - MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

5.3.2.4 - MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

5.3.2.5 - MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

5.3.2.6 - MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

5.3.2.7 - MUNICÍPIO DE S. JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

5.4 - AS AÇÕES NA EMERGÊNCIA

5.4.1 - SALA DE CRISE (NOVA FIBURGO)

**5.4.2 - A ATUAÇÃO DAS DEFESAS CIVIS DO ESTADO E DOS
MUNICÍPIOS ATINGIDOS**

5.4.3 - MOBILIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO.

5.4.4. MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO – SOCIEDADE CIVIL

**5.5 - O PÓS EMERGÊNCIA – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS
DIVERSOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES A ESTA CPI.**

5.5.1– AÇÃO SOCIAL E DE ASSISTÊNCIA.

**5.5.1.1 - ARMAZENAMENTO E CAPTAÇÃO DE
MANTIMENTOS**

5.5.1.2 - LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

5.5.1.3 - AÇÕES INTEGRADAS COM OS MUNICÍPIOS

5.5.1.4 - COMITÊ DE PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

5.5.1.5 - EMISSÃO E RETIRADA DE 2ª VIA DE DOCUMENTOS

5.5.1.6 - VOLUNTARIADO

5.5.1.7 - RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

5.5.1.8 - ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA E DO BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA

5.5.1.9 - PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL

5.5.1.10 - ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA SEASDH NAS AÇÕES EMERGENCIAIS NA TRAGÉDIA DA REGIÃO SERRANA

5.5.2 – AÇÕES NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

5.5.3 – AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA

5.5.3.1 – RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS – DER - RJ

5.5.3.2 – REMOÇÃO DE ESCOMBROS E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS – EMOP

5.5.4 – AÇÕES NA ÁREA DE HABITAÇÃO

5.5.4.1 - OBJETIVO: IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS INFRESTRUTURADAS PARA OCUPAÇÃO SEGURA, SUSTENTÁVEL E POSSÍVEL DE INTEGRAÇÃO COM A CIDADE, VISANDO A RELOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS

5.5.4.2 – ÁREAS DE IMPLANTAÇÃO – Nº UNIDADES RESIDENCIAIS

5.5.5 – INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE

5.5.5.1 – AÇÕES EMERGENCIAIS

5.5.5.2 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

5.5.5.3 - PLANEJAMENTO

5.5.5.4 - RESTAURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE

5.5.5.5 - PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

5.5.5.5.1 - MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

5.5.5.5.2 - ESCOPO DOS ESTUDOS

5.5.5.5.3 - INVESTIMENTOS

5.5.5.5.4 - ZONEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO IMINENTE

5.5.5.5.5 - TIPOS DE PARQUES FLUVIAIS

5.5.5.5.6 - CUSTO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ESTIMADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

5.5.5.6 - SISTEMA DE PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DE DESASTRES PARA O ERJ

5.5.5.7 – AQUISIÇÃO DE RADARES

5.5.5.8 – MODELAGEM DO SISTEMA DE ALERTA DE DESASTRES HIDROLÓGICOS DO ERJ

5.5.5.9 – MODELAGEM INSTITUCIONAL PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS E EMERGÊNCIAS NO ERJ

5.5.6 – FINANCIAMENTOS - APOIO AO SETOR PRODUTIVO PRIVADO

5.5.7 AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.5.8 – CUSTO ESTIMADO DE RECONSTRUÇÃO DAS ÁREAS AFETADAS DA REGIÃO SERRANA

5.6 – CRÍTICAS, CONSIDERAÇÕES E RESPONSABILIZAÇÕES

5.6.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL

5.6.2 – QUESTÕES INERENTES ÀS POLÍTICAS DO USO DO SOLO

5.6.3 – INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA HABITACIONAL E FUNDIÁRIA

5.6.4 – PROBLEMAS DETECTADOS NA CONCESSÃO DO ALUGUEL SOCIAL

5.6.5 – MOROSIDADE NA RECOMPOSIÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE

5.6.6 – SÍNTESE DAS CAUSAS DA CATÁSTROFE

5.7 – SUGESTÕES DE CARÁTER INSTITUCIONAL

5.8 – PLANOS E PROGRAMAS

5.8.1 – PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE CATÁSTROFES

5.8.2 – PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO DE CATÁSTROFES

5.8.3 – PLANO DIRETOR DA REGIÃO SERRANA – QUE TENHA A ABRANGÊNCIA DE ABORDAR, ENTRE OUTRAS, AS QUESTÕES REFERENTES AO MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO, TRANSPORTES, SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

5.9 – A TRAGÉDIA DENTRO DA CATÁSTROFE – CORRUPÇÃO E MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

5.9.1 - TERESÓPOLIS

5.9.2 – OUTROS MUNICÍPIOS

5.9.3 – DADOS JULGADOS IMPORTANTES RETIRADOS DO RESULTADO DA AUDITORIA FEITA PELO TCE-RJ

5.9.4 – A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO – A GRANDE TRAGÉDIA

6 – SUGESTÕES

7 – RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

8 – AUDITORIAS, INVESTIGAÇÕES E RESPONSABILIZAÇÕES

8.1 – AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

8.2 – À CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

8.3 – AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**8.4 – AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE TERESÓPOLIS E AO
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE TERESÓPOLIS**

8.5 – AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

9 – ENCAMINHAMENTO

10 - AGRADECIMENTOS

11 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO RELATOR

12 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO

1. DO CONHECIMENTO DO FATO

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e em particular os Municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Bom Jardim e Areal, foram vítimas do, possivelmente, o maior desastre natural ocorrido no nosso País. Intensas chuvas se abateram sobre a região da serra fluminense tendo causado transbordamento de rios, canais, o colapso do sistema de drenagem pluvial e deslizamento de encostas, tudo provocando a destruição de inúmeros imóveis, pontes e outros equipamentos urbanos e, em conseqüência, mortes, desaparecimentos e ferimentos, promovendo desabrigo e desalojamento de considerável parcela da população atingida. Até a presente data, agosto de 2011, só o número de mortes oficialmente reconhecidas chega a 909 e com mais de 241 desaparecidos. Diante das proporções do desastre, não há como admitir que todos os danos e prejuízos pudessem ser evitados. No entanto ficou evidenciada, a inexistência, ou no mínimo, a imprevidência e ineficácia de planos de emergência e de sua correspondente estrutura logística que dispunham, ou deveriam dispor os Governos do Estado e dos Municípios atingidos que, se bem formulados e operados, poderiam ter evitado, ou minorado a perda de vidas e de bens nas proporções alarmantes como aconteceram.

Por outro lado, ainda, ficou claro que, os Governos, foram imprevidentes e omissos em cumprir e fazer cumprir ou formular as normas e leis que regulam o uso do solo de forma a evitar as flagrantes construções irregulares situadas em áreas de risco, tais como encostas passíveis de desestabilização e margens de rios, onde se pôde constatar terem ocorrido os mais graves e mais numerosos acidentes.

Por fim temos a lamentar, também, os enormes prejuízos à economia do Estado e dos Municípios, conseqüência não só da intensidade das chuvas, mas também da imprevidência dos poderes públicos.

Essa triste ocorrência e as evidências de ineficiência dos Governos do Estado e dos Municipais estão, a nosso sentir, exigindo que esta Casa Legislativa instaure, através de Comissão Parlamentar de Inquérito que propõe, apure as responsabilidades dos diversos agentes políticos, públicos e privados envolvidos e para que, ainda, proponha o aperfeiçoamento da legislação pertinente e outras medidas preventivas e de defesa civil, com o objetivo de que calamidades semelhantes possam ser enfrentadas com maior previdência e eficácia de modo a evitar perdas de vidas, de patrimônio e deseconomias.

2. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

2.1– DA CONSTITUIÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi requerida pelo Deputado LUIZ PAULO, Requerimento nº 15/2011, nos termos do artigo 30 do Regimento Interno e da Constituição Estadual, em seu § 3º do artigo 109, composta de 07 (sete) deputados e prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Foi o Requerimento despachado em 08.02.2011 e promulgada a Resolução nº 09/2011 em 09/02/2011, nos seguintes termos:

Faço saber que, tendo em vista a apresentação na Sessão de 08 de fevereiro de 2011, do requerimento nº 09 de 2011, de autoria do Deputado Luiz Paulo, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, resolve e eu Presidente promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 09 de 2011

CRIA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS, OS FATOS, AS POSSÍVEIS OMISSÕES, NEGLIGÊNCIAS, IMPREVIDÊNCIAS E AVERIGUAR POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES DE AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E DE TERCEIROS, EM FACE DO DESASTRE OCORRIDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DAS FORTES CHUVAS QUE CAUSARAM INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO PERÍODO DE 11 E 12 DE JANEIRO DE 2011

Art. 1º - Fica criada Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar as circunstâncias, os fatos, as possíveis omissões, negligências, imprevidências e averiguar possíveis responsabilidades de agentes políticos, públicos e de terceiros, em face do desastre ocorrido nos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro decorrente das fortes chuvas que causaram inundações e deslizamentos de encostas no período de 11 e 12 de janeiro de 2011

Art. 2º - A Comissão será constituída de 07 (sete) membros, e terá o prazo de 90 (noventa) dias para concluir seus trabalhos, renováveis por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 08 de fevereiro de 2011.

DEPUTADO PAULO MELO – Presidente

2.2- DA COMPOSIÇÃO

ATO "E"/GP/Nº 034/2011

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 20, inciso III, alínea "a" e 24, "caput", do Regimento Interno, RESOLVE:

Designar, para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Resolução nº 09/2011, como membros titulares, os Senhores Deputados LUIZ PAULO – PSDB – Presidente, NILTON SALOMÃO – PT, SABINO – PSC, MARCUS VINÍCIUS – PTB, ROGÉRIO CABRAL – PSB, BERNARDO ROSSI – PMDB e CLARISSA GAROTINHO – PR e como membros suplentes os Senhores Deputados COMTE BITTENCOURT – PPS, JANIRA ROCHA – PSOL e ROBSON LEITE – PT.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2011.
Deputado PAULO MELO – Presidente

ATO "E"/GP/Nº 63/2011

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 20, inciso III, alínea "a" e 24, "caput", do Regimento Interno, RESOLVE:

Designar para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 09/2011, como membro suplente, a Senhora Deputada CLAISE MARIA ZITO - PSDB,

2.3- DA PRESIDÊNCIA, INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE E DO RELATOR

2.3.1- Conforme o disposto no artigo 30, parágrafo 1º assume a Presidência da Comissão o Senhor Deputado LUIZ PAULO.

2.3.2- No dia 24.02.2011, às nove horas e quinze minutos, na sala número trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, foi realizada a reunião de instalação da Comissão, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente, o Senhor Deputado SABINO e eleito para ocupar a Relatoria da Comissão o Senhor Deputado NILTON SALOMÃO.

2.4- DO FUNCIONAMENTO

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento, a Comissão realizou 01 (uma) Reunião de Instalação, 20 (vinte) Reuniões Ordinárias, Vistorias aos sete municípios atingidos pelas chuvas, 02 (duas) Reuniões Administrativas, 03 (três) Audiências Públicas e 01 (uma) Reunião de Encerramento.

2.4.1– CONVIDADOS:

03 – março – 2011 - 1ª RO

- Sr. FLÁVIO LUIZ DA COSTA ERTHAL

Presidente do Departamento de Recursos Minerais – DRM

- Sr. JOÃO GOMES

Superintendente de Pesquisas e Finanças da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro - **FECOMÉRCIO**

10 – março – 2011 – 2ª RO

– Deputado **RODRIGO NEVES**

Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

– Deputado **CARLOS MINC**

Secretário de Estado do Ambiente;

17- março – 2011 – 3ª RO

- Dr. PAULO CANEDO

Hidrólogo do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia - **COPPE-UFRJ**

– CEL. BM PEDRO MARCO DA CRUZ MACHADO

Subsecretário de Estado de Saúde e Defesa Civil

- Sr. CRISTIANO PRADO MARTINS BARBOSA, Gerente de Infraestrutura e Novos Negócios – **FIRJAN**

24 - março – 2011 – 4ª RO

- Vereador PAULO IGOR DA SILVA CARELLI

Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis

- Vereador Dr. JOÃO TOBIAS

Presidente da CPI das Chuvas em Petrópolis

- Dr. JULIO CESAR CARMO BUENO

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS

- Deputado Federal LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

Secretário de Estado de Habitação

31 - março – 2011 – 5ª RO

- Dr. CHRISTINO AUREO DA SILVA

Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAPEC

- Dr. ÍCARO MORENO JÚNIOR

Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro - **EMOP**

- Dr. AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ

Subsecretário de Estado da Secretaria Extraordinária da Região Serrana

07 - abril – 2011 – 6ª RO

- Sr. HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO

Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – **DER-RJ**

14 - abril – 2011 – 7ª RO

- Dr. RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS

Secretário de Estado de Fazenda

- Sr. DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO

Prefeito Interino do Município de Nova Friburgo

- Sr. JORGE MARIO SEDLACEK

Prefeito do Município de Teresópolis

28 - abril – 2011 – 8ª RO

– Sr. WAGNER GRANJA VICTER

Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos.

– Sr. VICENTE DE PAULA LOUREIRO

Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do ERJ.

– **Dr. SERGIO RUY BARBOSA GUERRA MARTINS**

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

05 - maio – 2011 – 9ª RO

- **Sr. CHRISTIAN ESTEVES PORTUGAL**

Presidente da Concessionária Águas de Nova Friburgo

- **Sr. PAULO MISTRANGI**

Prefeito do Município de Petrópolis

12 - maio – 2011 – 10ª RO

– **Srª MARILENE RAMOS**

Presidente do INEA

– **Sr. JOÃO PAULO KLEINUBING**

Prefeito do Município de Blumenau

26 - maio – 2011 – 11ª RO

- **Sr. JOSÉ GERALDO MACHADO**

Presidente do ITERJ

- **Sr. AGNALDO GOIVINHO DA SILVA**

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo de Petrópolis

- **Sr. EDUARDO DE VRIES**, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo

- **Sr. HELENO DA COSTA MIRANDA**, Subsecretário de Desenvolvimento Urbano e Sustentável de Nova Friburgo

- **Sr. PEDRO HIGGINS F. DE LIMA**, Gerente de Projetos, Informação e Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo

02 - junho – 2011 – 12ª RO

– **Dr. ROGÉRIO CARLOS SCANTAMBURLO**

Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

09 - junho – 2011 – 13ª RO

- **Sr. ROBERTO PETTO**
ex. Prefeito Municipal de Teresópolis

15 - junho – 2011 – 2ª Reunião Administrativa

- Deputado **RODRIGO NEVES**, Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos;

- **Sr. CARLOS ANTÔNIO MADURO** - Secretário Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Trabalho de Nova Friburgo.

16 - junho – 2011 – 14ª RO

- **Dr. JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA MURICY**
Subsecretário Adjunto do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Casa Civil - RJ

04 - agosto – 2011 – 15ª RO

- **Dr. SÉRGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA**
Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

05 - agosto – 2011 – 16ª RO

- **Sr. MARIO DE OLIVEIRA TRICANO**
ex-Prefeito Municipal de Teresópolis

- **Sr. ANTÔNIO DE PÁDUA**
ex-Secretário Municipal de Obras de Teresópolis

- **Sr. ROBSON PALHAS SARAMAGO**
Diretor da Terrae Engenharia

- **Drª ANAÍZA HELENA MALHARDES MIRANDA**
Titular da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis

08 - agosto – 2011 – 17ª RO

- **Sr. JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA**
Diretor-Presidente da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria

- **Sr. ROMULO DA SILVA OLIVEIRA**
Sócio da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria

– **Dr. CLAUDIO JOSÉ PONTUAL FILHO**
Gerente Jurídico da Vital Engenharia Ambiental

11 - agosto – 2011 – 3ª AP

- Arquiteta **THEREZA CARVALHO**
Professora da Universidade Federal Fluminense

-**Sr. VICENTE DE PAULA LOUREIRO**
Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro

- **Sr. DANIEL RUBENS CARDOSO**
Gerente Administrativo e Operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo

- **Sr. HELENO DA COSTA MIRANDA**
Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Nova Friburgo

12 - agosto – 2011 – 18ª RO

- **Dr. HAMILTON SAMPAIO DA SILVA**
Procurador Geral do Município de Nova Friburgo

- **Dr. JOSÉ RICARDO CARVALHO DE LIMA**
Secretário Geral de Governo do Município de Nova Friburgo

- **Sr. HELIO GONÇALVES CORREA**
Secretário de Obras do Município de Nova Friburgo

- **Drª JAMILA SALIM CALIL RIBEIRO**
Secretária da Fundação Municipal de Saúde do Município de Nova Friburgo

18 - agosto – 2011 – 19ª RO

- **Sr. ALFREDO CHRYSOSTOMO DE MOURA**
Diretor-Técnico da SINAL CONSTRUTORA

- **Sr. JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA**
ex-Secretário Municipal de Planejamento de Teresópolis

19 - agosto – 2011 – 20ª RO

- **Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA**

Vice-Governador e Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro

– **Sr. PAULO ROBERTO MARCHESINI**

ex-Secretário Municipal de Obras de Teresópolis

3 - DO PRAZO

Iniciado em 24 de fevereiro de 2011, com duração regimental de 90 (noventa) dias, prorrogados por mais 60 (sessenta) dias para o seu funcionamento, a Comissão encerrou seus trabalhos em 22 de agosto de 2011.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 – OFÍCIOS EXPEDIDOS

Of. 01 – de 24-02-11 - Deputado **WAGNER MONTES** - Primeiro Secretário da ALERJ, nomeação de Orlando de Souza Santos Junior para Secretário da Comissão;

Of. 02 – de 24-02-11 - **FLÁVIO LUIZ DA COSTA ERTHAL** - Presidente do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro

Of. 03 – de 24-02-11 - Deputado **CARLOS MINC** - Secretário de Estado do Ambiente – solicitando documentação;

Of. 04 – de 24-02-11 - Deputado **CARLOS MINC** - Secretário de Estado do Ambiente – convidado como expositor na Comissão;

Of. 05 – de 24-02-11 – **Sr. JOÃO GOMES** - Superintendente da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro – **FECOMÉRCIO** - convidado como expositor na Comissão;

Of. 06 – de 24-02-11 - Deputado **RODRIGO NEVES** - Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - convidado como expositor na Comissão;

Of. 07 – de 24-02-11 – **Sr. CHRISTINO ÁUREO DA SILVA** - Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária – solicitando documentação;

Of. 08 – de 24-02-11 - Deputado **LEONARDO PICCIANI** - Secretário de Estado de Habitação - solicitando documentação;

Of. 09 – de 24-02-11 – Sr. WAGNER GRANJA VICTER - Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – **CEDAE** – solicitando documentação;

Of. 10 – de 24-02-11 – Dr. LUIZ PINGUELLI ROSA - Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia - **COPPE-UFRJ**; solicitando documentação;

Of. 11 – de 24-02-11 – Sr. HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ; solicitação de documentação;

Of. 12 – de 24-02-11 – Sr. WILSON RISOLIA RODRIGUES - Secretário de Estado de Educação – solicitação de documentação;

Of. 13 – de 24-02-11 – Dr. EDUARDO EUGÊNIO GOUVÊA VIEIRA - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – **FIRJAN** – solicitação de documentação;

Of. 14 – de 24-02-11 – Sr. ALFREDO LOPES DE SOUZA JUNIOR - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – **ABIH** – solicitação de documentação;

Of. 15 – de 24-02-11 – Sr. EDUARDO PEREIRA NUNES - Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE** – solicitação de documentação;

Of. 16 – de 24-02-11 – Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro – solicitação de documentação;

Of. 17 – de 1º-03-11 - Cel BM PEDRO MARCO DA CRUZ MACHADO - Subsecretário de Estado de Saúde e Defesa Civil – convidado como expositor na Comissão;

Of. 18 – de 24-02-11 – Dr. SERGIO RUY BARBOSA GUERRA MARTINS - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – solicitação de documentação;

Of. 19 – de 24-02-11 – Sr. LAERTE CALIL DE FREITAS - Prefeito Municipal de Areal – solicitação de documentação;

Of. 20 – de 24-02-11 – Sr. PAULO VIEIRA BARROS - Prefeito Municipal de Bom Jardim - solicitação de documentação;

Of. 21 – de 24-02-11 – Sr. DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO - Prefeito Municipal de Nova Friburgo – solicitação de documentação;

Of. 22 – de 24-02-11 – Dr. JUAREZ GONÇALVES CORGUINHA - Prefeito Municipal de Sumidouro – solicitação de documentação;

Of. 23 – de 24-02-11 – Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito Municipal de Teresópolis – solicitação de documentação;

Of. 24 – de 24-02-11 - Sr. ADILSON FARACO BRUGGER DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto – solicitação de documentação;

Of. 25 – de 24-02-11 - Sr. PAULO MISTRANGI - Prefeito Municipal de Petrópolis – solicitação de documentação;

Of. 26 – de 24-02-11 – Dr. SÉRGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA - Secretário de Estado de Saúde e Defesa Civil – solicitação de documentação;

Of. 27 – de 24-02-11 - Sr. ORLANDO DINIZ - Presidente da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro – **FECOMÉRCIO** – solicitação de documentação;

Of. 28 – de 24-02-11 – Dr. PAULO CANEDO - Hidrólogo do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia - **COPPE-UFRJ**- convidado como expositor na Comissão;

Of. 29 – de 04-03-11 - Dr. EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA - Presidente do Sistema FIRJAN – convidado como expositor na Comissão;

Of. 30 – de 10-03-11 - Deputado **PAULO MELO** - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicitando a cessão de 02 técnicos do TCE;

Of. 31 – de 14-03-11 - Sr. MAURO MARCELO DA COSTA MACHADO - Diretor do Departamento de Informática da ALERJ – solicitação de material para dar suporte à Comissão;

Of. 32 – de 10-03-11 - Deputado **PAULO MELO** - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – solicitação de diária;

Of. 33 – de 16-03-11 - Dr. JULIO CESAR CARMO BUENO - Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS – convidado como expositor na Comissão;

Of. 34 – de 17-03-11 – Deputado Federal LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI - Secretário de Estado de Habitação – convidado como expositor na Comissão;

Of. 35 – de 17-03-11 - Dr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos - Secretário de Estado de Fazenda – convidado como expositor na Comissão;

Of. 36 – de 17-03-11 - Cel BM PEDRO MARCO DA CRUZ MACHADO - Subsecretário de Estado de Saúde e Defesa Civil – solicitação de documentação;

Of. 37 – de 18-03-11 - Dr. SÉRGIO RUY BARBOSA GUERRA MARTINS - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – convidado como expositor na Comissão;

Of. 38 – de 18-03-11 - Vereador PAULO IGOR DA SILVA CARELLI - Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 39 – de 18-03-11 - Vereador Dr. JOÃO TOBIAS - Presidente da CPI das Chuvas em Petrópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 40 – de 18-03-11 - Dr. CHRISTINO AUREO DA SILVA - Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAPEC – convidado como expositor na Comissão;

Of. 41 – de 21-03-11 – Sr. HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ – convidado como expositor na Comissão;

Of. 42 – de 21-03-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito do Município de Teresópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 43 – de 21-03-11 - Sr. DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO - Prefeito Interino do Município de Nova Friburgo – convidado como expositor na Comissão;

Of. 44 – de 21-03-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito do Município de Teresópolis – solicitação de documentação;

Of. 45 – de 21-03-11 - Sr. DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO - Prefeito Interino do Município de Nova Friburgo – reiteração de documentação solicitada;

Of. 46 – de 21-03-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito do Município de Teresópolis – solicitação de documentação;

Of. 47 – de 21-03-11 - Dr. ÍCARO MORENO JÚNIOR - Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro – **EMOP** – convidado como expositor na Comissão;

Of. 48 – de 21-03-11 - Dr. AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ - Subsecretário de Estado da Secretaria Extraordinária da Região Serrana – convidado como expositor na Comissão;

Of. 49 – de 22-03-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito do Município de Teresópolis – concedendo mais dez dias de prazo para documentação solicitada;

Of. 50 – de 22-03-11 - Sr. ADILSON FARACO BRUGGER DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto – concedendo mais dez dias de prazo para documentação solicitada;

Of. 51 – 22-03-11 - Engº ÍCARO MORENO JÚNIOR - Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro – **EMOP** – solicitação de documentação;

Of. 52 – de 23-03-11 - Dr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos - Secretário de Estado de Fazenda – convidado como expositor da Comissão;

Of. 53 – de 23-03-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – solicitação de diárias;

Of. 54 – de 24-03-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - sugerindo que o Fórum de Desenvolvimento Econômico desta casa, coordene uma exposição sobre o Plano Estratégico do Norte Fluminense, a ser feita pelos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão, Dr. Sergio Ruy Barbosa e o de Desenvolvimento Econômico Dr. Júlio Bueno, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho;

Of. 55 – de 25-03-11 - Engenheiro **AGOSTINHO GUERREIRO** - Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – **CREA-RJ** – solicitação de documentação;

Of. 56 – de 29-03-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – solicitação de diárias;

Of. 57 – cancelado;

Of. 58 – de 04-04-11 - Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro – solicitação de documentação;

Of. 59 – de 05-04-11 – Sr. LAERTE CALIL DE FREITAS - Prefeito Municipal de Areal – reiteração de documentação solicitada;

Of. 60 – de 05-04-11 - Sr. JUAREZ GONÇALVES CORGUINHA - Prefeito Municipal de Sumidouro – reiteração de documentação solicitada;

Of. 61 – de 05-04-11 - Dr. FLÁVIO LUIZ DA COSTA ERTHAL - Presidente do Departamento de Recursos Minerais – DRM – solicitação de documentação;

Of. 62 – cancelado;

Of. 63 – de 06-04-11 - Sr. WAGNER GRANJA VICTER - Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – **CEDAE** – convidado como expositor na Comissão;

Of. 64 – 07-04-11 – Dr. VICENTE DE PAULA LOUREIRO - Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro – convidado como expositor na Comissão;

Of. 65 – de 07-04-11 - Dr. SÉRGIO RUY BARBOSA GUERRA MARTINS - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – convidado como expositor na Comissão;

Of. 66 – de 07-04-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicita ao TCE inspeção especial nos Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto;

Of. 67 – de 07-04-11 - VEREADOR SERGIO XAVIER DE SOUZA - Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo – solicitando a cessão do Plenário da Câmara para realização de Audiência Pública;

Of. 68 – de 08-04-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicitando que seja oficiado ao TCE providências necessárias no sentido de ser viabilizado aos deputados desta ALERJ o acesso ao Sistema **SIGO** - Sistema de Prestação de Contas dos Serviços e Organismos Públicos;

Of. 69 – de 08-04-11 – Sr. CHRISTIAN PORTUGAL - Presidente da Concessionária Águas de Nova Friburgo – solicitando que se proceda uma

vistoria técnica no reservatório de água do bairro de Duas Pedras, em Nova Friburgo;

Of. 70 – de 08-04-11 – Dr. FLÁVIO LUIZ DA COSTA ERTHAL - Presidente do Departamento de Recursos Minerais – DRM - solicitando que se proceda uma vistoria técnica no reservatório de água do bairro de Duas Pedras, em Nova Friburgo;

Of. 71 – de 08-04-11 – Sr^a MARILENE RAMOS - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA – solicitação de documentação;

Of. 72 – de 08-04-11 - HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ – solicitação de documentação;

Of. 73 – de 11-04-11 - Sr. ANTÔNIO CARLOS DA MOTA - Monsenhor da Paróquia de Santa Teresa, solicitando a cessão do Auditório do Centro de Atividades Comunitárias da Paróquia de Santa Teresa para Audiência Pública desta CPI;

Of. 74 – de 11-04-11 - Dom FILIPPO SANTORO - Bispo da Diocese de Petrópolis – RJ – convidando para Audiência Pública no Auditório do Centro de Atividades Comunitárias da Paróquia de Santa Teresa, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 75 – de 11-04-11 - Pastor JORGE HENRIQUE DOS ANJOS - Conselho de Pastores de Teresópolis – COPETE - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 76 – de 11-04-11 - Sr. JORGE HENRIQUE - Associação das Vítimas das Chuvas do Dia 12 de janeiro em Teresópolis - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 77 – de 11-04-11 - Dr. JEFFERSON DE FARIA TELLES - OAB – Seção Teresópolis - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 78 – 11-04-11 - Sr. HENRIQUE CARREGOL - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Teresópolis - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 79 – de 11-04-11 - Sr. ELCIO FÉO - Câmara de Dirigentes Lojistas de Teresópolis - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 80 – de 11-04-11 - Dr. LUIS EDUARDO TOSTES - Centro Universitário Serra dos Órgãos - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 81 – de 11-04-11 - Sr. IGOR EDELSTEIN – SINCOMERCIO - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 82 – de 11-04-11 - Sr. DAVID DA SILVEIRA BARBOSA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 83 – de 11-04-11 - Sr. NADIM KANTARA - Conselho Comunitário de Segurança - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 84 – de 11-04-11 - Sr. AUGUSTO BRAGA - Centro de Ecologia Aplicada de Teresópolis - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 85 – de 11-04-11 - Sr. VALDIR PAULINO PINHEIRO DA COSTA - Vice-Presidente Federação das Associações de Moradores de Teresópolis- FAM - convidando para Audiência Pública no Auditório da AVIT, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 86 – de 11-04-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – comunicação de Audiência Pública no Auditório do Centro de Atividades Comunitárias da Paróquia de Santa Teresa, situada na Praça Santa Teresa, Centro, Teresópolis- RJ;

Of. 87 – de 13-04-11 - Sr. PAULO MISTRANGI - Prefeito do Município de Petrópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 88 – de 13-04-11 - Vereador CLÁUDIO DAMIÃO - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 89 – de 13-04-11 - Vereador MANOEL MARTINS - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 90 – de 13-04-11 - Vereador **RENATO ABI-RAMIA** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 91 – de 13-04-11 - Sr. **CÉSAR LUIZ MARTINS BEZERRA** - Presidente do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Nova Friburgo – COMAMOR - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 92 – de 13-04-11 - Vereador **REINALDO RODRIGUES** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 93 – de 13-04-11 - Vereador **MARCOS MEDEIROS** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 94 – de 13-04-11 - Vereador **PROFESSOR PIERRE** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 95 – de 13-04-11 - Vereador **LUCIANO FARIA** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 96 – de 13-04-11 - Vereador **JORGE CARVALHO** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 97- de 13-04-11 - Vereador **EDSON FLÁVIO** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 98 – de 13-04-11 - Vereador **ISAQUE DEMANI** – convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 99 – de 13-04-11 - **Conselho de Pastores Evangélicos de Nova Friburgo** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 100 – de 13-04-11 - Sr. **JAILTON BARROSO ELLER** - Presidente do Conselho de Dirigentes e Organizações de Agricultores Familiares de Nova

Friburgo – **CONRURAL** - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 101 – de 13-04-11 - Dom EDNEY GOUVÊA MATTOSO - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 102 – de 13-04-11 - Sr. CLÁUDIO SANTOS VERBICARIS - Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nova Friburgo - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 103 – de 13-04-11 - Sr. BRÁULIO REZENDE - Presidente da Câmara dos Diretores Lojistas de Nova Friburgo - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 104 – de 13-04-11 - Vereador MARCELO VERLY - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 105 – de 13-04-11 - Vereador SERGIO XAVIER DE SOUZA - Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo - convidando para Audiência Pública no Plenário Dr. Jean Bazet, na Câmara Municipal de Nova Friburgo;

Of. 106 – de 13-04-11 – Srª MARILENE RAMOS - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA – solicitação de documentação;

Of. 107- de 14-04-11 - Dr. TARCISIO HUBNER - Superintendente do Banco do Brasil – solicitação de documentação;

Of. 108 – de 14-04-11 – Srª LUISI VALADÃO - Diretora do Departamento de Comunicação da ALERJ - encaminhando cópia em mídia da relação das obras emergenciais de recuperação das áreas de deslizamentos nos municípios da Região Serrana, pelo diagnóstico da EMOP;

Of. 109 – de 20-04-11 - Dr. CLÁUDIO SOARES LOPES - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado o RJ – solicitação de documentação;

Of. 110 – de 25-04-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicitação de passagens aéreas;

Of. 111 – de 25-04-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicitação de diária;

Of. 112 – de 26-04-11 - Deputado **CARLOS MINC** - Secretário de Estado do Ambiente – reiteração de documentação solicitada;

Of. 113 – de 26-04-11 - Dr. **LUIZ PINGUELLI ROSA** - Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia - **COPPE-UFRJ** – reiteração de documentação solicitada;

Of. 114 – de 26-04-11 - Sr. **HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO** - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ – reiteração de documentação solicitada;

Of. 115 – de 26-04-11 - Dr. **WILSON RISOLIA RODRIGUES** - Secretário de Estado de Educação – reiteração de documentação solicitada;

Of. 116 – de 26-04-11 - Sr. **ALFREDO LOPES DE SOUZA JUNIOR** - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – **ABIH** – reiteração de documentação solicitada;

Of. 117 – de 26-04-11 - Sr. **EDUARDO PEREIRA NUNES** - Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE** – reiteração de documentação solicitada;

Of. 118 – de 26-04-11 - Dr. **LUIZ FERNANDO DE SOUZA** - Secretário de Estado de Obras – reiteração de documentação solicitada;

Of. 119 – de 26-04-11 - Sr. **PAULO VIEIRA BARROS** - Prefeito Municipal de Bom Jardim – reiteração de documentação solicitada;

Of. 120 – de 26-04-11 - Sr. **JORGE MARIO SEDLACEK** - Prefeito do Município de Teresópolis – reiteração de documentação solicitada;

Of. 121 – de 26-04-11 - Sr. **DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO** - Prefeito Interino do Município de Nova Friburgo – reiteração de documentação solicitada;

Of. 122 – de 03-05-11 - Sr. **JOÃO PAULO KLEINUBING** - Prefeito do Município de Blumenau – convidado como expositor na Comissão;

Of. 123 – de 04-05-11 - Dr. **SERGIO RUY BARBOSA GUERRA MARTINS** - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – encaminhando sugestões para o Termo de Referência para contratação de consultoria para elaborar o Plano de Reestruturação e Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Serrana;

Of. 124 – de 26-04-11 – Sr^a MARILENE RAMOS - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA – reiteração de documentação solicitada;

Of. 125 – de 26-04-11 - Sr. HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ – reiteração de documentação solicitada;

Of. 126 – de 27-04-11 – Sr^a MARILENE RAMOS - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA – convidando como expositora na Comissão;

Of. 127 – de 28-04-11 - Sr. CHRISTIAN ESTEVES PORTUGAL - Presidente da Concessionária Águas de Nova Friburgo – convidado como expositor na Comissão;

Of. 128 – de 28-04-11 - VEREADOR SERGIO XAVIER - Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo – solicitando cópia em DVD da Audiência Pública realizada na Câmara Municipal;

Of. 129 – 04-05-11 - Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicitação de passagens aéreas;

Of. 130 – de 05-05-11 - Dr. LUCIANO COUTINHO - Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento. – BNDES – solicitação de documentação;

Of. 131 – de 05-05-11 - DR. JÚLIO CÉSAR CARMO BUENO - Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do RJ - SEDEIS – solicitação de documentação;

Of. 132 – de 12-05-11 - Sr. JOSÉ GERALDO MACHADO - Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do RJ - ITERJ – convidado como expositor na Comissão;

Of. 133 – de 12-05-11 – Sr^a LIS CABERLON - Secretária Municipal de Planejamento e Projetos Especiais de Teresópolis – convidada como expositora na Comissão;

Of. 134 – de 12-05-11 - Sr. AGNALDO GOVINHO DA SILVA - Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo de Petrópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 135 – de 11-05-11 - Deputado SABINO - Vice-Presidente da Comissão – convidando para a 1^a Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 136 – de 11-05-11 - Deputado **ROGÉRIO CABRAL** - Membro Efetivo da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 137 – de 11-05-11 - Deputado **MARCUS VINÍCIUS** - Membro Efetivo da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 138 – de 11-05-11 - Deputado **BERNARDO ROSSI** - Membro Efetivo da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 139 – de 11-05-11 - Deputado **ROBSON LEITE** - Membro Efetivo da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 140 – de 11-05-11 - Deputado **COMTE BITTENCOURT** - Membro Suplente da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 141 – de 11-05-11 - Deputada **CLARISSA GAROTINHO** - Membro Efetivo da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 142 – de 11-05-11 - Deputada **JANIRA ROCHA** - Membro Suplente da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 143 – de 11-05-11 - Deputada **CLAISE MARIA ZITO** - Membro Suplente da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 144 – de 11-05-11 - Deputado **NILTON SALOMÃO** - Relator da Comissão - convidando para a 1ª Reunião Administrativa da Comissão;

Of. 145 – de 11-05-11 – cancelado.

Of. 146 – de 12-05-11 - Sr. **JORGE MARIO SEDLACEK** - Prefeito Municipal de Teresópolis – solicitação de documentação;

Of. 147 – de 12-05-11 - Sr. **PAULO MISTRANGI** - Prefeito Municipal de Petrópolis – solicitação de documentação;

Of. 148 – 12-05-11 - Sr. **DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO** - Prefeito Municipal de Nova Friburgo – solicitação de documentação;

Of. 149 – de 12-05-11 - Sr. **ADILSON FARACO BRUGGER DE OLIVEIRA** - Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto – solicitação de documentação;

Of. 150 – de 12-05-11 - Deputado **RODRIGO NEVES** - Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – solicitação de documentação;

Of. 151 – de 12-05-11 - Sr. HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – **DER-RJ** – solicitação de documentação;

Of. 152 – de 12-05-11 - Engº ÍCARO MORENO JUNIOR - Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro – EMOP – solicitação de documentação;

Of. 153 – de 12-05-11 - Sr. MARILENE RAMOS - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA – solicitação de documentação;

Of. 154 – de 12-05-11 - CEL. BM PEDRO MARCO DA CRUZ MACHADO Subsecretário de Estado de Saúde e Defesa Civil – solicitação de documentação;

Of. 155 – de 12-05-11 - Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro – convidado como expositor na Comissão;

Of. 156 – de 12-05-11 - Dr. ROGÉRIO CARLOS SCANTAMBURLO - Procurador de Justiça do Estado do RJ – convidado como expositor na Comissão;

Of. 157 – de 17-05-11 - Sr. ADILSON FARACO BRUGGER DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto – encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 158 – de 17-05-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito Municipal de Teresópolis - encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 159 – de 17-05-11 - Sr. PAULO MISTRANGI - Prefeito Municipal de Petrópolis – encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 160 – de 17-05-11 - Sr. LAERTE CALIL DE FREITAS - Prefeito Municipal de Areal - encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 161 – de 17-05-11 - Sr. JUAREZ GONÇALVES CORGUINHA - Prefeito Municipal de Sumidouro - encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 162 – de 17-05-11 - Sr. DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO - Prefeito Municipal de Nova Friburgo - encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 163 - de 17-05-11 - Sr. PAULO VIEIRA BARROS - Prefeito Municipal de Bom Jardim - encaminhando cópia em CD da apresentação realizada pelo Senhor JOÃO PAULO KLEINUBING, Prefeito Municipal de Blumenau – SC;

Of. 164 – de 18-05-11 - Dr. SERGIO RUY BARBOSA GUERRA MARTINS - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – solicitação de documentação;

Of. 165 – de 18-05-11 - Sr. CHRISTIAN ESTEVES PORTUGAL - Presidente da Concessionária Águas de Nova Friburgo – solicitação de documentação;

Of. 166 – de 18-05-11 - Deputado CARLOS MINC - Secretário de Estado do Ambiente – solicitação de documentação;

Of. 167 – de 18-05-11 - Dr. JOSÉ URBANO DUARTE - Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal – solicitando que seja viabilizada uma linha especial de crédito para as vítimas da catástrofe da Região Serrana do Rio de Janeiro;

Of. 168 – de 18-05-11 - Sr. EDUARDO DE VRIES - Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo – convidado como expositor na Comissão;

Of. 169 – de 18-05-11 - Sr. HELENO DA COSTA MIRANDA - Subsecretário de Desenvolvimento Urbano e Sustentável de Nova Friburgo – convidado como expositor na Comissão;

Of. 170 – de 18-05-11 - Sr. PEDRO HIGGINS F. DE LIMA - Gerente de Projetos, Informação e Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo - convidado como expositor na Comissão;

Of. 171 – de 26-05-11 - Sr. JOSÉ GERALDO MACHADO - Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do RJ – ITERJ – solicitação de documentação;

Of. 172 – de 26-05-11 - Sr. ROBERTO PETTO – ex-Prefeito do Município de Teresópolis - convidado como expositor na Comissão;

Of. 173 – de 26-05-11 - Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro – solicitação de documentação;

Of. 174 – de 30-05-11 - Dr. SÉRGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA - Secretário de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro - convidado como expositor na Comissão;

Of. 175 – de 30-05-11 - Dr. JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA MURICY - Subsecretário Adjunto do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Casa Civil – RJ - convidado como expositor na Comissão;

Of. 176 – de 02-06-11 - Sr. VICENTE DE PAULA LOUREIRO - Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro - solicitação de documentação;

Of. 177 – de 09-06-11 - Deputado RODRIGO NEVES - Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – convidado como expositor na 2ª Reunião Administrativa;

Of. 178 – de 09-06-11 - Sr. LUÍS EDUARDO MOREIRA PEIXOTO - Secretário de Trabalho, Assistência Social e Cidadania do Município de Petrópolis - convidado como expositor na 2ª Reunião Administrativa;

Of. 179 – 09-06-11 - PASTOR MIQUÉIAS NEPOMUCENO - Secretário de Desenvolvimento Social do Município de Teresópolis - convidado como expositor na 2ª Reunião Administrativa;

Of. 180 – de 09-06-11 - Sr. CARLOS ANTÔNIO MADURO - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Trabalho de Nova Friburgo.

Of. 181 – de 13-06-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito Municipal de Teresópolis – solicitação de documentação;

Of. 182 – de 16-06-11 - Dr. SÉRGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA - Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – convidado como expositor na Comissão;

Of. 183 – de 16-06-11 - Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro – convidado como expositor na Comissão;

Of. 184 – de 16-06-11 - Dr. ÍCARO MORENO JÚNIOR - Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro – EMOP – solicitação de

documentação;

Of. 185 – de 16-06-11 - Dr. AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ - Subsecretário de Estado da Secretaria Extraordinária da Região Serrana – solicitação de documentação;

Of. 186 – de 22-06-11 - Sr. MARIO TRICANO - ex-Prefeito do Município de Teresópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 187 – de 22-06-11 - Sr. ANTÔNIO DE PÁDUA - ex-Secretário Municipal de Obras de Teresópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 188 – de 22-06-11 - Sr. ROBERTO LENZI - ex-Secretário Municipal de Serviços Públicos de Teresópolis - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 189 – de 22-06-11 - Sr. ROBSON PALHAS SARAMAGO - Diretor da Terrae Engenharia - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 190 – de 28-06-11 - Sr. JORGE MARIO SEDLACEK - Prefeito Municipal de Teresópolis – encaminhando relação de cidadãos que se apresentaram a AVIT afirmando que os proprietários que tiveram seus imóveis destruídos/interditados e que estavam inscritos para recebimento do Aluguel Social, ainda não estão recebendo o referido benefício;

Of. 191 – de 28-06-11 - Deputado RODRIGO NEVES - Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - encaminhando relação de cidadãos que se apresentaram a AVIT afirmando que os proprietários que tiveram seus imóveis destruídos/interditados e que estavam inscritos para recebimento do Aluguel Social, ainda não estão recebendo o referido benefício;

Of. 192 – de 28-06-11 - Dr. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA - Secretário de Estado da Casa Civil - encaminhando relação de cidadãos que se apresentaram a AVIT afirmando que os proprietários que tiveram seus imóveis destruídos/interditados e que estavam inscritos para recebimento do Aluguel Social, ainda não estão recebendo o referido benefício;

Of. 193 – de 22 – 06- 11- Senhora Sr^a MARILENE RAMOS – Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – Solicitação de documentação;

Of. 194 – de 07 – 07- 11- Dr. ANTONIO JOSÉ CAMPOS MOREIRA - Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e

Judicial

Encaminhando todos elementos que a CPI dispõe sobre contratos firmados pela Prefeitura de Teresópolis;

Of. 195 – de 14 – 07- 11- Sr. MARIO DE OLIVEIRA TRICANO - ex-Prefeito do Município de Teresópolis – convidado como expositor na Comissão;

Of. 196 – de 14 – 07- 11 - Sr. ANTÔNIO DE PÁDUA - ex-Secretário Municipal de Obras de Teresópolis - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 197 – de 25 – 07- 11 – Sr^a POTYRA CARVALHO - Coordenadora de Jornalismo da ALERJ – Solicitando cópia e mídia audiovisual, dos depoimentos dos Senhores: - DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO - Prefeito Municipal de Nova Friburgo, EDUARDO DE VRIES - Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo; HELENO DA COSTA MIRANDA - Subsecretário de Desenvolvimento Urbano e Sustentável de Nova Friburgo; PEDRO HIGGINS F. DE LIMA - Gerente de Projetos, Informação e Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo;

Of. 198 – de 14 – 07- 11 - Sr. ROBSON PALHAS SARAMAGO - Diretor da Terrae Engenharia - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 199 – de 20 – 07- 11 - Eng^o JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA - Sócio da R W de Teresópolis Construtora e Consultoria - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 199a – de 20 – 07- 11 - Sr. ROMULO DA SILVA OLIVEIRA - Sócio da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria - convidado como expositor na Comissão

Of. 200 – de 19 – 07- 11 - Dr. CLÁUDIO PONTUAL - Gerente Jurídico da Vital Engenharia Ambiental - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 201 – de 27 – 07- 11- Dr. HAMILTON SAMPAIO DA SILVA - Procurador Geral do Município de Nova Friburgo - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 202 – de 14 – 07- 11- Sr. VALÉRIO DA SILVA MEDEIROS - Chefe do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Teresópolis - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 203 – de 19 – 07- 11 - Sr. EDUARDO DE VRIES - Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo - convidado como expositor na Comissão;

Of. 204 – de 19 – 07- 11 - ARQUITETA THEREZA CARVALHO - Professora da Universidade Federal Fluminense - convidada como expositora na Comissão;

Of. 205 – de 19 – 07- 11 - Sr. VICENTE DE PAULA LOUREIRO - Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro, convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 206 – de 19 – 07- 11- Deputado **PAULO MELO** - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ-Solicitando a reserva do Auditório Senador Nelson Carneiro;

Of. 207 – de 27 – 07- 11- Dr. JOSÉ RICARDO CARVALHO DE LIMA - Secretário Geral de Governo do Município de Nova Friburgo - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 208 – de 27 – 07- 11- Sr. HELIO GONÇALVES CORREA - Secretário de Obras do Município de Nova Friburgo - convidado como expositor na Comissão

Of. 209 – de 27 – 07- 11 – Dr^a JAMILA SALIM CALIL RIBEIRO - Secretária da Fundação Municipal de Saúde do Município de Nova Friburgo - convidada para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 210 – de 01 – 08- 11 - Vereador **CLÁUDIO DAMIÃO** - Presidente da CPI que objetiva apurar as questões referentes à tragédia climática que se abateu no Município de Nova Friburgo, às contratações dela decorrentes, bem como à utilização dos recursos públicos – encaminhamento de cópia de mídia audiovisual das oitivas dos Senhores DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO, Prefeito Interino do Município de Nova Friburgo; EDUARDO DE VRIES, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo; HELENO DA COSTA MIRANDA, Subsecretário de Desenvolvimento Urbano e Sustentável de Nova Friburgo e PEDRO HIGGINS F. DE LIMA, Gerente de Projetos, Informação e Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo e, ainda, de toda a documentação recebida por esta CPI relativo ao Município de Nova Friburgo;

Of. 211 – de 01 – 08- 11 – Sr^a MARILENE RAMOS - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA – encaminhamento de cópia em CD da

documentação da Senhora Paula Beatriz Pareto, moradora do Vale do Cuiabá, no Município de Petrópolis;

Of. 212 – de 01 – 08- 11- Sr. PAULO MISTRANGI - Prefeito Municipal de Petrópolis – encaminhamento de cópias de CD da documentação da Senhora Paula Beatriz Pareto, moradora do Vale do Cuiabá – Petrópolis;

Of. 213 – de 01 – 08- 11 - Dr. CLAUDIO SOARES LOPES - Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - encaminhamento de cópias de CD da documentação da Senhora Paula Beatriz Pareto, moradora do Vale do Cuiabá, no Município de Petrópolis;

Of. 214 – de 03 – 08- 11 - Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Vice-Governador e Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro - convidado como expositor na Comissão;

Of. 215 – de 04 – 08- 11- Deputado **SABINO** - Vice-Presidente da Comissão – encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 216 – de 04 – 08- 11 - Deputado **NILTON SALOMÃO** - Relator da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense.

Of. 217 – de 04 – 08- 11 - Deputado **ROGÉRIO CABRAL** - Membro efetivo da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 218 – de 04 – 08- 11 - Deputado **MARCUS VINÍCIUS** - Membro efetivo da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 219 – de 04 – 08- 11- Deputado **BERNARDO ROSSI** - Membro efetivo da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 220 – de 04 – 08- 11- Deputado **COMTE BITTENCOURT** - Membro suplente da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 221 – de 04 – 08- 11 - Deputada **CLARISSA GAROTINHO** - Membro efetivo da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 222 – de 04 – 08- 11 - Deputada **JANIRA ROCHA** - Membro suplente da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 223 – de 04 – 08- 11 - Deputada **CLAISE MARIA ZITO** - Membro suplente da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 224 – de 04 – 08- 11- Deputado **ROBSON LEITE** - Membro suplente da Comissão - encaminhamento de cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense;

Of. 225 – de 04 – 08- 11- DR. SÉRGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA -
Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – solicitação de
informações;

**Of. 226 – de 04 – 08- 11- Promotora ANAÍZA HELENA MALHARDES
MIRANDA -** Titular da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis
- convidado como expositor na Comissão;

Of. 227 – de 05 – 08- 11 - Dr. FLÁVIO LUIZ DA COSTA ERTHAL -
Presidente do Departamento de Recursos Minerais – DRM – solicitação de
documentos.

**Of. 228 – de 08 – 08- 11 - Promotora ANAÍZA HELENA MALHARDES
MIRANDA -** Titular da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis
- solicitação de documentos;

Of. 229 – de 08 – 08- 11 - Sr. VALÉRIO DA SILVA MEDEIROS - Chefe do
Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Teresópolis - convidado para
prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 230 – de 08 – 08- 11- Dr. CLÁUDIO PONTUAL - Gerente Jurídico da Vital
Engenharia Ambiental - solicitação de documentos;

Of. 231 – de 08 – 08- 11- Dr. Clóvis Noronha Ferreira Junior - Diretor-
Presidente da NORENGE ENGENHARIA - solicitação de documentos;

Of. 232 – de 09 – 08- 11- Dr. GUILHERME GUEDES RAPOSO - Procurador-
Chefe do Ministério Público Federal do Rio e Janeiro – solicitando proteção
Policial para o Sr. José Ricardo de Oliveira;

Of. 233 – de 09 – 08- 11- Dr. CLÁUDIO LOPES - Procurador-Geral de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro - solicitando proteção Policial para o Sr. José
Ricardo de Oliveira;

Of. 234 – de 09 – 08- 11- Dr. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Secretário de
Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro - solicitando proteção Policial
para o Sr. José Ricardo de Oliveira;

Of. 235 – de 10 – 08- 11- Dr. JONAS LOPES DE CARVALHO - Presidente
do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - solicitação de
documentos;

Of. 236 – de 10 – 08- 11- PAULO ROBERTO MARCHESINE - ex-Secretário

Municipal de Obras de Teresópolis - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 237 – de 10 – 08- 11 - Sr. JOSÉ ALEXANDRE DE ALMEIDA - ex-Secretário Municipal de Planejamento de Teresópolis - convidado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 238 – de 11 – 08- 11 - Sr. ALFREDO CRYSSOTOMO DE MOURA - Diretor-Técnico da SINAL CONSTRUTORA - convidado como expositor na Comissão;

Of. 239 – de 10 – 08- 11 - Promotor RODRIGO MOLINARO - Chefe dos Assessores Executivos do Ministério Público Estadual de Teresópolis - solicitação de documentos;

Of. 240 – de 10 – 08- 11 - Dr. PAULO CEZAR CALANDRINI BARATA - Procurador da República do Ministério Público Federal de Teresópolis/RJ. Solicitação de documentos;

Of. 241 – de 10 – 08- 11- Deputado PAULO MELO - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – Comunicando a expedição de ofício ao TCE solicitando documentos;

Of. 242 – de 12 – 08- 11 - Sr. ADILSON FARACO BRUGGER DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 243 – de 12 – 08- 11- Sr. ARLEI DE OLIVEIRA ROSA - Prefeito Municipal de Teresópolis - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 244 – de 12 – 08- 11- Sr. PAULO MISTRANGI - Prefeito Municipal de Petrópolis encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade

Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 245 – de 12 – 08- 11- Sr. LAERTE CALIL DE FREITAS - Prefeito Municipal de Areal - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 246 – de 12 – 08- 11- Sr. JUAREZ GONÇALVES CORGUINHA - Prefeito Municipal de Sumidouro - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 247 – de 12 – 08- 11 - Sr. DERMEVAL BARBOZA MOREIRA NETO - Prefeito Municipal de Nova Friburgo - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011.

Of. 248 – de 12 – 08- 11 - Sr. PAULO VIEIRA BARROS - Prefeito Municipal de Bom Jardim - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 249 – de 12 – 08- 11 - Deputado SABINO - Vice-Presidente da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 250– de 12 – 08- 11 - Deputado NILTON SALOMÃO - Relator da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade

Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 251– de 12 – 08- 11 - Deputado **ROGÉRIO CABRAL** - Membro efetivo da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 252– de 12 – 08- 11 - Deputado **MARCUS VINÍCIUS** - Membro efetivo da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 253– de 12 – 08- 11 - Deputado **BERNARDO ROSSI** - Membro efetivo da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 254– de 12 – 08- 11 - Deputado **COMTE BITTENCOURT** - Membro suplente da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 255– de 12 – 08- 11- Deputado **ROBSON LEITE** - Membro suplente da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 256– de 12 – 08- 11 - Deputada **CLARISSA GAROTINHO** - Membro efetivo da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 257– de 12 – 08- 11 - Deputada **JANIRA ROCHA** - Membro suplente da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 258– de 12 – 08- 11 - Deputada **CLAISE MARIA ZITO** - Membro suplente da Comissão - encaminhando cópia em CD-R das apresentações realizadas pelo Ilustríssimo Senhor Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e pela Ilustríssima Senhora Arquiteta Thereza Carvalho, Professora da Universidade Federal Fluminense, realizadas em 11-08-2011;

Of. 259– de 12 – 08- 11 - ARQUITETA THEREZA CARVALHO - Professora da Universidade Federal Fluminense – agradecimentos pela exposição realizada na 3ª Audiência Pública da Comissão.

Of. 260– de 15 – 08- 11 - Doutores **ARY BERGUER** e **RAPHAEL MATTOS** - Advogados Associados - encaminhando cópia dos depoimentos prestados à esta CPI, dos Senhores **JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA**, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria e **CLÁUDIO JOSÉ PONTUAL FILHO**, Gerente Jurídico da Vital Engenharia Ambiental S/A;

Of. 261– de 16 – 08- 11 - Dr. JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO – Advogado – encaminhando cópia do depoimento prestado à esta CPI, da Excelentíssima Senhora **ANAÍZA HELENA MALHARDES MIRANDA**, Promotora de Justiça, Titular da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Teresópolis do MPRJ;

Of. 262– de 16 – 08- 11 - Dr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro - convidado como expositor na Comissão;

Of. 263 – de 18 – 08- 11 - Dr. GUIDO MANTEGA - Ministro de Estado da Fazenda – solicitando a liberação dos recursos previstos na Medida Provisória nº. 526, de 04 de março de 2011.

Of. 264 – de 18-08-11 - Promotor **RODRIGO MOLINARO** - Chefe dos Assessores Executivos do Ministério Público Estadual de Teresópolis – solicitando a apuração de que condições foi concedida autorização para a um empreendimento na Rua Muqui, em Petrópolis;

Of. 265 – de 19-08-11 - Deputado **PAULO MELO** - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ – solicitando oficial o Prefeito Municipal de Teresópolis solicitando documentação;

Of. 266 – de 18-08-11 – LUIZ FERNANDO DE SOUZA - Secretário de Estado de Obras do Rio de Janeiro - solicitação de documentação.

Of. 267 – de 18-08-11 - PAULO ROBERTO MARCHESINE - ex-Secretário Municipal de Obras de Teresópolis – convocado para prestar esclarecimentos na Comissão;

Of. 268 – de 22-08-11 - Deputado **WAGNER MONTES** - Primeiro Secretário da ALERJ – Solicitando dispensa da função gratificada de Secretário de Comissão, Símbolo CAI-16, do funcionário Orlando de Souza Santos Junior.

Of. 269 – de 24-08-11 - Doutores **ARY BERGUER** e **RAPHAEL MATTOS** - Advogados Associados - encaminhando cópia dos depoimentos prestados à esta CPI, dos Senhores Alfredo Chrysostomo de Moura e José Alexandre Almeida da Silva;

Of. 270 – de 25-08-11 – Procuradora da República **VIVIANE DE OLIVEIRA MARTINS**, encaminhando resposta referente ao ofício MPF/PRM-SG/VOM/Nº 317/2011;

4.2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

Foram expedidos e publicados no Diário Oficial do Poder Legislativo, 26 (vinte e seis) Editais de Convocação.

4.3 - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO

Foi apresentado e aprovado nos termos regimentais, 01(um) Requerimento de Prorrogação de nº 72/2011, aprovado em 24 de maio de 2011.

4.4 – ATAS

Foram lavradas 01(uma) Ata de Instalação, 20 (vinte) de Reuniões Ordinárias, 02 (duas) de Reuniões Administrativas, 03 (três) de Audiências Públicas e 01 (uma) de Reunião de Encerramento.

4.5– DOCUMENTOS RECEBIDOS

VOLUME I

– Termo de Referência (minuta) da Comissão entregue pelo Senhor Dep. Luiz Paulo, na Reunião de Instalação realizada no dia 24-02-2011;

- Relatório Final dos trabalhos realizados pela Comissão de Representação da ALERJ na catástrofe que atingiu a Região Serrana, datado de 14/01/11, entregue pelo Senhor Deputado SABINO, em 24-02-2011 (Reunião de Instalação);

- Resposta ao Ofício CPI nº 07/2011, de 24/02/11, da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária - Ofício SEAPEC/GSE nº 49 de 14-03-11 - Diagnóstico do Impacto das Chuvas nas Áreas Agrícolas na Região Serrana, bem como a série histórica de 2001/2009 da Produção Agrícola;

- Resposta ao Ofício CPI nº 08/2011, de 24/02/11, da Secretaria de Estado e Habitação – Ofício SEH nº 123/2011 de 23-03-11, Manifestação da Subsecretaria referente à elaboração de Planos Habitacionais nos Municípios da Região Serrana;

- Resposta ao Ofício CPI nº 09/2011, de 24/02/11, da Nova CEDAE – Of. CEDAE- PRES V Nº 07/2011 de 15/03/11 – Situação do Sistema de Saneamento da Região Serrana afetada pelas chuvas e o montante dos prejuízos causados no sistema pelas fortes chuvas;

- Resposta ao Ofício CPI nº 13/2011, de 24/02/11, da FIRJAN – C.PRES – nº 077/11 de 14/03/11, Encaminhamento de dados disponíveis dos Municípios da Região Serrana. (com CD);

- Resposta ao Ofício CPI nº 18/20, de 24/02/20, da SEPLAG, Of. CEPRJ/GP nº 73 de 18/03/11, Séries Históricas Decenais Demográficas, dados sócio-econômicos e de investimentos;

- Resposta ao Ofício CPI nº 20/11, de 24/02/11, Prefeitura Municipal de Bom Jardim, Of. nº 124/2011 de 06/04/2011, Mapa da situação das áreas afetadas pela catástrofe, cartas, mapas, plantas da topografia... (apenas capa de rosto via fax);

- Resposta ao Ofício CPI nº 22/11, de 24/02/11, Prefeitura Municipal Sumidouro, Of. nº 088/2011 de 22/07/2011, Cópia das informações da Secretaria de Obras; Mapa Geral do Município; Mapa do Município com as especificações das áreas atingidas; Mapa Municipal Estatístico de Sumidouro;

informação do Setor de Cadastros e Tributos; quadro do número de moradias por distrito do Município; Arrecadação municipal de 2003 a 2011; informação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil; requerimento de reconhecimento de Estado de Calamidade Pública para o Município de Sumidouro e Série histórica decenal das matrículas municipais na área de educação.

- Resposta ao Ofício CPI nº 24/11, de 24/02/11, da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Of. GP nº 177/11, de 10/03/2011, Solicitação de prorrogação de prazo para resposta ao Of. nº CPI 24/11, enviando cópia do Decreto nº 2.079 de 12 de janeiro de 2011. Posteriormente, enviou documentação relativo ao Ofício CPI nº 24/11, de 21-03-20.(com CD);

VOLUME II

- Resposta ao Ofício CPI nº 25/11, de 24/02/11, Prefeitura Municipal de Petrópolis, Of. GP nº132/2011, de 15/03/11, Mapa da Situação das áreas afetadas pela catástrofe, cartas, mapas, plantas da topografia...;

- Gabinete do Deputado Sabino, Of. nº 102 de 02/03/11, encaminhando cópia do OF. GS/SDC nº 0256/2011, de 28/02/11, da Secretaria de Estado de Defesa Civil contendo síntese sobre o relatório detalhado das vítimas afetadas pela catástrofe;

- Resposta a solicitação feita na 1ª RO em 03/03/11- Of. DRM/PRES nº 084/11, de 04/03/11, Encaminhamento do laudo do DRM elaborado em conjunto com colaboradores das Universidades sobre a situação geológico-geotécnica do Hospital São Lucas, em Nova Friburgo;

- Resposta a solicitação feita na 1ª RO em 03/03/11- Of. FECOMÉRCIO nº 071/11 de 14/03/11, encaminhando as metodologias e memórias de cálculos da estimativa de arrecadação de ICMS estadual e perdas com as chuvas da Região Serrana;

VOLUME III

- Of.Circular SEASDH nº 006 de 25/02/11, encaminhando o relatório das ações estratégicas realizadas pela SEASDH, desde os primeiros momentos da tragédia;

- Apresentação do Secretário de Estado do Ambiente, Deputado CARLOS MINC, realizada na 2ª RO, em 10/03/11, Cheias da Região Serrana: Causas, efeitos e propostas. (com CD);

- Ata da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural Agrária e Pecuária da ALERJ, realizada em 11-02-2011, presidida pelo Deputado Rogério Cabral, entregue na 2ª RO, em 10/03/11;

- Ofício da Deputada Clarissa Garotinho - GDCG nº 50/11, de 17/03/11, Encaminhado ao Presidente da CPI solicitando informação ao Poder Executivo; o atual Plano de Comando do Corpo de Bombeiros e o número total do efetivo da corporação em atividade;

- Resposta ao Ofício CPI nº 36/11, de 17/03/11, da Subsecretaria de Defesa Civil, 31/03/11, Plano de Comando do Corpo de Bombeiros Militar, o número total do efetivo em atividade, bem como a relação de militares que atuaram na catástrofe da Região Serrana;

- Resposta ao Ofício CPI nº 40/11, de 18/03/11, da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, Of. SEAPEC/GSE nº 61, de 24/03/11, Confirmação da presença do Senhor Christino Áureo na 5ª RO, em 31/03/11;

- Resposta ao Ofício CPI nº 44/11, 21/03/11, da Prefeitura Municipal de Teresópolis, Of. PG nº 427/11, de 11/05/11, Cópia do processo administrativo nº 7423/11, Atesta aprovação regular do projeto de prédio residencial multifamiliar através dos processos nº 18947/95, 8383/99 e 20943/06;

- Resposta ao Ofício CPI nº 51/2011, de 22/03/11, da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - Of. PRES/EMOP nº 311/11, Relação dos locais da Região Serrana do nosso Estado cujas encostas foram consideradas sob risco iminente de deslizamento;

- Cópia de documento entregue pelo Vereador PAULO IGOR, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, na 4ª RO, realizada em 24/03/11, "Balanço sobre o impacto social e econômico das chuvas que atingiram a região do Vale do Cuiabá nos dias 11 e 12 de janeiro";

- Cópia de documento entregue pelo Senhor Julio Bueno, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do RJ, na 4ª RO, realizada em 24/03/11, "Programas por porte financeiro, por porte de empresas, por setor e controle orçamentário do PER-RJ";

VOLUME IV

- Resposta ao Ofício CPI nº 55/2011, de 25/03/11, do CREA/RJ, relatório preliminar da inspeção realizada em áreas de Teresópolis e Nova Friburgo;

- Resposta ao Ofício CPI nº 59/11, de 24/02/2011, Prefeitura Municipal de Areal, Ofício nº 272/2011/GP, de 13/06/2011, cópia do mapa de áreas afetadas; DVD-R contendo planta topográfica da área afetada pela enchente em Areal; cópia do ofício nº 115/2011 da Secretaria Municipal de Fazenda, contendo o número de moradias por distrito do município e a série histórica decenal da arrecadação tributária municipal;
- Ofício nº 184/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 06/04/11, indicando nomes para serem ouvidos na CPI, Doracy Pessoa Ramos e Sergio Senci. Engenheiros Agrônomos;
- Ofício nº 185/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 06/04/11, indicando nomes para serem ouvidos na CPI, Drª Maria Fernanda J. Ayres Cabral – Defensora Pública e Sandro Schottz – Bombeiro Militar.
- Ofício nº 186/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 06/04/11, solicitando Audiência Pública no Município de Nova Friburgo, a pedido do Senhor Michel Affonso Rosa – Presidente da Associação de Moradores de Duas Pedras.
- Ofício nº 187/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 06/04/11, solicitando vistoria técnica no reservatório de águas de Nova Friburgo, a pedido da Senhora Eliana Analia Diamantina – Moradora de Duas Pedras;
- Documento entregue pelo Sr. Henrique Alberto Santos Ribeiro – Presidente do DER. na 6ª RO realizada em 07/04/11, Relatório dos Serviços Emergenciais executados nas rodovias da Região Serrana após a catástrofe;
- Resposta ao Ofício CPI nº 69/2011, de 08/04/11, da Concessionária Águas de Nova Friburgo, de 13/04/11, esclarecendo que o Reservatório Pulmão, situado na Comunidade de Duas Pedras, encontra-se em operação normal e em perfeitas condições estruturais; Laudo do Engº Sérgio Augusto de Lima, da Salconsult Engenharia Ltda;
- Resposta ao Ofício CPI nº 70/2011, de 08/04/11, do DRM, Of. DRM/Pres. Nº 137/11 de 27/04/11, Resposta encaminhando à Defesa Civil do Município de Nova Friburgo o solicitado no ofício CPI, vistoria do Reservatório de Água Pulmão no Município de Nova Friburgo;
- Resposta ao Ofício CPI nº 72/2011, de 08/04/11, do DER, Of. Gab nº 122 de 29/04/11, Previsão de custos para restauração das RJ – 130 e RJ 134;

- Ofício SE/GAB nº 301, entregue pela SEPLAG, comunicando a ausência do Senhor Secretário Sergio Ruy na reunião da Comissão no dia 28 de abril, por não ter sido entregue o convite na Secretaria de Planejamento e Gestão;
- Ofício nº 189/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 13/04/11, solicitando o envio de convites a moradores e autoridades para a Audiência Pública realizada no Município de Nova Friburgo;
- Ofício nº 203/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 14/04/11, solicitando expedição de ofício ao Banco do Brasil para informar a atual situação das liberações de micro créditos aos pequenos empresários ou titulares da atividade de “facção” da Região Serrana;
- Ofício nº 204/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 14/04/11, solicitando expedição de ofício ao INEA, para informar sobre a avaliação técnica ambiental da área conhecida como “Fazenda da Laje”, no Município de Nova Friburgo para construção de habitações de interesse social;
- Resposta ao Ofício CPI nº 106/2011, de 14/04/11, do INEA, Of. INEA/Pres nº 894/11, de 17/05/2011, informando sobre a avaliação técnica ambiental da área conhecida como “Fazenda da Laje”, no Município e Nova Friburgo, sendo considerada imprópria para construção de habitação de interesse social;
- Resposta ao Ofício CPI nº 107/2011, de 14/04/11, da Superintendência do Banco do Brasil, fazendo referência ao volume de recursos transacionados pelo BB junto ao BNDES, em todos os Municípios atingidos pelas enchentes de janeiro de 2011;
- Ofício nº 016/2011 dos Vereadores Paulo Igor, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e João Tobias, Presidente da CPI Municipal, convidando os membros da CPI Estadual para participação de Audiência Pública;
- Resposta ao Ofício CPI nº 118/2011, de 26/04/11, da Secretaria de Estado de Obras, informando que o ofício CPI nº 16/2011 já fora respondido através do Ofício GSE/SEOBRAS nº 636/2011, datado de 05/04/2011, relatando que não há registro de nenhuma interferência ou danos nas obras que estavam em andamento àquela época na região serrana estadual;
- Resposta ao Ofício CPI nº 124/2011, de 26/04/11, (reiterando os Of. CPI nº 71/11 e 121/11), esclarecendo que a responsabilidade das obras emergenciais no Município de Teresópolis é da EMOP, sendo competência do INEA o apoio a estas obras.

- Ofício SE/GAB nº 358, datado de 28/04/2011, da Secretaria de Planejamento e Gestão, enviando Termo de Referência – Plano de Reestruturação e Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Serra;

- Ofício nº 229/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 03/05/2011, encaminhando resultado da vistoria realizada pelo DRM/RJ e sua conclusão, no Município de Sumidouro e, ainda, dando ciência ao Presidente da CPI, ter oficiado a SEOBRAS solicitando providências do Executivo Estadual;

VOLUME V

- Documentos recebidos na 2ª Audiência Pública realizada em Nova Friburgo:

- Ofício nº 238/11, de 18/04/11, do Vereador Edson Flávio Coelho: encaminhamento de documentos e solicitações;

- Documentos do Fórum Sindical e Popular de Nova Friburgo, de 13/04/11 que foi encaminhado ao Prefeito de Nova Friburgo, com as principais demandas das comunidades presentes ao ato público de 12/04/11;

- Requerimento de Informação nº 007/11 de 25/03/11, do Gabinete do Vereador Cláudio Damião para o Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo;

- Requerimento de Informação nº 008/11 de 24/03/11, do Gabinete do Vereador Cláudio Damião para o Presidente da Câmara Municipal de N. Friburgo;

- Denúncia do Senhor Aloísio B. Silva, de 23 de março e 2011, encaminhada ao Deputado Luiz Paulo;

- Documentos recebidos na 1ª Audiência Pública realizada em Teresópolis:

- Documento da ACIAT, de 18/04/11, solicitando intermediação junto ao Governo Federal para quitação das contribuições federais que incidem sobre a folha de pagamento das empresas (INSS, PIS e CONFINS).

- Requerimento da Comissão de Defesa Popular de Teresópolis, de 18/04/11, encaminhado à ALERJ para viabilizar junto aos Poderes Estatais as reivindicações emergenciais da população teresopolitana;

- Recortes de Jornal com notícias, denúncias e reclamações da sociedade teresopolitana.

VOLUME VI

- Cópia do Ofício 29/13ªSs/2011 da OAB – Teresópolis, datado de 31/01/11, sendo convidada para o acompanhamento da CPI instituída para apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo Prefeito do Município de Teresópolis;
- Cópia do Ofício 29/13ªSs/2011 da OAB – Teresópolis, datado de 31/03/11, suscitando a suspensão do Exmo. Senhor Procurador da Câmara Municipal de Teresópolis, Dr. Miguel Jorge Zandonadi Junior, haja vista que ele teve atuação como Procurador do Município durante a administração atual;
- Cópia de documento da Sociedade Civil Organizada de Teresópolis, datado de 25/01/2011, informando ao Prefeito do Município, que os representantes da Sociedade não participariam da Comissão de Acompanhamento ao Fundo Especial de Combate à Situação de Emergência e Calamidade Pública;
- Processo nº 221.917-2/09 do TCE/RJ, da Prefeitura de Teresópolis referente a denúncias formulada por Marcus Vinícius Ramos, sobre ilegalidades supostamente oriundas de pregão, de 20/10/10;
- Documento e Recortes de Jornais com notícias, denúncias e reclamações da sociedade teresopolitana;
- DVDs contendo imagens de manifestações e vídeos que circularam na internet.

VOLUME VII

- Documentos entregues pelo Senhor Christian Portugal (Presidente da Concessionária Águas de Nova Friburgo) na 9ª RO, em 05/05/11; - “Requerimento de informação, de 28/04/11, à Subsecretaria de Municipal de Defesa Civil de Nova Friburgo e sua respectiva resposta Of. nº 42/11. Relatório de Memória de Massa da ENERGISA, de 03/05/11”;
- Resposta ao OF. CPI nº 130/11 de 05/05/11, do BNDES Of. nº 429/11 BNDES/GP de 18/05/11, recursos financeiros destinados à Região Serrana;
- Resposta ao OF. CPI nº 131/11 de 05/05/11, Of. SEDEIS/GS nº 117 de 18/05/11, dados referentes ao volume de recursos financeiros destinados às operações de empréstimos concedidos às empresas da Região Serrana;
- Ofício nº 217/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 28/04/11, encaminhando CD da gravação de áudio da Audiência Pública

realizada por esta Comissão na Câmara Municipal de Nova Friburgo, no dia 18/04/2011;

- Ofício nº 218/11 do Gabinete do Deputado Rogério Cabral, datado de 28/04/11, encaminhando ofício nº 238/11 (Pagamento de Empresas contratadas pelo Estado), do Presidente da Comissão de Indústria e Comércio para Geração de Emprego e Renda, Vereador Edson Flávio, da Câmara Municipal de Nova Friburgo;

- Ofício nº 061/2011 do Vereador Isaque Demani, da Câmara Municipal de Nova Friburgo, datado de 02/05/11, para averiguar o motivo pelo qual não há uma só obra do Governo do Estado destinada ao 6º Distrito – Conselheiro Paulino;

- Resposta ao Of. CPI 12/11 de 24/02/11, da Secretaria de Estado de Educação, Of. SEEDUC/SUBEX nº 529/11, de 05/05/11, encaminhando em CD-R a série histórica decenal das matrículas escolares dos sete municípios atingidos pelas chuvas;

- Resposta ao Of. CPI 116/11 de 26/04/11, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro, Of. ABIH-RJ – CTA-037/2011, de 26/04/2011, encaminhando relatório recebido do Município de Petrópolis;

- Resposta ao Of. CPI nº 146/11 de 12/05/11, da Procuradoria Geral de Teresópolis, informando o número oficial de aluguel social concedido pelo Estado àquela Municipalidade, bem como a quantidade de aluguel pago pelo Município;

- Resposta ao Of. CPI 148/11 de 12/05/11, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, Of. Nº 035/11, de 18/05/11, informação sobre o número oficial de aluguel social concedido pelo Estado a esta municipalidade, informando, ainda, que o saldo da dotação orçamentária da Secretaria de Assistência, Desenvolvimento social e Trabalho disponível para o ano de 2011 é insuficiente para o atendimento à demanda municipal;

- Cópia do Ofício nº 029/2011 da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Trabalho, datado de 06/05/11, encaminhando a listagem das famílias cadastradas no Município de Nova Friburgo, para percepção do benefício de transferência direta de renda, na modalidade Aluguel Social;

- Resposta ao Of. CPI 149/11 de 12/05/11, da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Of. GP nº 0440/11 de 31/05/11, informação sobre o número oficial de aluguel social concedido pelo Estado a esta municipalidade,

informando, ainda, que o Município não tem legislação própria para a concessão de Aluguel Social;

- Resposta ao Of. CPI 151/11 de 12/05/11, do DER, OF. GAB nº 165/11 de 23/05/11, Cópia das informações prestadas pela Diretoria de Obras e Conservação desta Fundação, referente ao montante de recursos financeiros aplicados na recuperação de Região Serrana;

- Resposta ao Of. CPI 152/11 de 12/05/11, da EMOP, Of. Pres./EMOP nº 124/11 de 24/05/11, Ofício indicando que a informação solicitada sobre o montante de recursos financeiros já investidos por esse órgão nas obras e serviços de recuperação da Região Serrana, deve ser obtida junto a SEOBRAS;

- Resposta ao Of. CPI 154/11 de 12/05/11, da Subsecretaria de Defesa Civil, Of. GSSDC nº 0504/11 de 26/05/11, encaminhando o laudo de vistoria na encosta que deslizou a jusante da ETA da localidade de Duas Pedras no Município de Nova Friburgo;

- Resposta ao Of. CPI 162/11 de 17/05/11, Prefeitura de Nova Friburgo, Of. GAB nº 302/11, de 01/06/11, agradecendo o envio do CD de Blumenau, relativo a apresentação do Plano Estratégico de Recuperação da Cidade;

- Resposta ao Of. CPI 166/11 de 18/05/11, Secretaria de Estado de Ambiente Of. SEA/SE Nº 250/11, de 30/05/11, informando que a Secretaria não celebrou qualquer convênio para aquisição, implantação ou operação de radares meteorológicos em todo o território do Estado;

- Cópia do Ofício nº 191/2011 "E", da Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município de Petrópolis, datado de 03/06/2011, em resposta à solicitação feita ao Senhor Agnaldo Goivinho da Silva, Secretário da SPU, informando a quantidade de edificações de IPTU distribuídos com suas classificações;

- Resposta ao Of. CPI 173/11 de 26/05/11, Secretaria de Estado de Obras, Of. GSE/ SEOBRAS nº 778/11 de 20/06/11, informando o montante disponibilizado para as obras e serviços de recuperação da Região Serrana;

- Resposta ao Of. CPI 174/11 de 30/05/11, Secretaria de Estado de Saúde Of. SES/GS/ APAR nº 94/11 de 15/06/11, solicitando o adiamento da participação do Secretário Estadual de Saúde como expositor da CPI;

VOLUME VIII

- Cópias de documentos entregues pelos Auditores do TCE: Dados relativos às receitas arrecadadas pelo Governo do Estado no período de 2005 a 2010; dados relativos aos investimentos realizados pelo Governo do Estado em habitação, defesa civil, contenção de encostas e taludes;
- Cópia do Edital de Licitação da SEPLAG, retirado da internet, Concorrência Pública nº 002/11 para contratação de serviços de consultoria para realização de um plano de reestruturação e desenvolvimento sustentável dos municípios da Região Serrana;
- Ofício nº 141/11 de 02/06/11 do Dep. Marcus Vinícius, encaminhando matéria publicada no Jornal Tribuna de Petrópolis, sobre as declarações prestadas pelo Prefeito em sua oitiva na CPI;
- Resposta ao Of. CPI 180/11 de 09/06/11, Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Trabalho do Município de Nova Friburgo, Of. nº 149/11 (SJ/SMADSP/PMNF) de 14/06/11, encaminhamento de documentos para conhecimento e análise;
- Resposta ao Of. CPI 179/11 de 09/06/11, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Economia Solidária do Município de Teresópolis, Of. SMDS nº 070/11 de 14/06/11, justificando a ausência do Secretário na 2ª Reunião Administrativa, realizada em 15/06/11.
- Cópia de documento entregue pelo Secretário Rodrigo Neves, na segunda Reunião Administrativa, em 15/06/11, Tabela de beneficiários do aluguel social dos setes municípios;
- Resposta ao Ofício CPI nº 184/11, de 16/06/11, da EMOP, Of. PRES/EMOP nº 740/11 de 30/07/11, sugere que seja consultada a SEOBRAS para a obtenção das informações relativas à previsão de início da construção da ponte sobre o Rio Piabanha, no bairro Julioca, Município de Areal;
- Resposta ao Ofício CPI nº 185/11, de 16/06/11, da Subsecretaria Extraordinária da Região Serrana, Ofício SSERS nº 053/2011, de 30/06-11, esclarece que a execução da obra de construção da ponte do bairro Julioca, no Município de Areal, já se encontra em andamento;
- Documento do BNDES entregue pelo Senhor Deputado LUIZ PAULO, referente ao Desempenho do Programa por Agente Financeiro – Área de Operações Indiretas – Programa PER-RJ;

- Ofício GAB/TC nº 1284/11, de 30 de junho de 2011, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando expediente que é endereçado pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis, solicitando os contratos emergenciais firmados pelo Município de Teresópolis;

- Ofício CPI nº 06/2011, datado de 19-07-11, do Presidente e Relator da CPI Municipal, Vereadores Claudio Damião e Professor Pierre, da Câmara Municipal de Nova Friburgo, solicitando cópia de toda a documentação relativa ao Município de Nova Friburgo, bem como cópia em mídia audiovisual dos depoimentos das autoridades públicas municipais de Nova Friburgo;

VOLUME IX

- Certificado de Tempo de Posse da Prefeitura Municipal de Teresópolis entregue pelo ex-Prefeito Mário Tricano, e Protocolo de Intenções que entre si fazem o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS e à Prefeitura Municipal de Teresópolis.

- Contrato nº 069.06.2006 entre o Município de Teresópolis e a firma Terrae Engenharia Geotécnica Ltda. datado de 12/06/2006; Termo Aditivo 126.11.2006 ao contrato 069.06.2006, datado de 27/11/2006; e Termo Aditivo 051.06.2007, datado de 04/06/2007, todos entregues pelo Senhor Cláudio Palmeiro do Amaral – Geólogo do DRM, em 05/08/2011.

- Termo de Depoimento ao Ministério Público Federal ICP nº 1.30.019.000017/2011-34, datado de 22/03/2011, e um CD contendo cópia integral da 1ª alteração contratual da empresa RW de Teresópolis Construtora e Consultoria bem como cópia de todos os contratos firmados com a Prefeitura Municipal de Teresópolis entregue pelo Senhor José Ricardo de Oliveira, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria, em 09/08/2011.

- Ofício nº 344/2011/GAP/PCCB/PRM/TER, datado de 17-08-11, do Ministério Público Federal, em resposta ao Of. CPI nº 240/11, datado de 10-08-11, não atendendo a solicitação da CPI, pois o depoimento do Senhor José Ricardo de Oliveira, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis, está sob sigilo;

- Atestado Médico do Senhor Valério da Silva Medeiros – Chefe do Setor de licitações da Prefeitura de Teresópolis, apresentado por sua advogada Drª. Carla Maria Bandoli Bastos Marques Braga, justificando sua ausência à oitiva da CPI realizada em 08/08/2011.

- Ofício CRAAI/TERE/Nº 039/2011, datado de 12-08-11, do MPE-Teresópolis, em resposta ao Ofício CPI nº 239/2011, de 10-08-2011, solicitando proteção

policial para o Senhor José Ricardo de Oliveira, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria;

- Ofício SES/GS/APAR nº 138/2011, datado de 10/08/2011 entregue na 18ª RO realizada em 12/08/2011;

- Justificativa de ausência à oitiva da CPI do dia 12/08/2011 feita pelo Sr. Valério da Silva Medeiros, através de sua advogada, justificativa esta acompanhada de declaração do Posto de Saúde de Rio das Ostras; e de Termo de Depoimento prestado pelo Sr. Valério da Silva Medeiros à CPI da Câmara Municipal de Teresópolis.

- Petição dos Advogados Ary Bergher e Raphael Mattos, datado de 15-08-2011, solicitando cópia dos depoimentos dos Senhores José Ricardo de Oliveira, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis e Cláudio José Pontual Filho, Gerente Jurídico da empresa Vital Engenharia, prestados à CPI no dia 08/08/2011.

- Petição do Advogado João dos Santos Gomes Filho, solicitando cópia do depoimento da Senhora Promotora Pública de Teresópolis, Drª. Anaíza Helena Malhardes Miranda, prestados à CPI no dia 05/08/2011;

- Escritura Declaratória do Serviço Notarial e Registral do Ofício Único de Rio das Ostras, datado de 29-07-2011 do Senhor José Ricardo de Oliveira, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria; Caderno de Participação em Projetos Sociais e Comunitários de José Alexandre Almeida; e as Declarações de Imposto de Renda dos exercícios 2009, 2010 e 2011; todos entregues pelo Senhor José Alexandre Almeida na 19ª RO da CPI, realizada em 18-08-2011;

- Petição do Senhor Paulo Roberto Marchesini ao Prefeito Municipal de Teresópolis, solicitando a sua exoneração, datado de 31-12-10; Portaria GP nº 07 da Prefeitura Municipal de Teresópolis datada de 03-01-11, que dispõe sobre exoneração de cargo em Comissão, do Senhor Paulo Roberto Marchesini; Termo de Depoimento do Senhor José Ricardo de Oliveira, Diretor-Presidente da RW de Teresópolis, prestado à Câmara Municipal de Teresópolis em 09-06-11;

- Documento entregue à Comissão no dia 19-08-11, enviado pela Vital Engenharia Ambiental S/A, referente a resposta do Ofício CPI nº 230/2011, datado de 08-08-11 - Termo de Contrato de Serviço que entre si firmam o Município de Teresópolis e a firma Vital Engenharia Ambiental S/A;

VOLUME X

Ofício nº 0304/11/Gab/FMS/NF, datado de 12-08-2011, da Dra. Jamila Calil Salim Ribeiro, Presidente da Fundação Municipal de Saúde do Município de Nova Friburgo, encaminhando cópias da Prestação de Contas de Verbas Recebidas por conta do enfrentamento da enchente em janeiro de 2011 - (Contas Correntes; fotos das obras de reforma de Unidades de Saúde da FMS/NF; Processo nº 090/2011 – aquisição emergencial de material hospitalar; Processo nº 100/2011 – contratação de empresa; Processo nº 367/2011 – solicitação de procedimento (parte 1 e 2).

VOLUME XI

- Documentos entregue pelo **Dr. JOSÉ RICARDO CARVALHO DE LIMA** – Secretário-Geral de Governo do Município de Nova Friburgo em 16-08-11, contendo:

ANEXO 1 – Extrato da conta de doações **SOS** – Nova Friburgo.

VOLUME XII

- Documentos entregue pelo **Dr. JOSÉ RICARDO CARVALHO DE LIMA** – Secretário-Geral de Governo do Município de Nova Friburgo em 16-08-11, contendo:

ANEXO 2 – Extrato da conta dos Recursos Federais para calamidade;

ANEXO 3 – Ofícios enviados pelo Ministério Público Federal e suas respostas;

ANEXO 4 – E-mails que comprovam a entrega das informações ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

ANEXO 5 – Portarias de constituição da Comissão de Fiscalização aos Serviços contratados pelo Município de Nova Friburgo;

ANEXO 6 – Lista do Cadastro de Aluguel Social elaborada pelo Município de Nova Friburgo e enviada ao Estado;

VOLUME XIII

ANEXO 7 – Relatórios dos Serviços prestados pelas Empresas:

- Vital Engenharia Ambiental
- Terraplano – Terraplenagem e Construção Ltda.

Apresentações e Respostas de Ofícios em CD-R/DVD

1 – Apresentação do Senhor Flavio Luiz da Costa Erthal – Presidente do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro – (DRM) em 03-03-11;

2 – Apresentação do Senhor João Gomes – Superintendente de Pesquisas e Finanças da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro – FECOMÉRCIO em 03-03-11;

3 – Apresentação do Excelentíssimo Senhor Deputado Rodrigo Neves – Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; 10-03-11

4 – Apresentação do Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Minc – Secretário de Estado do Ambiente em 10-03-11;

5 – Apresentação do Senhor Paulo Canedo – Hidrólogo do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/RJ em 17-03-11;

6 – Resposta ao Ofício CPI nº 23/2011 enviada pelo CEL. BM Pedro Marques da Cruz Machado - Subsecretário de Estado de Saúde e Defesa Civil em 17-03-11;

7 - Resposta ao Ofício CPI nº 13/2011 enviada pelo Senhor Cristiano Prado Martins Barbosa, Gerente de Infraestrutura e Novos Negócios da FIRJAN em 17-03-11;

8 – Apresentação do Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Leonardo Picciani – Secretário de Estado de Habitação em 24-03-11;

9 – Apresentação e Resposta ao Ofício CPI nº 07/2011 do Excelentíssimo Senhor Deputado Christino Áureo da Silva - Secretário de Estado e Agricultura e Pecuária em 31-03-11;

10 – Apresentação e Resposta ao Ofício CPI nº 51/2011 enviada pelo Senhor Ícaro Moreno Junior - Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro, em 31-03-11;

11 – Apresentação do Senhor Henrique Alberto Santos Ribeiro - Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, em 07-04-11;

12 – Apresentação do Excelentíssimo Senhor Dermeval Barboza Moreira Neto – Prefeito Interino do Município de Nova Friburgo, em 14-04-11;

13 - Resposta ao Ofício CPI nº 23/2011 enviada pelo Excelentíssimo Senhor Jorge Mario Sedlacek - Prefeito do Município de Teresópolis, de 24-02-11;

14 – Áudio da Audiência Pública da CPI da ALERJ na Câmara Municipal de Nova Friburgo, em 18-04-11;

15 – Apresentação do Senhor Wagner Granja Victer – Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgoto, em 28-04-11;

16 – Apresentação do Senhor Vicente de Paula Loureiro – Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro, em 28-04-11;

17 - Resposta ao Ofício CPI nº 18/2011 enviada pelo Excelentíssimo Senhor Sérgio Ruy Guerra Martins – Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em 28-04-11;

18 – Apresentação do Senhor Christian Esteves Portugal – Presidente da Concessionária Águas de Nova Friburgo, 05-05-11;

19 – Apresentação da Senhora Marilene Ramos – Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, em 12-05-11;

20 – Apresentação do Excelentíssimo Senhor João Paulo Kleinubing – Prefeito do Município de Blumenau-SC, em 12-05-11;

21 – Apresentação do Senhor Eduardo de Vries – Secretário de meio Ambiente do Município de Nova Friburgo, em 26-05-11;

22 – Resposta ao Ofício CPI nº 24/2011 enviada pelo Excelentíssimo Senhor Adilson Faraco Brugger de Oliveira – Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto, de 24-02-11;

23 – Resposta ao Ofício CPI nº 12/2011 enviado pelo Senhor Wilson Risolia Rodrigues - Secretário de Estado de Educação, em 12-05-11;

24 – Relatório da Senhora Paula Beatriz Pareto – moradora do Vale do Cuiabá – Petrópolis, em 1º-08-11;

25 – Apresentação do Excelentíssimo Senhor Sérgio Côrtes – Secretário de Estado de Saúde, em 04-08-11;

26 – Apresentação dos Senhores Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro e Arquiteta Thereza Carvalho – Professora da Universidade Federal Fluminense, em 11-08-11;

27 – Resposta do Senhor José Ricardo de Oliveira – Diretor-Presidente da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria, em 08-08-11;

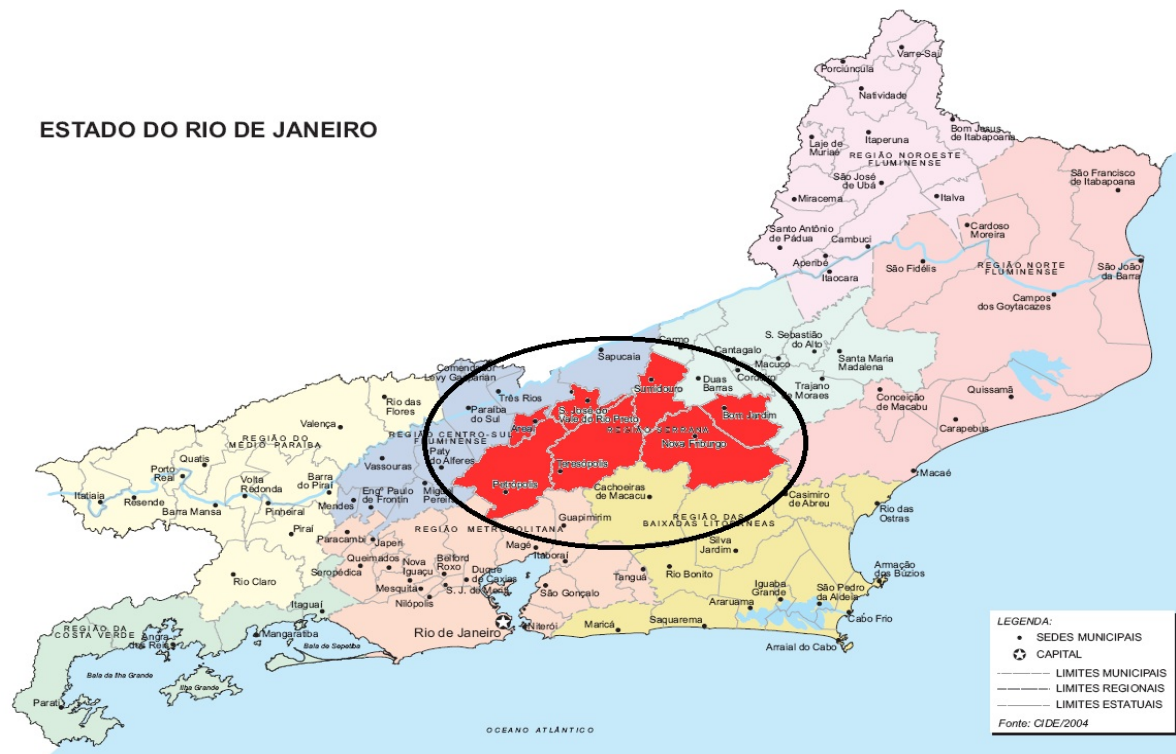
28 – Relatório entregue pelos Auditores do TCE/RJ

29 – Notas Taquigráficas dos depoimentos tomados na CPI.

5. VOTO DO RELATOR

5.1 - REGIÃO ATINGIDA PELA CATÁSTROFE

Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro – Especificamente os Municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Areal e Sumidouro.



5.2 – DESCRIÇÃO DA TRAGÉDIA E DOS FATOS:

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e, em particular, os Municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Bom Jardim e Areal, foram vítimas do, possivelmente, o maior desastre natural ocorrido no nosso País.

Intensas chuvas se abateram sobre a região da serra fluminense, na madrugada do dia 11 para o dia 12 de janeiro deste ano, 2011, tendo causado transbordamento de rios, de canais, o colapso do sistema de drenagem pluvial e deslizamento de encostas, tudo provocando a destruição de inúmeros imóveis, pontes e outros equipamentos urbanos e rurais e, por conseguinte mortes, desaparecimentos, desabrigo e desalojamento de considerável parcela da população atingida. Até a presente data só o número de mortes oficialmente reconhecidas chega a mais de 909, assim como mais de 241 desaparecidos.

Ainda que, em face da inusitada intensidade das chuvas não fosse possível evitar a tragédia, ficou evidenciada a insuficiente capacidade das três esferas de governo – federal, estadual e municipal – de dispor de dispositivos tecnológicos que proporcionassem prever, de forma adequada, a intensidade do temporal que se aproximava para que, com a antecedência necessária, fosse dado um alarme organizado e eficaz à população.

Da mesma forma, ficou constatada a precariedade, de uma estrutura institucional, organizacional e logística apropriada que permitisse o deslocamento e o abrigo da população a ser retirada das áreas de risco, situação agravada pelo fato de que o mapeamento e a identificação dessas áreas, que as administrações dos Municípios atingidos, do Estado e da União possuíam, eram deficientes, agravando, mais ainda, o quadro descrito.

Por outro lado, ficou claro, também, que, os Governos, foram imprevidentes e omissos em elaborar leis e normas mais adequadas de regulação do uso do solo, cumprir e fazer cumprí-las, de modo eficiente e eficaz, de forma a evitar as flagrantes construções irregulares nas áreas de risco, tais como as encostas passíveis de desestabilização e as margens de rios, onde se pôde constatar terem ocorrido os mais graves e mais numerosos acidentes.

Por fim, temos a lamentar, também, os enormes prejuízos à economia pública e privada, conseqüência não só da intensidade das chuvas, mas também da imprevidência e ineficiência dos poderes públicos.

5.2.1. A INTENSIDADE DAS CHUVAS OCORRIDAS.

Segundo o relatório do laboratório de Hidrologia da COPPE da UFRJ, elaborado pelos doutores Paulo Canedo, Lázaro Costa, Marcelo Miguez, Matheus Souza e Osvaldo Rezende, na madrugada do dia 11 para o dia 12 de janeiro as fortes chuvas que se precipitaram sobre a Região Serrana do nosso Estado alcançaram a intensidade de 130 mm / h, especificamente, num período de apenas 4h e 30m, na madrugada do dia 12 e que, com menores intensidades, já vinham ocorrendo antes dessa data e que, perduraram para além dela, por mais alguns dias. (fonte relatório da COPPE)

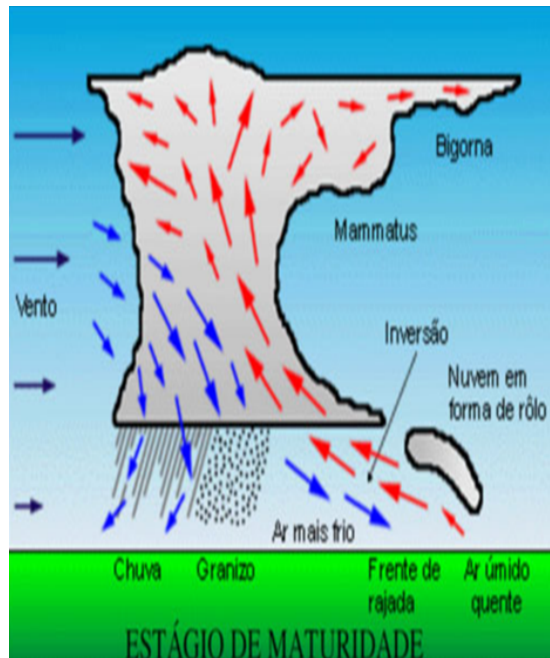
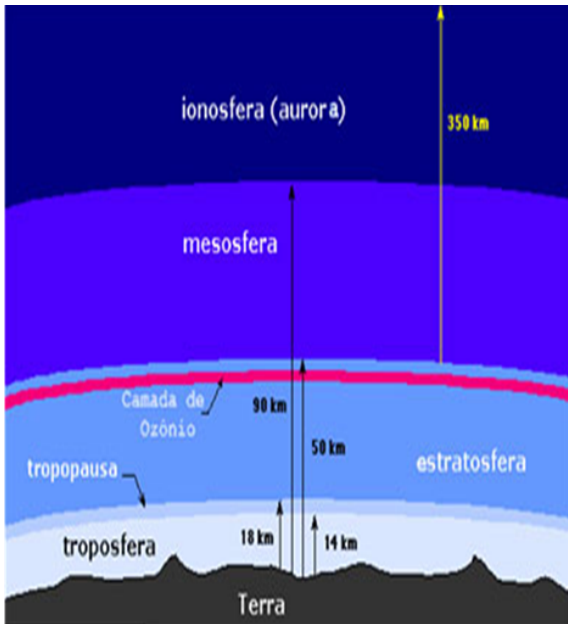
Essas chuvas, segundo o relatório citado, foram causadas pela superposição de fenômenos de rara ocorrência que provocaram a formação sucessiva de nuvens do tipo cumulus nimbus que alcançaram a tropopausa, atingindo alturas de nuvens superiores a 13 Km. (fonte relatório da COPPE, prof. Paulo Canedo) O relatório do INEA, apresentado em oitiva nesta CPI, reforça essa explicação como descrito abaixo.

Segundo o INEA os seguintes fenômenos causaram o inusitado temporal :

- Conjunção de situações adversas, tais como:
 - Chuva frontal, proveniente do Sul do País: típica chuva de verão, com alta intensidade e curta duração
 - Massa de ar úmida oriunda da Amazônia, represada na região Serrana, realimentou a chuva frontal

- Essa conjunção propiciou um condensamento localizado em cima da Serra dos Órgãos, formando nuvens superiores a 10km de altura, no seu epicentro.

As figuras que se seguem, retiradas do trabalho da COPPE citado, mostram a formação inusitada dos sucessivos cumulus nimbus, o que provocou o desastre de proporções inéditas.



Fotos da apresentação do Professor Paulo Canedo – COPPE-RJ

As regiões mais atingidas foram a área urbana, a bacia do Rio Bengalas e a bacia do Córrego Dantas, Campo do Coelho e Floresta, em Nova Friburgo, o Vale do Cuiabá no Município de Petrópolis, o vale do Rio Vieiras, Campo Grande e Santa Rita em Teresópolis, a bacia do Rio Preto no Município de São José do Vale do Rio Preto, o Município de Areal na bacia do Rio Piabanha e do Rio Preto, o Município de Sumidouro e o de Bom Jardim na bacia do Rio Grande, além de outras localidades desses sete municípios citados na inicial.

5.2.2 - TRANSBORDAMENTO DE RIOS

O transbordamento dos rios da região causaram forte destruição nas áreas contíguas às suas margens posto que as áreas efetivamente inundadas ultrapassaram, em muito, as previstas pelas séries históricas existentes. Grande quantidade de material terroso, pedras, vegetação e escombros de imóveis destruídos foram arrastados e, em alguns casos, os próprios cursos naturais dos rios foram modificados.

A tragédia, infelizmente, evidenciou, em todos os municípios atingidos, a intensidade de construções irregulares nas áreas marginais dos rios - consideradas, somente em tese, pelas normas estaduais e municipais, como áreas "non aedificandi" - para as quais é prevista a inundação em ocasiões de cheias intensas, como aliás o foram.

As principais bacias atingidas são sub bacias da Macro Bacia Hidrográfica da Margem Direita do Médio Inferior do Rio Paraíba do Sul :

Na região do desastre, cobrindo os territórios do Municípios atingidos, o mapa do INEA identifica duas principais bacias que contribuem para a Macro Bacia da Margem Direita do Médio Inferior do Rio Paraíba do Sul :

I - A Bacia do Rio Piabanha, com as sub bacias dos Rios Preto e Paquequer.

Rios no Município de Petrópolis:

Rios Piabanha, Cuiabá, Santo Antonio, Quitandinha, Palatinato, Bonfim, Itamaraty, da Cidade e Araras, Bonito, Pequeno, do Poço do Ferreira, e do Carvão.

Rios do Município de Teresópolis:

Rios Paquequer, Canoas, Bengalas, Formiga, Frades, Preto, Córrego Sujo, Vargem Grande, das Antas, Vieira, Ribeirão Santa Rita, Córrego da Prata, e Córrego Sebastiana .

Rios do Município de São José do Vale do Rio Preto:

Rio Preto

Rios do Município de Areal:

Rios Piabanha, Preto, Boa Esperança e Fagundes.

Rios do Município de Sumidouro:

Rios Paquequer, São José, Santo André, do Encontro, Córrego Barata, Córrego Lambari e Córrego Conceição.

II - A Bacia do Rio Grande:

Rios do Município de Friburgo :

Rios Grande, Bengalas, Santo Antonio, Cônego (estes três cortam o centro urbano), Córrego d'Antas, Rio das Flores, Rio Bonito, Rio Boa Esperança, São Domingos Macaé, Córrego Salinas, Córrego Santiago, dos Ribeirões de São José e do Capitão e Córrego Florandia da Serra.

Rios do Município de Bom Jardim:

Rios Grande, São José e Córrego Santo Antonio.

Rio do Município de São José do Vale do Rio Preto:

Rio Preto



5.2.3 - DESLIZAMENTO DE ENCOSTAS

As intensas chuvas também causaram inúmeros deslizamentos de encostas em áreas urbanas, ocupadas, por edificações e também em áreas virgens de ocupação.

Esses deslizamentos - que já ocorrem, infelizmente, com bastante frequência na Região Serrana em ocasiões de temporais intensos, sobretudo na época do verão - desta vez assumiram características nunca vistas.

Inúmeros imóveis foram arrastados, não só os situados em áreas “non aedificandi”, em áreas de risco, em margens de rios e encostas, impróprias para sediar edificações, mas também em áreas urbanas ditas formais, onde é possível construir legalmente.

O quadro abaixo do relatório da EMOP mostra que ocorreram mais de 770 deslizamentos de encostas.

LOCAL	TOTAL DE EVENTOS	TOTAL DE EVENTOS COM SOLUÇÕES PROPOSTAS
FRIBURGO	431	247
BOM JARDIM	37	17
SUMIDOURO	61	27
PETRÓPOLIS	74	41
TERESÓPOLIS	146	85
AREAL	12	6
SÃO J. VALE DO RIO PRETO	16	12
TOTAL	777	435



5.2.4 - COLÁPSO DA MACRO E MICRO DRENAGEM URBANA

Nas áreas urbanas dos municípios atingidos, sobretudo das cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, os rios, canais e o sistema de galerias de águas pluviais foram totalmente obstruídos por material terroso trazido das encostas, por entulho e por lixo, o que agravou as inundações, vitimando pessoas, destruindo edificações, prejudicando a mobilidade de pessoas, de veículos, a acessibilidade a inúmeros locais e causando enormes prejuízos às economias das cidades atingidas, especificamente aos setores de serviços, turismo, comércio e indústria, além da mobilidade de pessoas e produtos.

Nas áreas rurais o transbordamento dos rios, destruiu imóveis, equipamentos, danificaram plantações e prejudicaram a agropecuária das regiões atingidas.

Para se ter uma idéia desses prejuízos basta verificar que as áreas rurais dos municípios atingidos se caracterizam pela predominância de agricultores familiares, sendo que grande parte da população urbana também está envolvida em pelo menos uma atividade agrícola, ou pecuária. Neste universo de produção, estima-se que 17.000 famílias que se sustentam basicamente da atividade agropecuária tenham sido afetadas.

As inundações foram, entre outras causas, as responsáveis pelo dramático isolamento de vários locais, de parcelas da população, prejudicando a chegada de socorro, o atendimento e o abastecimento necessários.



5.2.5 - DESTRUIÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, PONTES, PONTILHÕES, MUROS E EQUIPAMENTOS URBANOS E RURAIS.

Inúmeras vias urbanas, rodovias, estradas vicinais, pontes, pontilhões, muros, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais foram destruídos, agravando os prejuízos à economia e à acessibilidade, concorrendo para o isolamento de contingentes da população, prejudicando e até impedindo a chegada de socorro, atendimento e abastecimento.

As principais rodovias estaduais afetadas e prejudicadas pelas chuvas foram:

MUNICÍPIO	RODOVIAS
Nova Friburgo	RJ-148 / RJ-150 RJ-142 / RJ-130 / RJ – 116 /RJ 242
Bom Jardim	RJ-150
Duas Barras	RJ-148
Sumidouro	RJ-148
Petrópolis	RJ-134 / RJ - 242
São José do Vale do Rio Preto	RJ-134
Teresópolis	RJ-134 / RJ-130



Vários trechos das rodovias estaduais acima mencionadas e das federais BR 040 e BR 116 que atravessam a região atingida sofreram deslizamentos e bloqueios de tráfego, exigindo da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem – DER RJ, do Departamento Nacional de Infra estrutura Terrestre – DNIT e das Concessionárias que as exploram a realização de serviços de remoção de material proveniente de deslizamentos, de contenção de encostas, de reconstrução de pontes, dos equipamentos de drenagem e do corpo estradal.

5.2.6 - INTERRUPTÃO E FALHAS NOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, FORNECIMENTO DE GÁS, ENERGIA ELÉTRICA E TELEFONIA.

Inúmeras localidades ficaram sem abastecimento de água potável, de gás, de energia elétrica e sem telefonia fixa ou celular, o que afetou intensamente o bem estar, a comunicação, a saúde dos cidadãos, causando prejuízos ao socorro das pessoas isoladas e vitimadas, bem como à atividade econômica das regiões atingidas.

É importante notar que a telefonia celular fica interrompida, pois, sem energia elétrica as antenas de transmissão não funcionam.

Na Comunidade de Duas Pedras, em Nova Friburgo, uma adutora de água, da Concessionária Águas de Nova Friburgo, rompeu provocando desabastecimento de água e, possivelmente, colaborando com o deslizamento das encostas; temeu-se até pela de instabilidade do reservatório de água que se situa a montante.

5.2.7- REDE DE SAÚDE

As redes pública e privada de saúde foram fortemente afetadas, principalmente no Município de Friburgo onde se destacam:

- a) O hospital privado Clínica São Lucas, localizado junto à RJ-130, local em que ocorreram deslocamentos de blocos de rocha e deslizamentos a montante atingindo as suas instalações;
- b) O Hospital Municipal Raul Sertã foi totalmente inundado pelo transbordamento dos rios que compõem a bacia do rio Bengala.

5.2.8- REDE DE EDUCAÇÃO

Diversas escolas da rede pública e privada de diversos municípios e as instalações da UERJ, em Nova Friburgo, foram atingidas pela catástrofe, quando não serviram de abrigo à população desabrigada, com sérios prejuízos na área de educação.

Quadro com a relação das unidades escolares atingidas

Escolas Afetadas					
Nova Friburgo	C.E Feliciano da Costa	C.E Prof. Jamil El Jaick	C.E Canadá	C.E Tuffy El Jaick	CIEP 123 - Glauber Rocha
	C.E Galdino do Vale Filho	I.E Nova Friburgo Ginásio Celso Peçanha	C.E Educardo Breder	E.E Vicente de Morais	C.E Rei Alberto
	CIEP 480 - Prof. Luiz Carlos Veronese	C.E DR. VICENTE DE MORAES	E.E.E.S NEUSA GOULART BRIZOLA	C.E PROF ZÉLIA DOS SANTOS CORTES	
Sumidouro	C.E Monsenhor Ivo Sante Donin	CIEP 998 - São José do Sumidouro	CIEP 283 - Maria Amélia Pacheco		
Petropolis	CIEP 472 - Candido Portinari	E.E Araras	C.E CARDOSO FONTES		
Teresópolis	C.E Euclides da Cunha	C.E Fany Niskier	CIEP 036 - Prof Amaury Amaral Santos	C.E HIGINO DA SILVEIRA	C.E LIONS CLUB

5.2.9 - Nº DE MORTOS, DESABRIGADOS, DESALOJADOS E DESAPARECIDOS

Segundo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, dados atualizados até 18 horas do dia 1º de agosto de 2011, foram comunicados 698 desaparecimentos relacionados à tragédia da Região Serrana.

Do total de comunicados foram identificados três tipos de situações: Os que foram localizados mortos, os que foram localizados com vida e os que ainda não foram localizados.

Na maioria dos casos foi informado o município onde ocorreu o desaparecimento, porém ocorreram 33 casos em que o município não foi informado.

5.2.9.1 – Vítimas fatais (Defesa Civil):

O quadro abaixo mostra que o número de mortos chegou a 909

OBM	LOCALIDADE	VÍTIMAS FATAIS
16º GBM TERESÓPOLIS	SUMIDOURO	386
16º GBM TERESÓPOLIS		22
15º GBM PETRÓPOLIS	ITAIPAVA	71
15º GBM PETRÓPOLIS	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	2
6º GBM NOVA FRIBURGO	BOM JARDIM	426
6º GBM NOVA FRIBURGO		2
TOTAL GERAL		909

Fonte : COCBMERJ

5.2.9.2 – Desalojados e desabrigados (Defesa Civil)

A defesa civil informa que o número de pessoas desalojadas chegou a 23118 e de desabrigados a 8908.

DESALOJADOS / DESABRIGADOS NA REGIÃO SERRANA

OBM	Municípios	Desalojados	Desabrigados
6° GBM	Nova Friburgo	4528	789
DBM 1/6	Cordeiro	17	26
	Macuco	28	24
DBM 3/6	Bom Jardim	1186	632
DBM 4/6	São Sebastião do Alto	32	75
	Santa Maria Madalena	284	44
15° GBM	Petrópolis (Itaipava)	6956	187
DBM 2/15	S José do Vale do Rio Preto	-	230
DBM 1/15	Três Rios	00	09
	Areal*	657	65
	Sapucaia	20	20
16° GBM	Teresópolis	9110	6727
DBM 1/16	Sumidouro	300	80
Total		23118	8908

5.2.9.3 – DESAPARECIDOS.

Diante das proporções da tragédia, não é possível precisar o número de desaparecidos, mas o Ministério Público Estadual estima ser superior a 241.

5.2.10 - PREJUÍZOS – PATRIMÔNIO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA E TURISMO.

5.2.10.1 – AGRICULTURA E PECUÁRIA:

A Região Serrana é o mais importante pólo de produção agrícola do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à exploração da olericultura, floricultura e avicultura de corte e postura. Os municípios atingidos se caracterizam pela predominância de agricultores familiares, sendo que grande parte da população urbana também está envolvida em pelo menos uma atividade agrícola ou pecuária. Neste universo de produção, estima-se que 17.000 famílias que se sustentam basicamente da atividade agropecuária tenham sido afetadas.

As principais localidades afetadas são listadas no quadro a seguir:

IDENTIFICAÇÃO		PERFIL DO AGRICULTOR	
Município	Comunidade	Familiar	Demais
NOVA FRIBURGO	Rio Grande	25	0
	Serra Nova e Serra Velha	65	1
	Barracão/Florandia da Serra	166	5
	Santa Cruz/ Centenário	45	5
	Salinas/Patrocínio	240	28
	Riograndina/Fazenda Branca	30	10
	Janela das Andorinhas	68	10
	Vargem Alta/Colonial 61	261	15
	São Pedro/ Boa Esperança	105	20
	Lumiar	33	5
	Pilões	220	10
	Conquista	212	30
	Três Cachoeiras	69	11
PETRÓPOLIS	Caxambu	145	5
	Brejal	180	10
	Itaipava	8	8
	Sta Mônica	10	5
	Jacó	32	2
	Bonfim	53	29
AREAL	Alberto Torres	1	10
	Areal	0	1
SÃO JOSÉ DO V. DO RIO PRETO	Poço Fundo	130	40
	Águas Claras	61	29
	Camboatá	30	20
	Contendas	106	35
	Morro Grande	240	42
	Barrinha	54	24
	Pinheiros	52	20
	Centro	31	0

IDENTIFICAÇÃO		PERFIL DO AGRICULTOR	
Município	Comunidade	Familiar	Demais
SUMIDOURO	Campinas	3.000	80
	Caramandu	250	20
	Santo André	200	15
	São Bento	120	5
	Dona Mariana	1.800	40
	Boaventura	1	30
	Pamparrão	270	30
	Rancharia	60	40
	Encanto	270	40
	Rosas	130	20
	São Lourenço e Lambari	250	15
	Grota Funda, Botafogo e Campo Leal	540	10
	Barão de Aquino e Murineli	100	10
	Benfica, Rosal, Balaça e Soledade	2.800	300
	TERESÓPOLIS	Lúcios, Estrelinha, Vista Alegre, Xotó e Frades	102
Vale Alpino		162	10
Centro, Pça Cruzeiro, Palmital, Telles, São Bento, Alto de Vieira, Boa Vida, Calado Imperial e Providência		140	185
Prates, Imbiú e Sebastiana		189	0
Santa Rosa, Mottas, São Tônico e Baú		150	0
BOM JARDIM	Venda Azul	150	30
	Ribeirão do Capitão	30	10
	São Domingos	180	40
	Bairro de Fátima	30	30
	Goiabal	56	4
	Distrito de São José	98	5
	Ponte do Berçot	56	10
		13.806	1.409

A Secretaria de Estado de Agricultura estima que as perdas financeiras na agricultura cheguem a R\$ 269 milhões como abaixo discriminadas :

1 Infra estrutura produtiva:

- Estradas vicinais e pontes – R\$ 55 milhões
- Moradias – R\$ 25 milhões

2 Recursos de Produção:

- Agricultura – R\$ 45 milhões
- Pecuária – R\$ 4 milhões
- Máquinas e Equipamentos – R\$ 10 milhões
- Instalações – R\$ 40 milhões

3 Perdas seqüenciais em decorrência da interrupção das atividades – R\$ 90 milhões

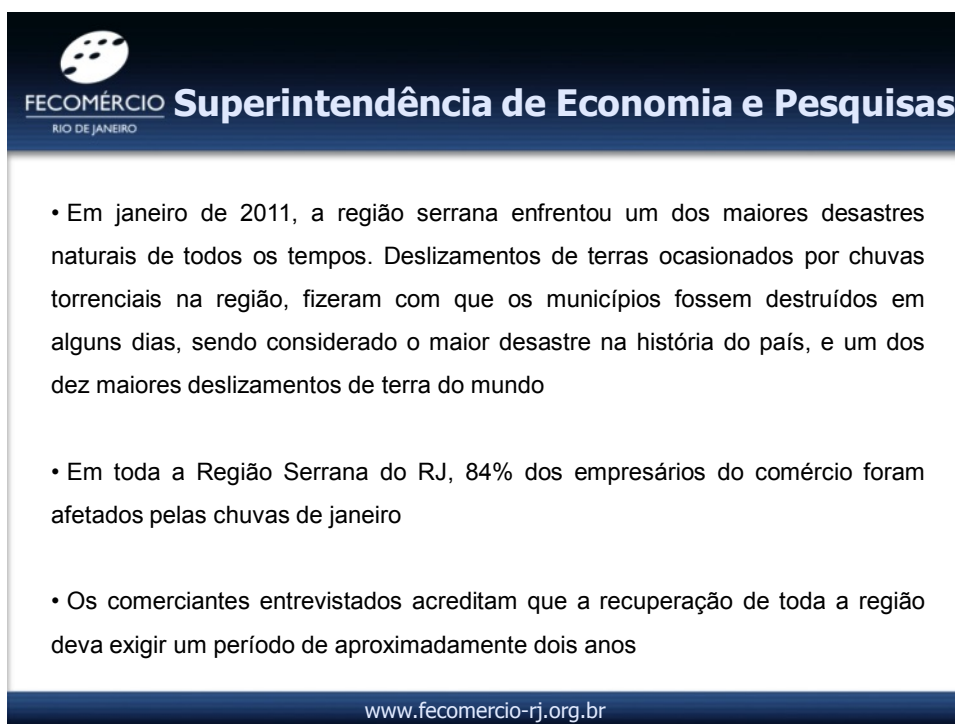
Total – R\$ 269 milhões

5.2.10.2 - COMÉRCIO

No setor de comércio, 84% dos empresários da Região foram afetados pelas chuvas de janeiro.

Os estabelecimentos ficaram em situação difícil para honrarem seus compromissos imediatos, como folha de pagamento de pessoal e fornecedores.

Os prejuízos estimados pela FECOMÉRCIO são da ordem de, R\$ 469,29 milhões, dos quais R\$ 25,88 milhões resultaram de estabelecimentos fechados e R\$ 443,41 milhões de estabelecimentos que conseguiram permanecer abertos.



FECOMÉRCIO Superintendência de Economia e Pesquisas
RIO DE JANEIRO

- Em janeiro de 2011, a região serrana enfrentou um dos maiores desastres naturais de todos os tempos. Deslizamentos de terras ocasionados por chuvas torrenciais na região, fizeram com que os municípios fossem destruídos em alguns dias, sendo considerado o maior desastre na história do país, e um dos dez maiores deslizamentos de terra do mundo
- Em toda a Região Serrana do RJ, 84% dos empresários do comércio foram afetados pelas chuvas de janeiro
- Os comerciantes entrevistados acreditam que a recuperação de toda a região deva exigir um período de aproximadamente dois anos

www.fecomercio-rj.org.br

A estimativa da Fecomércio-RJ é a de que os prejuízos totais do setor em toda a Região Serrana perpassem R\$ 469,2 milhões.

Estimação dos prejuízos causados em todos os estabelecimentos da cidade	
Aberto (em funcionamento)	R\$ 443.331.095,62
Fechado devido às chuvas do início do ano	R\$ 25.886.945,87
Total estimado do prejuízo	R\$ 469.218.041,49

5.2.10.3 - INDÚSTRIA

No setor industrial, do total de 278 empresas do Sistema FIRJAN, 68% foram afetados pelas chuvas de janeiro, a maioria localizada no município de Nova Friburgo.

As empresas ficaram em situação crítica para honrarem seus compromissos imediatos, como folha de pagamento de pessoal e fornecedores.

Os impactos mais fortes se fizeram sentir na infraestrutura, perdas e danos em insumos, máquina, equipamentos e queda de faturamento

Os prejuízos estimados pela FIRJAN são da ordem de R\$ 153 milhões.

SOS Empresas **Diagnóstico da situação**

- Pesquisa do Sistema FIRJAN com 278 empresas da Região Serrana mostrou que 62% delas foram afetadas pelas chuvas, a maioria localizada em Nova Friburgo
- Os empresários apontaram **prejuízos da ordem de R\$ 153 milhões**
- As empresas ficaram em **situação crítica** para honrar compromissos imediatos (ex: folha de pagamento e duplicatas de fornecedores)
- **Ficou evidente que os empresários precisavam acessar, rapidamente, recursos em condições favoráveis**

O prejuízo total do setor produtivo, agricultura, indústria e comércio foi superior a R\$ 891 milhões.

O prejuízo material dos vitimados pela catástrofe foi superior a R\$ 609 milhões.

5.2.10.4 – QUEDA DO NÚMERO DE EMPREGOS

Os empregos foram bastante afetados pela catástrofe nos Municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, fruto do impacto negativo da calamidade na indústria, no comércio e na área de serviços em geral.

5.3 SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CALAMIDADE

AS INFORMAÇÕES A SEGUIR FORAM EXTRAÍDAS DO RELATORIO DOS TÉCNICOS DO TCE-RJ (ANEXO I) SRS. ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTOS E ANTONIO CALIL NETO, EM SUBSÍDIO À COMISSÃO

Este item – 5.3 - apresenta as séries históricas versando sobre os 06 (seis) últimos exercícios, abrangendo os investimentos realizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelos Municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, S. José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis, em funções de governo relacionadas à Habitação, Gestão Ambiental, Defesa Civil, Contenção de Encostas, Regulamentação Fundiária, Mapeamento

Geológico, dentre outras capazes de contribuir para o estudo das causas que culminaram com a tragédia ocorrida na Região Serrana.

5.3.1 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O presente capítulo objetiva apresentar dados socioeconômicos resumidos do Estado do Rio de Janeiro, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo Governo do Estado, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil, Contenção de Encostas, Macrodrenagem e Mapeamento Geológico, dentre outras julgadas pertinentes, no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010.

5.3.1.1 - DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

5.3.1.1.1 - O PIB DO ESTADO, POPULAÇÃO, % PIB RJ/PIB BRASIL, RENDA PER CAPITA

De acordo com a CEPERJ, o PIB do Estado do Rio de Janeiro atingiu R\$ 343,2 bilhões em 2008, com crescimento de 4,15%, em volume, em relação a 2007. O IBGE estimou que o PIB nacional de 2008, a preços de mercado, teria registrado expansão de 5,2%.

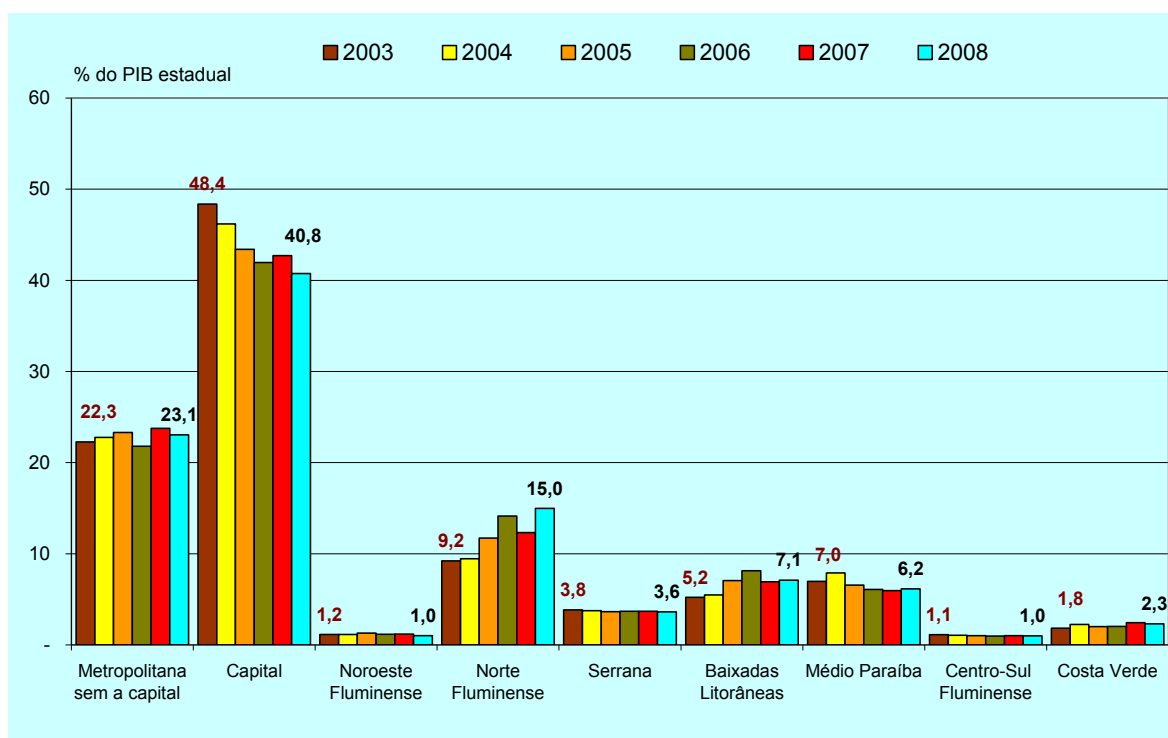
A tabela que se segue apresenta a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil:

Tabela 1: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2008

Ano	Rio de Janeiro					Brasil	Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto (R\$1.000.000)	
	Em R\$1.000.000	Volume					
		Índice 1995=100	Variação anual (%)				
1995	78.944,95	100,00	-	13.642.758	5.786,58	705.640,89	11,19
1996	94.684,07	100,99	0,99	13.795.558	6.863,37	843.965,63	11,22
1997	104.424,11	101,95	0,95	13.947.862	7.486,75	939.146,62	11,12
1998	114.177,72	102,75	0,78	14.107.866	8.093,20	979.275,75	11,66
1999	127.218,91	103,20	0,44	14.319.537	8.884,29	1.064.999,71	11,95
2000	139.754,79	105,86	2,57	14.493.715	9.642,44	1.179.482,00	11,85
2001	152.098,91	106,78	0,87	14.668.977	10.368,75	1.302.135,03	11,68
2002	171.371,99	110,87	3,82	14.846.102	11.543,23	1.477.821,77	11,60
2003	188.014,96	109,64	(1,11)	15.024.965	12.513,50	1.699.947,69	11,06
2004	222.945,04	113,17	3,22	15.203.750	14.663,82	1.941.498,36	11,48
2005	247.017,53	116,51	2,95	15.383.407	16.057,40	2.147.239,29	11,50
2006	275.327,13	121,15	3,99	15.561.720	17.692,59	2.369.483,55	11,62
2007	296.767,78	125,53	3,62	15.420.450	19.245,08	2.661.344,53	11,15
2008	343.182,07	130,74	4,15	15.872.362	21.621,36	3.031.864,49	11,32
2009	(1)			16.010.386			

Fonte: CEPERJ/ IBGE. Nota 1: Não é mais divulgada pela CEPERJ a estimativa preliminar do PIB do ano anterior.

5.3.1.1.2 PIB REGIONAL E DOS MUNICÍPIOS DE 2003 A 2008



5.3.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS RESUMIDOS

População Residente Estimada do Estado do Rio de Janeiro - 2009			
Regiões de Governo	População residente, por sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Estado	16.010.386	7.657.302	8.353.084
Região Metropolitana	11.863.807	5.625.974	6.237.833
Região Noroeste Fluminense	323.456	159.168	164.288
Região Norte Fluminense	811.083	397.162	413.921
Região Serrana	823.014	399.701	423.313
Bom Jardim	26.554	13.362	13.192
Cantagalo	20.548	10.099	10.449
Carmo	18.021	8.994	9.027
Cordeiro	19.904	9.726	10.178
Duas Barras	10.891	5.547	5.344
Macuco	5.625	2.654	2.971
Nova Friburgo	178.653	86.231	92.422
Petrópolis	315.119	151.477	163.642
Sta Maria Madalena	10.775	5.488	5.287
S. José do Vale do Rio Preto	20.571	10.312	10.259
S. Sebastião do Alto	9.054	4.624	4.430
Sumidouro	15.317	7.943	7.374
Teresópolis	162.070	78.166	83.904
Trajano de Moraes	9.912	5.078	4.834
Região das Baixadas Litorâneas	790.194	392.108	398.086
Região do Médio Paraíba	888.587	431.077	457.510
Região Centro-Sul Fluminense	273.324	132.578	140.746
Região da Costa Verde	236.921	119.534	117.387

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.,
Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais.

5.3.1.3 DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

PODER EXECUTIVO							
RECEITA TOTAL ARRECADADA POR FONTE DE RECURSOS							
(VALORES EM MILHARES DE REAIS - AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010)							
FR	FONTE DE RECURSOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010
0	Ordinários Provenientes de Impostos	20.919.710,18	21.619.519,37	21.038.182,66	22.883.291,29	23.261.585,39	26.585.882,23
1	Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.130.529,64	1.653.130,03	1.892.424,09	1.726.159,53	1.588.913,36	883.322,67
4	Indenização pela Extração de Petróleo	5.054.658,06	3.691.198,79	2.574.872,61	2.673.170,50	2.459.056,57	2.755.558,93
5	Salário Educação	176.170,54	173.755,45	243.121,68	263.868,61	284.633,26	299.645,70
6	Fundo de Participação dos Estados	575.539,36	601.610,48	676.916,39	793.010,59	720.352,11	745.213,90
7	Demais Transfer. da União Prov. Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	679.555,16
10	Arrecadação Própria - Adm. Indireta	6.880.813,82	9.357.658,24	10.318.066,62	12.858.971,93	10.814.214,03	12.548.142,31
11	Operações de Crédito Através do Tesouro	383.522,49	433.395,94	232.825,22	203.490,94	310.329,69	1.346.347,95
12	Convênios - Administração Direta	107.741,61	37.436,24	281,99	0,00	0,00	580.168,77
13	Convênios - Administração Indireta	208.867,67	74.395,30	147.849,79	189.417,60	317.185,74	166.599,02
14	Convênios PAC - Administração Direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.914,78
15	FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.218.878,53
16	Convênios PAC - Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.597,93
17	Oper. de Crédito Através da Adm. Indireta	1.268,59	20,83	1,25	0,10	0,00	0,00
18	Convênios Intraorçament-Adm. Direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351.166,96
19	Convênios Intraorçament - Adm. Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.339,34
20	Ressarcim. de Pessoal - Área de Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.072,32
22	Adicional do ICMS - FECF	0,00	102,89	1.998.128,47	2.116.487,37	2.087.349,83	2.268.605,96
25	Sistema Único de Saúde	1.048.951,82	1.198.546,16	620.786,52	746.136,78	942.978,58	727.279,52
26	Contrib. Interv Domínio Econômico-CID	124.213,08	109.179,70	112.596,84	93.493,33	51.869,35	92.152,48
90	Fundo de Dep. Judiciais - Lei 11429/06	107,16	0,00	0,00	44.117,69	175.290,55	6.395,07
95	Retorno de Empr. Prog. Fomento Agropec e Tecn	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.089,55
96	Multa Infração Código Defesa do Consumidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.039,14
97	Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.532,24
98	Outras Receitas da Administração Indireta	6.745,52	12.011,16	9.233,84	9.671,51	8.435,42	15.541,40
99	Outras Receitas da Administração Direta	0,00	15.757,20	36.065,24	0,00	1.373,16	82.262,56
TOTAL		36.618.839,53	38.977.717,79	39.901.353,21	44.601.287,77	43.023.567,05	52.851.304,43
UFIR-RJ		2,0183	1,9372	1,8258	1,7495	1,6992	1,6049

5.3.1.3.1 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

RECEITA TRIBUTÁRIA	PERÍODO / VALORES CORRENTES (EM MILHARES DE REAIS)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ICMS	13.228.987	14.504.634	15.490.675	17.689.763	18.619.472	22.113.234
IRRF	979.669	1.119.986	1.156.812	1.268.335	1.283.780	1.491.338
Adicional ICMS-FECP	1.419.247	1.562.880	1.723.004	1.909.505	1.994.345	2.253.452
IPVA	899.524	984.571	1.099.354	1.237.657	1.511.182	1.417.040
ITD	119.901	151.237	209.675	248.871	290.448	464.276
TAXAS	101.208	137.099	159.780	216.016	758.834	887.910
TOTAL	16.748.536	18.460.407	19.839.300	22.570.147	24.458.061	28.627.250

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Estado de Fazenda (SIG)

5.3.1.4 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

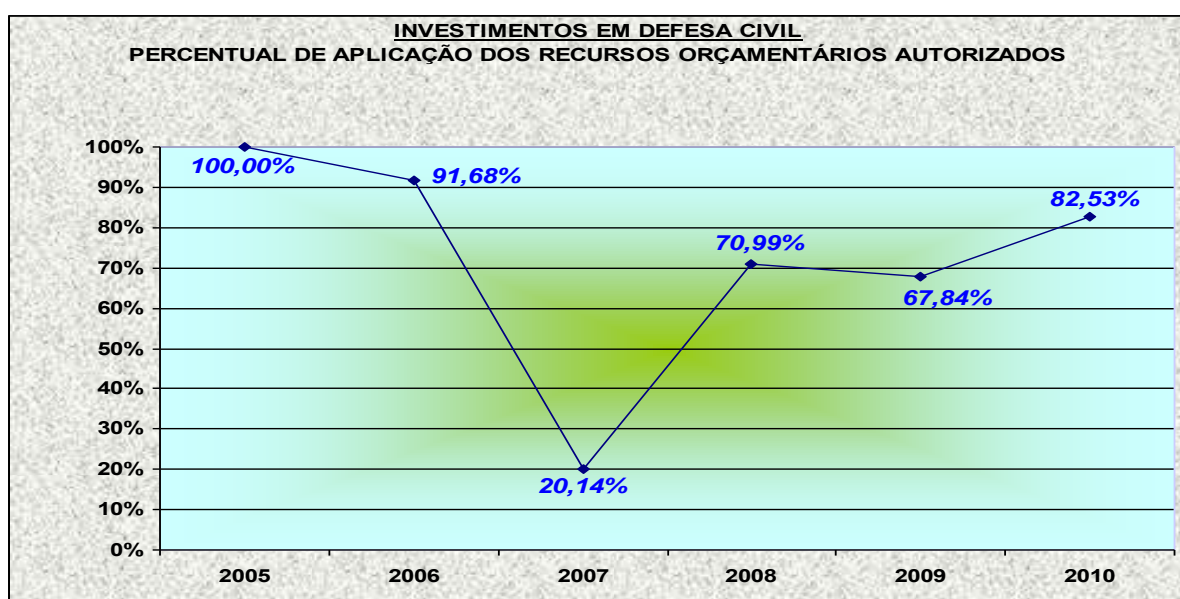
5.3.1.4.1 INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO – VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010					
ANO	INVESTIMENTO AUTORIZADO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	25.828.419,92	25.828.419,92	66.399.149,28	1.599.850.792,89	1,6049
2006	32.346.785,81	22.798.497,45	66.797.384,88	1.742.639.645,14	1,6992
2007	5.958.819,32	4.588.435,68	60.730.439,11	1.484.362.899,59	1,7495
2008	66.597.562,61	49.544.681,88	124.413.627,45	1.660.033.875,01	1,8258
2009	105.653.915,85	70.183.939,84	123.121.814,36	2.684.064.020,62	1,9372
2010	241.968.730,50	162.304.237,02	220.542.069,43	4.802.391.302,37	2,0183
TOTAL	478.354.234,00	335.248.211,79	662.004.484,51	13.973.342.535,62	



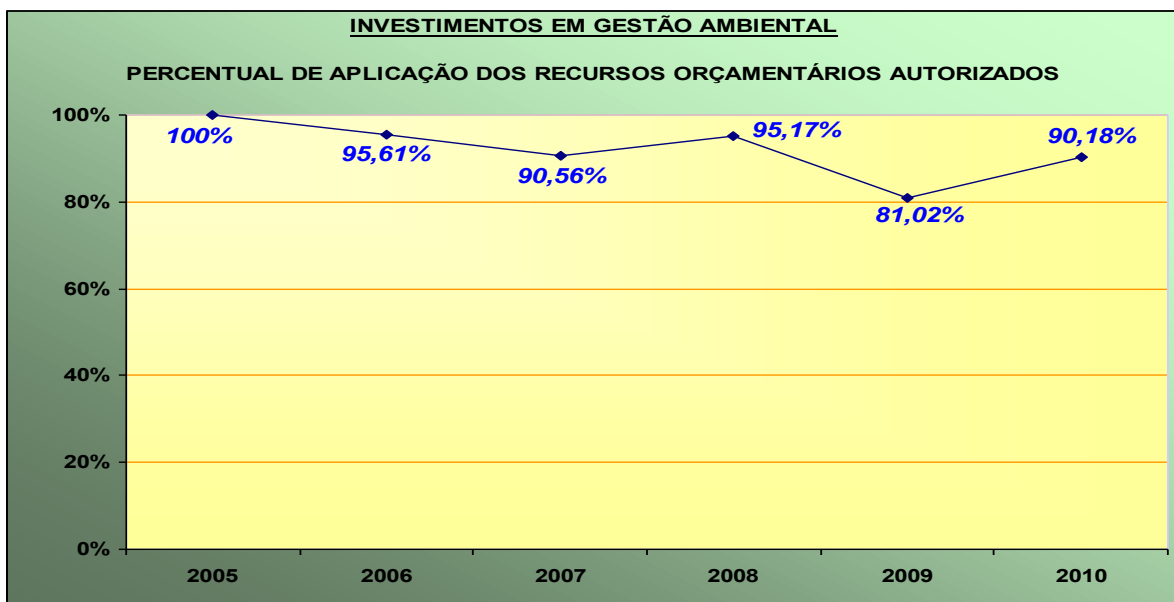
5.3.1.4.2 INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

DEFESA CIVIL – VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010					
ANO	INVESTIMENTO AUTORIZADO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	4.720.535,76	4.720.535,76	209.234.704,52	1.599.850.792,89	1,6049
2006	29.154.996,79	26.729.148,78	148.861.394,05	1.742.639.645,14	1,6992
2007	31.540.355,43	6.351.444,36	228.378.942,99	1.484.362.899,59	1,7495
2008	114.416.546,38	81.219.738,86	342.969.297,33	1.660.033.875,01	1,8258
2009	123.635.206,89	83.877.663,41	410.786.782,73	2.684.064.020,62	1,9372
2010	79.269.218,67	65.422.810,85	377.015.513,74	4.802.391.302,37	2,0183
TOTAL	382.736.859,92	268.321.342,02	1.717.246.635,36	13.973.342.535,62	



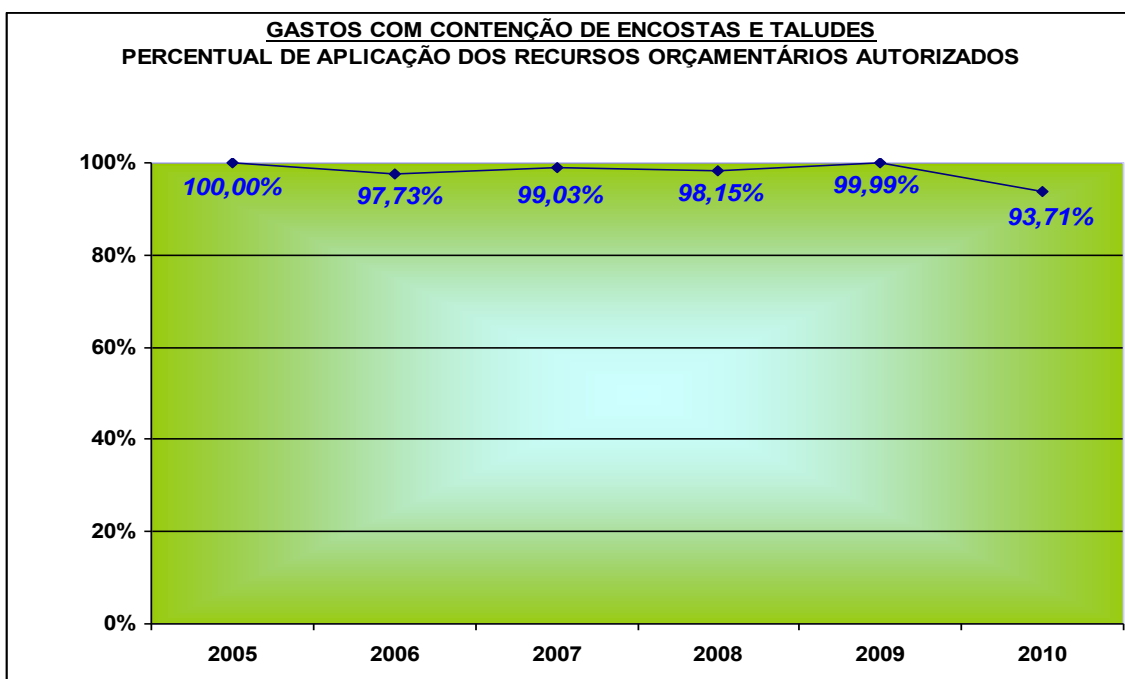
5.3.1.4.3 - INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL – VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010					
ANO	INVESTIMENTO AUTORIZADO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	260.244.267,19	260.243.897,59	317.435.522,18	1.599.850.792,89	1,6049
2006	357.192.895,75	341.498.553,35	402.375.904,09	1.742.639.645,14	1,6992
2007	281.842.035,24	255.241.045,85	333.898.596,19	1.484.362.899,59	1,7495
2008	136.858.203,47	130.254.779,79	235.800.723,70	1.660.033.875,01	1,8258
2009	282.750.724,39	229.074.043,97	333.257.251,59	2.684.064.020,62	1,9372
2010	513.940.580,36	463.475.031,65	597.756.735,16	4.802.391.302,37	2,0183
TOTAL	1.832.828.706,40	1.679.787.352,20	2.220.524.732,91	13.973.342.535,62	



5.3.1.4.4 - GASTOS COM CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

GASTOS COM CONTENÇÃO DE ENCOSTAS (VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010)			
ANO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	12.098.342,50	12.098.342,50	1.599.850.792,89
2006	4.474.178,85	4.372.412,74	1.742.639.645,14
2007	26.269.671,77	26.014.765,81	1.484.362.899,59
2008	6.956.555,10	6.828.130,46	1.660.033.875,01
2009	60.636.916,16	60.629.493,91	2.684.064.020,62
2010	21.323.974,38	19.983.184,53	4.802.391.302,37
TOTAL	131.759.638,76	129.926.329,95	13.973.342.535,61



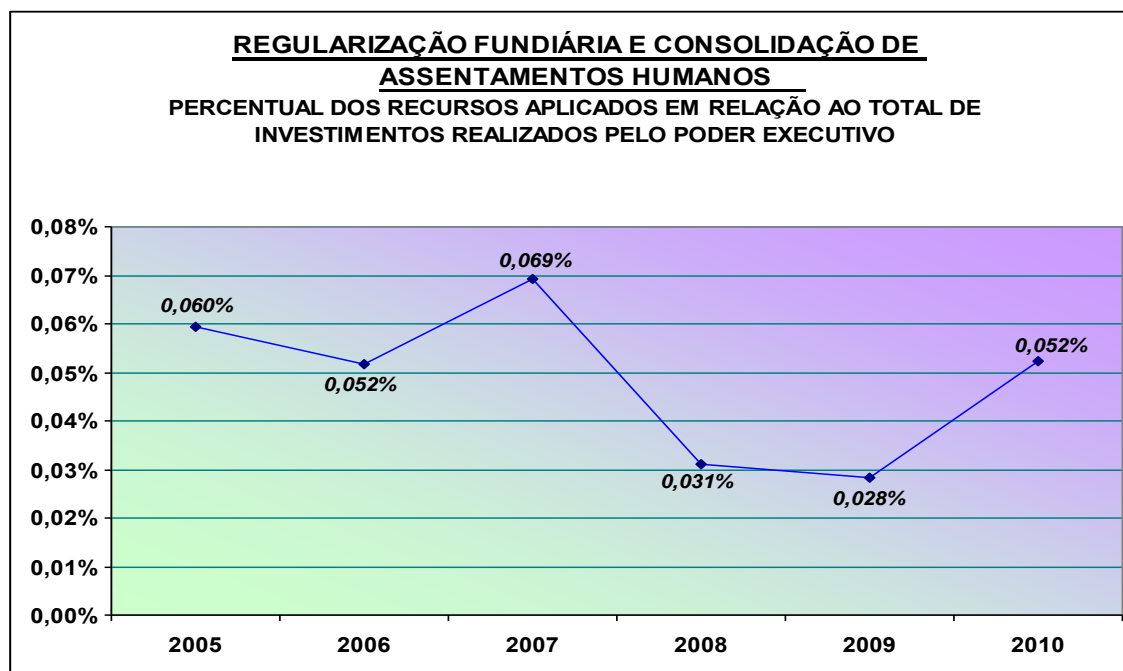
5.3.1.4.5 - GASTOS COM MAPEAMENTO GEOLÓGICO

GASTOS COM MAPEAMENTO GEOLÓGICO (VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010)			
ANO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	0,00	0,00	1.599.850.792,89
2006	126.500,09	72.037,58	1.742.639.645,14
2007	125.934,53	116.889,96	1.484.362.899,59
2008	35.780,52	35.780,52	1.660.033.875,01
2009	49.089,53	47.752,78	2.684.064.020,62
2010	160.505,51	86.313,72	4.802.391.302,37
TOTAL	497.810,17	358.774,56	13.973.342.535,61

5.3.1.4.6 - GASTOS COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

GASTOS COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - VALORES CORRENTES (EM R\$)			
ANO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	860.506,26	757.213,27	1.272.160.004,71
2006	1.032.885,00	756.737,37	1.467.122.471,89
2007	1.081.171,04	890.188,13	1.286.673.384,94
2008	695.602,61	465.011,39	1.501.704.329,88
2009	3.210.495,00	731.072,30	2.576.212.069,93
2010	7.163.523,00	2.505.445,35	4.802.391.302,37
TOTAL	14.044.182,91	6.105.667,81	12.906.263.563,72

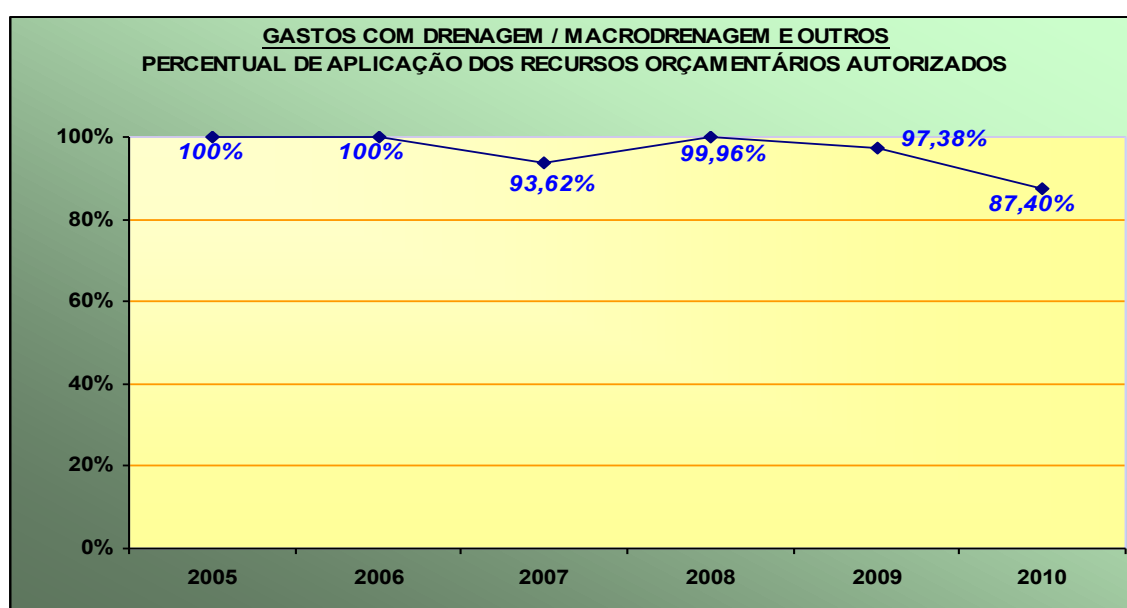
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Estado de Fazenda (SIG)



5.3.1.4.7 - GASTOS COM DRENAGEM / MACRODRENAGEM

GASTOS COM DRENAGEM / MACRODRENAGEM E OUTRAS AÇÕES VALORES CORRENTES EM R\$			
ANO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	11.368.877,98	11.368.877,98	1.272.160.004,71
2006	30.489.181,00	30.489.181,00	1.467.122.471,89
2007	16.720.859,79	15.653.355,71	1.286.673.384,94
2008	16.622.867,29	16.616.306,15	1.501.704.329,88
2009	110.076.673,32	107.189.737,97	2.576.212.069,93
2010	142.663.548,00	124.684.213,96	4.802.391.302,37
TOTAL	327.942.007,38	306.001.672,77	12.906.263.563,72

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Estado de Fazenda (SIG)



5.3.1.4.8 - RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS NAS FUNÇÕES PREVENTIVAS / INVESTIMENTO REALIZADO PELO PODER EXECUTIVO DO ESTADO

RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO REALIZADO E INVESTIMENTO TOTAL DO ESTADO

em R\$ milhões

FUNÇÃO	INVESTIMENTO (média 2005- 2010)	INVESTIMENTO TOTAL DO ESTADO (média 2005-2010)	%
HABITAÇÃO	55,87	2.328,89	2,40
DEFESA CIVIL	44,72	2.328,89	1,92
G. AMBIENTAL	279,96	2.328,89	12,02
ENCOSTAS	21,65	2.328,89	0,93
MAP. GEOLÓGICO	59,80	2.328,89	2,57
REG. FUND	1,02	2.151,04	0,05
DRE / MACRODRENAGEM	51,00	2.151,04	2,37

5.3.2 MUNICÍPIOS

5.3.2.1 - MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS

O presente tópico objetiva mostrar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de Teresópolis, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de Teresópolis

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir apresentados em síntese.

A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de Teresópolis frente aos demais municípios fluminenses, abrangendo dados tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 39: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	2	2	1	1	2	1	5,9%	111.497
Indústria	29	30	29	29	28	25	13,3%	254.321
Administração Pública	19	19	19	19	19	19	26,5%	504.595
Demais serviços	16	16	16	16	17	17	54,4%	1.037.102
Total dos setores							100,0%	1.907.516
Impostos sobre produtos								176.747
PIB a preços de mercado	20	20	20	21	21	22		2.084.263
População	19	19	19	18	19	19		159.968 hab. em 2008
PIB <i>per capita</i>	31	29	32	33	33	31		R\$ 13.029,00 em 2008

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2010, de acordo com o Censo¹, Teresópolis tinha uma população de 163.805 habitantes, equivalente a 20,8% do contingente da região Serrana, com uma proporção de 47,8% de homens para 52,2% de mulheres. A densidade demográfica era de 212,5 habitantes por km², contra 118,4 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 88,8% da população.

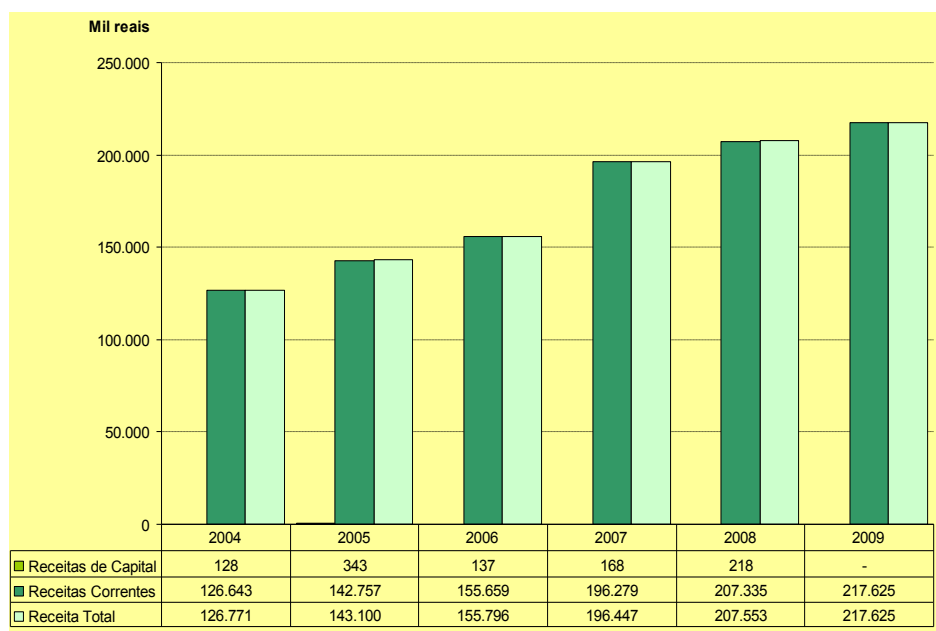
Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 18,6%, o 24º maior crescimento no estado.

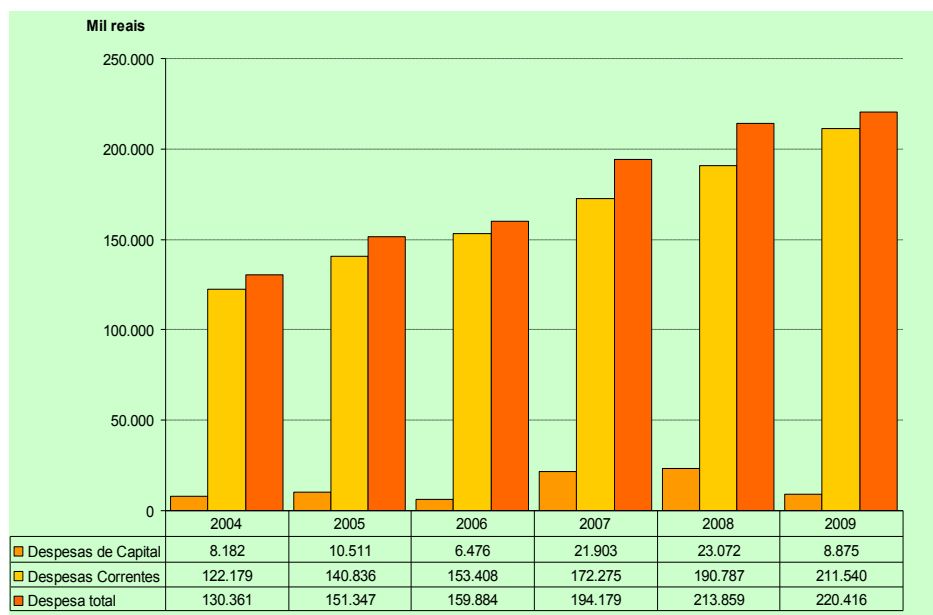
O município tem um contingente de 119.008 eleitores², correspondente a 73% do total da população.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico aplica-se à apresentação das receitas orçamentárias, com base em números fornecidos pelo próprio município nas prestações de contas de administração financeira enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são demonstradas no gráfico abaixo, ressaltando-se que as cifras apresentadas estão em valores correntes.





A receita realizada aumentou 72% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 69%.

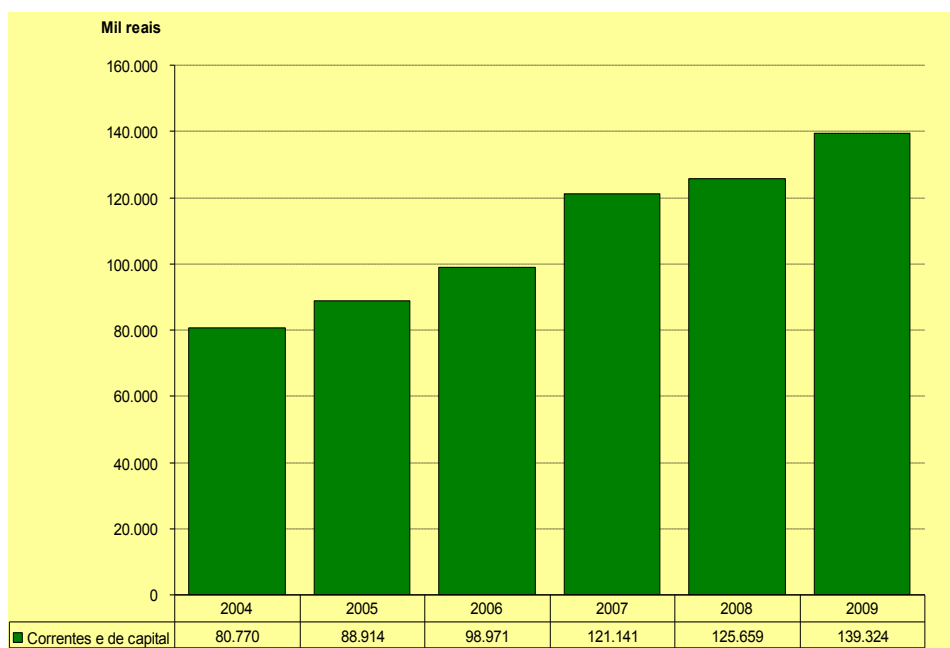
RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

Com relação à composição das receitas correntes por fontes de recursos, as ilustrações a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Pode-se observar a predominância das transferências correntes, já que a receita tributária representa 20,7% do total no ano de 2009.

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 72% entre 2004 e 2009:

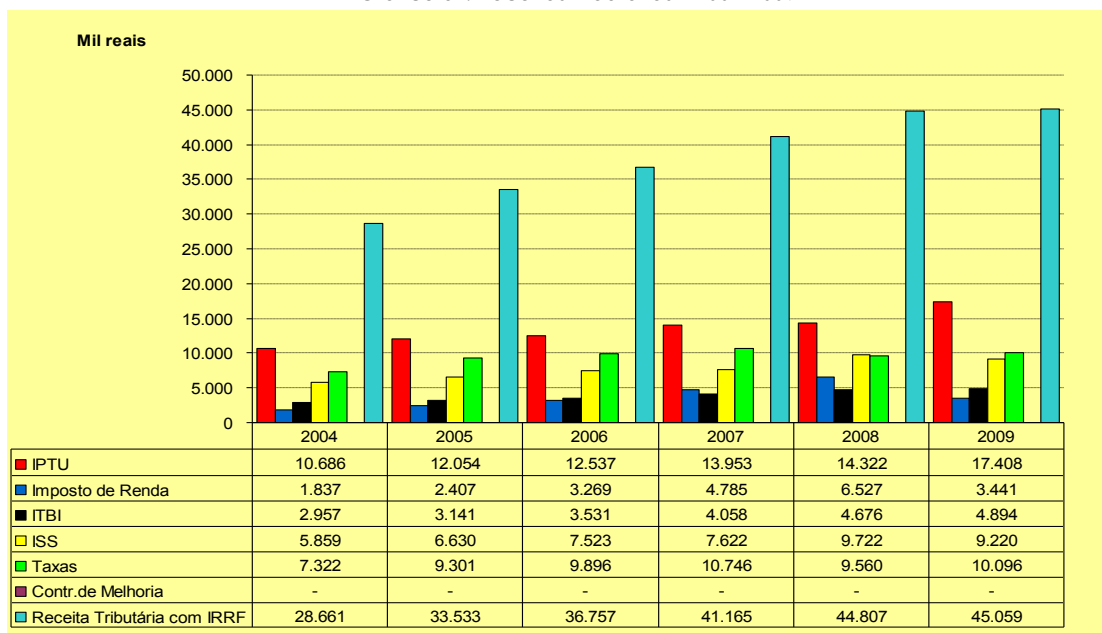
Gráfico 63: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 57% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de outros 57% na arrecadação de ISS e de 63% no IPTU. Também houve acréscimo de 65% no ITBI, de 38% nas taxas e de 87% na receita de Imposto de Renda retido na fonte.

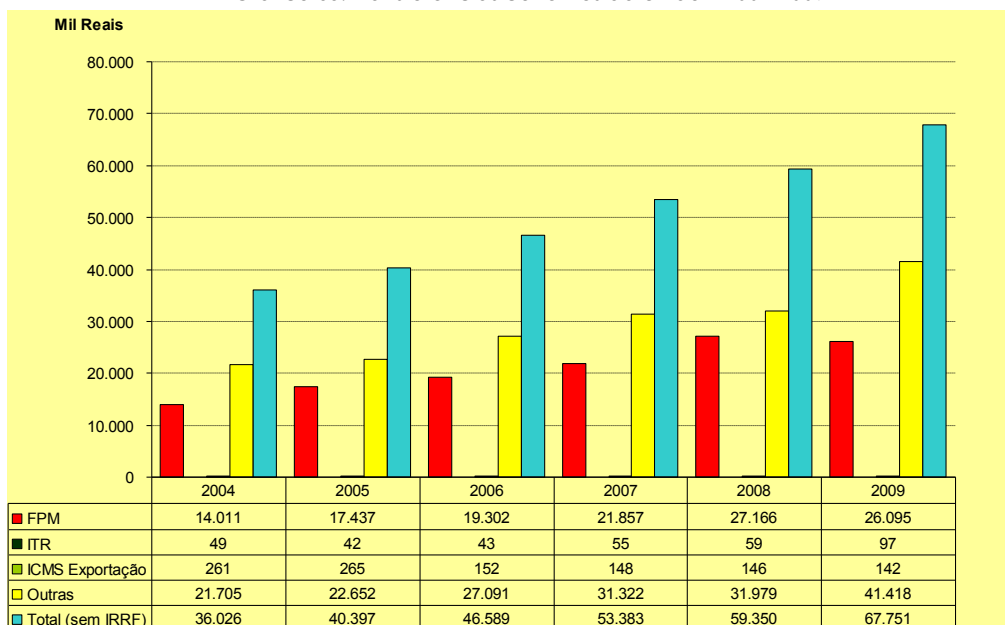
Gráfico 64: Receitas tributárias – 2004-2009



DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União cresceram 88% no período, com aumento de 86% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

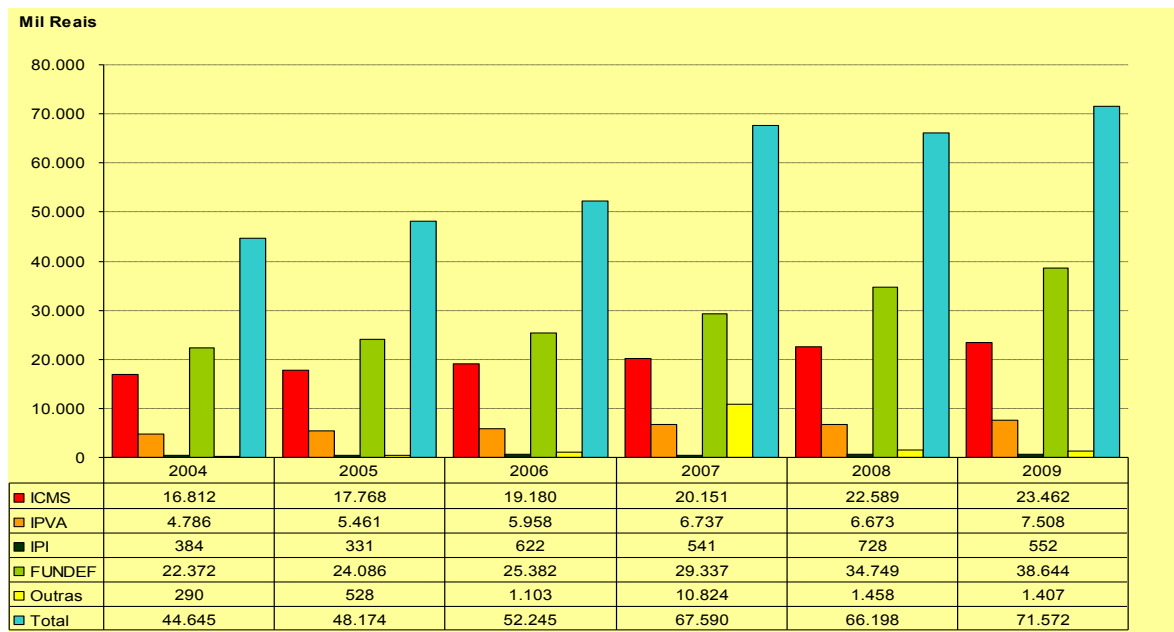
Gráfico 65: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 60% no período, tendo contribuído para um aumento de 40% no repasse do ICMS e um crescimento de 73% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 66: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando a classificação da despesa por Categoria Econômica, frise-se que, dentre as Despesas de Capital, serão enfocadas no presente trabalho as que se inserem no grupo taxonômico Investimentos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas alusivas às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir evidencia os recursos relativos a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), enfatizando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 45: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	77.824,94	77.824,94	3.512.616,52
2006	0,00	0,00	2.110.898,89
2007	0,00	0,00	2.803.578,29
2008	0,00	0,00	5.914.441,20
2009	0,00	0,00	493.545,86
2010	0,00	0,00	2.297.164,24
TOTAL	77.824,94	77.824,94	17.132.245,00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

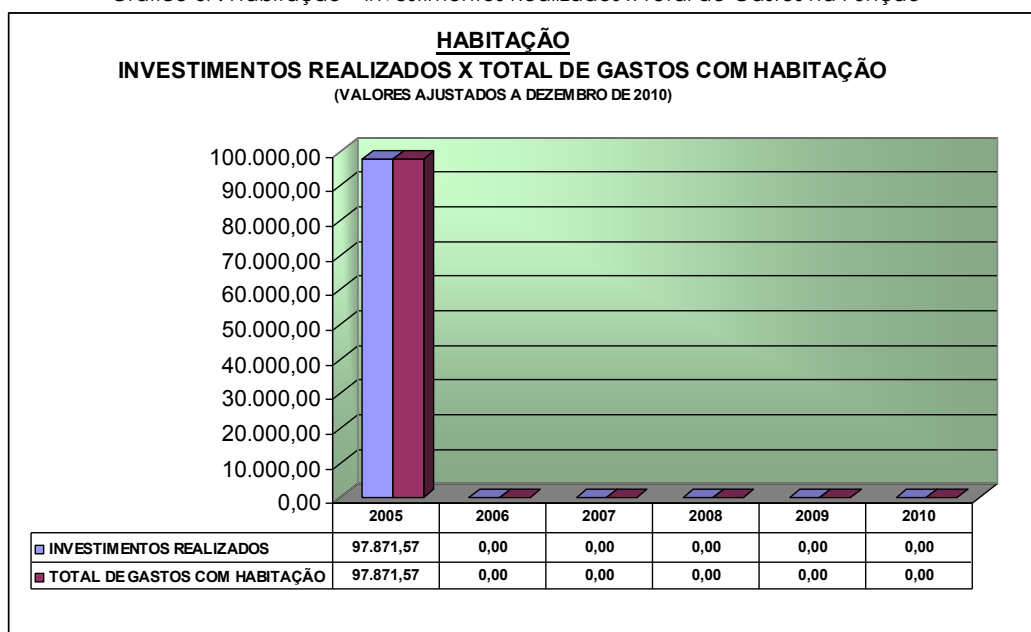
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais dispostos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela 46: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	97.871,57	97.871,57	4.417.417,86	1,6049
2006	0,00	0,00	2.507.313,58	1,6992
2007	0,00	0,00	3.234.330,99	1,7495
2008	0,00	0,00	6.538.019,87	1,8258
2009	0,00	0,00	514.207,93	1,9372
2010	0,00	0,00	2.297.164,24	2,0183
TOTAL	97.871,57	97.871,57	19.508.454,46	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

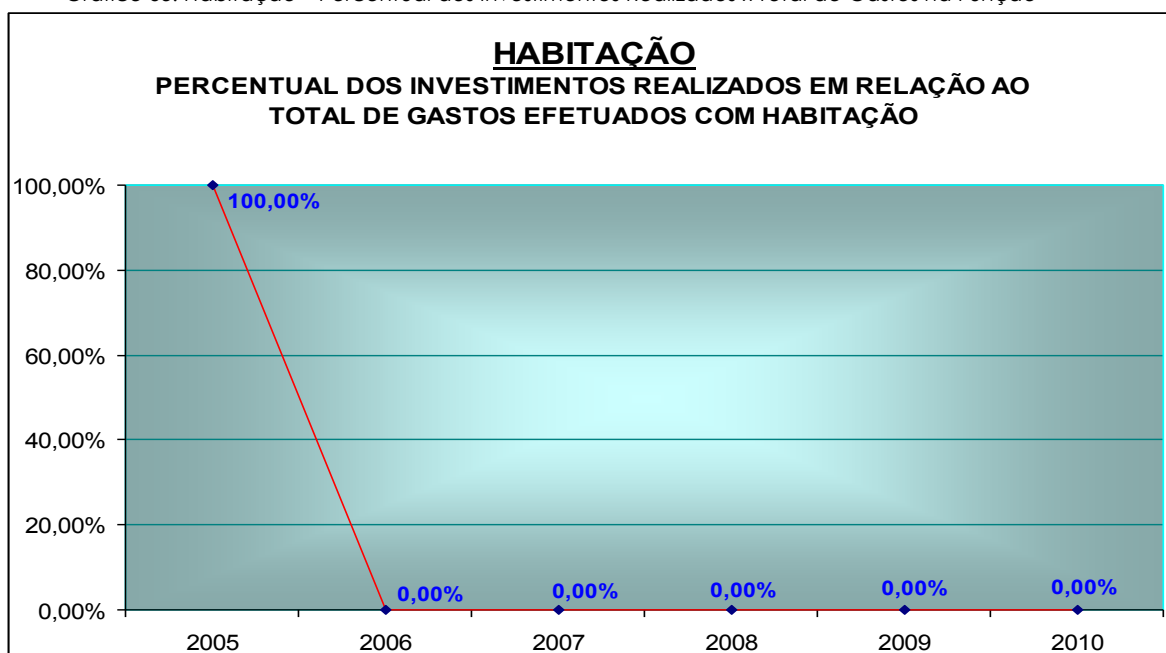
Gráfico 67: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

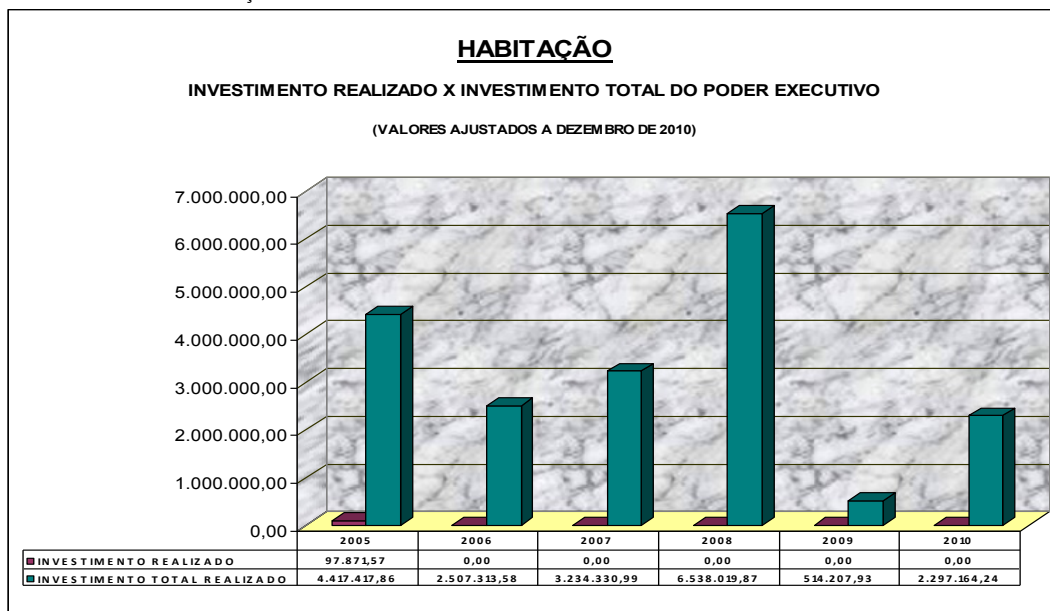
Gráfico 68: Habitação – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em

Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

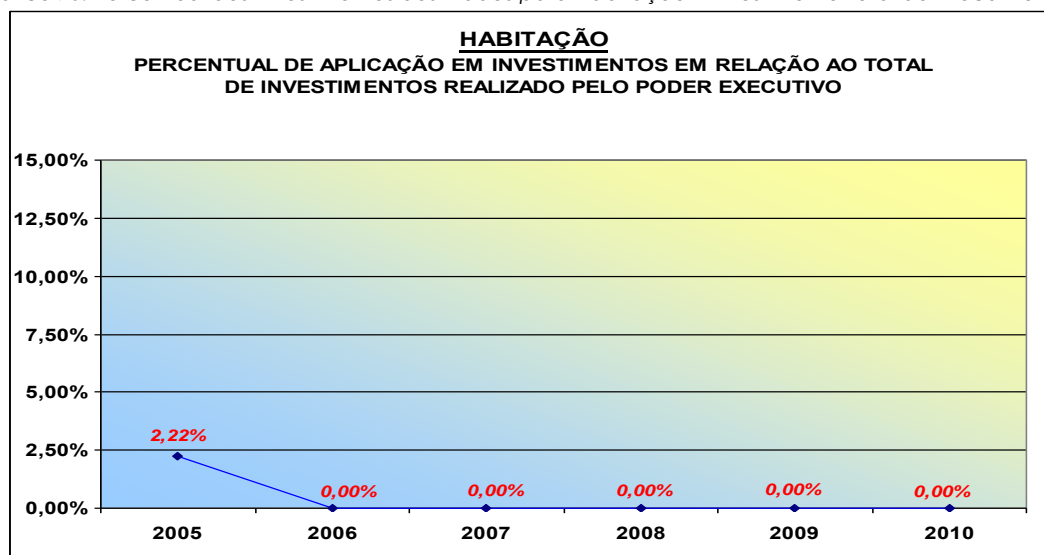
Gráfico 69: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 70: Percentual dos Investimentos destinados para Habitação x Investimento Total do Executivo



INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir espelha os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção

(incluídas despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras se encontram dispostas em valores correntes:

Tabela 47: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	0,00	224.509,32	3.512.616,52
2006	0,00	24.611,82	2.110.898,89
2007	0,00	0,00	2.803.578,29
2008	0,00	0,00	5.914.441,20
2009	0,00	1.964,00	493.545,86
2010	0,00	0,00	2.297.164,24
TOTAL	0,00	251.085,14	17.132.245,00

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

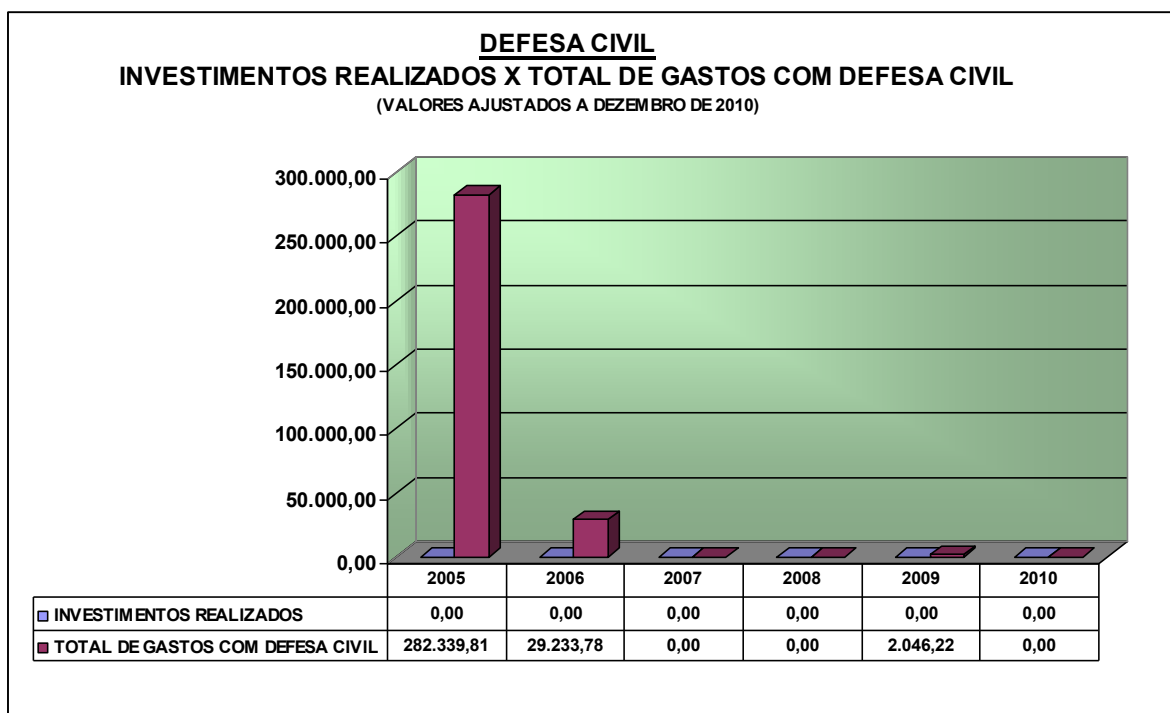
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais abordados nas Deliberações TCE/RJ n°s 165/92 e 219/00, foi concebida a seguinte tabela:

Tabela 48: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	282.339,81	4.417.417,86	1,6049
2006	0,00	29.233,78	2.507.313,58	1,6992
2007	0,00	0,00	3.234.330,99	1,7495
2008	0,00	0,00	6.538.019,87	1,8258
2009	0,00	2.046,22	514.207,93	1,9372
2010	0,00	0,00	2.297.164,24	2,0183
TOTAL	0,00	313.619,81	19.508.454,46	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

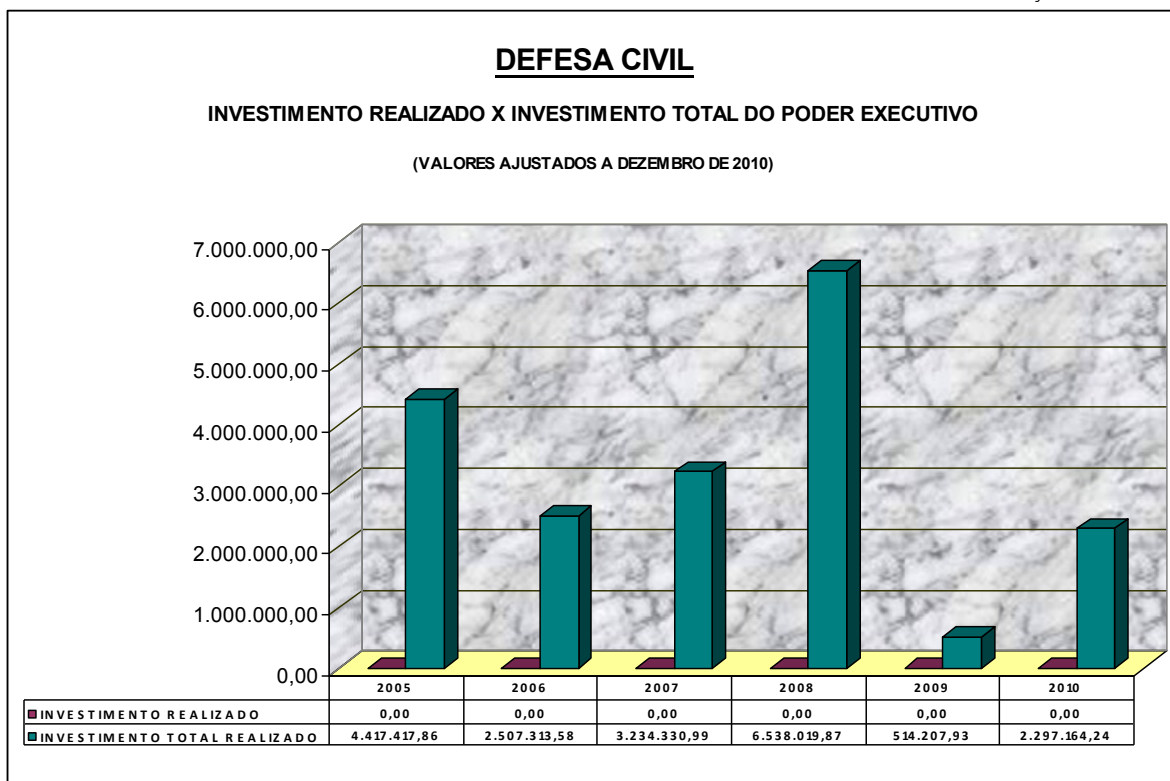
Gráfico 71: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 72: Defesa Civil – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Defesa Civil foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

O quadro a seguir trata dos recursos referentes a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, do total das despesas realizadas na função (incluídas despesas com custeio e pessoal) e do montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), ressaltando-se que as cifras se encontram apresentadas em valores correntes:

Tabela 49: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	2.550,00	426.362,24	3.512.616,52
2006	0,00	536.902,84	2.110.898,89
2007	0,00	664.591,68	2.803.578,29
2008	0,00	792.442,71	5.914.441,20
2009	15.893,00	1.075.780,40	493.545,86
2010	0,00	5.480.508,58	2.297.164,24
TOTAL	18.443,00	8.976.588,45	17.132.245,00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

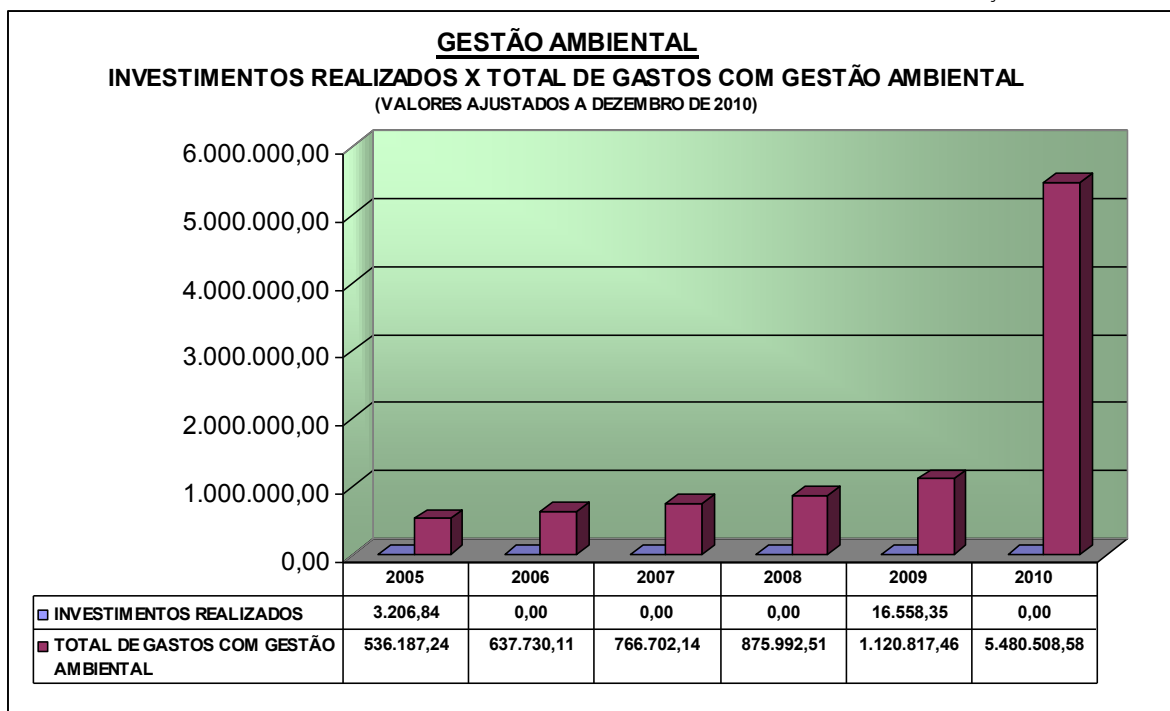
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais tratados nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi construída a seguinte tabela:

Tabela 50: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	3.206,84	536.187,24	4.417.417,86	1,6049
2006	0,00	637.730,11	2.507.313,58	1,6992
2007	0,00	766.702,14	3.234.330,99	1,7495
2008	0,00	875.992,51	6.538.019,87	1,8258
2009	16.558,35	1.120.817,46	514.207,93	1,9372
2010	0,00	5.480.508,58	2.297.164,24	2,0183
TOTAL	19.765,19	9.417.938,04	19.508.454,46	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

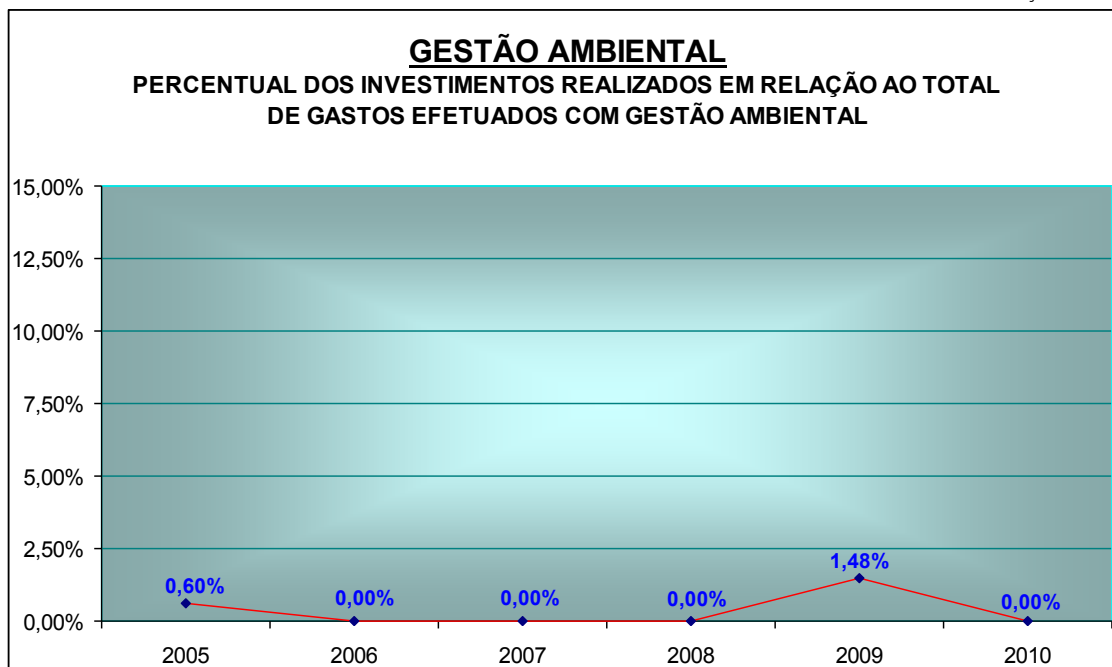
Gráfico 73: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

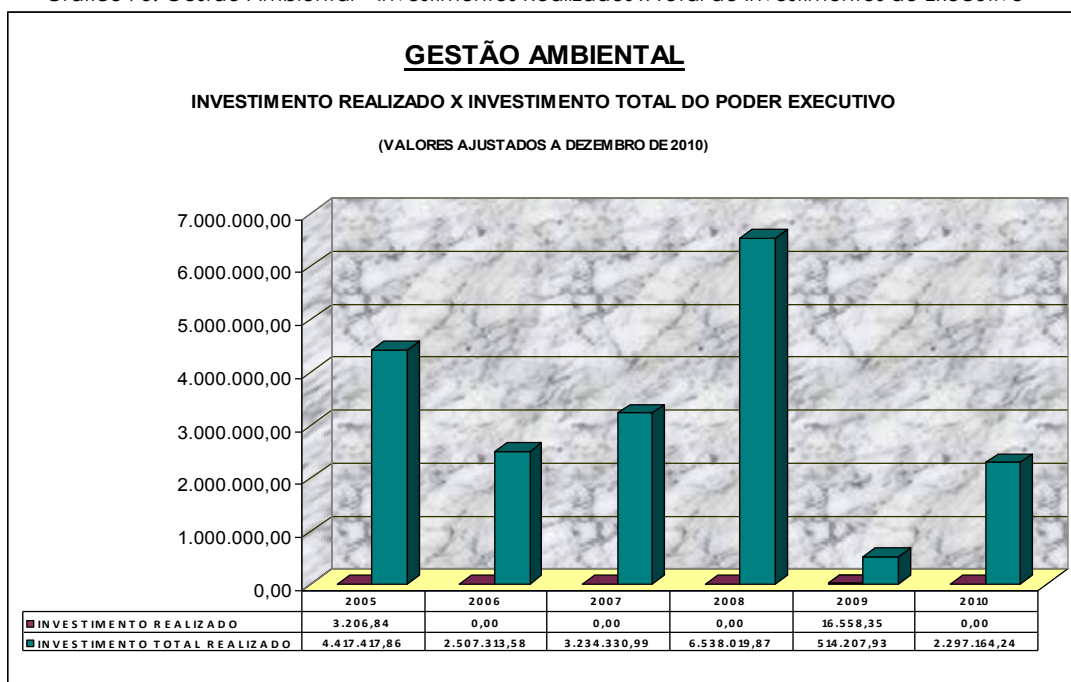
Gráfico 74: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Gestão

Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

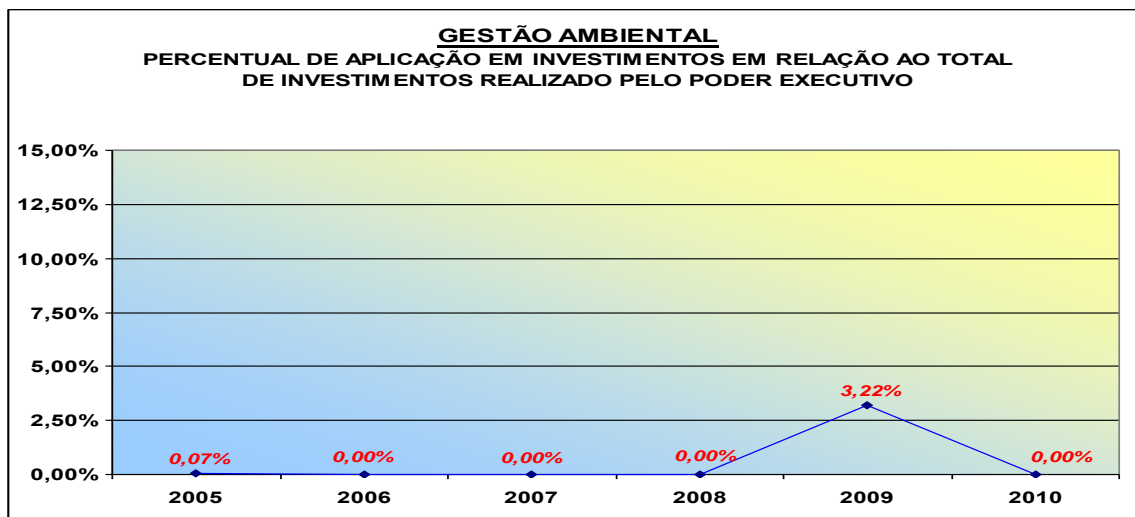
Gráfico 75: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 76: Percentual dos Investimentos destinados para Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

No tocante ao Município de Teresópolis, foi verificado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Contenção, Macrodrenagem, Mapeamento, Gestão de Recursos Hídricos, e Galerias e Redes Pluviais;

b) houve aplicação de recursos, no exercício de 2010, no grupo Pontes, no valor de R\$ 23.751,00, não havendo registro de aplicação nos demais exercícios;

c) houve aplicação de recursos, nos exercícios 2005, 2006 e 2007, no grupo Plano Diretor, nos valores de R\$ 136.840,00, R\$ 827.301,86 e R\$ 2.500,00, respectivamente, não havendo registro de aplicação nos demais exercícios analisados; e

d) houve aplicação de recursos, nos exercícios 2006 e 2007, no grupo Gestão de Recursos Hídricos, nos valores de R\$ 6.139,66 e R\$ 58.292,48, respectivamente, não havendo registro de aplicação nos demais exercícios analisados.

5.3.2.2 - MUNICÍPIO DE AREAL

O presente tópico objetiva apresentar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de Areal, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de Areal

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir expostos em resumo.

A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de Areal em relação aos demais municípios fluminenses, abordando dados tais como *ranking* anual

dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 51: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	85	88	87	86	88	86	0,7%	943
Indústria	56	58	57	57	59	59	18,7%	27.133
Administração Pública	83	83	81	83	81	82	28,5%	41.221
Demais serviços	75	73	74	71	64	64	52,2%	75.570
Total dos setores							100,0%	144.867
Impostos sobre produtos								16.014
PIB a preços de mercado	74	76	73	74	68	72		160.881
População	80	80	80	80	80	80	11.797 hab. em 2008	
PIB per capita	29	30	29	32	27	29	R\$ 13.637,00 em 2008	

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2010, de acordo com o Censo³, Areal possuía uma população de 11.421 habitantes, correspondente a 3,8% do contingente da região Centro-Sul Fluminense, com uma proporção de 49,6% de homens para 50,4% de mulheres.

A densidade demográfica era de 103,3 habitantes por km², contra 88,5 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 86,9% da população.

Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 15,4%, o 32º maior crescimento no estado.

Areal possui 1 agência de correios⁴, 1 agência bancária⁵ e 5 estabelecimentos hoteleiros.

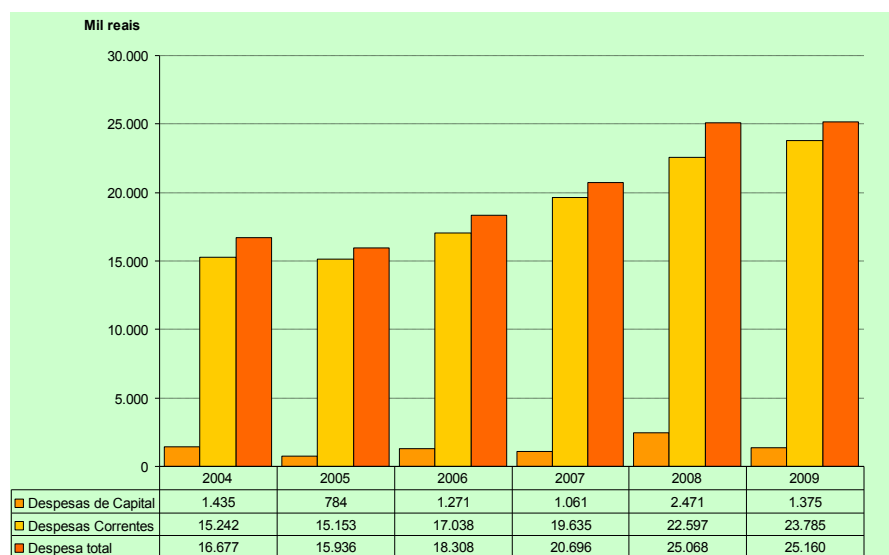
RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico objetiva tão somente a análise do desempenho econômico financeiro do município⁶, com base em números proporcionados pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira remetidas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são evidenciadas nas ilustrações abaixo, frisando-se que as cifras apresentadas são em valores correntes.

Gráfico 79: Receitas e Despesas totais – 2004-2009





A receita realizada aumentou 67% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 51%.

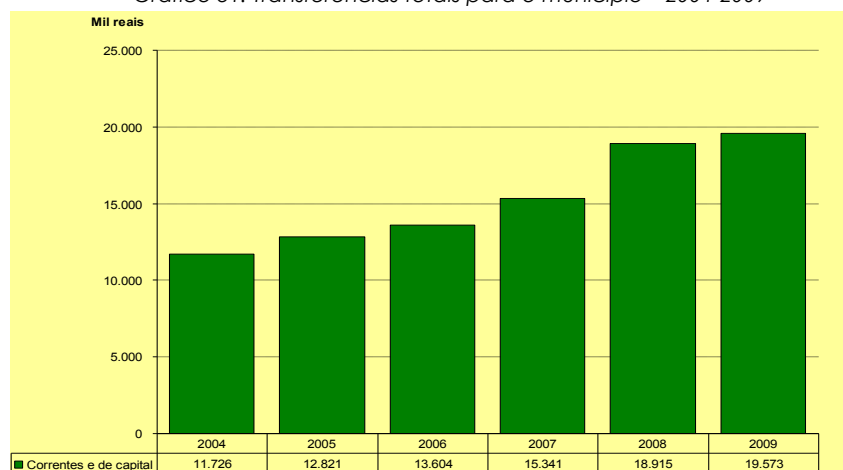
RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

No tocante à composição das receitas correntes, as ilustrações a seguir apresentam sua evolução.

Pode-se observar a predominância das transferências correntes, já que a receita tributária representa 11,4% do total no ano de 2009. Areal é um dos cinco municípios fluminenses não agraciados com *royalties* do petróleo. Recebe somente uma parcela do governo estadual.

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 67% entre 2004 e 2009:

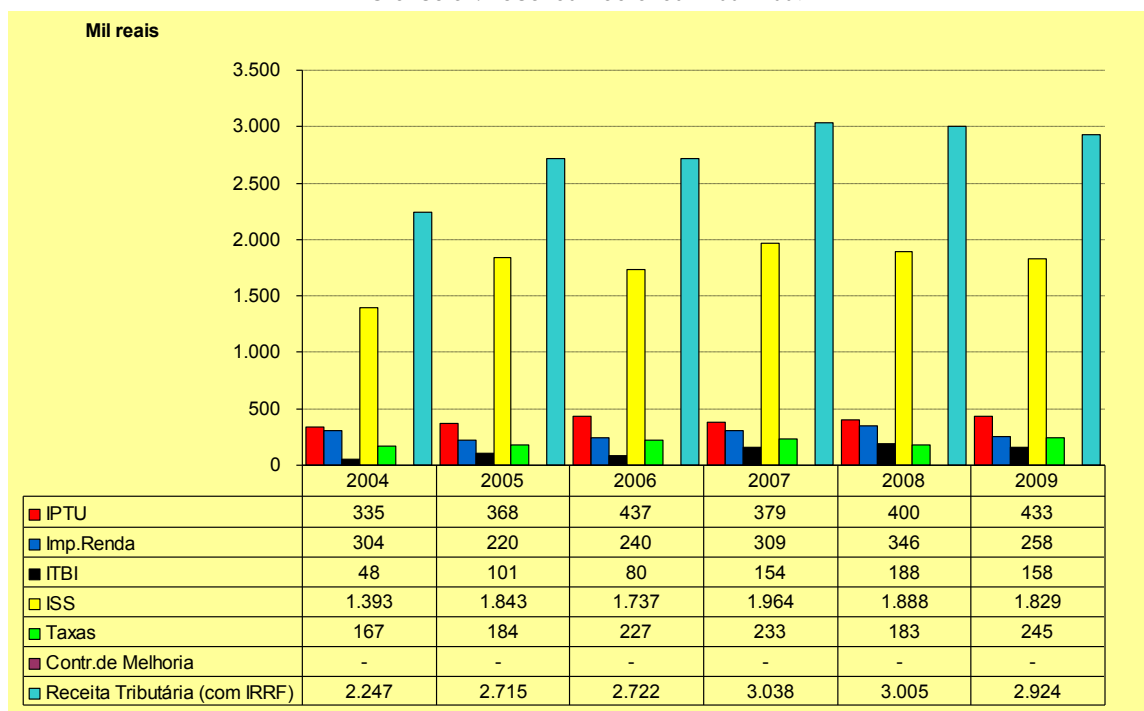
Gráfico 81: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por seu turno, teve uma elevação de 30% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi favorecida pelo aumento de 31% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 29% na receita de IPTU, de 229% no ITBI e de 47% nas taxas, contra queda de 15% no Imposto de Renda retido na fonte.

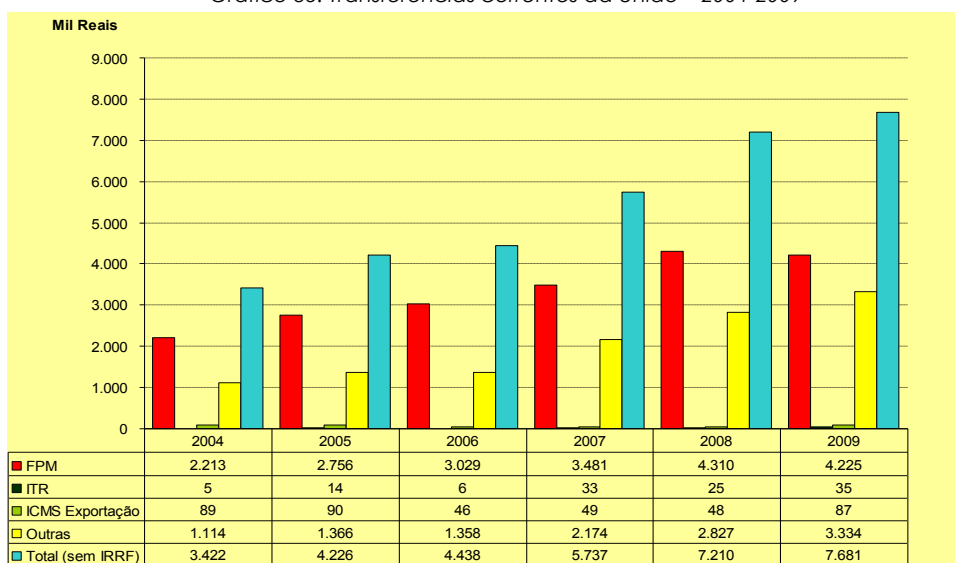
Gráfico 82: Receitas tributárias – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União aumentaram 124% no período, com crescimento de 91% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

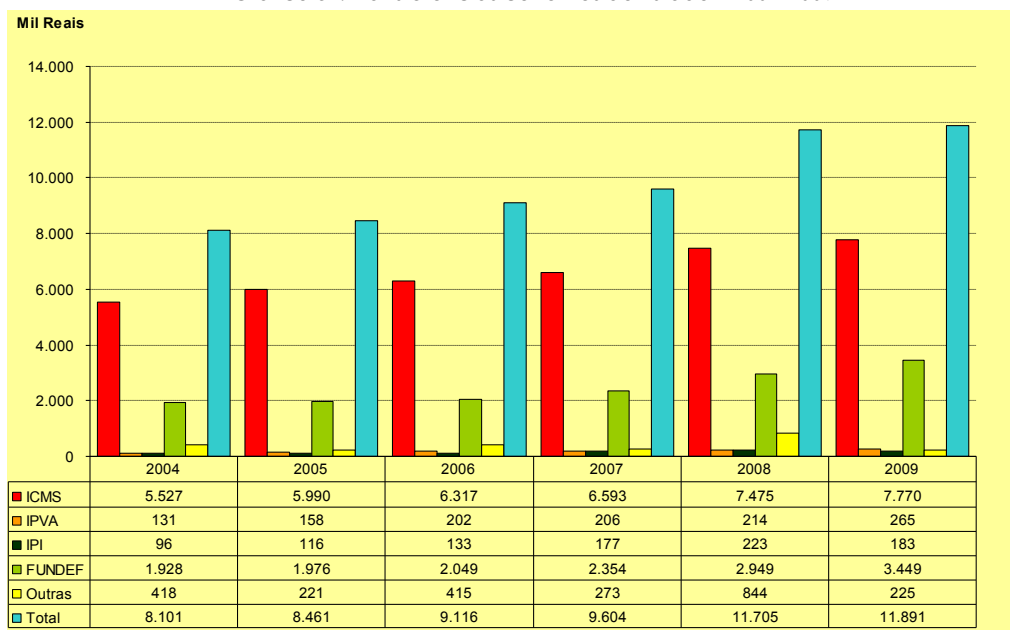
Gráfico 83: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 47% no período, tendo contribuído para uma elevação de 41% no repasse do ICMS e um aumento de 79% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 84: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando o agrupamento da despesa por Categoria Econômica, enfatize-se que, dentre as Despesas de Capital, serão abordadas no presente trabalho as que se inserem no grupo de classificação Investimentos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas relativas às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir apresenta os recursos alusivos a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 57: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	270.314,10
2006	0,00	0,00	478.326,17
2007	0,00	0,00	142.312,00
2008	0,00	0,00	1.910.154,63
2009	0,00	0,00	707.815,30
2010	0,00	0,00	2.457.693,98
TOTAL	0,00	0,00	5.966.616,18

(*) Total de recursos aplicados em Habitação, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.
 Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

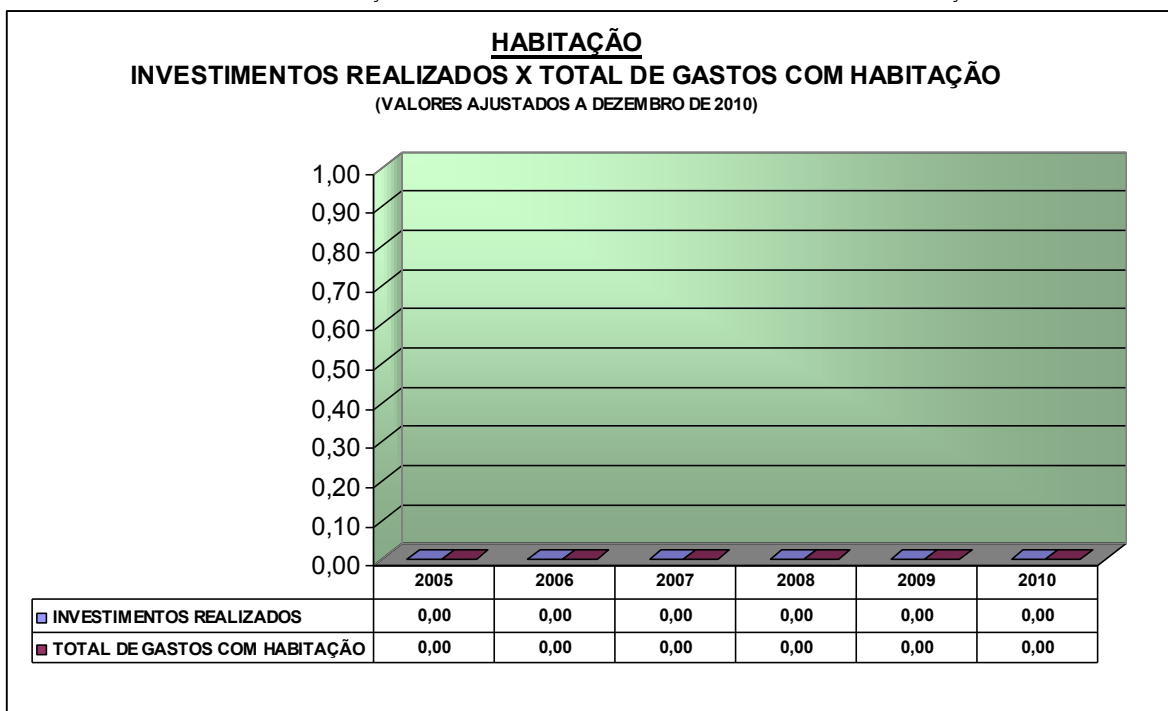
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais contidos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi concebida a tabela a seguir:

Tabela 58: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	339.943,27	1,6049
2006	0,00	0,00	568.153,08	1,6992
2007	0,00	0,00	164.177,37	1,7495
2008	0,00	0,00	2.111.548,41	1,8258
2009	0,00	0,00	737.447,67	1,9372
2010	0,00	0,00	2.457.693,98	2,0183
TOTAL	0,00	0,00	6.378.963,77	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

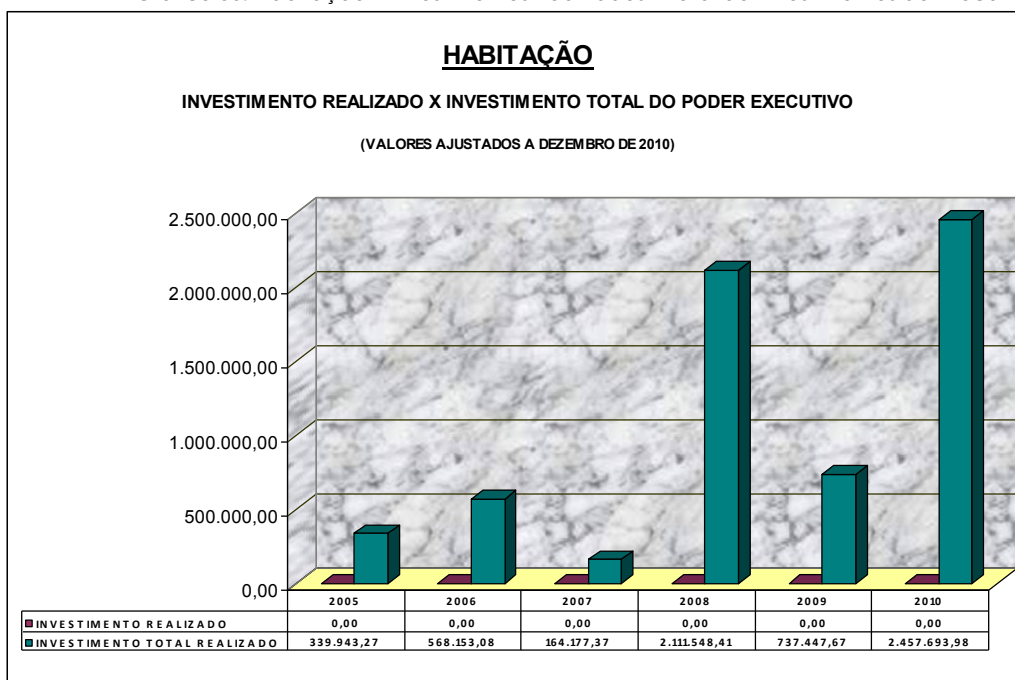
Gráfico 85: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 86: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Habitação foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir dispõe sobre os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), destacando-se que as cifras se encontram registradas em valores correntes:

Tabela 59: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	270.314,10
2006	0,00	0,00	478.326,17
2007	0,00	0,00	142.312,00
2008	0,00	0,00	1.910.154,63
2009	0,00	0,00	707.815,30
2010	0,00	0,00	2.457.693,98
TOTAL	0,00	0,00	5.966.616,18

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

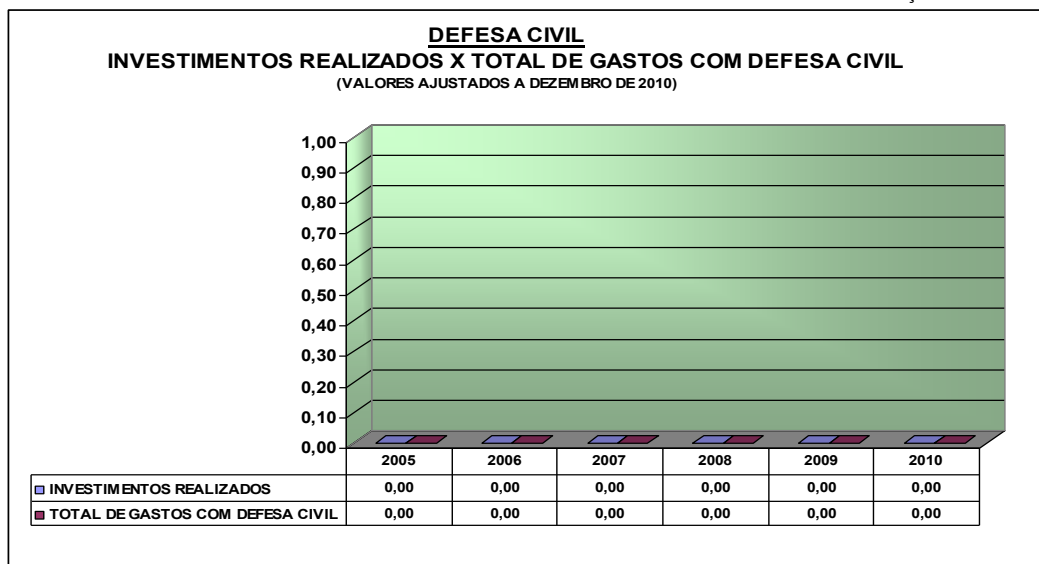
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais dispostos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborada a tabela a seguir:

Tabela 60: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	339.943,27	1,6049
2006	0,00	0,00	568.153,08	1,6992
2007	0,00	0,00	164.177,37	1,7495
2008	0,00	0,00	2.111.548,41	1,8258
2009	0,00	0,00	737.447,67	1,9372
2010	0,00	0,00	2.457.693,98	2,0183
TOTAL	0,00	0,00	6.378.963,77	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

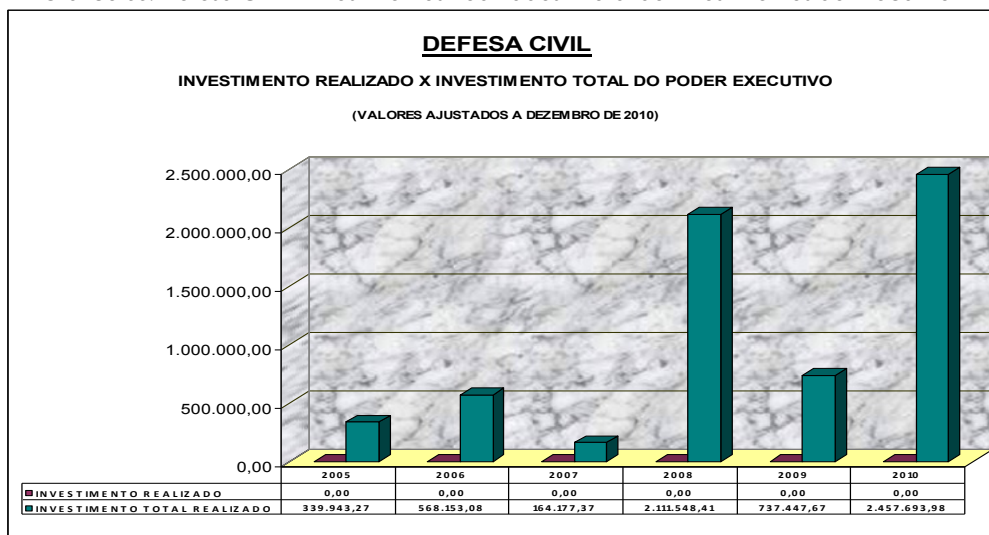
Gráfico 87: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 88: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Considerando que os valores investidos em Defesa Civil foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

O quadro a seguir versa sobre os recursos relativos a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras reveladas se encontram em valores correntes:

Tabela 61: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	0,00	0,00	270.314,10
2006	0,00	0,00	478.326,17
2007	0,00	42.648,00	142.312,00
2008	0,00	191.600,00	1.910.154,63
2009	0,00	290.464,00	707.815,30
2010	7.600,00	276.178,62	2.457.693,98
TOTAL	7.600,00	800.890,62	5.966.616,18

(*) Total de recursos aplicados em Gestão Ambiental, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

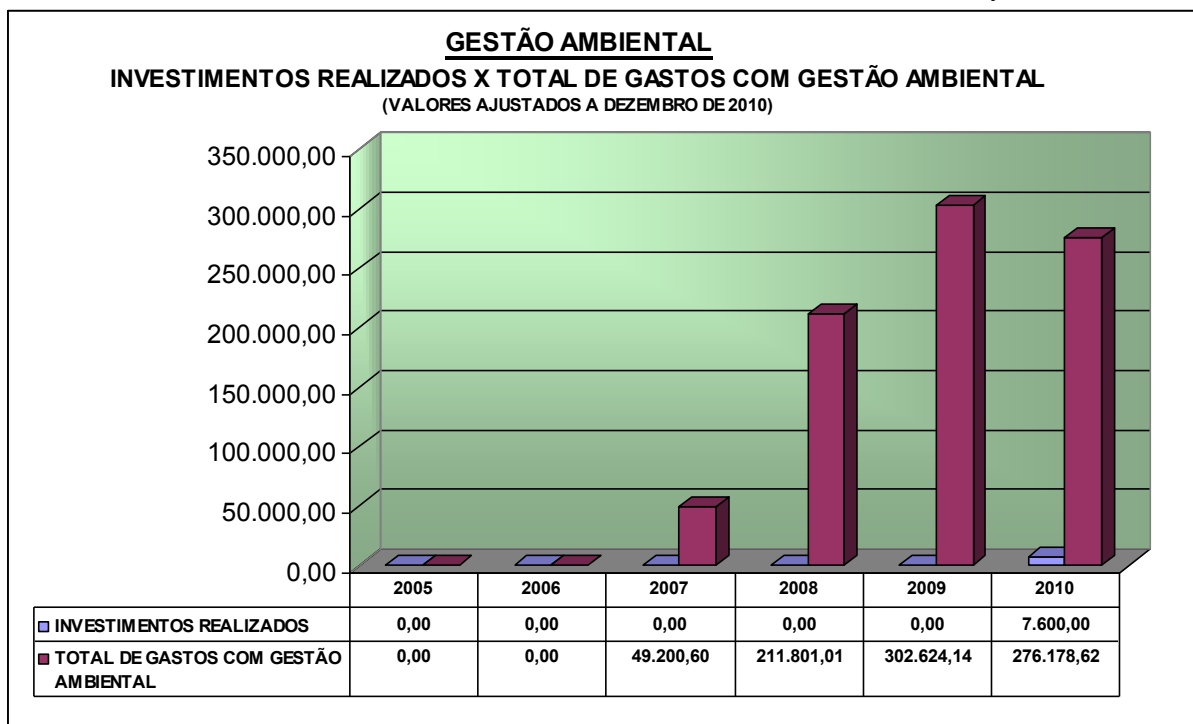
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais registrados nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborado o seguinte quadro:

Tabela 62: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	339.943,27	1,6049
2006	0,00	0,00	568.153,08	1,6992
2007	0,00	49.200,60	164.177,37	1,7495
2008	0,00	211.801,01	2.111.548,41	1,8258
2009	0,00	302.624,14	737.447,67	1,9372
2010	7.600,00	276.178,62	2.457.693,98	2,0183
TOTAL	7.600,00	839.804,38	6.378.963,77	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

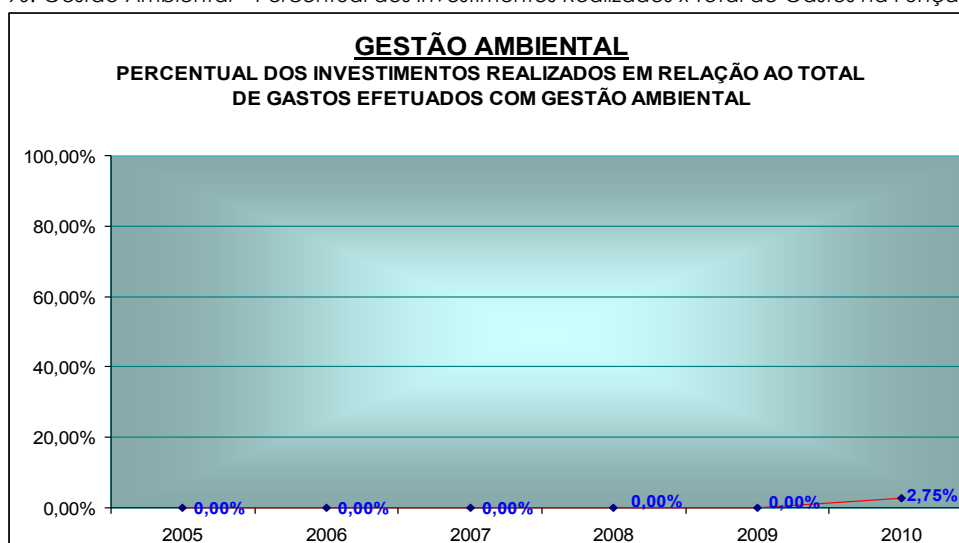
Gráfico 89: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

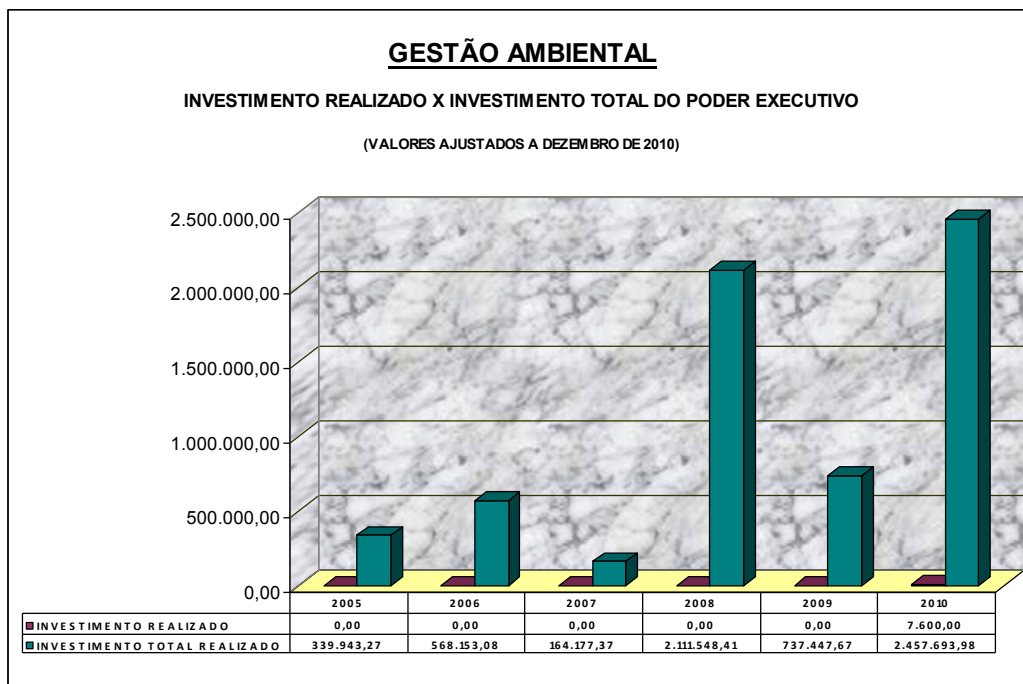
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 90: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Gestão Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

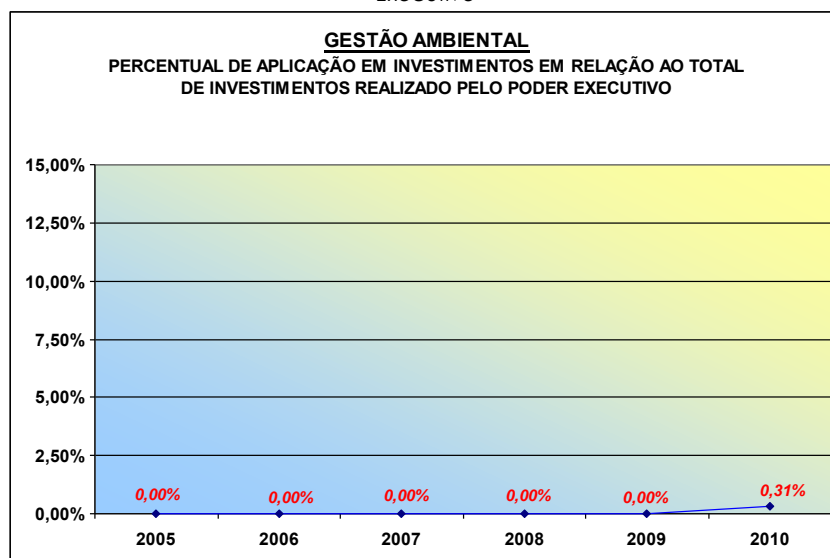
Gráfico 91: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores retro podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 92: Percentual dos Investimentos destinados para Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

Quanto ao Município de Areal, foi constatado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Macrodrenagem, Gestão de Recursos Hídricos e Plano Diretor;

b) houve aplicação de recursos, em um único exercício, para os seguintes grupos: Mapeamento (em 2007, R\$ 44.644,80), Áreas de Risco (em 2010, R\$ 187,20) e Galerias e Redes Pluviais (em 2005, R\$ 20.662,06);

c) houve aplicação de recursos, nos exercícios 2006 e 2007, no grupo Pontes, nos valores de R\$ 2.221,00 e R\$ 8.520,60, respectivamente, não havendo registro de aplicação nos demais exercícios analisados; e

d) houve aplicação de recursos, nos exercícios 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, no grupo Contenção, nos valores de R\$ 244,00, R\$ 23.122,64, R\$ 527.867,76, R\$ 10.530,85 e R\$ 60.856,94, respectivamente, não havendo registro de aplicação no exercício de 2005.

5.3.2.3 - MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

O presente tópico objetiva apresentar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de Bom Jardim, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de Bom Jardim

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir explanados sinteticamente. A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de Bom Jardim relativamente aos demais municípios fluminenses, incluindo dados tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 63: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	38	23	26	25	32	14	8,4%	20.806
Indústria	66	69	68	69	65	47	20,5%	51.034
Administração Pública	59	61	61	59	60	58	33,0%	81.961
Demais serviços	62	62	63	62	61	59	38,1%	94.550
Total dos setores							100,0%	248.351
Impostos sobre produtos								23.573
PIB a preços de mercado	64	65	65	64	62	57		271.925
População	55	55	56	56	54	54		26.207 hab. em 2008
PIB per capita	70	71	74	71	71	42		R\$ 10.376,00 em 2008

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos.

DADOS DEMOGRÁFICOS

De acordo com o Censo⁷, em 2010, Bom Jardim tinha uma população de 25.398 habitantes, correspondente a 3,2% do contingente da região Serrana, com uma proporção de 50,2% de homens para 49,8% de mulheres. A densidade demográfica era de 66,1 habitantes por km², contra 118,4 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização equivalia a 60,2% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 12,1%, o 40º maior crescimento no estado.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico tem por propósito tão somente a apresentação das receitas orçamentárias, baseada em números disponibilizados pelo próprio município nas prestações de contas de administração financeira enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abrangendo questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são mostradas no gráfico abaixo, ressaltando que as cifras apresentadas são em valores correntes.

Gráfico 95: Receitas e Despesas totais – 2004-2009



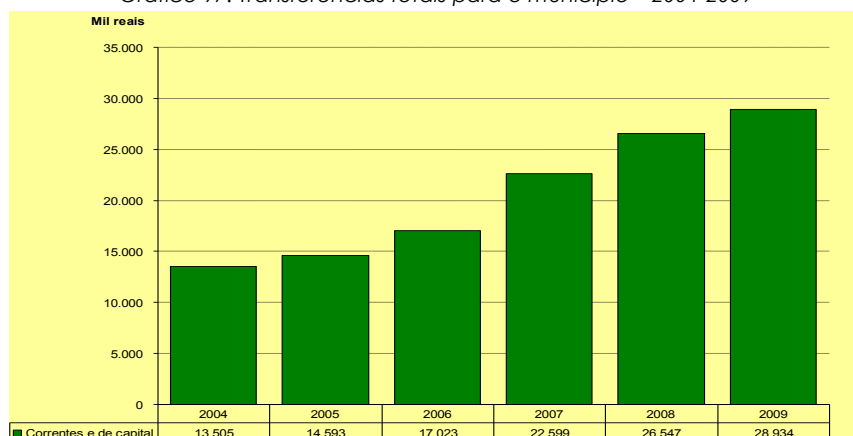
A receita realizada aumentou 116% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 121%.

RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

No que concerne à composição das receitas correntes por fontes de recursos, as ilustrações a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos.

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 114% entre 2004 e 2009:

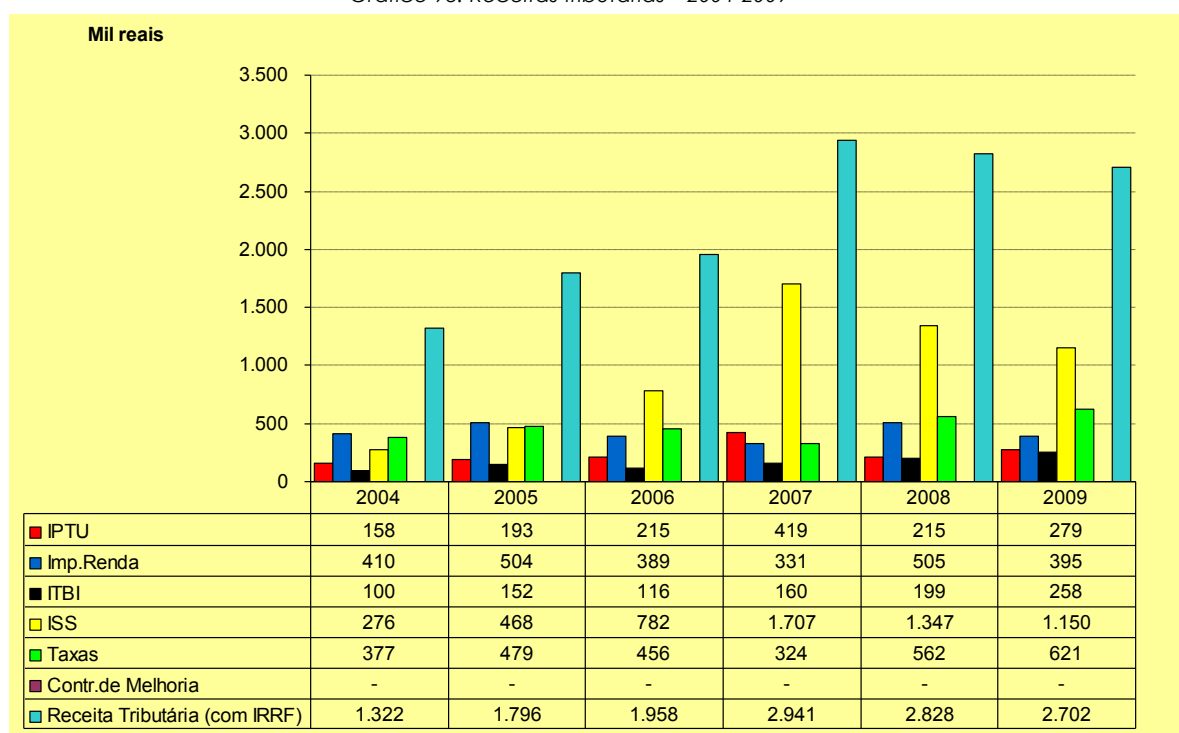
Gráfico 97: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por sua vez, teve um incremento de 104% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 317% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 76% na receita de IPTU, de 157% no ITBI e de 65% nas taxas, contra redução de 4% no Imposto de Renda retido na fonte.

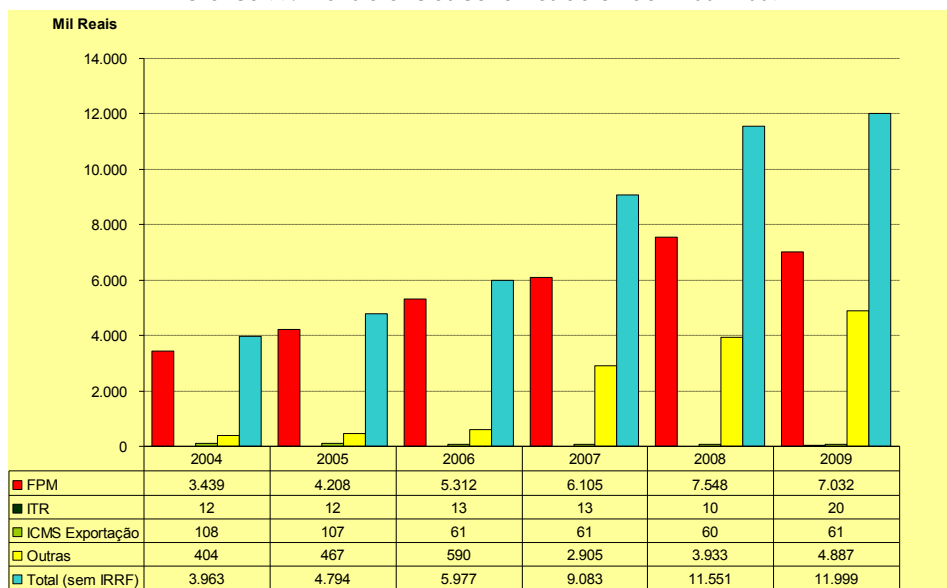
Gráfico 98: Receitas tributárias – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União cresceram 203% no período, com elevação de 104% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

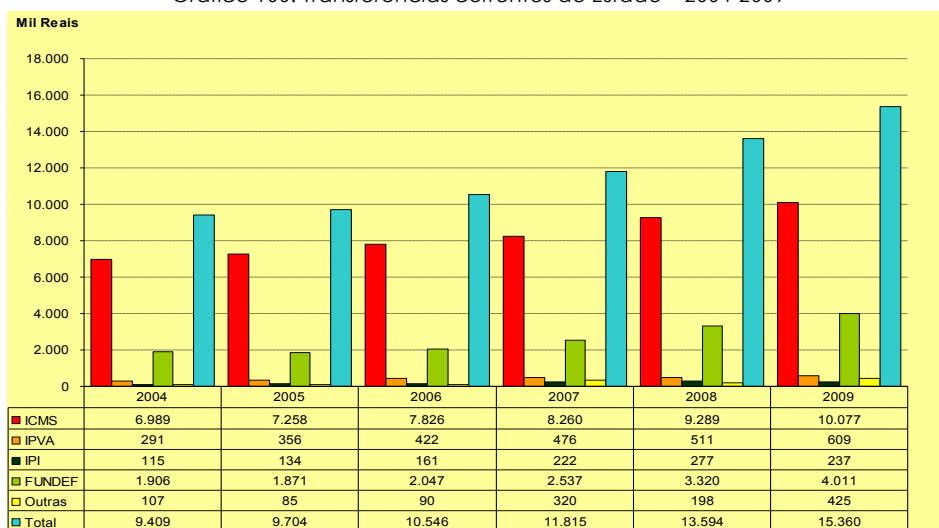
Gráfico 99: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 63% no período, tendo contribuído para um incremento de 44% no repasse do ICMS e uma elevação de 110% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 100: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando a classificação da despesa por Categoria Econômica, ressalte-se que, dentre as Despesas de Capital, serão tratadas no presente trabalho as que se incluem no grupo Investimentos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas referentes às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir registra os recursos referentes a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluídas despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), ressaltando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 69: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	456.062,63
2006	0,00	0,00	640.773,62
2007	0,00	0,00	1.425.784,92
2008	37.509,10	37.509,10	2.486.058,43
2009	0,00	0,00	2.127.891,57
2010	0,00	0,00	4.549.149,85
TOTAL	37.509,10	37.509,10	11.685.721,02

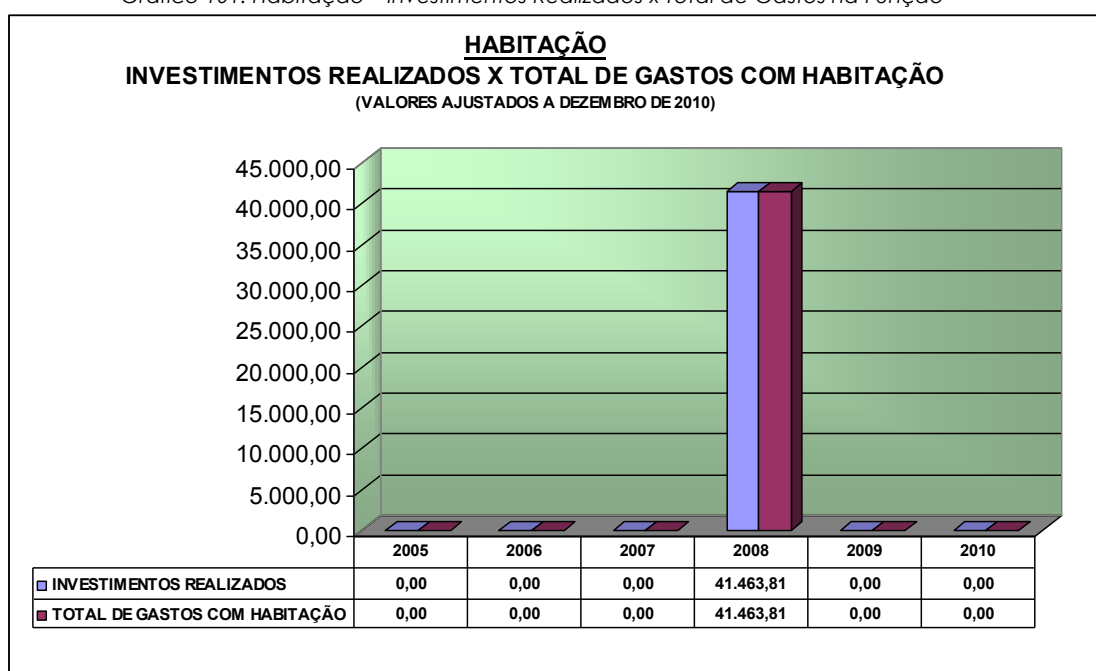
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais constantes das Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela 70: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	573.538,04	1,6049
2006	0,00	0,00	761.107,23	1,6992
2007	0,00	0,00	1.644.848,07	1,7495
2008	41.463,81	41.463,81	2.748.171,61	1,8258
2009	0,00	0,00	2.216.974,79	1,9372
2010	0,00	0,00	4.549.149,85	2,0183
TOTAL	41.463,81	41.463,81	12.493.789,59	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

Gráfico 101: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

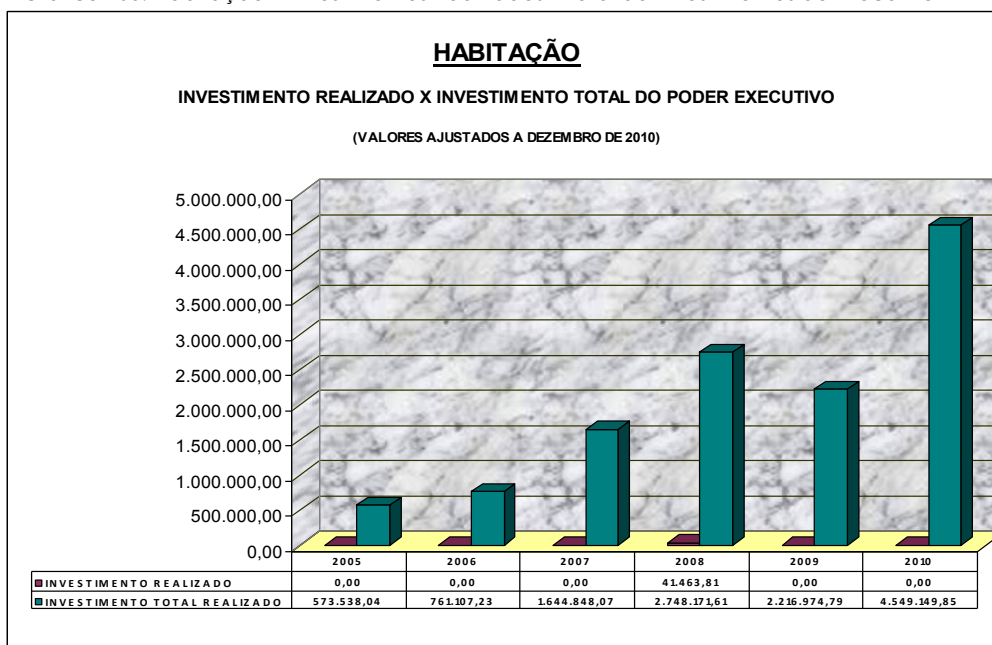
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 102: Habitação – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o total dos investimentos aplicados em Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

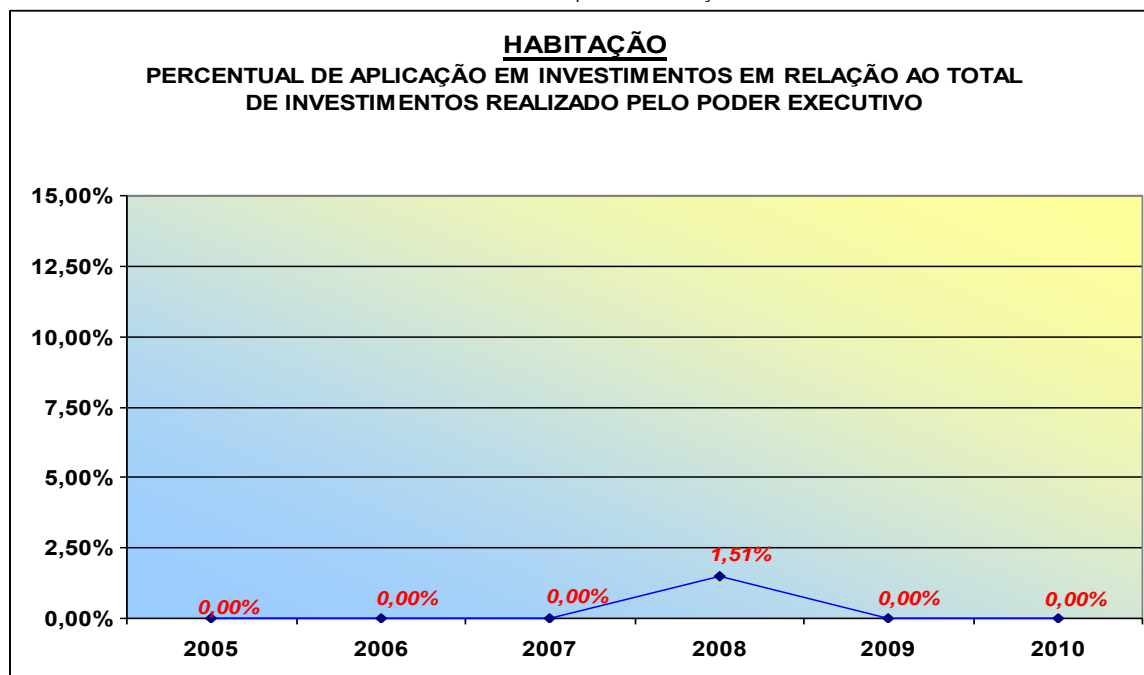
Gráfico 103: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 104: Percentual dos Investimentos destinados para Habitação x Investimento Total do Executivo



INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir evidencia os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 71: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	456.062,63
2006	0,00	33.355,94	640.773,62
2007	0,00	49.165,88	1.425.784,92
2008	0,00	53.991,04	2.486.058,43
2009	0,00	58.446,43	2.127.891,57
2010	0,00	41.871,06	4.549.149,85
TOTAL	0,00	236.830,35	11.685.721,02

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

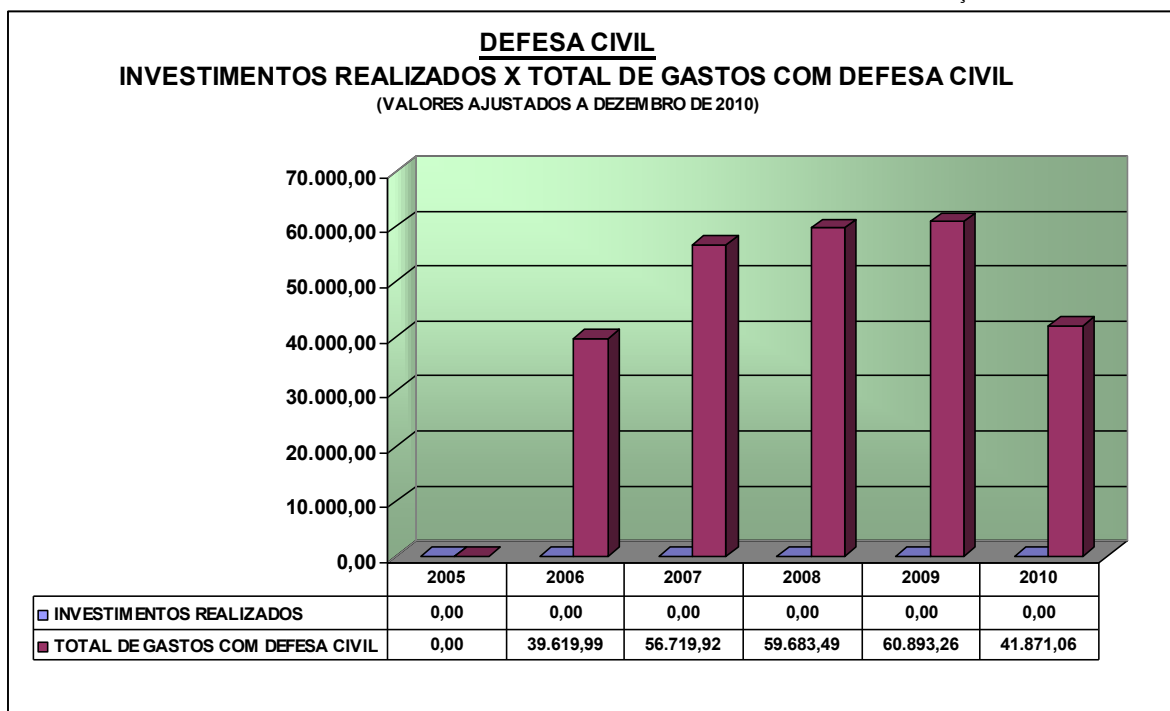
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais tratados nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborado o seguinte quadro:

Tabela 72: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	573.538,04	1,6049
2006	0,00	39.619,99	761.107,23	1,6992
2007	0,00	56.719,92	1.644.848,07	1,7495
2008	0,00	59.683,49	2.748.171,61	1,8258
2009	0,00	60.893,26	2.216.974,79	1,9372
2010	0,00	41.871,06	4.549.149,85	2,0183
TOTAL	0,00	258.787,72	12.493.789,59	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

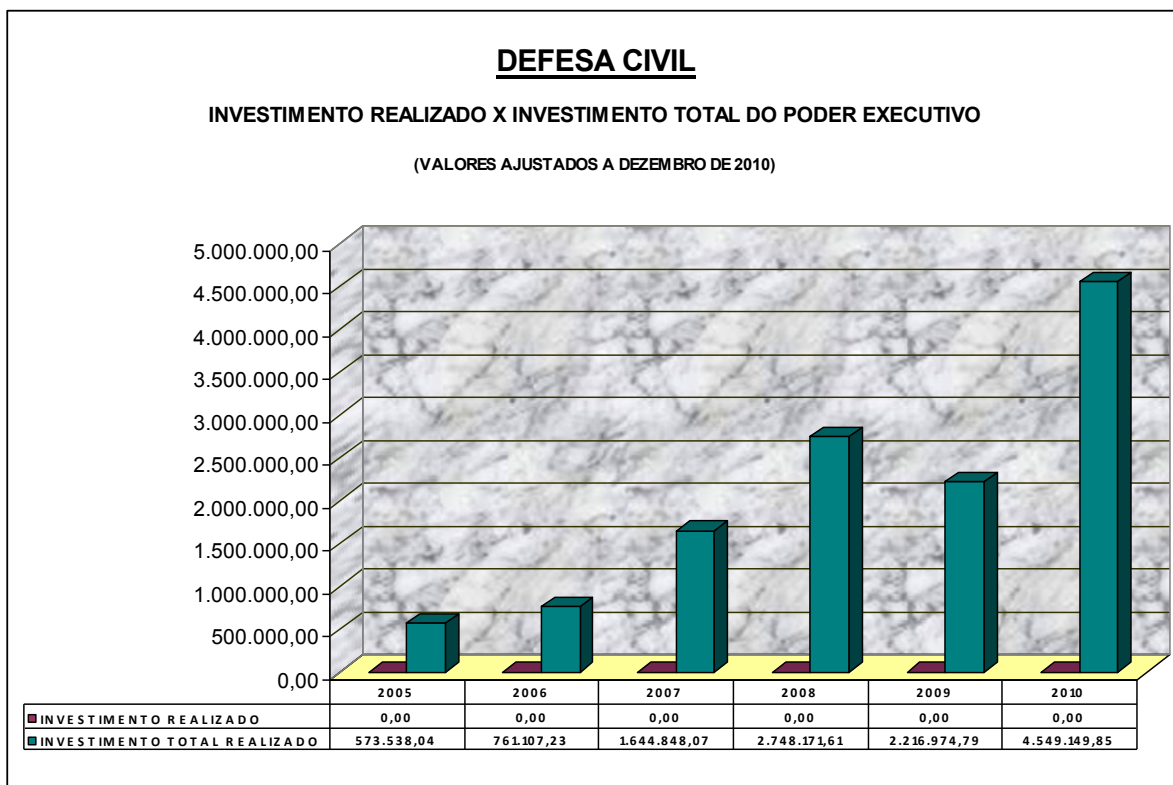
Gráfico 105: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 106: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Defesa Civil foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

O quadro a seguir dispõe sobre os recursos relativos a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), ressaltando-se que as cifras registradas se encontram em valores correntes:

Tabela 73: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	36.982,21	216.568,65	456.062,63
2006	66.089,15	215.778,21	640.773,62
2007	0,00	225.019,10	1.425.784,92
2008	79.223,97	205.230,06	2.486.058,43
2009	204.572,48	291.620,11	2.127.891,57
2010	21.392,64	68.793,38	4.549.149,85
TOTAL	408.260,45	1.223.009,51	11.685.721,02

(*) Total de recursos aplicados em Gestão Ambiental, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

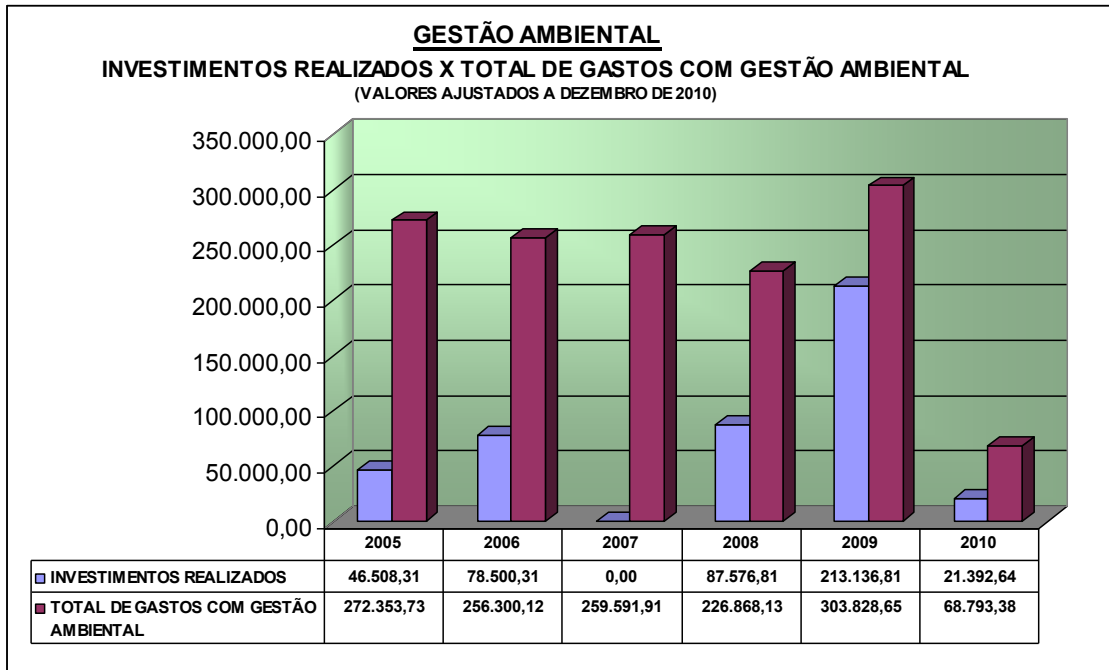
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais contidos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, elaborou-se o seguinte quadro:

Tabela 74: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	46.508,31	272.353,73	573.538,04	1,6049
2006	78.500,31	256.300,12	761.107,23	1,6992
2007	0,00	259.591,91	1.644.848,07	1,7495
2008	87.576,81	226.868,13	2.748.171,61	1,8258
2009	213.136,81	303.828,65	2.216.974,79	1,9372
2010	21.392,64	68.793,38	4.549.149,85	2,0183
TOTAL	447.114,88	1.387.735,93	12.493.789,59	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

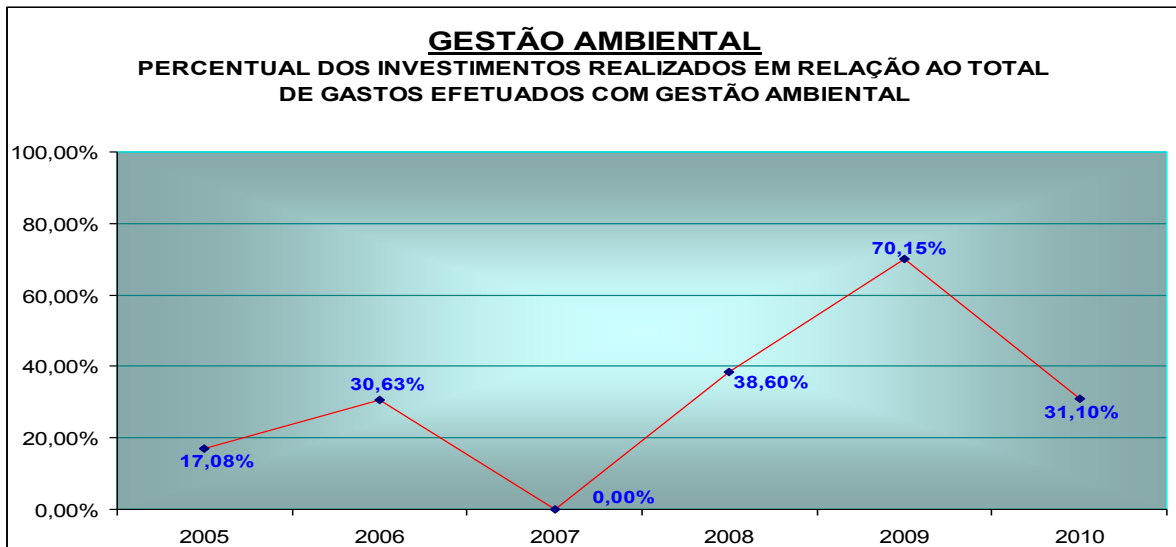
Gráfico 107: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

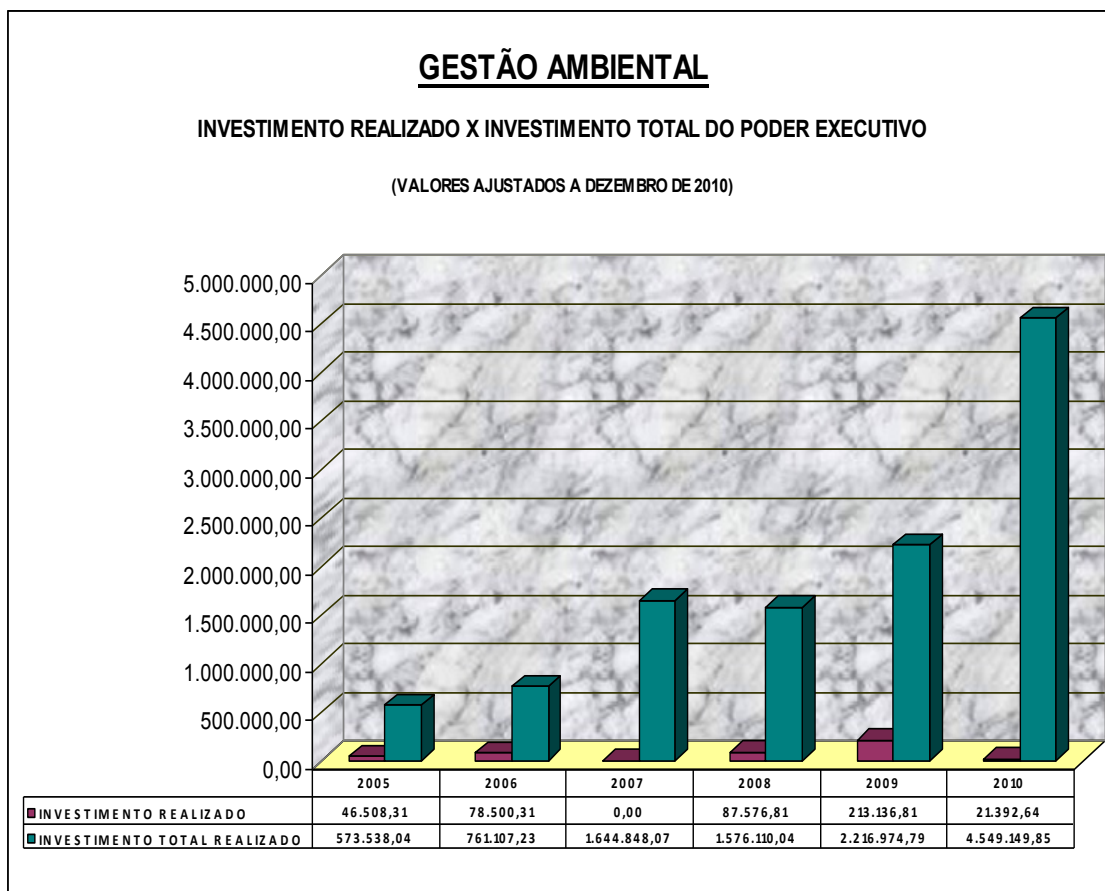
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 108: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Gestão Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

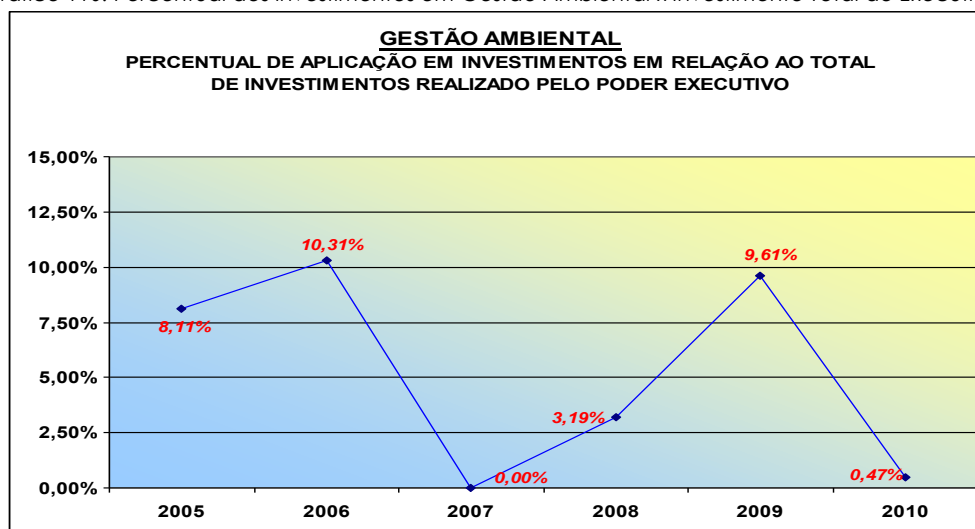
Gráfico 109: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 110: Percentual dos Investimentos em Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

No que tange ao Município de Bom Jardim foi verificado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Macrodrenagem, Mapeamento, Plano Diretor, Áreas de Risco e Pontes;

b) houve aplicação de recursos, em todos os exercícios, no grupo Contenção, nos valores de R\$ 5.935,70 (2005), R\$ 43.442,70 (2006), R\$ 618.068,85 (2007), R\$ 72.074,11 (2008), R\$ 196.280,48 (2009) e R\$ 74.565,32 (2010);

c) houve aplicação de recursos, em todos os exercícios, com exceção de 2007, no grupo Galerias e Redes Pluviais, nos valores de R\$ 31.046,51 (2005), R\$ 14.524,00 (2006), R\$ 7.149,86 (2008), R\$ 7.263,00 (2009) e R\$ 44.456,25 (2010); e

d) houve aplicação de recursos no grupo Gestão de Recursos Hídricos, apenas no exercício de 2006, no valor de R\$ 2.157,85.

5.3.2.4 - MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

O presente tópico objetiva apresentar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de Sumidouro, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de Sumidouro

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir dispostos resumidamente. A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de Sumidouro em face dos demais municípios fluminenses, compreendendo dados tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 75: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	5	4	4	5	5	3	38,0%	60.596
Indústria	81	77	79	80	81	81	6,7%	10.730
Administração Pública	76	76	74	73	74	74	32,7%	52.110
Demais serviços	85	82	81	81	84	81	22,6%	36.094
Total dos setores							100,0%	159.531
Impostos sobre produtos								27.468
PIB a preços de mercado	76	69	70	67	77	66		186.999
População	73	73	73	74	73	74		15.219 hab. em 2008
PIB per capita	49	40	39	38	49	35		R\$ 12.287,00 em 2008

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2010, de acordo com o Censo, Sumidouro possuía uma população de 14.920 habitantes, correspondente a 1,9% do contingente da região Serrana, com uma proporção de 51,3% de homens para 48,7% de mulheres. A densidade demográfica era de 36,2 habitantes por km², contra 118,4 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 36,6% da população. Traçando-se um paralelo com a década anterior, a população do município aumentou 5,2%, o 66º maior crescimento no estado.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico cuida da análise do desempenho econômico financeiro do município, fundamentada em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira remetidas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não versando sobre questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são apresentadas no gráfico abaixo, enfatizando-se que as cifras evidenciadas são em valores correntes.

Gráfico 113: Receitas e Despesas totais – 2004-2009



A receita realizada aumentou 95% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 67%.

RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 86% entre 2004 e 2009:

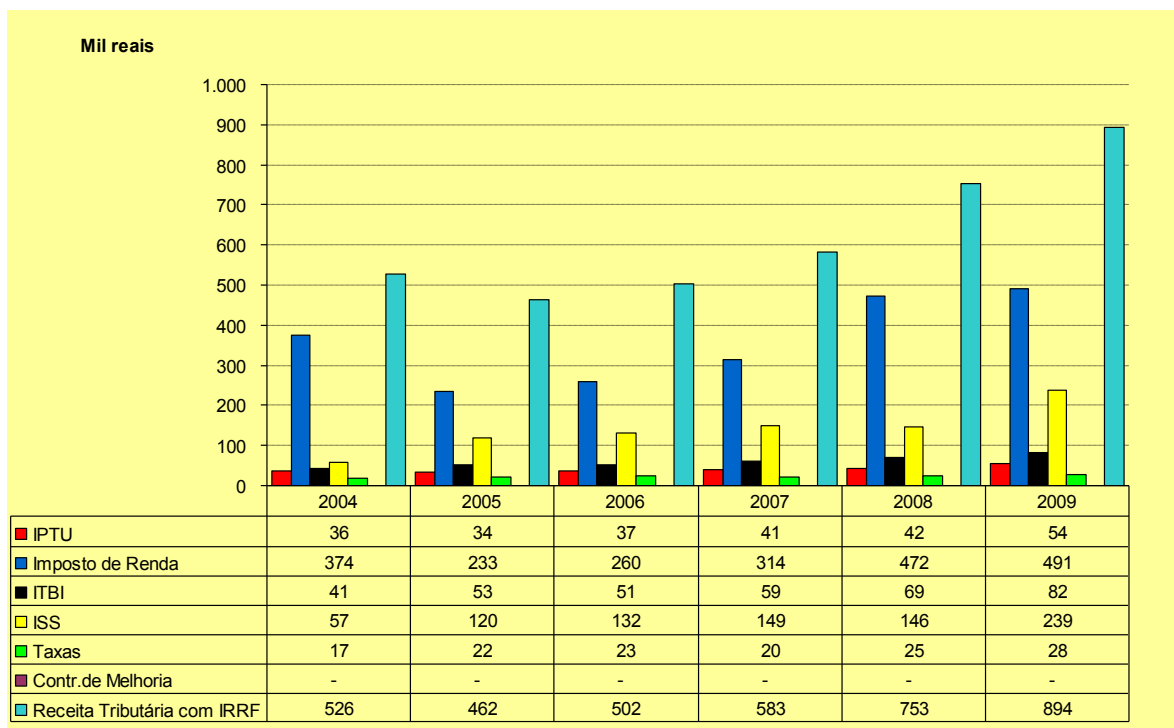
Gráfico 115: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por seu turno, teve um aumento de 70% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi favorecida pela elevação de 319% na arrecadação de ISS e de 31% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 48% na receita de IPTU, de 98% no ITBI e de 64% nas taxas.

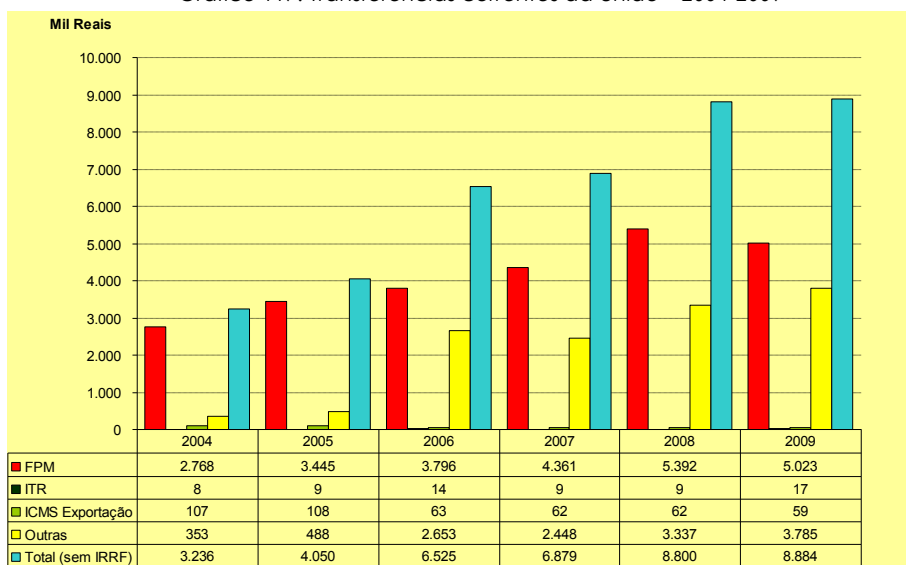
Gráfico 116: Receitas tributárias – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União se elevaram 174% no período, com aumento de 81% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências apresentadas nas contas consolidadas a partir de 2006.

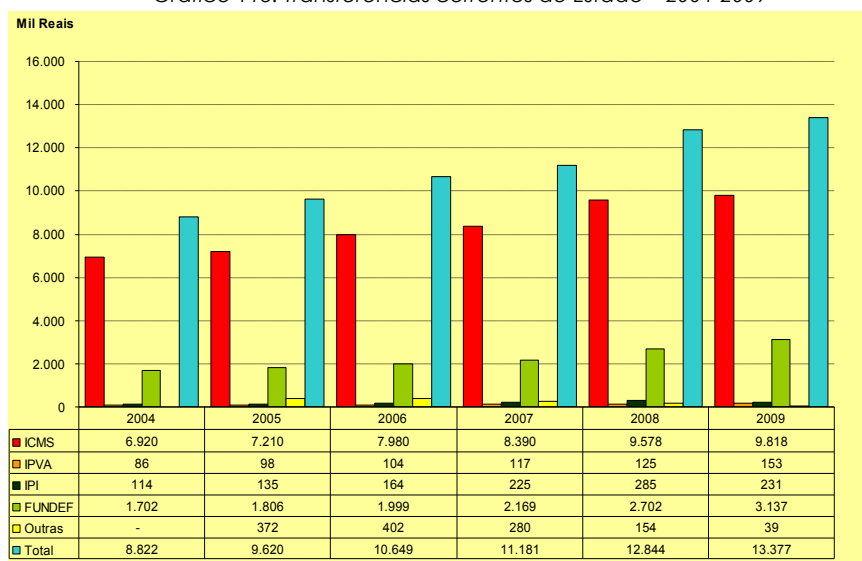
Gráfico 117: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 52% no período, tendo contribuído para um crescimento de 42% no repasse do ICMS e um incremento de 84% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 118: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando o agrupamento da despesa por Categoria Econômica, destaque-se que, dentre as Despesas de Capital, serão objeto de pesquisa no presente trabalho as que se inserem na classificação Investimentos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas alusivas às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir evidencia os recursos alusivos a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), enfatizando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 81: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	1.193.433,03
2006	65.000,00	65.000,00	726.342,20
2007	0,00	0,00	1.372.412,17
2008	235.156,21	235.156,21	3.452.220,95
2009	75.599,70	75.599,70	1.078.138,40
2010	71.778,59	71.778,59	3.749.880,59
TOTAL	447.534,50	447.534,50	11.572.427,34

(*) Total de recursos aplicados em Habitação, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

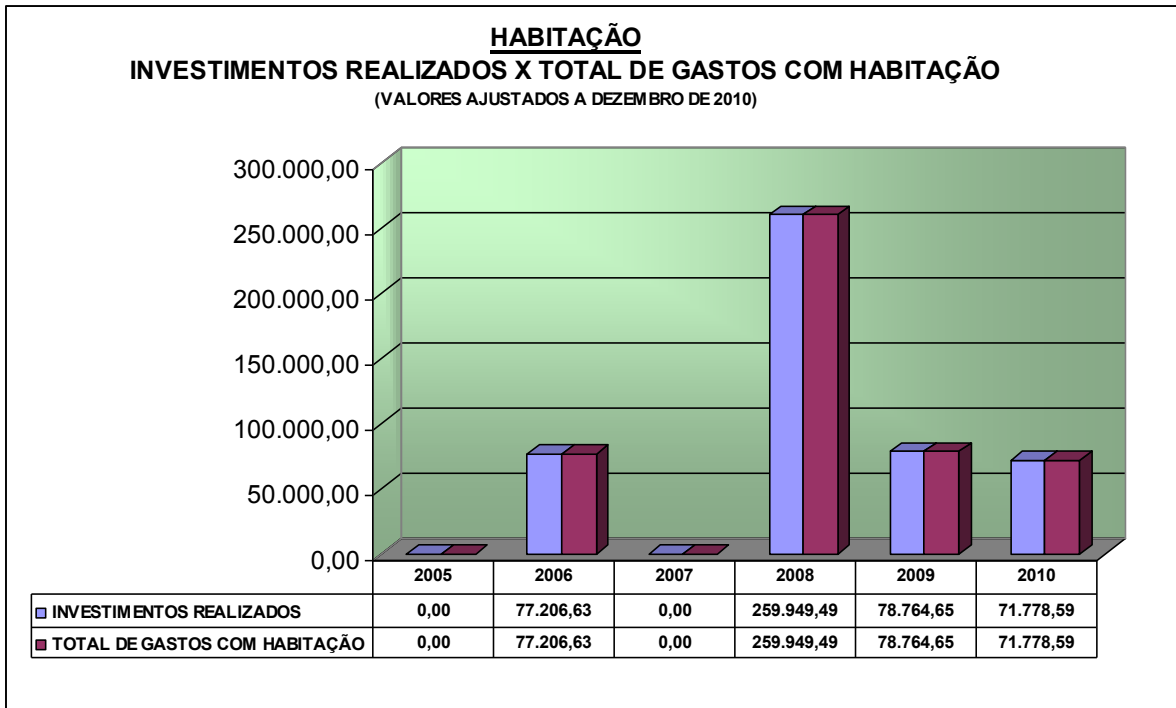
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais dispostos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 82: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	1.500.844,84	1,6049
2006	77.206,63	77.206,63	862.745,09	1,6992
2007	0,00	0,00	1.583.274,93	1,7495
2008	259.949,49	259.949,49	3.816.199,77	1,8258
2009	78.764,65	78.764,65	1.123.274,18	1,9372
2010	71.778,59	71.778,59	3.749.880,59	2,0183
TOTAL	487.699,35	487.699,35	12.636.219,40	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

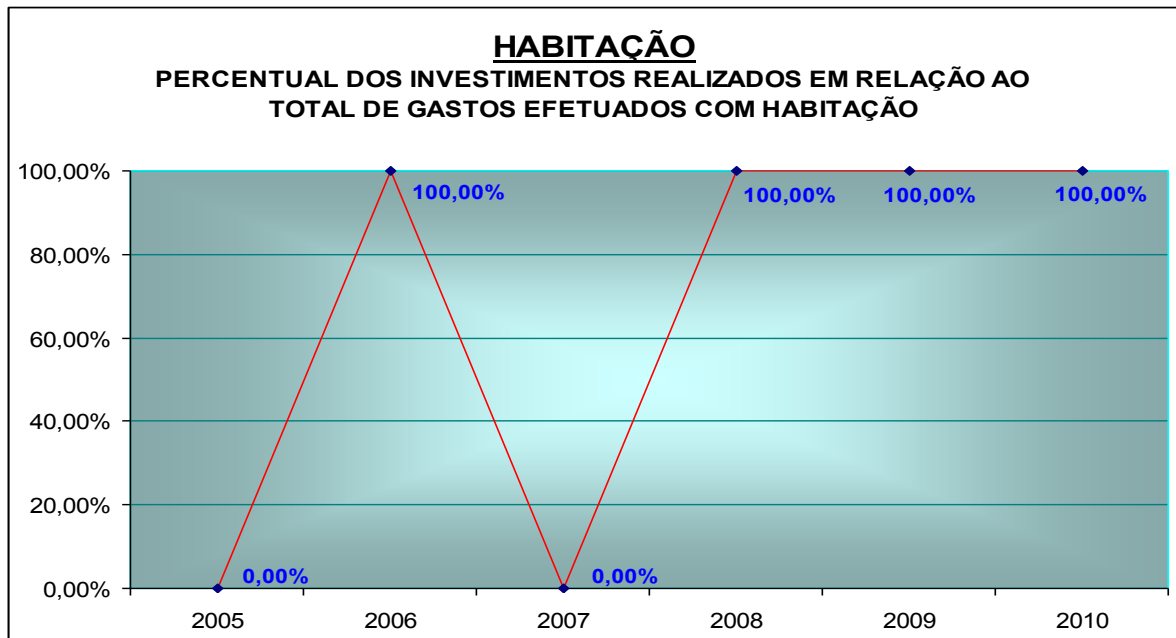
Gráfico 119: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

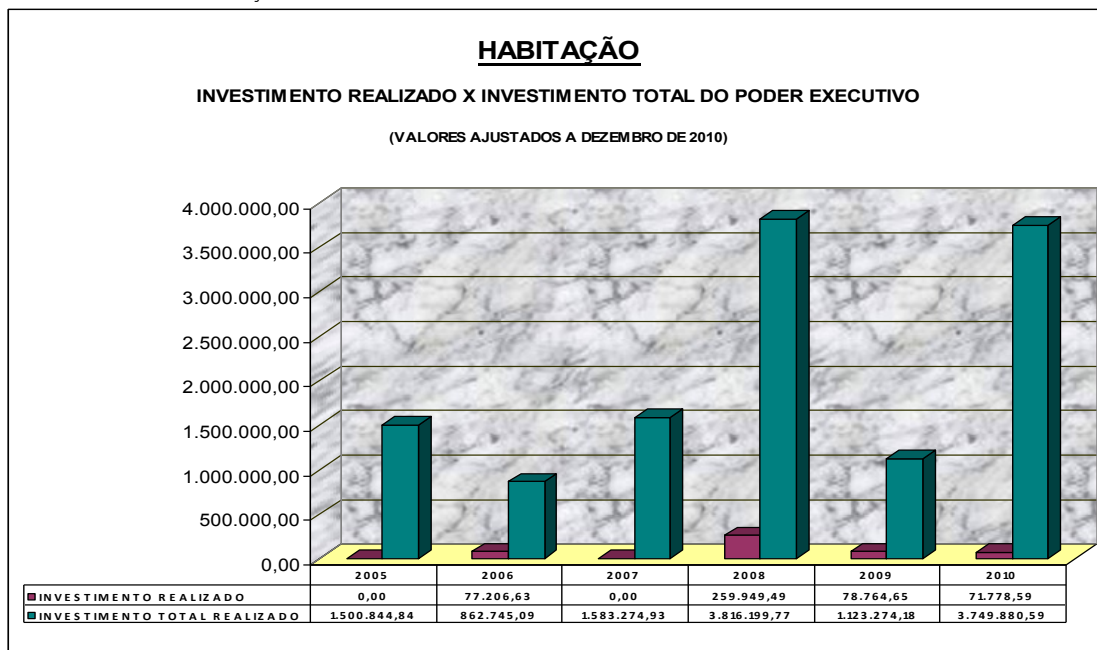
Gráfico 120: Habitação – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o total dos investimentos aplicados em

Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

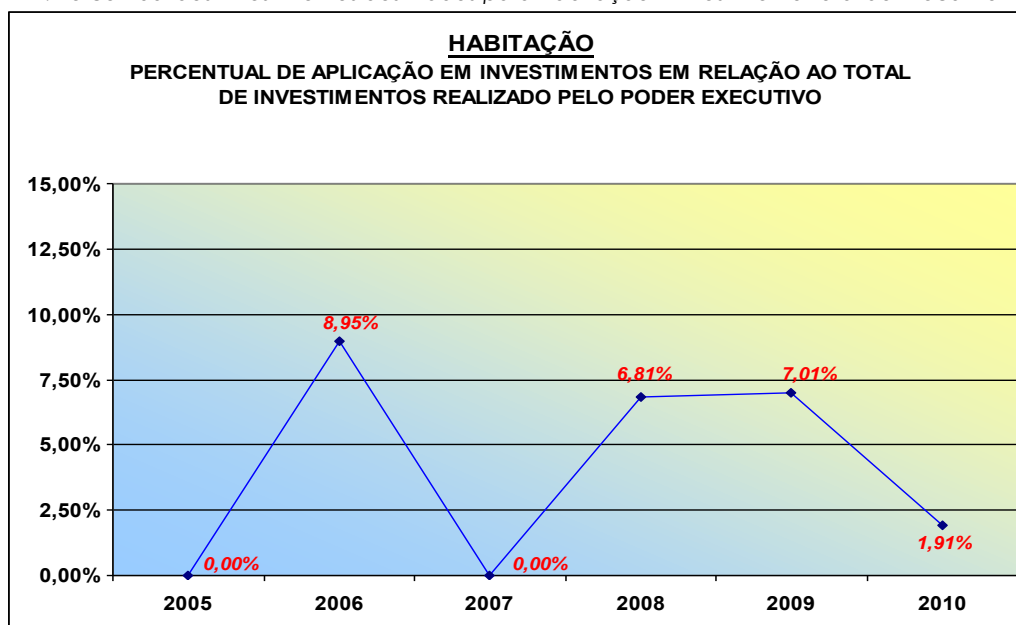
Gráfico 121: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores retro podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 122: Percentual dos Investimentos destinados para Habitação x Investimento Total do Executivo



INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir revela os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 e 2010 (em todas as áreas da ação governamental), enfatizando-se que as cifras se encontram registradas em valores correntes:

Tabela 83: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	1.193.433,03
2006	0,00	0,00	726.342,20
2007	0,00	0,00	1.372.412,17
2008	0,00	0,00	3.452.220,95
2009	0,00	0,00	1.078.138,40
2010	0,00	0,00	3.749.880,59
TOTAL	0,00	0,00	11.572.427,34

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

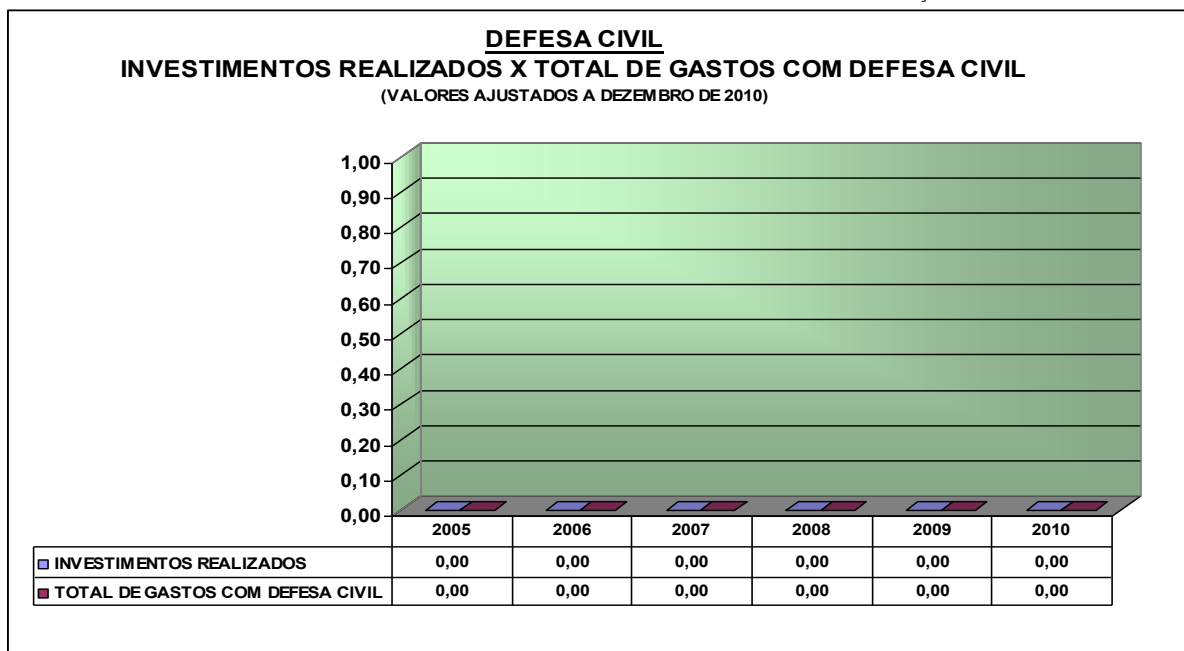
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais abordados nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela 84: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	1.500.844,84	1,6049
2006	0,00	0,00	862.745,09	1,6992
2007	0,00	0,00	1.583.274,93	1,7495
2008	0,00	0,00	3.816.199,77	1,8258
2009	0,00	0,00	1.123.274,18	1,9372
2010	0,00	0,00	3.749.880,59	2,0183
TOTAL	0,00	0,00	12.636.219,40	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

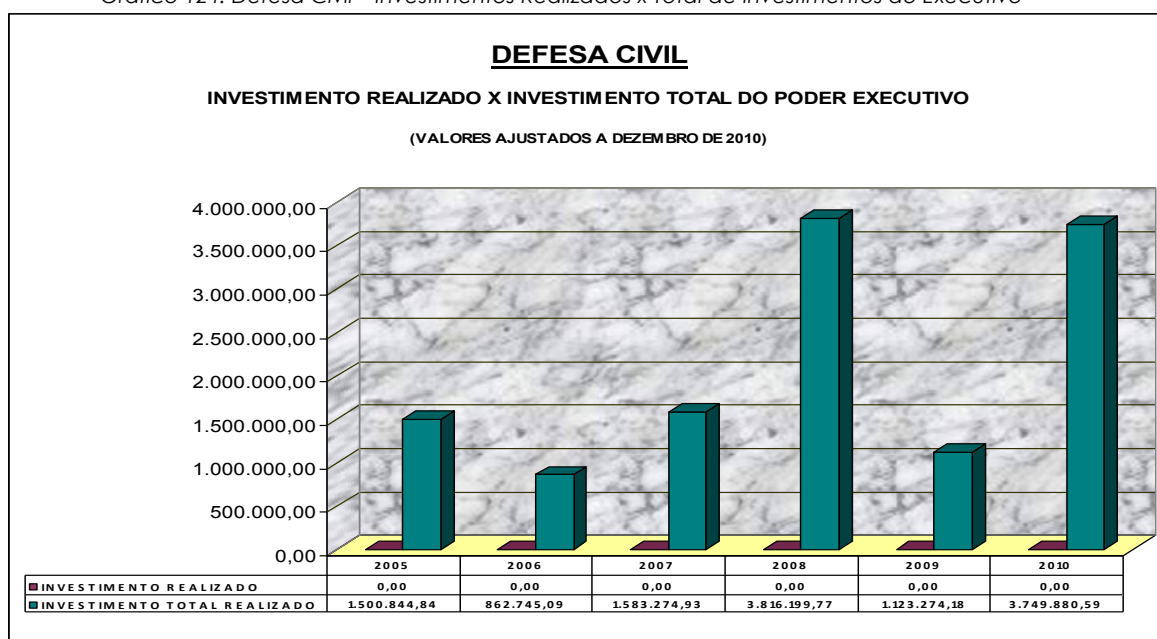
Gráfico 123: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 124: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Defesa Civil foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

O quadro a seguir evidencia os recursos alusivos a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 e 2010 (em todas as áreas da ação governamental), enfatizando-se que as cifras se encontram registradas em valores correntes:

Tabela 85: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	19.489,46	22.489,46	1.193.433,03
2006	169,00	2.169,00	726.342,20
2007	33.316,79	33.316,79	1.372.412,17
2008	0,00	0,00	3.452.220,95
2009	13.345,25	13.345,25	1.078.138,40
2010	3.127,00	5.412,90	3.749.880,59
TOTAL	69.447,50	76.733,40	11.572.427,34

(*) Total de recursos aplicados em Gestão Ambiental, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

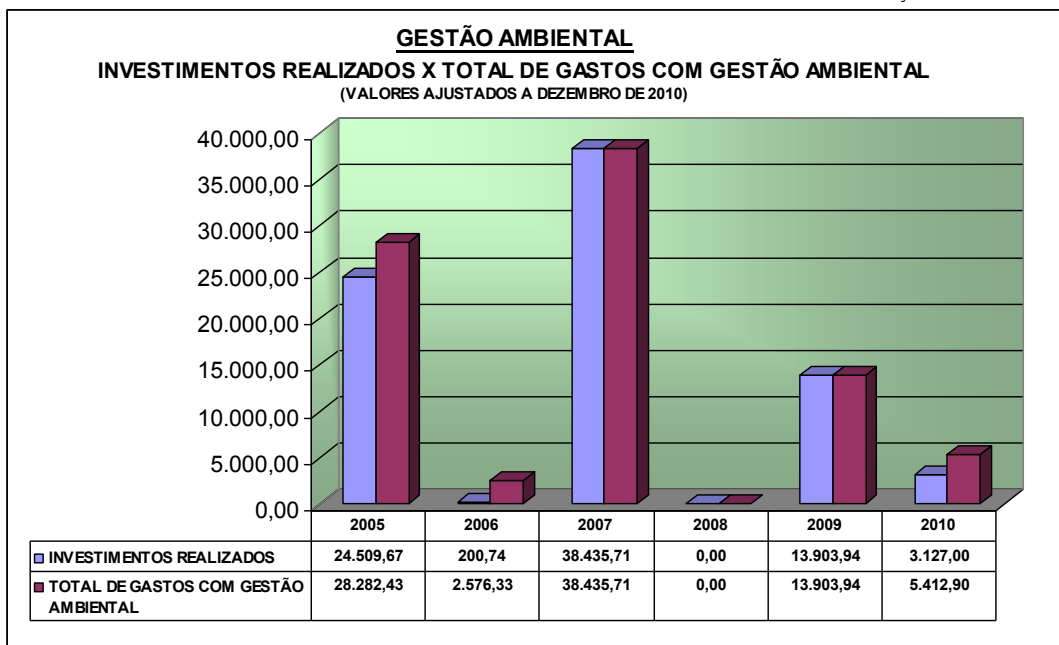
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais dispostos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborado o seguinte quadro:

Tabela 86: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	24.509,67	28.282,43	1.500.844,84	1,6049
2006	200,74	2.576,33	862.745,09	1,6992
2007	38.435,71	38.435,71	1.583.274,93	1,7495
2008	0,00	0,00	3.816.199,77	1,8258
2009	13.903,94	13.903,94	1.123.274,18	1,9372
2010	3.127,00	5.412,90	3.749.880,59	2,0183
TOTAL	80.177,07	88.611,31	12.636.219,40	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

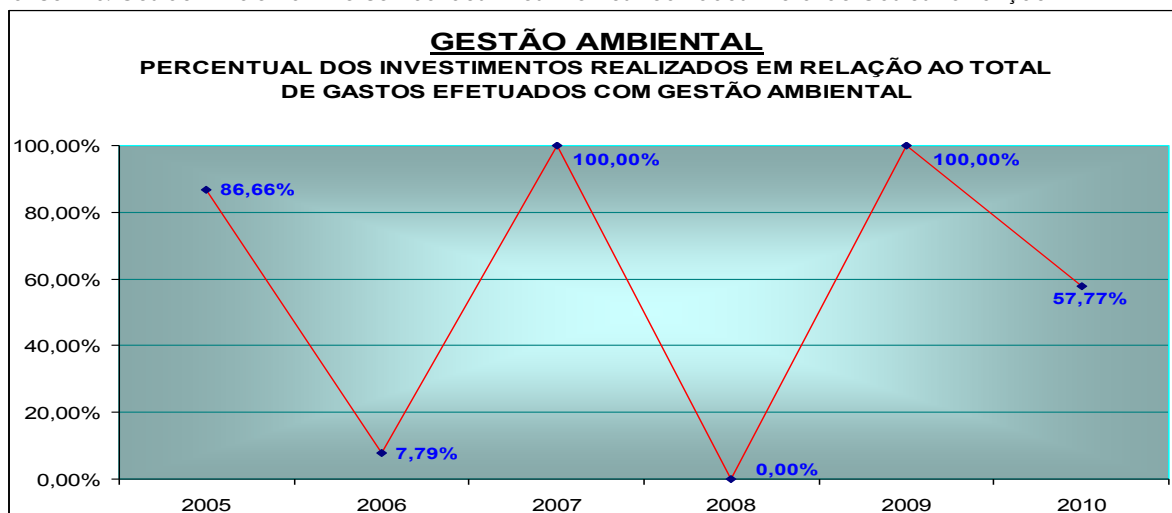
Gráfico 125: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

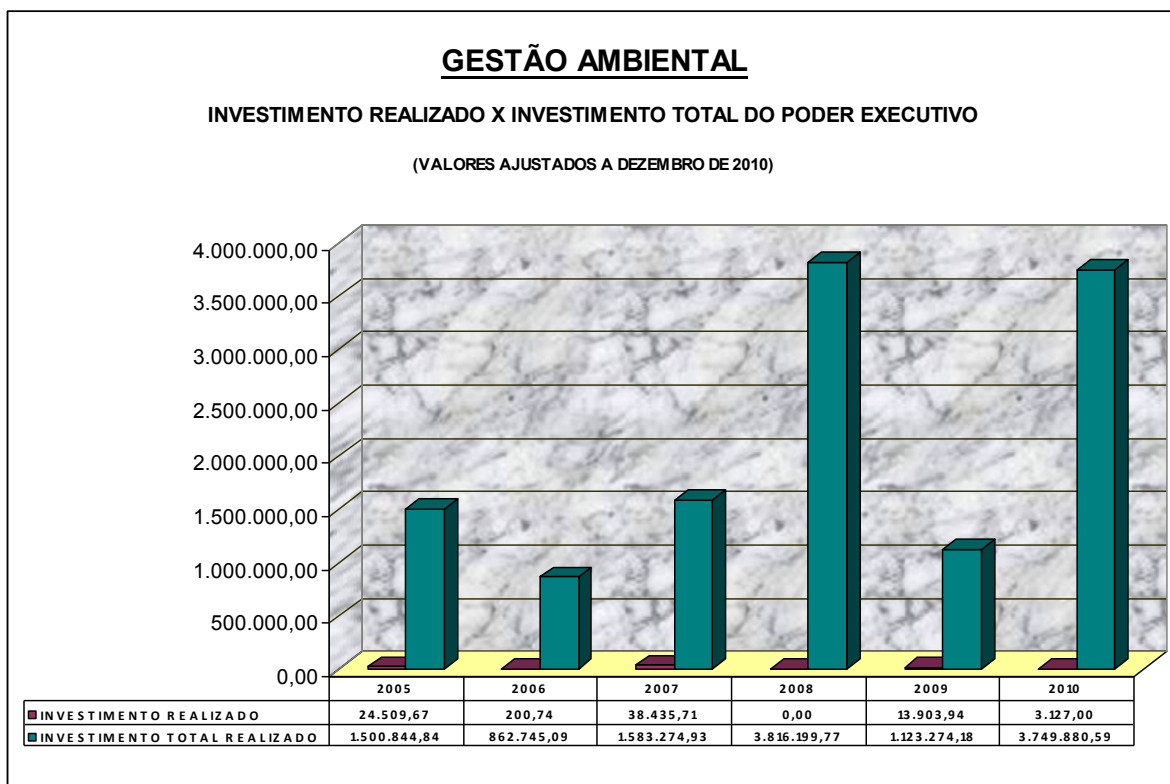
Gráfico 126: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Gestão

Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

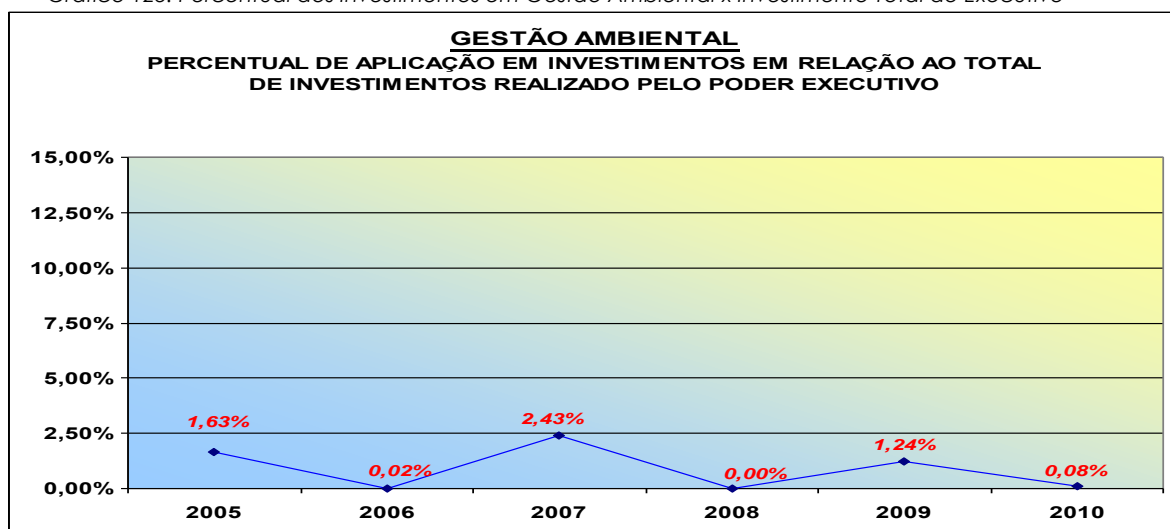
Gráfico 127: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 128: Percentual dos Investimentos em Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

Quanto ao Município de Sumidouro, foi constatado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Macro drenagem, Mapeamento, Plano Diretor e Áreas de Risco;

b) houve aplicação de recursos, em todos os exercícios, no grupo Pontes, nos valores de R\$ 31.850,00 (2005), R\$ 56.400,00 (2006), R\$ 96.129,81 (2007), R\$ 208.111,00 (2008), R\$ 84.989,49 (2009) e R\$ 197.512,63 (2010);

c) houve aplicação de recursos, em todos os exercícios, com exceção de 2007, no grupo Contenção, nos valores de R\$ 353.537,70 (2005), R\$ 17.988,10 (2006), R\$ 8.174,14 (2008), R\$ 67.448,97 (2009) e R\$ 2.262,99 (2010);

d) houve aplicação de recursos, em todos os exercícios, com exceção de 2006, 2009 e 2010, no grupo Galerias e Redes Pluviais, nos valores de R\$ 6.411,96 (2005), R\$ 5.095,00 (2007) e R\$ 32.272,00 (2008); e

e) houve aplicação de recursos no grupo Gestão de Recursos Hídricos, apenas no exercício de 2009, no valor de R\$ 101,00.

5.3.2.5 - MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

O presente tópico objetiva apresentar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de Nova Friburgo, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de Nova Friburgo

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir apresentados em resumo. A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de Nova Friburgo em relação aos demais municípios fluminenses, abordando dados tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 87: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	8	6	6	6	7	6	2,2%	44.718
Indústria	20	23	26	26	25	24	13,2%	273.471
Administração Pública	14	14	15	15	16	16	27,0%	561.319
Demais serviços	13	14	13	12	12	13	57,7%	1.198.701
Total dos setores							100,0%	2.078.209
Impostos sobre produtos								188.033
PIB a preços de mercado	16	19	19	18	20	21		2.266.242
População	14	14	14	14	14	16		178.310 hab. em 2008
PIB per capita	28	33	35	31	32	33		R\$ 12.710,00 em 2008

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos.

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2010, segundo o Censo⁸, Nova Friburgo tinha uma população de 182.016 habitantes, equivalente a 23,1% do contingente da região Serrana, com uma proporção de 47,9% de homens para 52,1% de mulheres. A densidade demográfica era de 195 habitantes por km², contra 118,4 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 87,5% da população. Cotejando com a década anterior, a população do município cresceu 5%, o 69º maior aumento no estado.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico se aplica tão somente à análise do desempenho econômico financeiro do município⁹, com fulcro em números disponibilizados pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira remetidas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são mostradas no gráfico abaixo, ressaltando-se que as cifras apresentadas são em valores correntes.

⁸ - IBGE - Censo 2010, resultados preliminares.

⁹ - Fontes: Prestações de Contas 2004 a 2009 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2004 a 2009.

Gráfico 131: Receitas e Despesas totais – 2004-2009



A receita realizada aumentou 105% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 120%.

RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 140% entre 2004 e 2009:

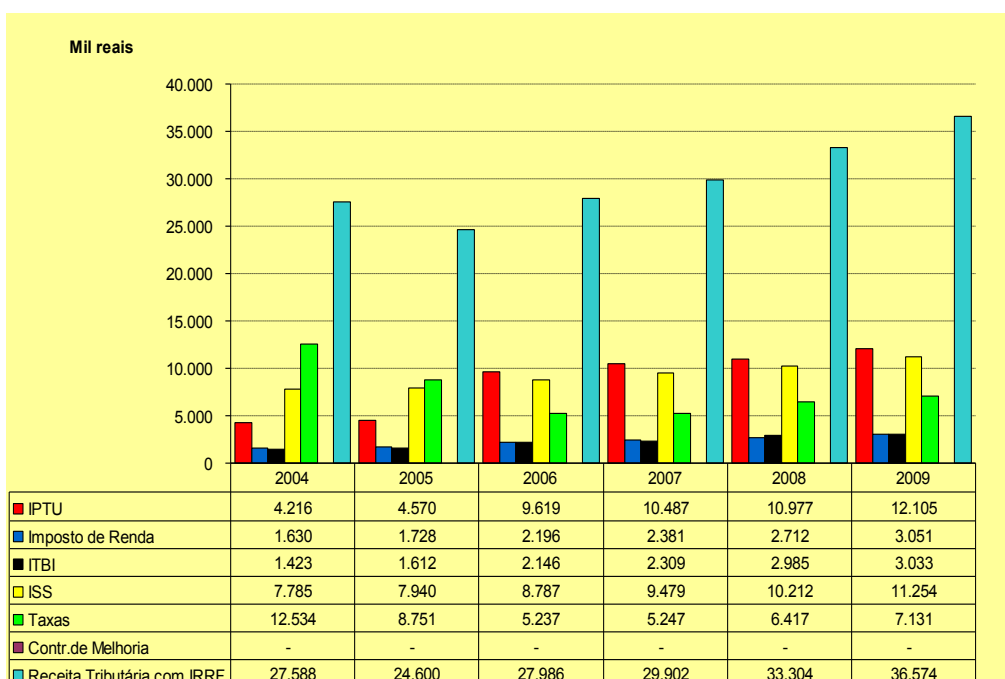
Gráfico 133: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 33% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pela elevação de 45% na arrecadação de ISS e de 187% na receita de IPTU. Também houve acréscimo de 87% no Imposto de Renda retido na fonte, de 113% no ITBI, contra queda de 43% nas taxas.

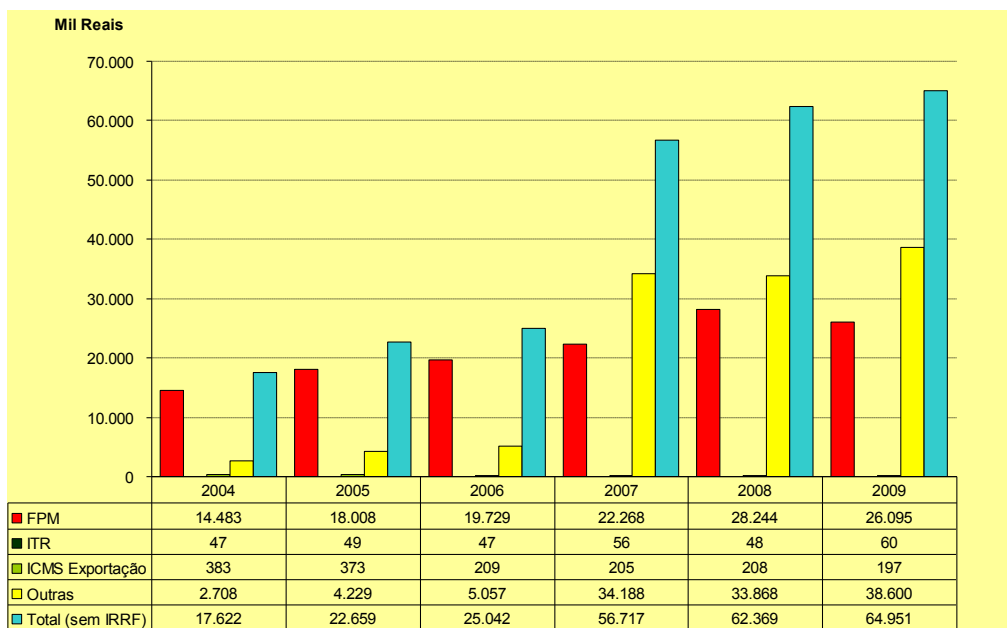
Gráfico 134: Receitas tributárias – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União aumentaram 269% no período, com incremento de 80% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências, notadamente o SUS, nas contas consolidadas a partir de 2007.

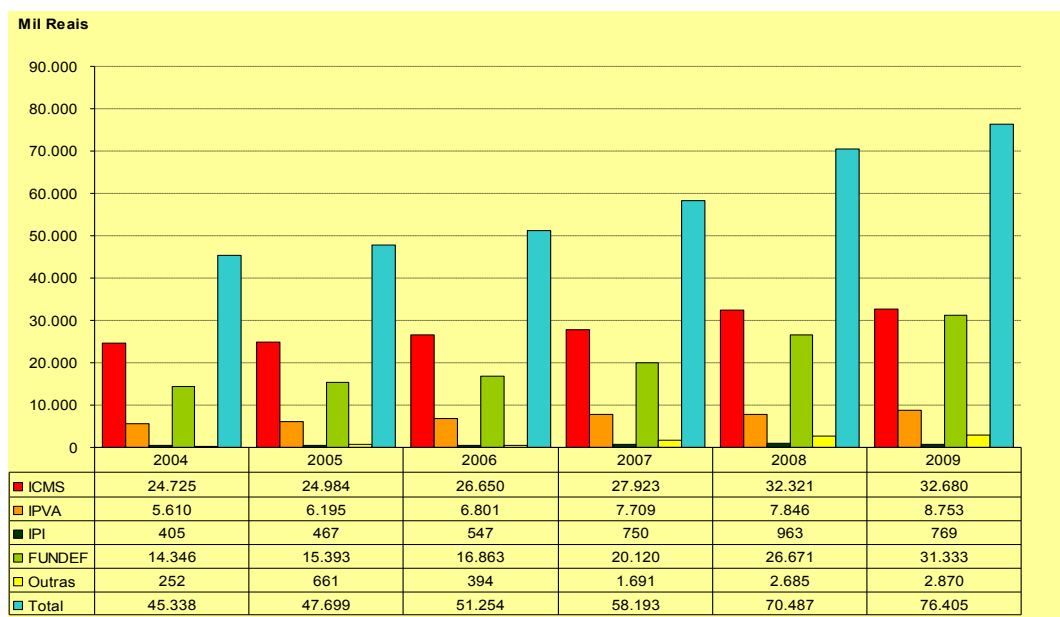
Gráfico 135: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 69% no período, tendo contribuído para um aumento de 32% no repasse do ICMS e um crescimento de 118% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 136: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Levando-se em conta a classificação da despesa por Categoria Econômica, ressalte-se que, dentre as Despesas de Capital, serão enfocadas no presente trabalho as que se incluem na rubrica Investimentos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas relativas às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir registra os recursos relativos a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 93: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	5.101.390,70
2006	0,00	0,00	10.034.189,24
2007	0,00	0,00	12.257.111,21
2008	0,00	0,00	17.465.701,64
2009	0,00	0,00	25.947.702,52
2010	0,00	0,00	36.976.680,75
TOTAL	0,00	0,00	107.782.776,06

(*) Total de recursos aplicados em Habitação, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.
 Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

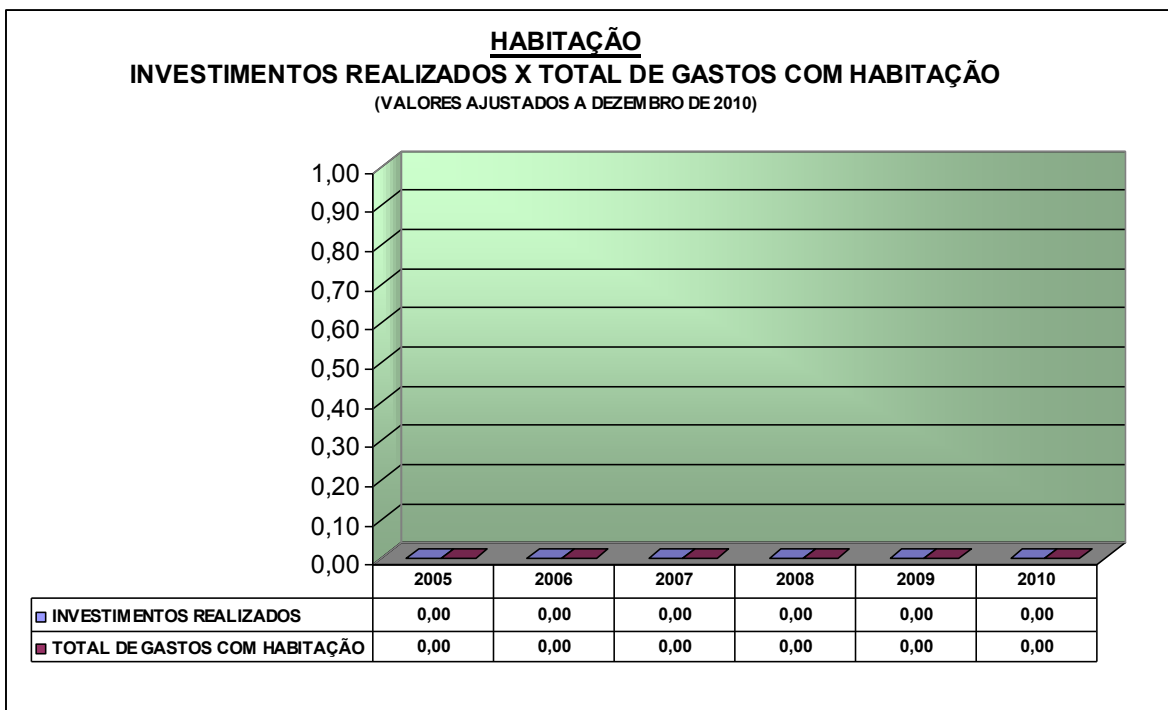
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais contidos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela 94: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	6.415.438,25	1,6049
2006	0,00	0,00	11.918.552,34	1,6992
2007	0,00	0,00	14.140.341,56	1,7495
2008	0,00	0,00	19.307.167,06	1,8258
2009	0,00	0,00	27.033.991,33	1,9372
2010	0,00	0,00	36.976.680,75	2,0183
TOTAL	0,00	0,00	115.792.171,29	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

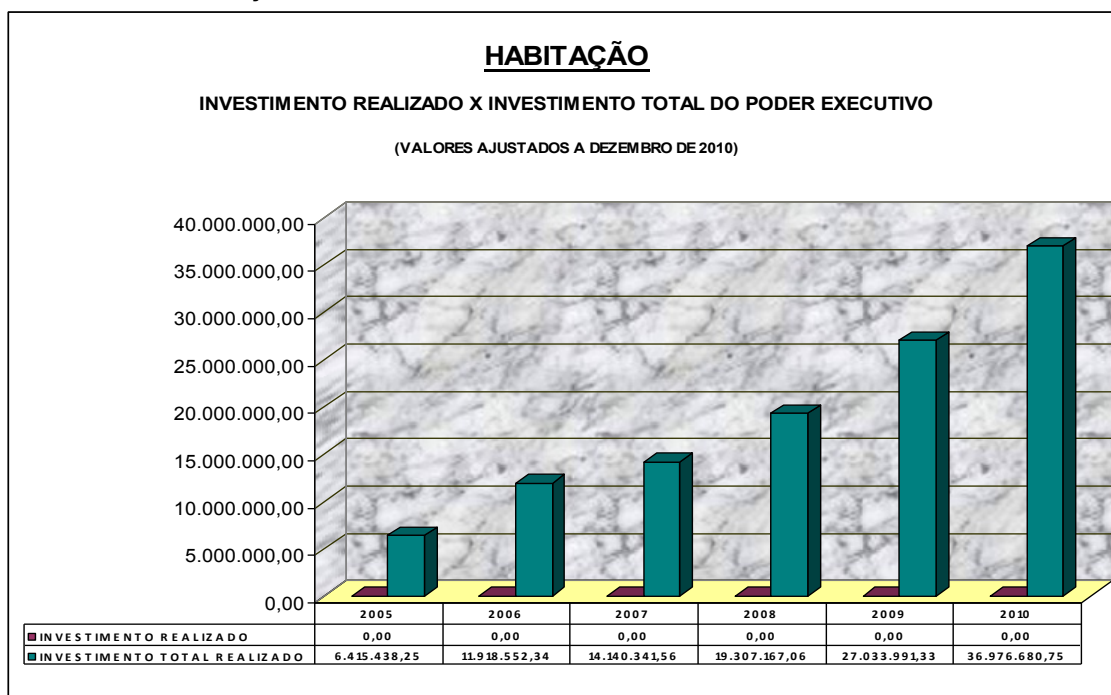
Gráfico 137: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o total dos investimentos aplicados em Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 138: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Habitação foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir registra os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras reveladas se encontram em valores correntes:

Tabela 95: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	11.408,07	5.101.390,70
2006	3.061,00	11.932,95	10.034.189,24
2007	0,00	6.056,69	12.257.111,21
2008	2.863,90	20.647,66	17.465.701,64
2009	0,00	0,00	25.947.702,52
2010	324.490,62	324.490,62	36.976.680,75
TOTAL	330.415,52	374.535,99	107.782.776,06

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

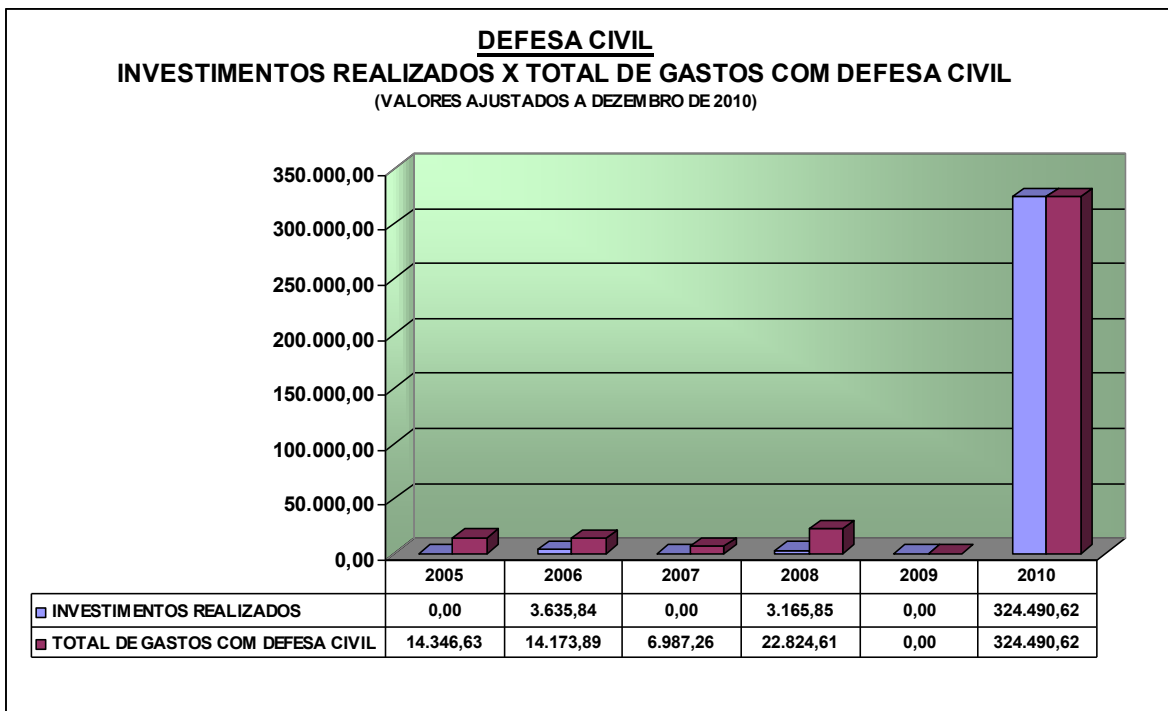
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais dispostos nas Deliberações TCE/RJ n°s 165/92 e 219/00, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 96: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	14.346,63	6.415.438,25	1,6049
2006	3.635,84	14.173,89	11.918.552,34	1,6992
2007	0,00	6.987,26	14.140.341,56	1,7495
2008	3.165,85	22.824,61	19.307.167,06	1,8258
2009	0,00	0,00	27.033.991,33	1,9372
2010	324.490,62	324.490,62	36.976.680,75	2,0183
TOTAL	331.292,31	382.823,01	115.792.171,29	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

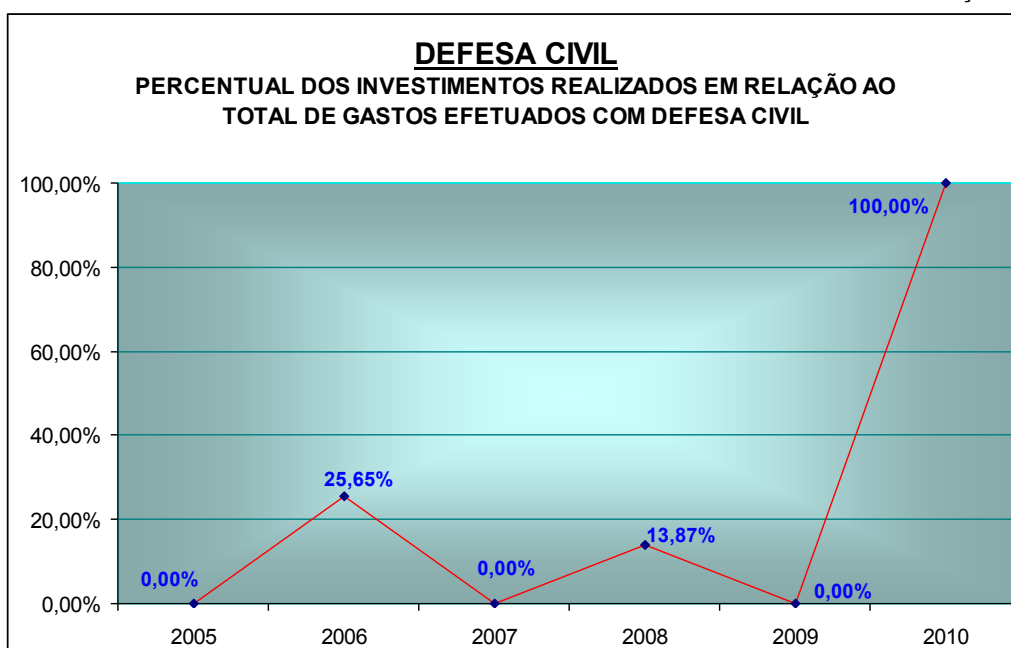
Gráfico 139: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

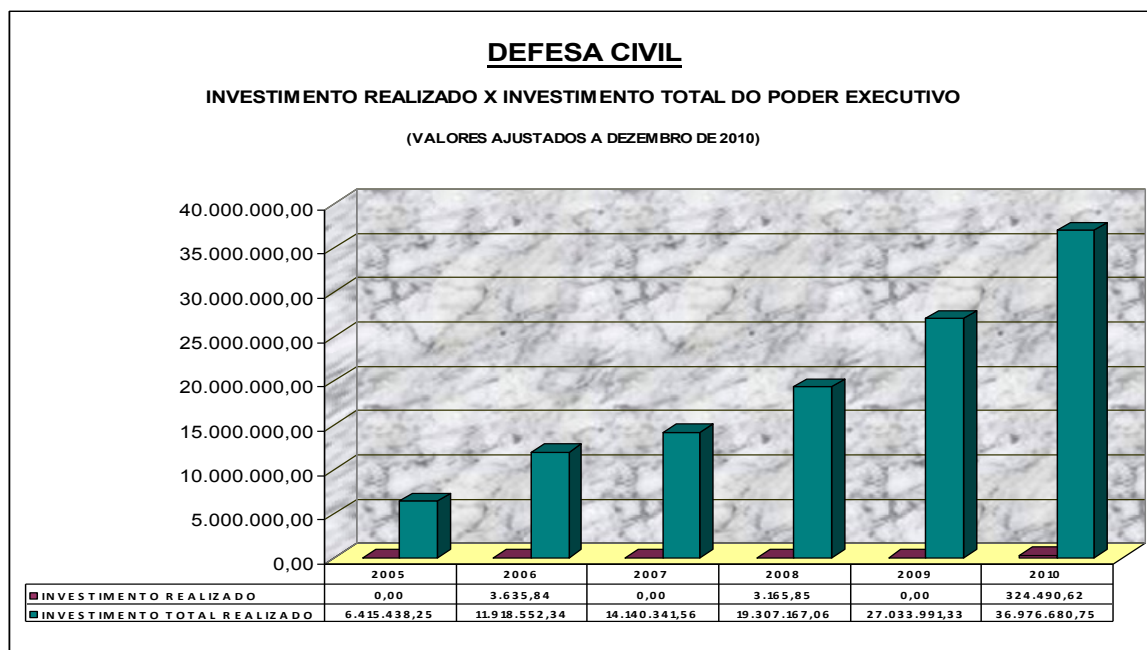
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 140: Defesa Civil – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

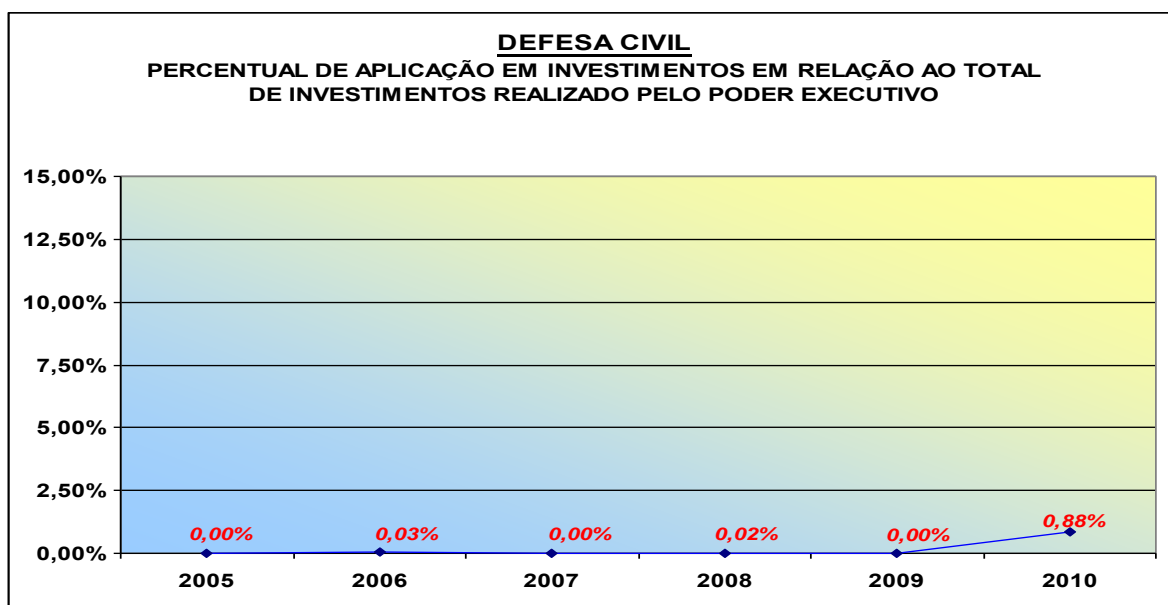
Gráfico 141: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 142: Percentual dos Investimentos em Defesa Civil x Investimento Total do Executivo



INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

O quadro a seguir revela os recursos referentes a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 e 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras se encontram apresentadas em valores correntes:

Tabela 97: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	27.473,00	918.878,80	5.101.390,70
2006	46.439,00	73.617,80	10.034.189,24
2007	237,00	15.874,31	12.257.111,21
2008	0,00	84.701,56	17.465.701,64
2009	0,00	85.631,80	25.947.702,52
2010	0,00	14.324,20	36.976.680,75
TOTAL	74.149,00	1.193.028,47	107.782.776,06

(*)Total de recursos aplicados em Gestão Ambiental, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

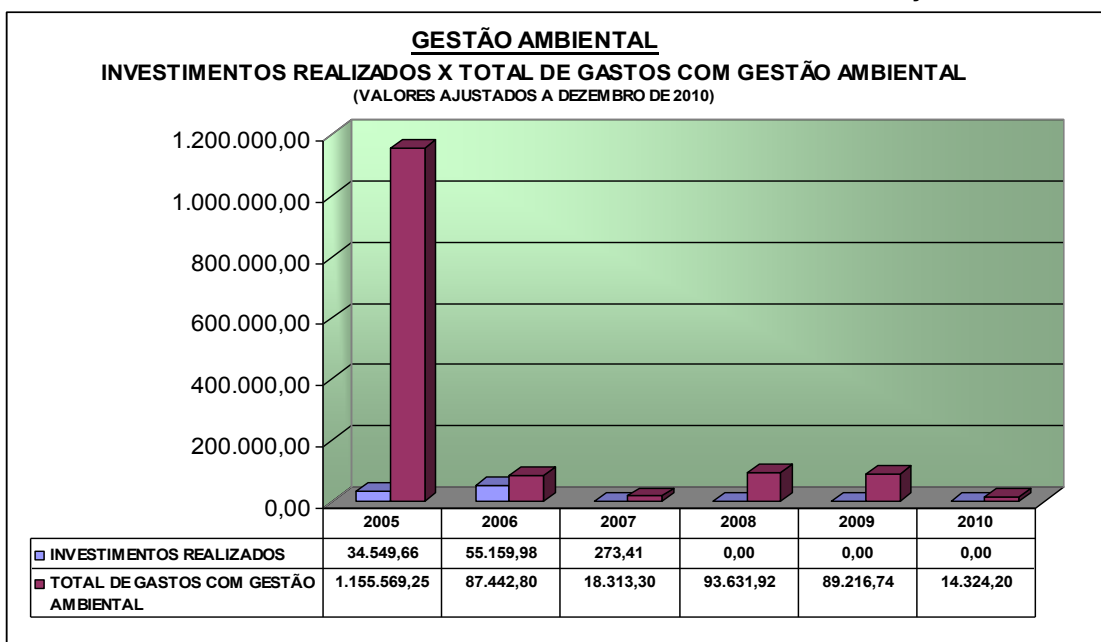
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais registrados nas Deliberações TCE/RJ n°s 165/92 e 219/00, foi elaborada a tabela a seguir:

Tabela 98: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	34.549,66	1.155.569,25	6.415.438,25	1,6049
2006	55.159,98	87.442,80	11.918.552,34	1,6992
2007	273,41	18.313,30	14.140.341,56	1,7495
2008	0,00	93.631,92	19.307.167,06	1,8258
2009	0,00	89.216,74	27.033.991,33	1,9372
2010	0,00	14.324,20	36.976.680,75	2,0183
TOTAL	89.983,05	1.458.498,20	115.792.171,29	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

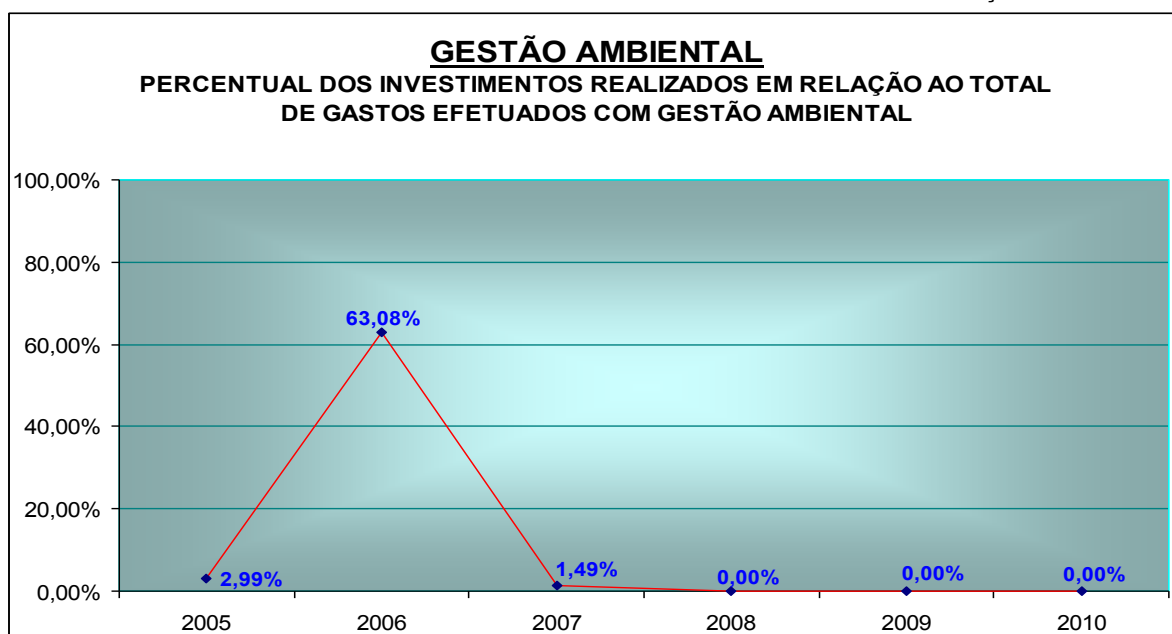
Gráfico 143: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

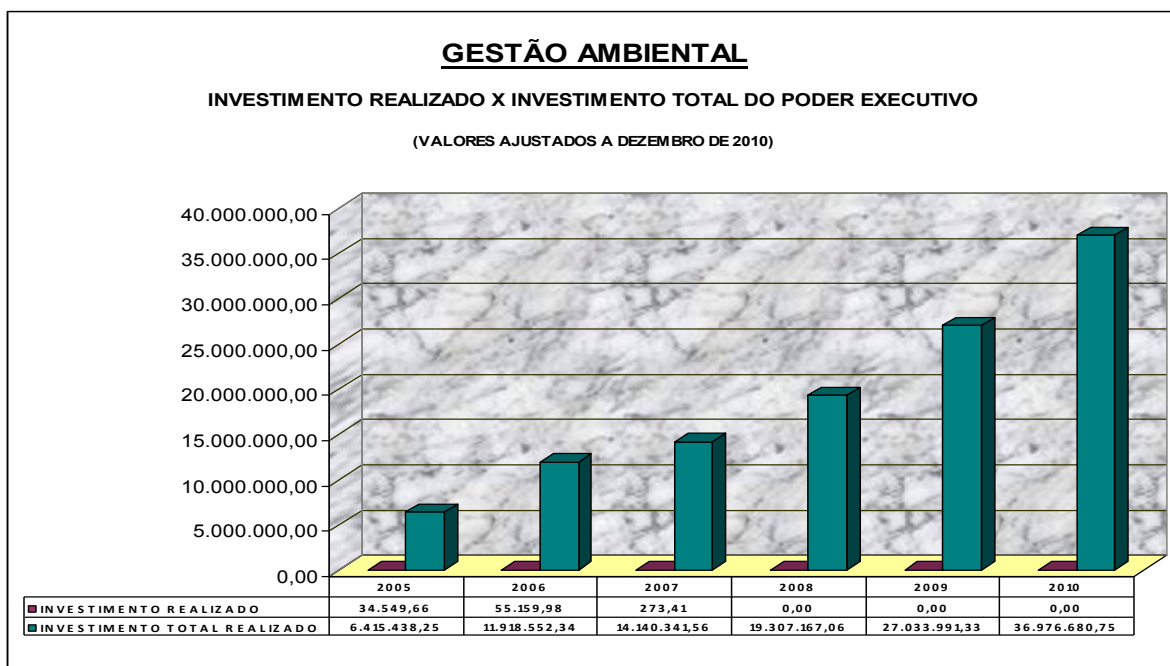
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 144: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Gestão Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

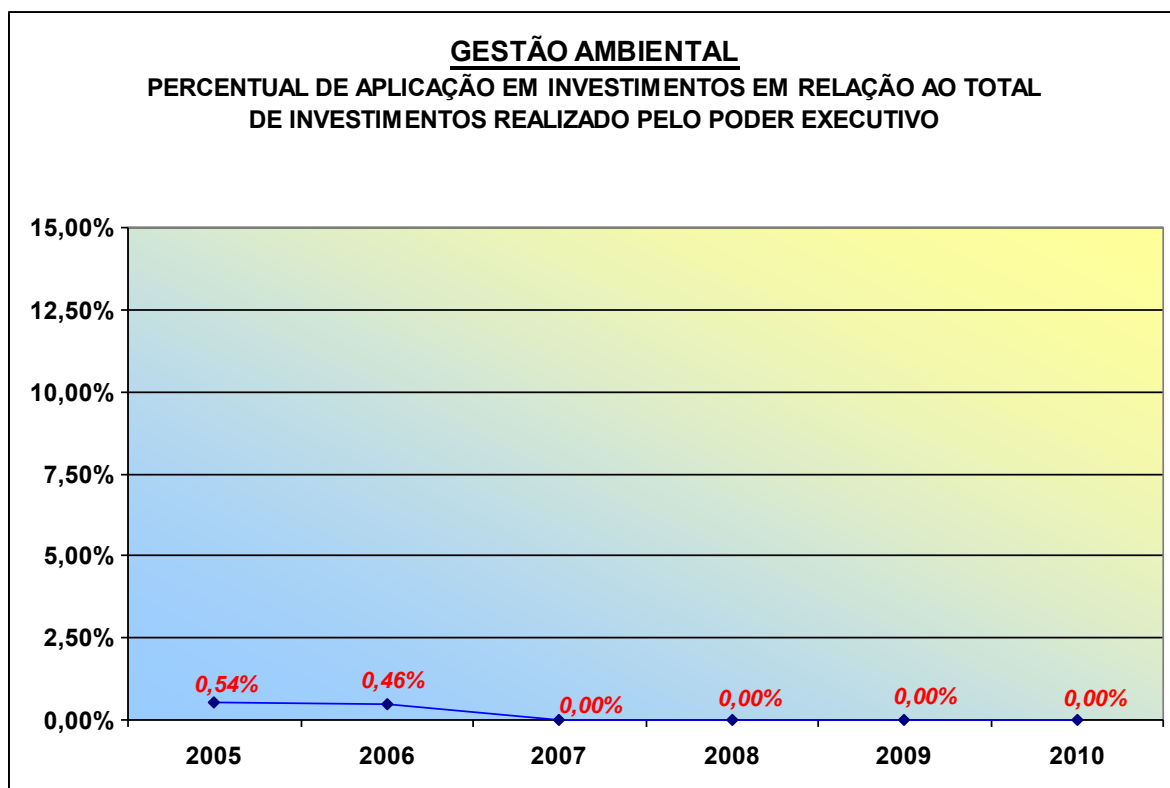
Gráfico 145: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores retro podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 146: Percentual dos Investimentos em Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

No tocante ao Município de Nova Friburgo, foi verificado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Mapeamento e Pontes;

b) houve aplicação de recursos, em apenas um exercício, nos seguintes grupos: Áreas de Risco (em 2010, R\$ 324.490,62), Contenção (em 2010, R\$ 31.240,05) e Galerias e Redes Pluviais (em 2005, 103.849,46);

c) houve aplicação de recursos no grupo Macrodrenagem, apenas nos exercícios de 2006, 2007 e 2010, nos valores, respectivamente, de R\$ 484.559,02, R\$ 151.348,86 e R\$ 22.350.449,08;

d) houve aplicação de recursos no grupo Gestão de Recursos Hídricos, apenas nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, no valor de R\$ 4.800,00 em cada um dos referidos exercícios; e

e) houve aplicação de recursos no grupo Plano Diretor, apenas nos exercícios de 2006 e 2007, nos valores, respectivamente, de R\$ 159.870,48 e R\$ 20.060,00.

5.3.2.6 - MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

O presente tópico objetiva mostrar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de Petrópolis, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de Petrópolis

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir expostos sinteticamente.

A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de Petrópolis relativamente aos demais municípios fluminenses, incluindo dados tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 99: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	47	39	42	42	50	41	0,2%	11.748
Indústria	14	17	12	12	11	12	30,1%	1.480.946
Administração Pública	9	9	9	9	9	9	19,5%	960.880
Demais serviços	8	8	8	8	8	8	50,2%	2.472.660
Total dos setores							100,0%	4.926.234
Impostos sobre produtos								506.360
PIB a preços de mercado	9	9	11	11	10	11		5.432.594
População	9	9	9	9	9	9	312.766 hab. em 2008	
PIB per capita	23	27	26	22	23	21	R\$ 17.370,00 em 2008	

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos.

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2010, consoante o Censo¹⁰, Petrópolis possuía uma população de 296.044 habitantes, correspondente a 37,5% do total da região Serrana, com uma proporção de 47,7% de homens para 52,3% de mulheres. A densidade demográfica era de 373,7 habitantes por km², contra 118,4 habitantes por km² de sua região.

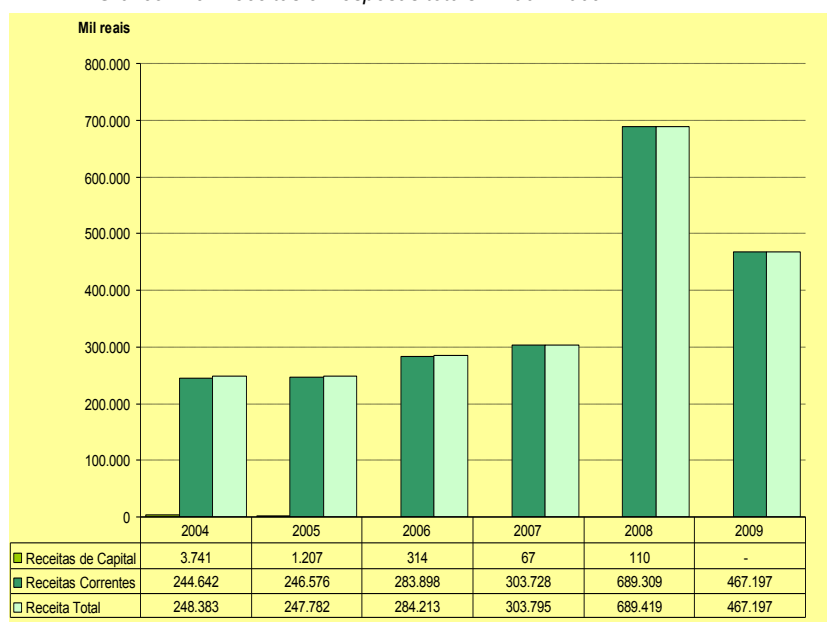
A taxa de urbanização correspondia a 95% da população. Confrontando com a década anterior, a população do município se elevou em 3,3%, o 73º maior crescimento no estado.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico se volta tão somente à análise do desempenho econômico financeiro do município¹¹, com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não versando sobre questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

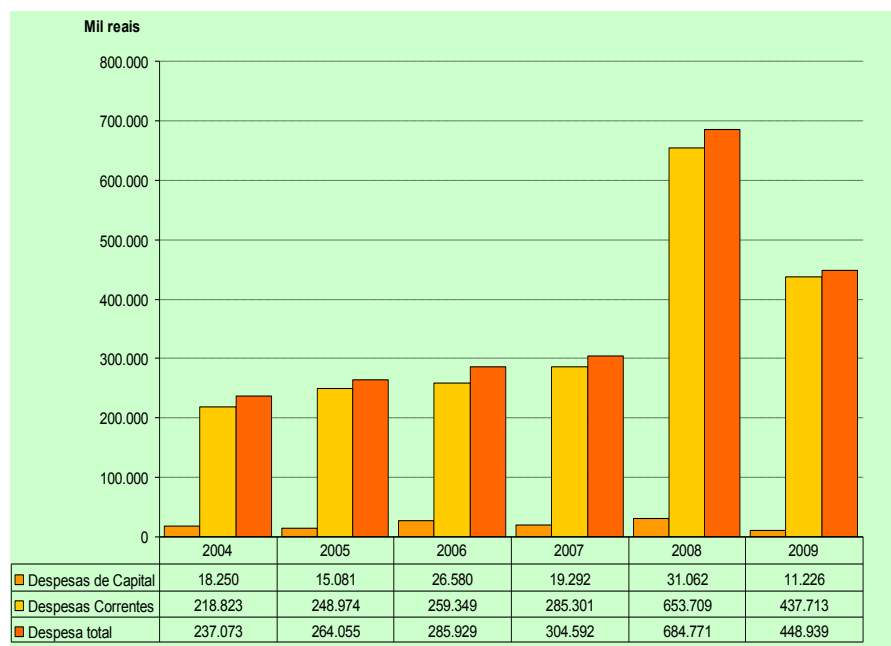
A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são evidenciadas nas ilustrações a seguir, frisando-se que as cifras dispostas são em valores correntes.

Gráfico 149: Receitas e Despesas totais – 2004-2009



¹⁰ - IBGE - Censo 2010, resultados preliminares.

¹¹ - Fontes: Prestações de Contas 2004 a 2009 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2004 a 2009.

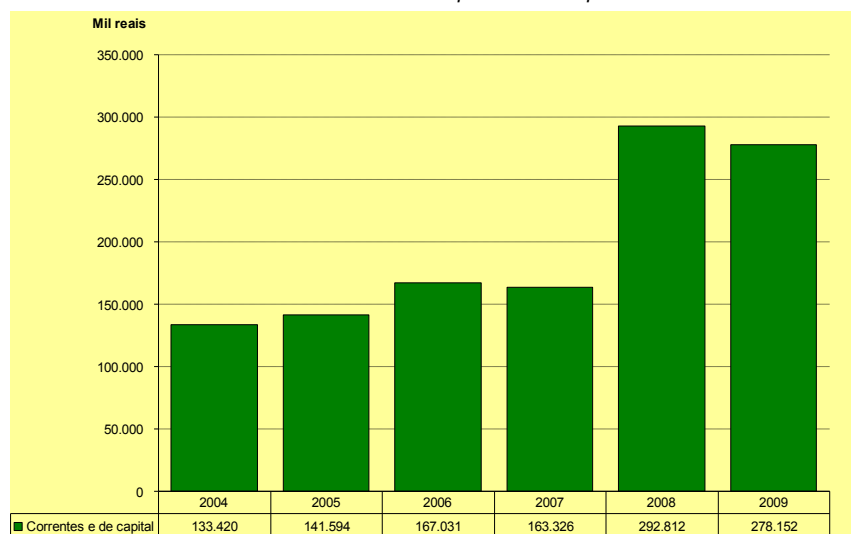


A receita realizada aumentou 88% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 89%.

RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

Pode-se observar a predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 20,7% do total no ano de 2009. O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 108% entre 2004 e 2009:

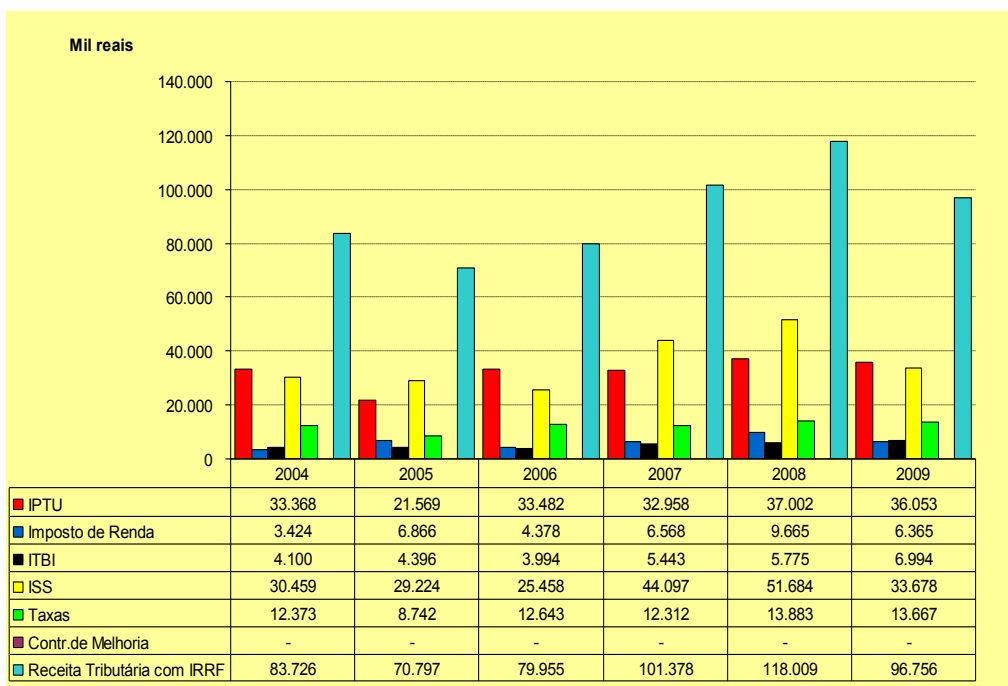
Gráfico 151: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por seu turno, teve um incremento de 16% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi favorecida pelo crescimento de 11% na arrecadação de ISS e de 86% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 8% na receita de IPTU, de 71% no ITBI e de 10% nas taxas.

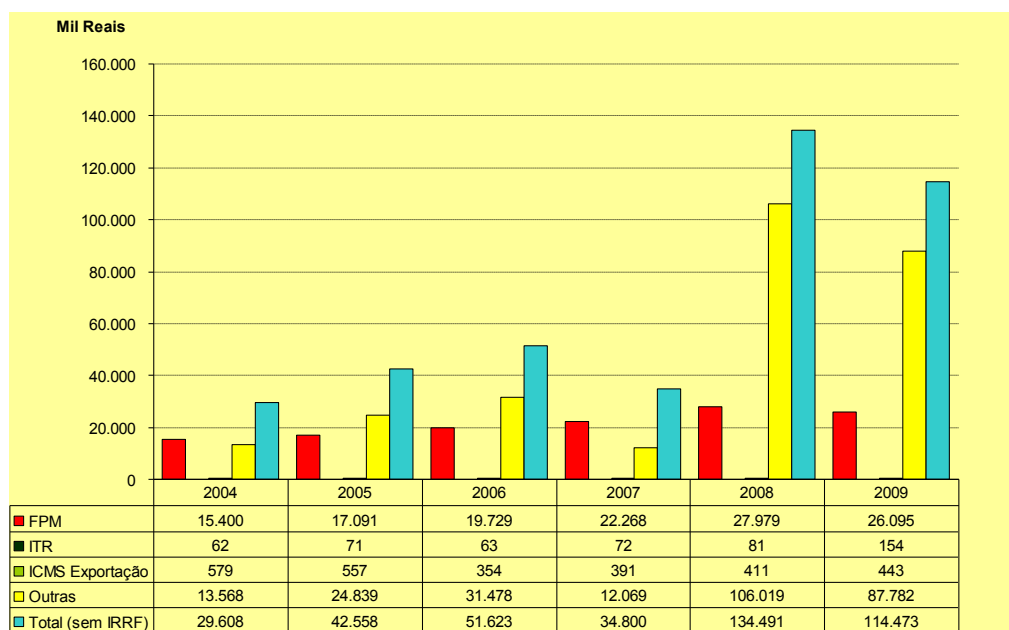
Gráfico 152: Receitas tributárias – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União apresentaram crescimento de 287% no período, com elevação de 69% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências, principalmente do SUS apontadas nas contas consolidadas apresentadas desde 2008.

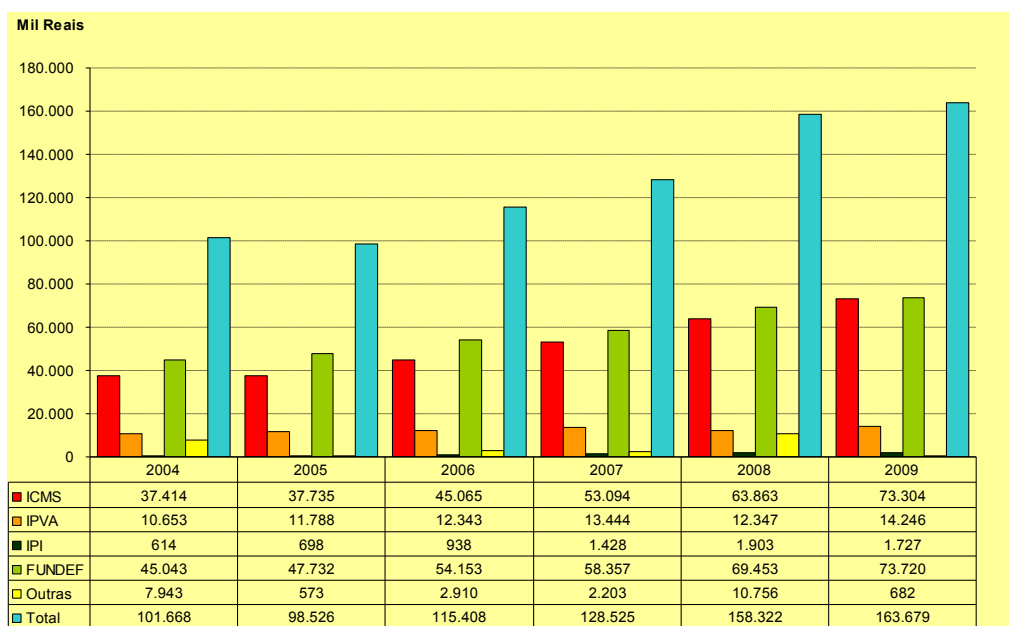
Gráfico 153: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 61% no período, tendo contribuído para um aumento de 96% no repasse do ICMS e uma elevação de 64% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 154: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando o agrupamento da despesa por Categoria Econômica, frise-se que, dentre as Despesas de Capital, serão abordadas na presente pesquisa as que se inserem no grupo Investimentos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas referentes às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir apresenta os recursos referentes a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluídas despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), ressaltando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 105: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	33.265,66	4.973.762,88
2006	216.351,21	216.351,21	17.303.044,55
2007	0,00	40.226,60	15.685.250,85
2008	544,78	177.705,62	24.166.757,83
2009	0,00	882,00	3.406.380,92
2010	105.142,45	1.367.584,15	3.047.886,86
TOTAL	322.038,44	1.836.015,24	68.583.083,89

(*) Total de recursos aplicados em Habitação, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.
Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

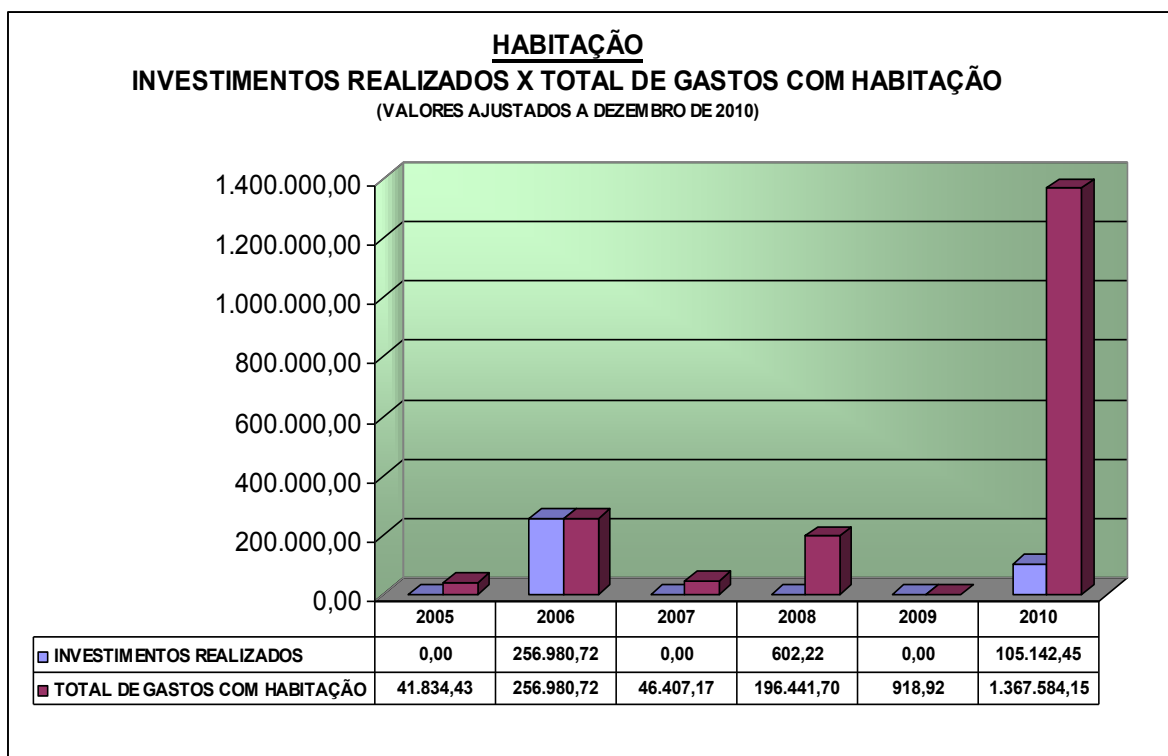
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais constantes das Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, elaborou-se o quadro a seguir:

Tabela 106: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	41.834,43	6.254.935,27	1,6049
2006	256.980,72	256.980,72	20.552.456,93	1,6992
2007	0,00	46.407,17	18.095.193,94	1,7495
2008	602,22	196.441,70	26.714.737,28	1,8258
2009	0,00	918,92	3.548.987,51	1,9372
2010	105.142,45	1.367.584,15	3.047.886,86	2,0183
TOTAL	362.725,39	1.910.167,10	78.214.197,79	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

Gráfico 155: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

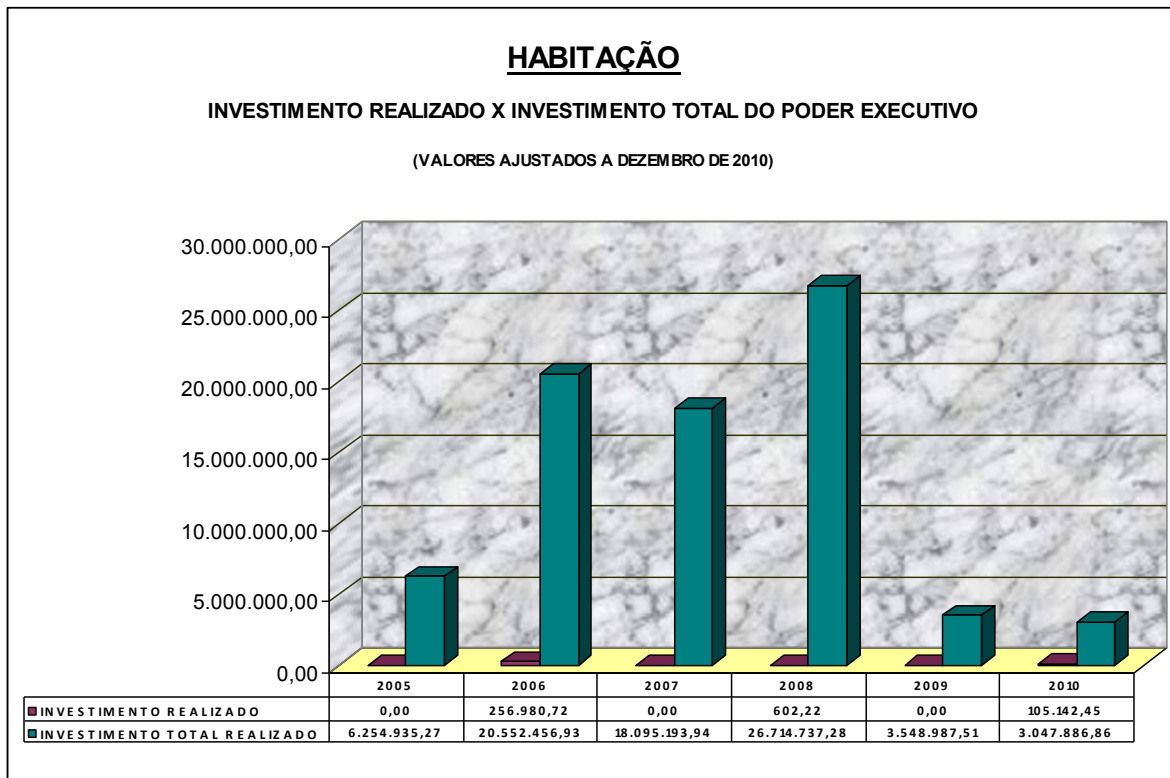
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 156: Habitação – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com a monta dos investimentos aplicados em Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

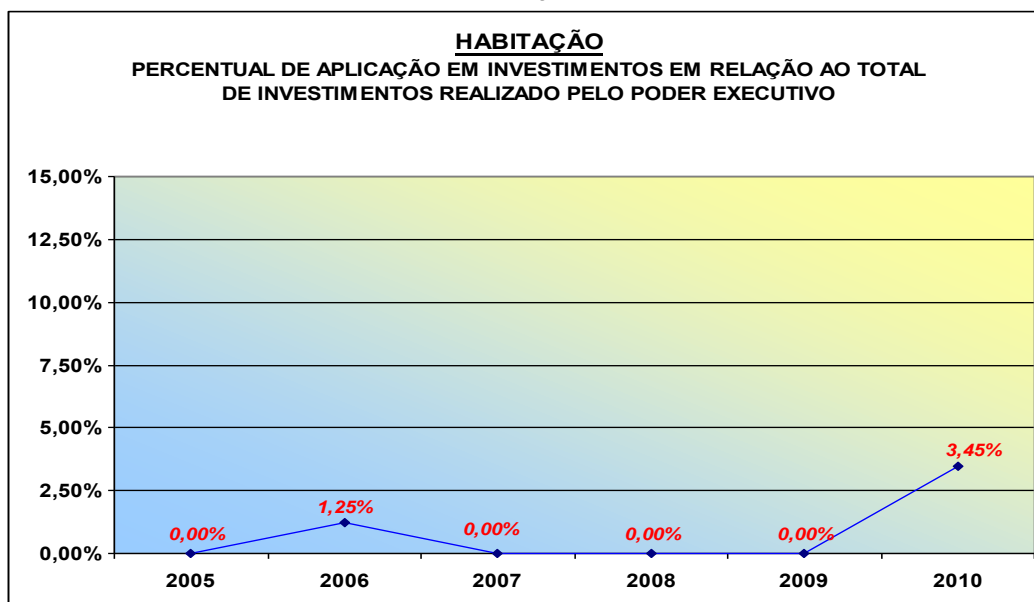
Gráfico 157: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores em voga podem ser assim demonstrados:

Gráfico 158: Percentual dos Investimentos em Habitação x Investimento Total do Executivo



INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir versa sobre os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), frisando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

Tabela 107: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	114.293,18	4.973.762,88
2006	0,00	459.299,54	17.303.044,55
2007	0,00	8.959,34	15.685.250,85
2008	84.000,00	148.578,78	24.166.757,83
2009	0,00	1.968,86	3.406.380,92
2010	0,00	3.094,00	3.047.886,86
TOTAL	84.000,00	736.193,70	68.583.083,89

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

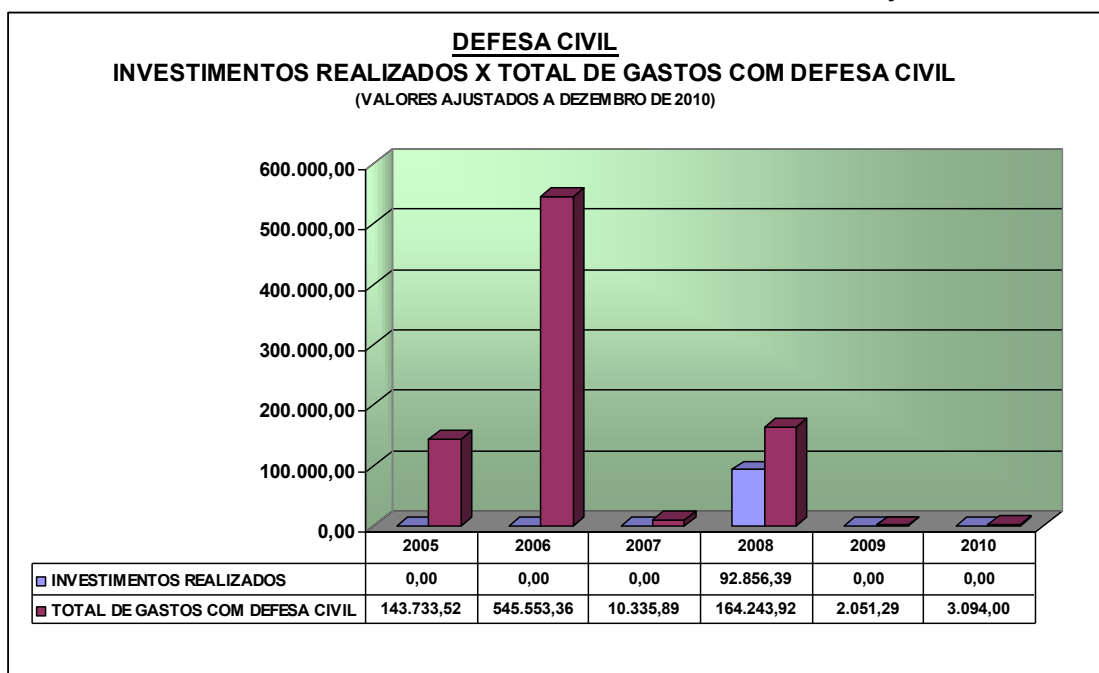
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais tratados nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi construída a seguinte tabela:

Tabela 108: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	143.733,52	6.254.935,27	1,6049
2006	0,00	545.553,36	20.552.456,93	1,6992
2007	0,00	10.335,89	18.095.193,94	1,7495
2008	92.856,39	164.243,92	26.714.737,28	1,8258
2009	0,00	2.051,29	3.548.987,51	1,9372
2010	0,00	3.094,00	3.047.886,86	2,0183
TOTAL	92.856,39	869.011,97	78.214.197,79	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

Gráfico 159: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

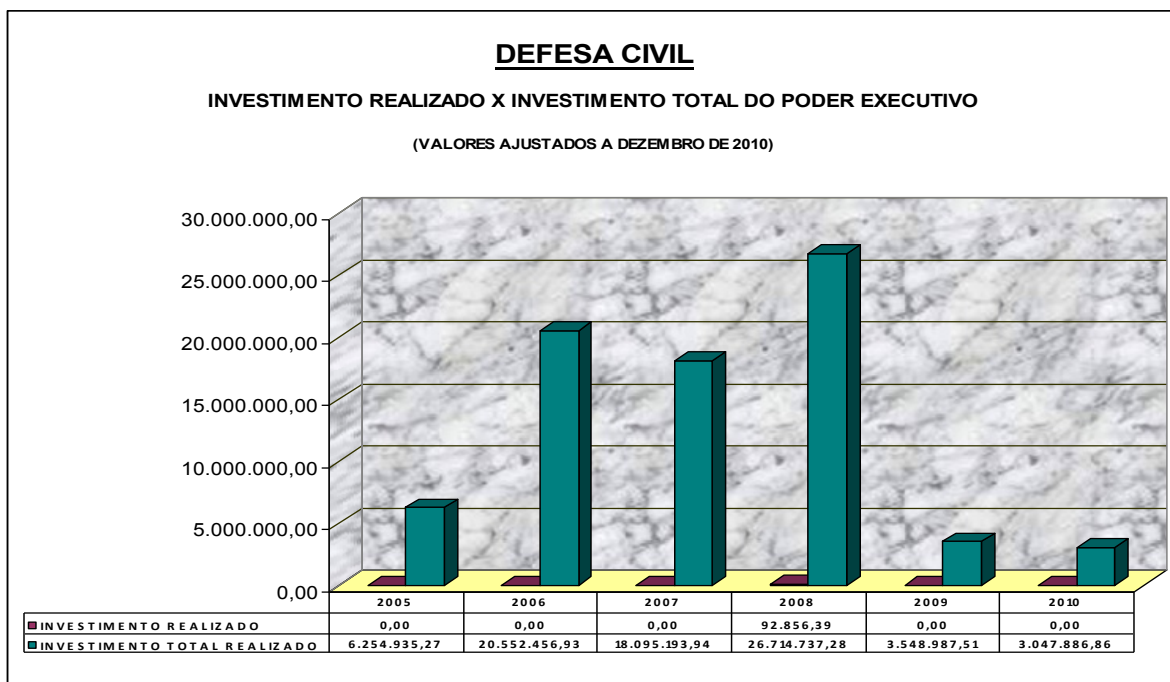
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 160: Defesa Civil – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

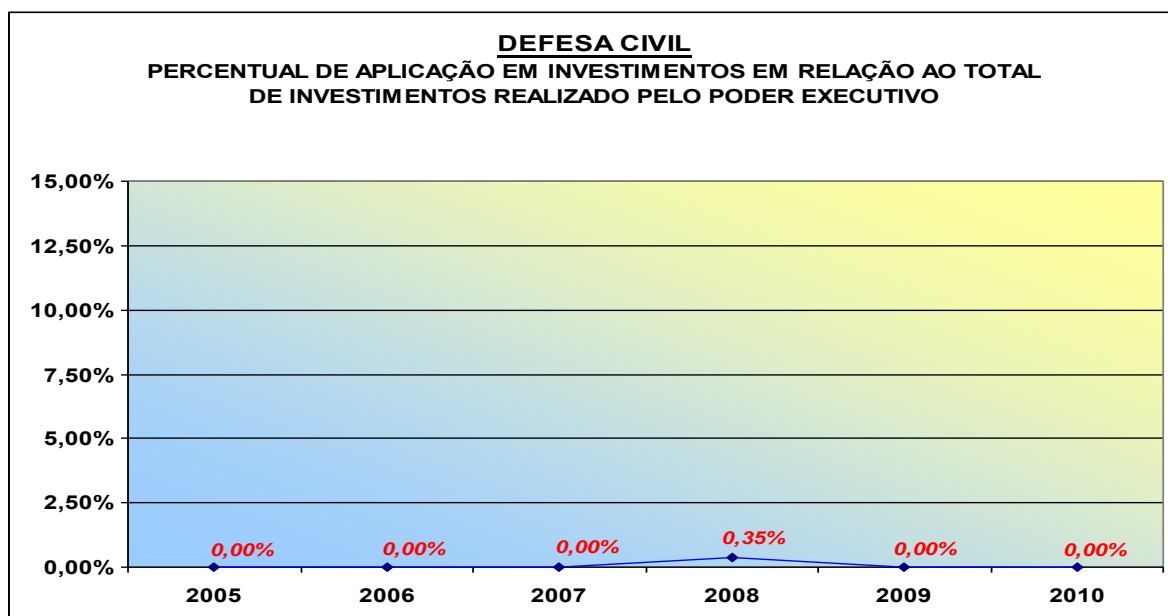
Gráfico 161: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores retro podem ser assim demonstrados:

Gráfico 162: Percentual dos Investimentos em Defesa Civil x Investimento Total do Executivo



INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

O quadro a seguir versa sobre os recursos relativos a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), destacando-se que as cifras se encontram apresentadas em valores correntes:

Tabela 109: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	1.393,00	131.671,23	4.973.762,88
2006	24.771,58	543.663,61	17.303.044,55
2007	7.387,08	45.148,92	15.685.250,85
2008	8.672,70	329.943,46	24.166.757,83
2009	5.920,00	73.029,60	3.406.380,92
2010	268.270,75	458.992,41	3.047.886,86
TOTAL	316.415,11	1.582.449,23	68.583.083,89

(*) Total de recursos aplicados em Gestão Ambiental, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

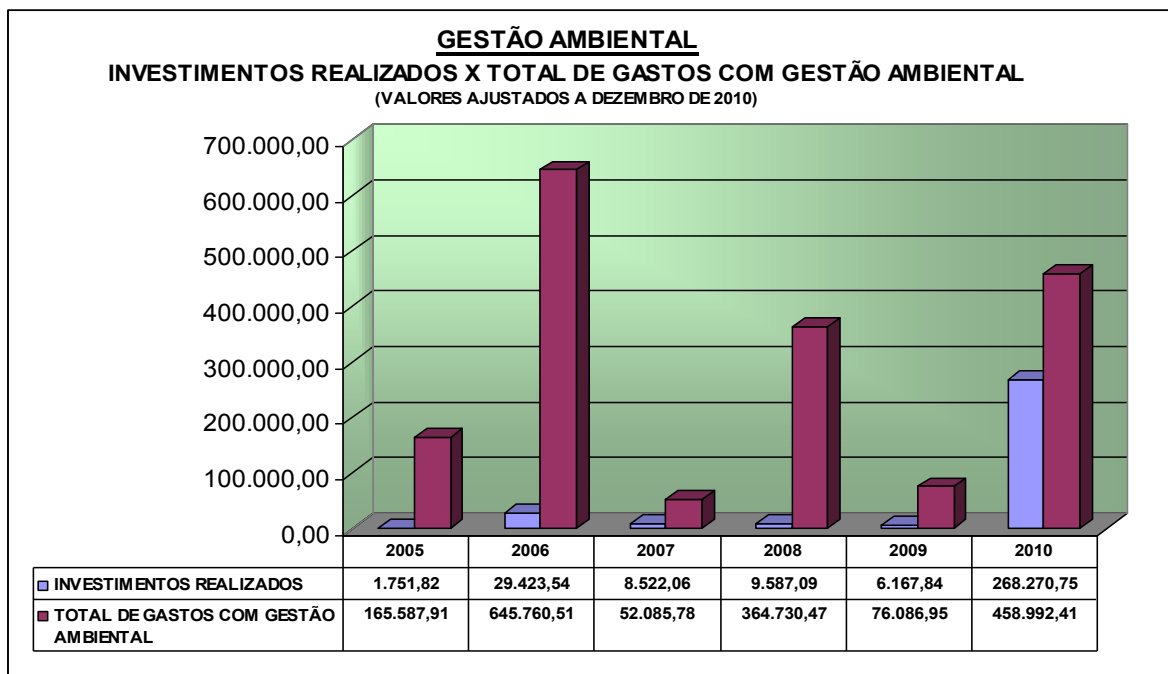
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais contidos nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi elaborado o seguinte quadro:

Tabela 110: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	1.751,82	165.587,91	6.254.935,27	1,6049
2006	29.423,54	645.760,51	20.552.456,93	1,6992
2007	8.522,06	52.085,78	18.095.193,94	1,7495
2008	9.587,09	364.730,47	26.714.737,28	1,8258
2009	6.167,84	76.086,95	3.548.987,51	1,9372
2010	268.270,75	458.992,41	3.047.886,86	2,0183
TOTAL	323.723,10	1.763.244,03	78.214.197,79	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

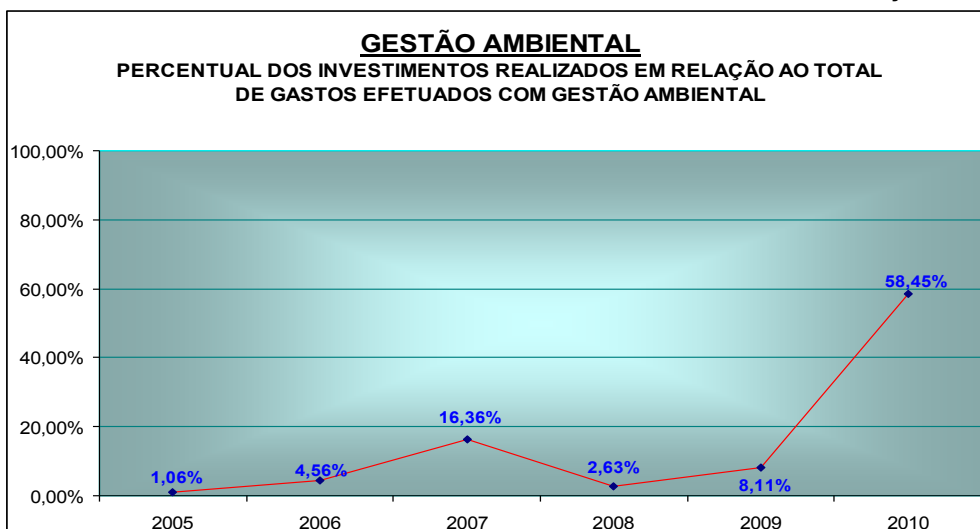
Gráfico 163: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

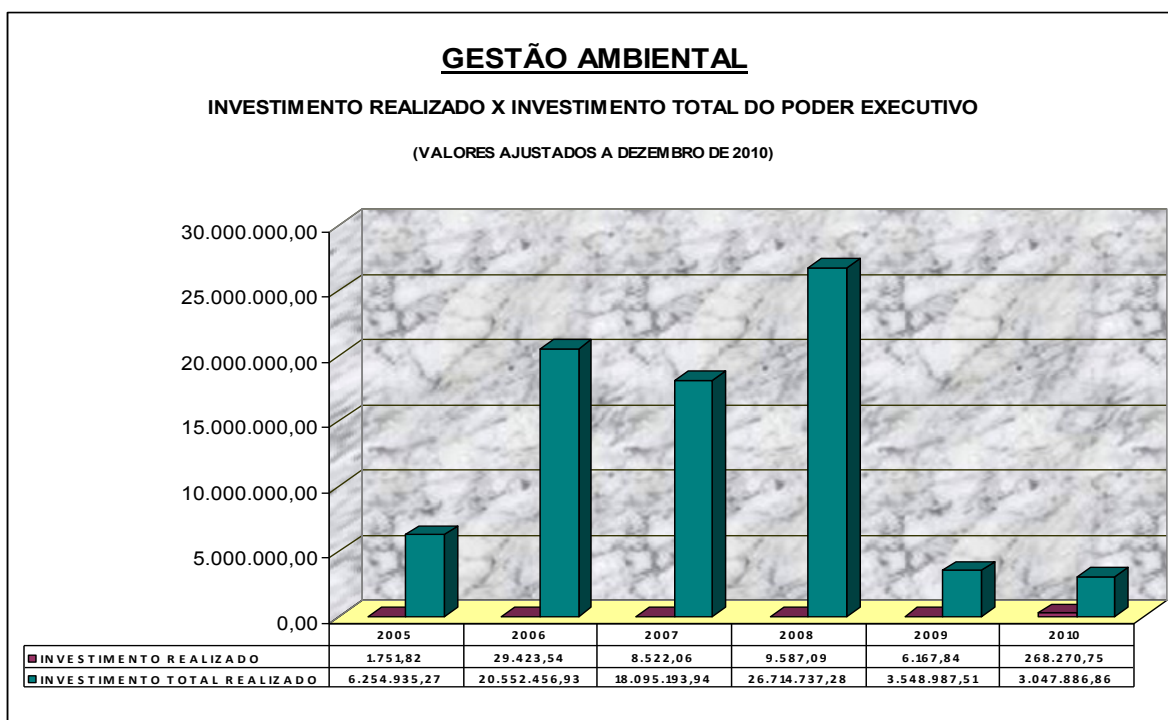
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 164: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o total dos investimentos aplicados em Gestão Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

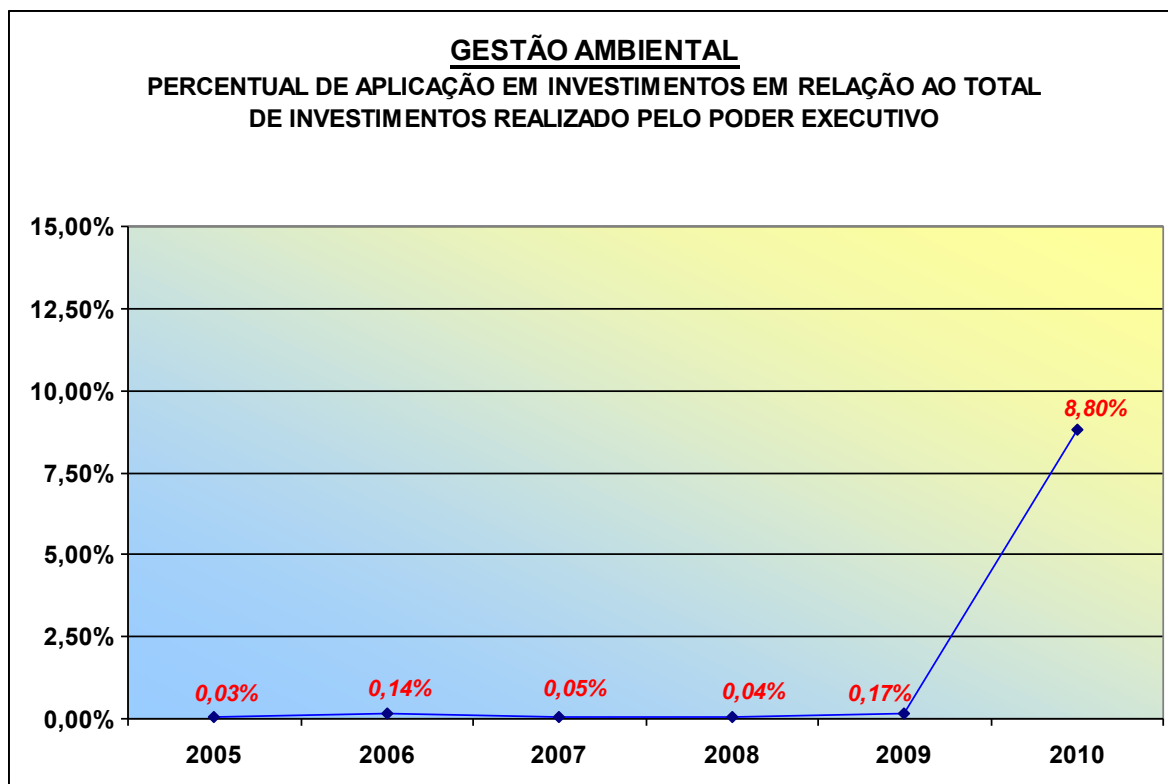
Gráfico 165: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores retro podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 166: Percentual dos Investimentos em Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

Quanto ao Município de Petrópolis, foi observado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

- a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Macrodrenagem, Mapeamento, Plano Diretor e Galerias e Redes Pluviais;
- b) houve aplicação de recursos, em apenas um exercício, no grupo Gestão de Recursos Hídricos (em 2010, R\$ 127.181,32);
- c) houve aplicação de recursos no grupo Áreas de Risco, apenas nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, nos valores, respectivamente, de R\$ 10.000,00, R\$ 45.338,90 e R\$ 39.117,20;
- d) houve aplicação de recursos no grupo Pontes apenas nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, nos valores de R\$ 54.454,55, R\$ 80.000,00, R\$ 947.948,76 e R\$ 12.000,00; e
- e) houve aplicação de recursos no grupo Contenção em todos os exercícios, exceto em 2005, nos seguintes valores 3.311.524,22 (2006), R\$ 2.500.022,66 (2007), R\$ 2.250.588,13 (2008), R\$ 217.730,17 (2009) e 3.523.917,33 (2010).

5.3.2.7 - MUNICÍPIO DE S. JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

O presente tópico tem por objeto apresentar dados demográficos e socioeconômicos resumidos do Município de S. José do Vale do Rio Preto, evidenciar a evolução e a composição do total das receitas arrecadadas pelo município, bem como o montante de investimentos realizados em áreas de ações governamentais relacionadas à Habitação, Defesa Civil e Gestão Ambiental, dentre outras julgadas pertinentes.

DADOS SOCIOECONÔMICOS RESUMIDOS

Situação da Economia do Município de S. José do Vale do Rio Preto

Os principais indicadores consolidados de 2009 serão a seguir mostrados em síntese.

A tabela que se segue apresenta a evolução da economia de S. José do Vale do Rio Preto frente aos demais municípios fluminenses, abrangendo dados tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 111: Aspectos da economia do Município – 2003-2008

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2008 (em % e em R\$ mil)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Agropecuária	27	32	25	31	28	17	12,0%	18.112
Indústria	74	75	77	78	78	80	7,7%	11.569
Administração Pública	61	60	60	63	65	65	45,0%	67.764
Demais serviços	72	75	73	74	74	74	35,2%	53.040
Total dos setores							100,0%	150.486
Impostos sobre produtos								12.095
PIB a preços de mercado	68	72	68	71	72	70		162.580
População	61	61	61	61	64	64		20.412 hab. em 2008
PIB <i>per capita</i>	79	81	77	79	78	70		R\$ 7.965,00 em 2008

Nota: Total das participações das atividades econômicas pode não somar exatos 100,0% por conta dos arredondamentos

DADOS DEMOGRÁFICOS

De acordo com o Censo¹², em 2010, S. José do Vale do Rio Preto tinha uma população de 20.252 habitantes, correspondente a 2,6% do total da região Serrana, com uma proporção de 50,1% de homens para 49,9% de mulheres. A densidade demográfica era de 91,7 habitantes por km², contra 118,4 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização equivalia a 44,5% da população.

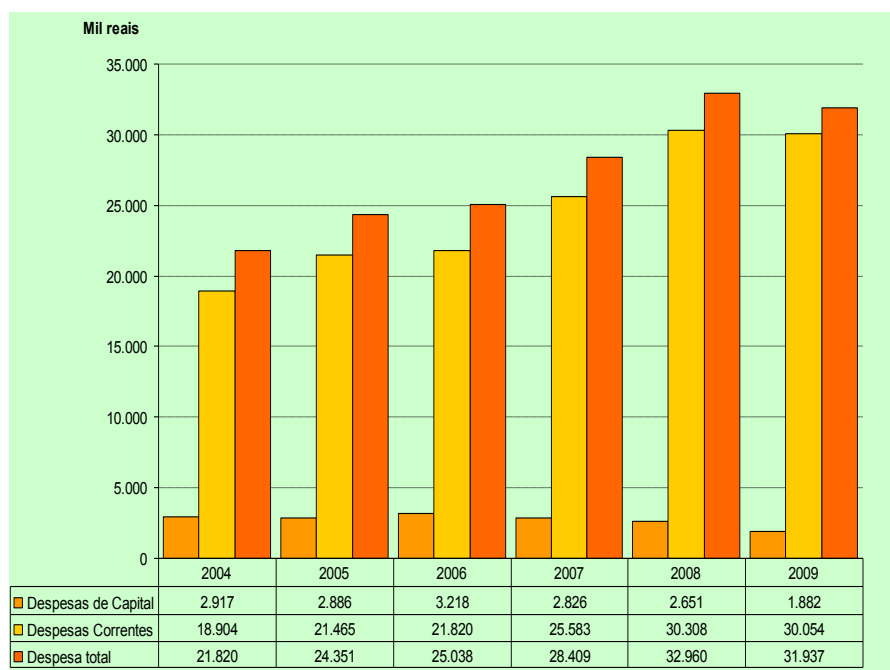
Em comparação com a década anterior, a população do município teve um incremento de 5,1%, o 68º maior crescimento no estado.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O presente tópico visa tão somente a análise do desempenho econômico financeiro do município¹³, fundada em números propiciados pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são demonstradas nas ilustrações abaixo, ressaltando que as cifras apresentadas são em valores correntes.

Gráfico 169: Receitas e Despesas totais – 2004-2009



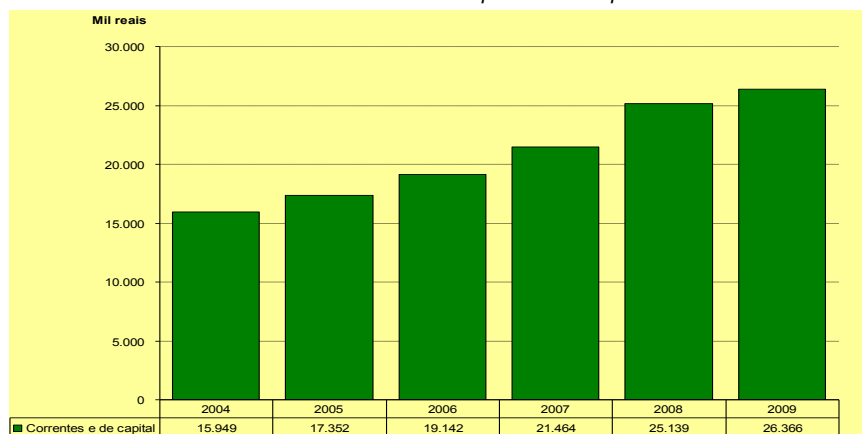
A receita realizada aumentou 57% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 46%.

RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS

No que alude à composição das receitas correntes, as ilustrações a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 65% entre 2004 e 2009:

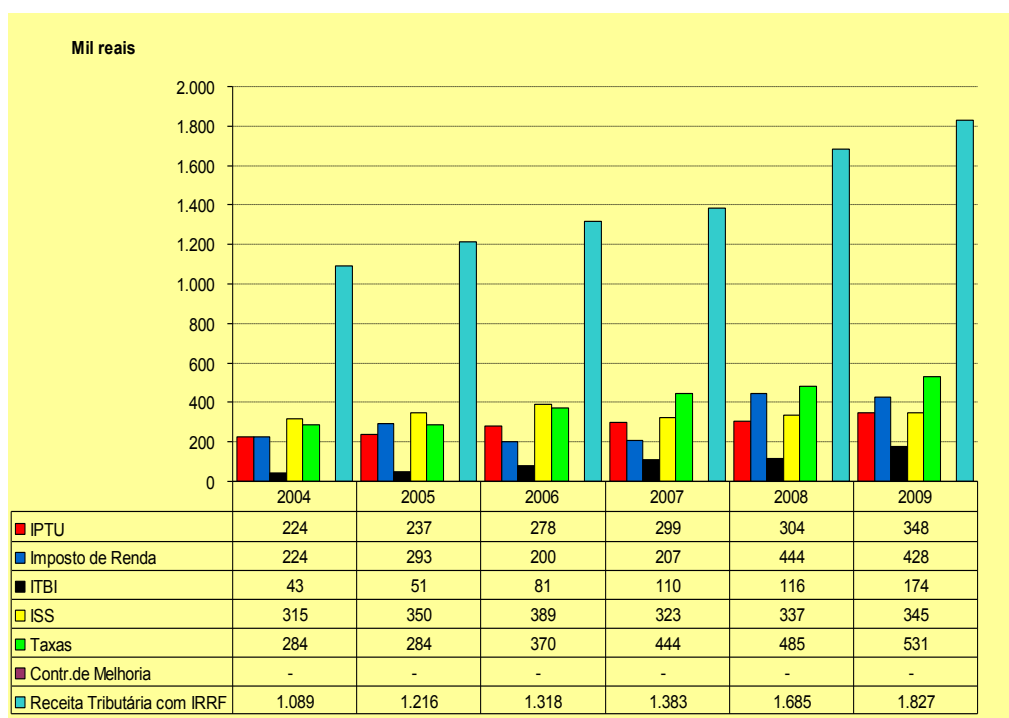
Gráfico 171: Transferências totais para o município – 2004-2009



RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária, por sua vez, teve um aumento de 68% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo incremento de 87% nas taxas e de 91% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 56% na receita de IPTU, de 307% no ITBI e de 9% na arrecadação de ISS.

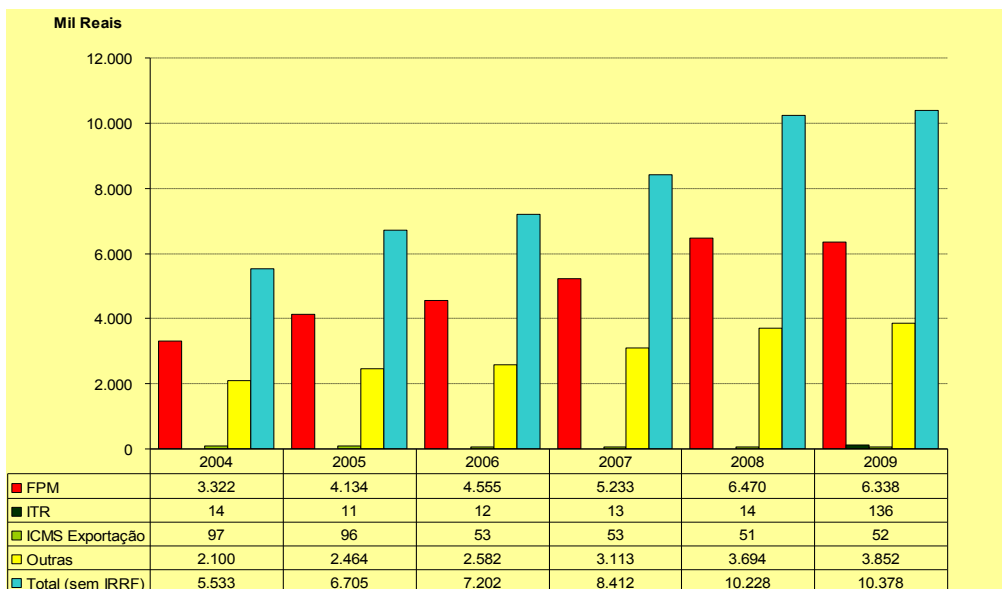
Gráfico 172: Receitas tributárias – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO

As transferências correntes da União registraram aumento de 88% no período, com incremento de 91% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

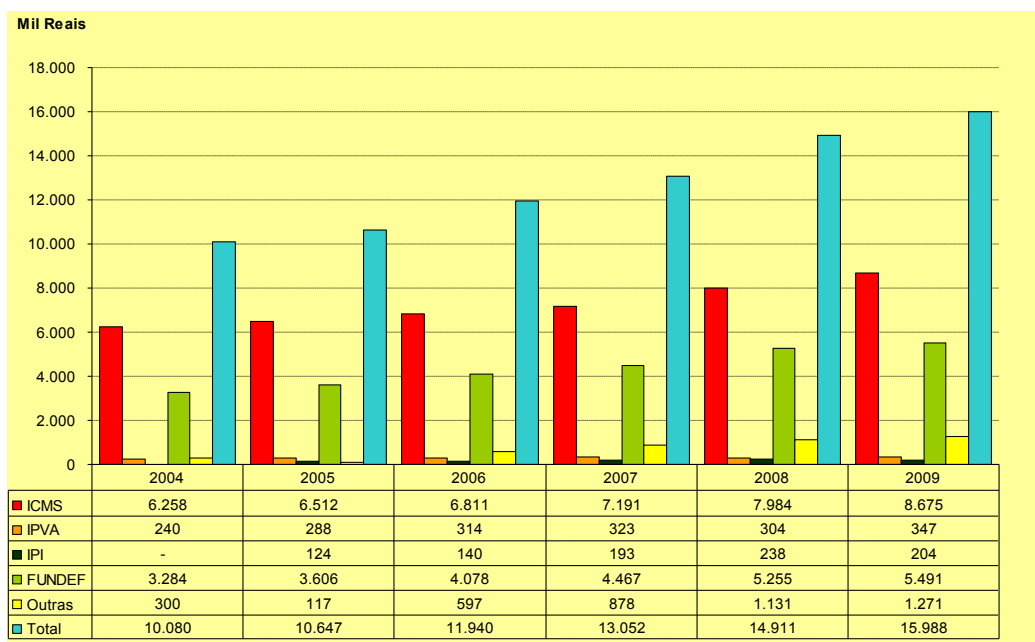
Gráfico 173: Transferências correntes da União – 2004-2009



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO

A evolução das transferências correntes do estado foi de 59% no período, tendo contribuído para uma elevação de 39% no repasse do ICMS e um aumento de 67% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 174: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando a classificação da despesa por Categoria Econômica, enfatize-se que, dentre as Despesas de Capital, serão tratadas na presente pesquisa as que se inserem no grupo taxonômico Investimentos.

DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

Dando seguimento à pesquisa, serão informadas as séries históricas alusivas às funções Habitação e Gestão Ambiental e à Subfunção Defesa Civil.

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

O quadro a seguir evidencia os recursos relativos a investimentos realizados na função Habitação, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), enfatizando-se que as cifras apresentadas se encontram em valores correntes:

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	833.442,72
2006	0,00	113.274,22	2.500.839,65
2007	0,00	0,00	960.348,94
2008	0,00	0,00	1.130.720,76
2009	0,00	12.910,00	865.173,38
2010	0,00	0,00	2.101.375,85
TOTAL	0,00	126.184,22	8.391.901,30

Tabela 117: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Correntes)

(*) Total de recursos aplicados em Habitação, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.
 Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

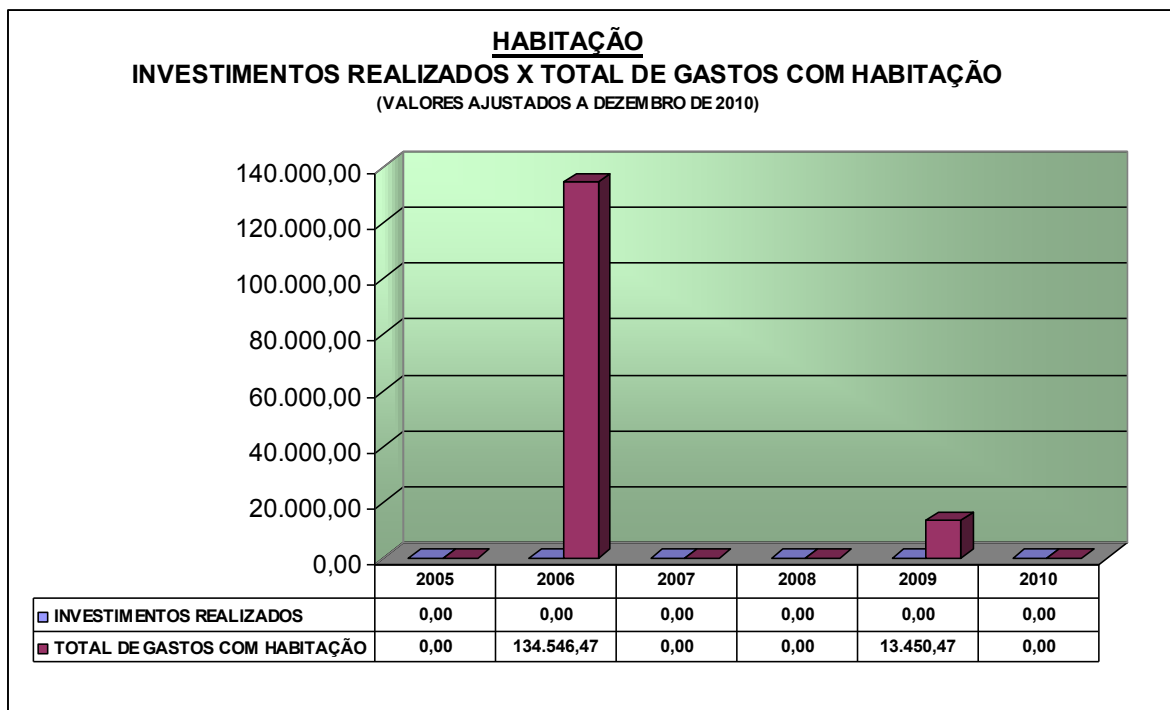
Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais dispostos nas Deliberações TCE/RJ n^os 165/92 e 219/00, foi concebido o seguinte quadro:

Tabela 118: Série Histórica dos Investimentos em Habitação (Valores Ajustados)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM HABITAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	1.048.126,02	1,6049
2006	0,00	134.546,47	2.970.482,97	1,6992
2007	0,00	0,00	1.107.900,69	1,7495
2008	0,00	0,00	1.249.936,31	1,8258
2009	0,00	13.450,47	901.393,47	1,9372
2010	0,00	0,00	2.101.375,85	2,0183
TOTAL	0,00	147.996,94	9.379.215,31	

Comparando os investimentos aplicados em Habitação, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

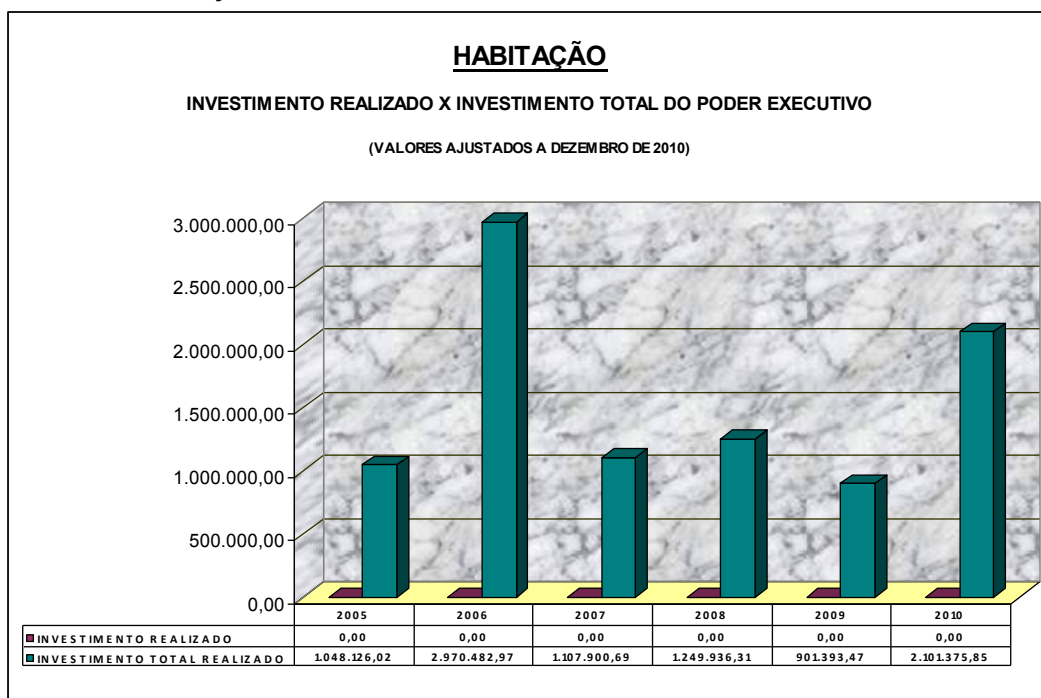
Gráfico 175: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Levando em conta o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período sob exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o total dos investimentos aplicados em Habitação, atualizando os valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 176: Habitação – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Habitação foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVIL

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em investimentos realizados na subfunção Defesa Civil, o total das despesas realizadas naquela subfunção (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), ressaltando-se que as cifras se encontram registradas em valores correntes:

Tabela 119: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Correntes)

ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL (*)	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO
2005	0,00	0,00	833.442,72
2006	0,00	0,00	2.500.839,65
2007	0,00	0,00	960.348,94
2008	0,00	0,00	1.130.720,76
2009	0,00	0,00	865.173,38
2010	0,00	0,00	2.101.375,85
TOTAL	0,00	0,00	8.391.901,30

(*) Total de recursos aplicados em Defesa Civil, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais gastos. Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

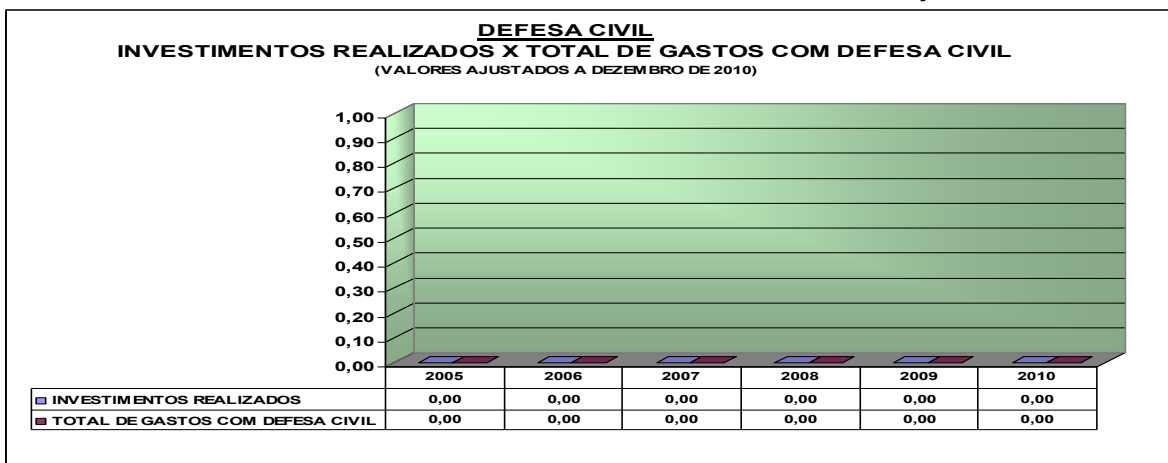
Promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais abordados nas Deliberações TCE/RJ n°s 165/92 e 219/00, construiu-se o seguinte quadro:

Tabela 120: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	0,00	1.048.126,02	1,6049
2006	0,00	0,00	2.970.482,97	1,6992
2007	0,00	0,00	1.107.900,69	1,7495
2008	0,00	0,00	1.249.936,31	1,8258
2009	0,00	0,00	901.393,47	1,9372
2010	0,00	0,00	2.101.375,85	2,0183
TOTAL	0,00	0,00	9.379.215,31	

Cotejando os investimentos aplicados em Defesa Civil, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela subfunção, considerando as despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

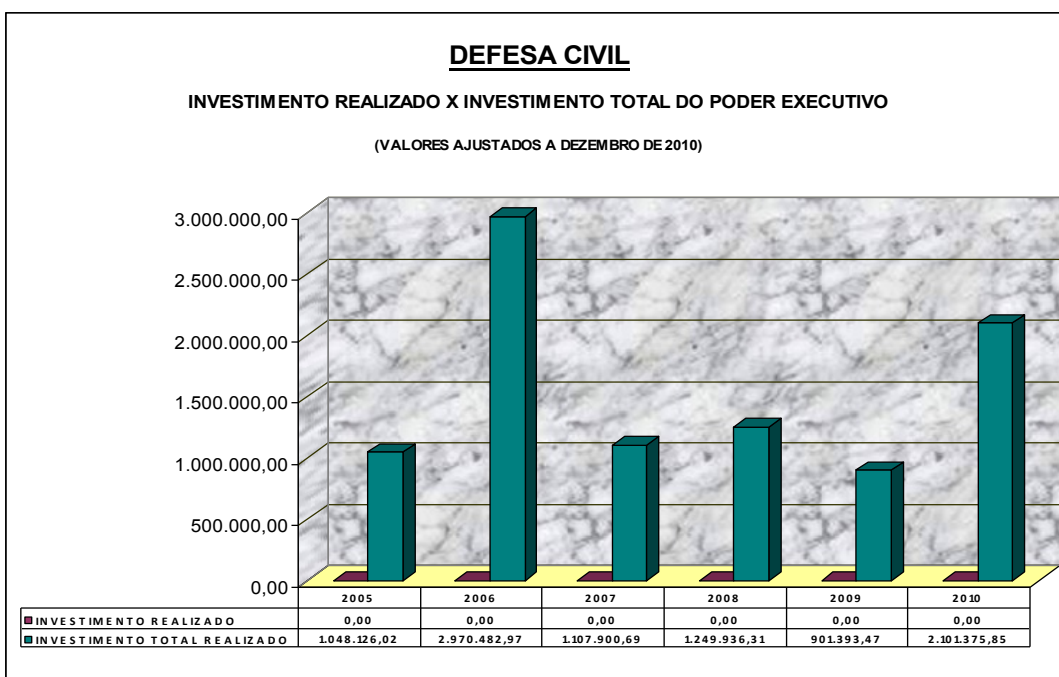
Gráfico 177: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Subfunção



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em análise, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o montante dos investimentos aplicados em Defesa Civil, procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 178: Defesa Civil – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Considerando que os valores investidos em Defesa Civil foram nulos em cada exercício, não serão apresentados gráficos com os respectivos percentuais por serem igualmente nulos.

III.7.3.1.2 – Dos Investimentos em Gestão Ambiental

O quadro a seguir dispõe sobre os recursos alusivos a investimentos realizados na função Gestão Ambiental, o total das despesas realizadas na função (incluindo despesas com custeio e pessoal) e o montante dos investimentos realizados pelo Executivo Municipal no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010 (em todas as áreas da ação governamental), ressaltando-se que as cifras se encontram registradas em valores correntes:

Tabela 121: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Correntes)

GESTÃO AMBIENTAL			
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL (*)	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	83.524,20	335.897,62	833.442,72
2006	103.316,29	558.607,60	2.500.839,65
2007	71.093,16	595.241,12	960.348,94
2008	42.584,00	623.533,79	1.130.720,76
2009	18.788,00	447.226,31	865.173,38
2010	107.956,29	680.467,20	2.101.375,85
TOTAL	427.261,94	3.240.973,64	8.391.901,30

(*) Total de recursos aplicados em Gestão Ambiental, incluindo despesas com custeio, pessoal e encargos e demais itens.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Procedendo-se à atualização dos valores a dezembro de 2010, observados os preceitos legais tratados nas Deliberações TCE/RJ nºs 165/92 e 219/00, foi concebida a seguinte tabela:

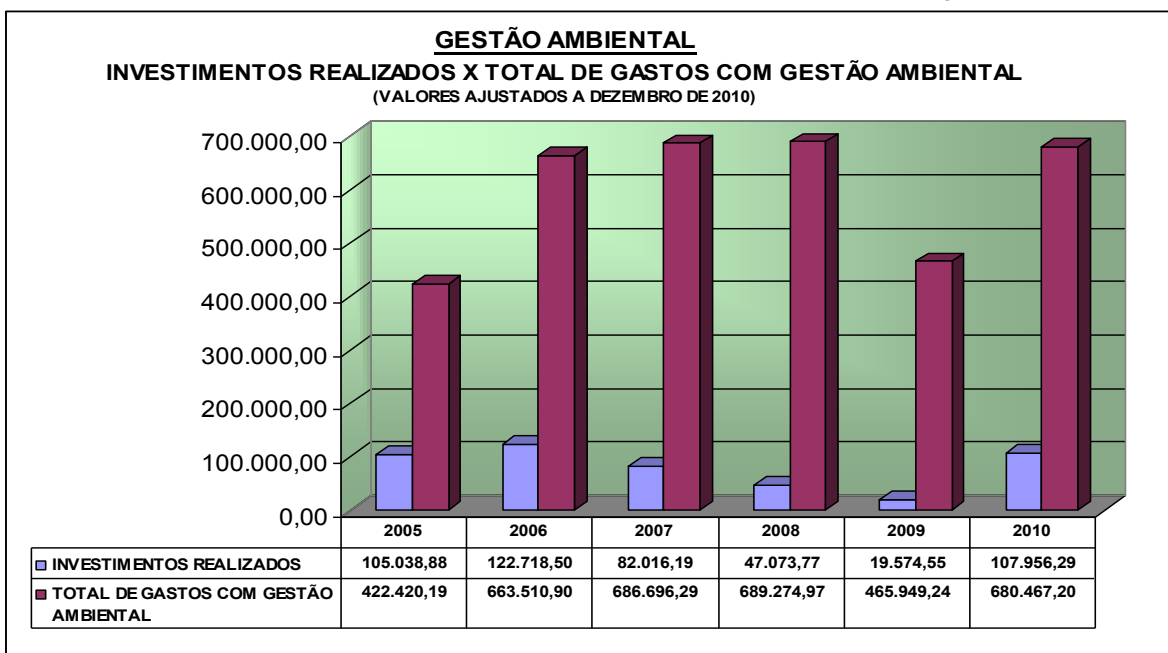
Tabela 122: Série Histórica dos Investimentos em Gestão Ambiental (Valores Ajustados)

GESTÃO AMBIENTAL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO	UFIR-RJ
2005	105.038,88	422.420,19	1.048.126,02	1,6049
2006	122.718,50	663.510,90	2.970.482,97	1,6992
2007	82.016,19	686.696,29	1.107.900,69	1,7495
2008	47.073,77	689.274,97	1.249.936,31	1,8258
2009	19.574,55	465.949,24	901.393,47	1,9372
2010	107.956,29	680.467,20	2.101.375,85	2,0183
TOTAL	484.378,17	3.608.318,79	9.379.215,31	

Cotejando os investimentos aplicados em Gestão Ambiental, no período em exame, com o total de gastos despendidos naquela função, considerando as

despesas com custeio, pessoal e encargos e demais custos, obtém-se o gráfico a seguir:

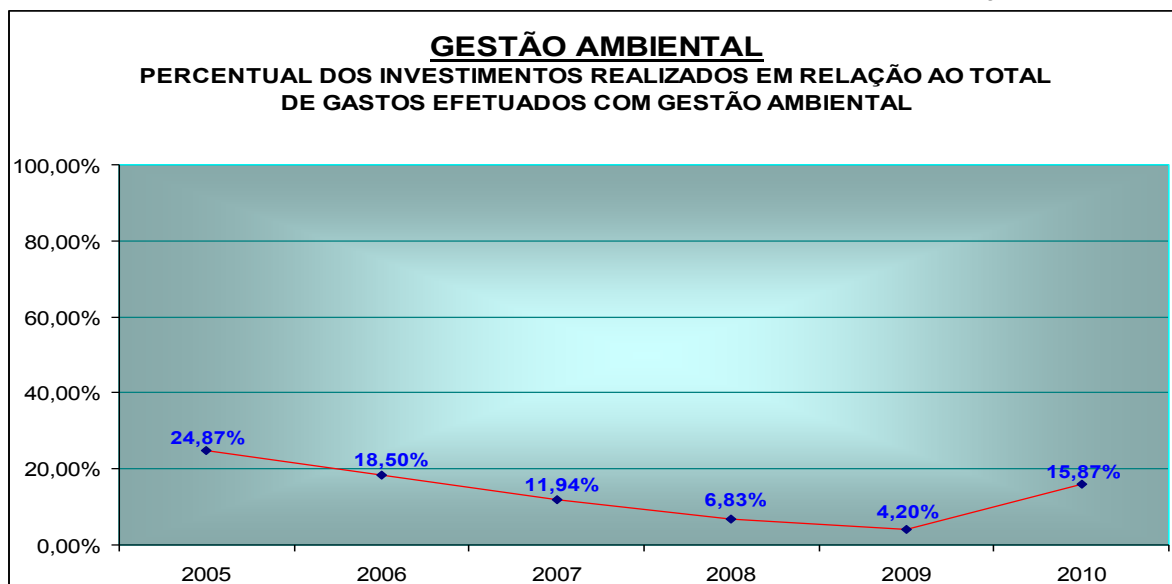
Gráfico 179: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

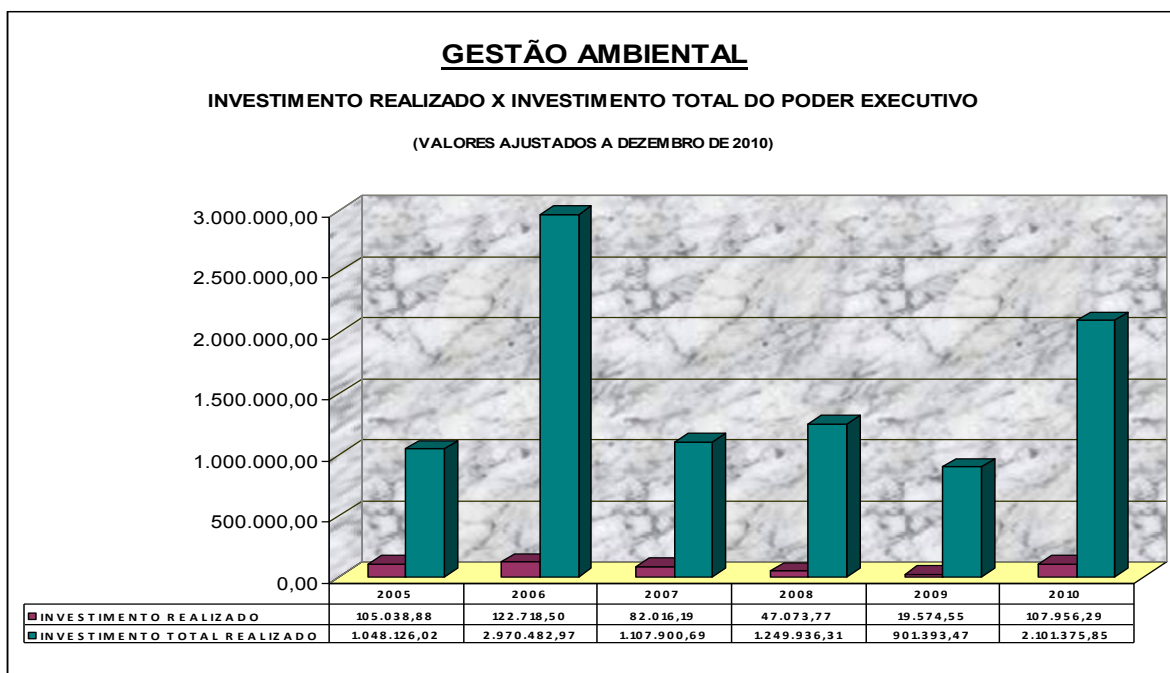
Em termos percentuais, os valores acima podem ser assim demonstrados:

Gráfico 180: Gestão Ambiental – Percentual dos Investimentos Realizados x Total de Gastos na Função



Considerando o total de investimentos realizados pelo Executivo Municipal por exercício, no período em exame, em todas as áreas da ação governamental, confrontando-o com o total dos investimentos aplicados em Gestão Ambiental, promovendo-se a atualização dos valores a dezembro de 2010, foi possível elaborar o seguinte gráfico:

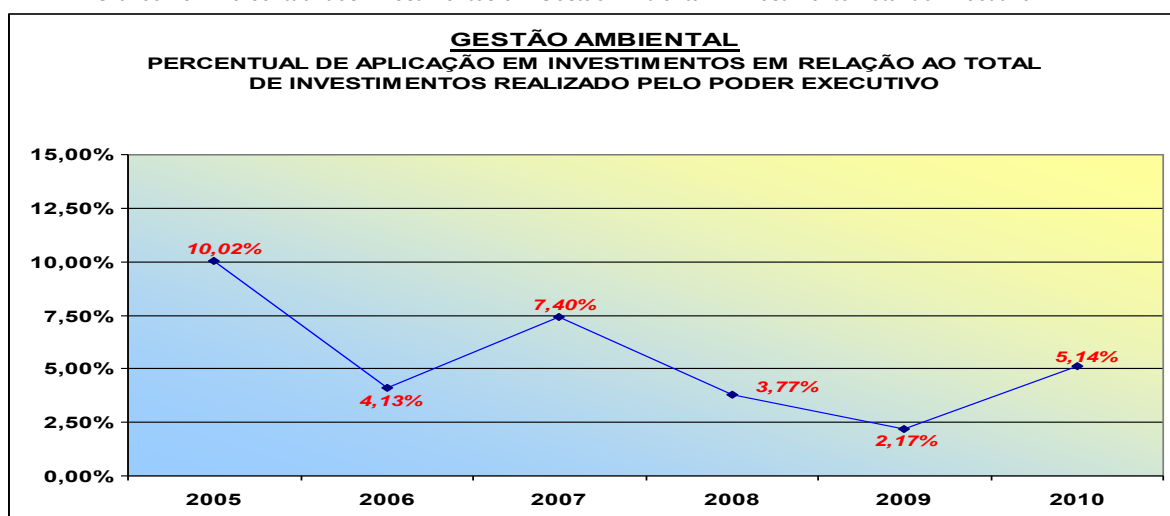
Gráfico 181: Gestão Ambiental – Investimentos Realizados x Total de Investimentos do Executivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS)

Percentualmente, os valores acima podem ser demonstrados da seguinte forma:

Gráfico 182: Percentual dos Investimentos em Gestão Ambiental x Investimento Total do Executivo



APLICAÇÕES EM PROGRAMAS/PROJETOS ESPECÍFICOS

No que tange ao Município de S. José do Vale do Rio Preto, foi observado, à luz dos registros de nomenclatura de programas e projetos no SIGFIS, que:

a) não houve aplicação de recursos entre 2005 e 2010 nos seguintes grupos: Macrodrenagem, Mapeamento, Plano Diretor, Áreas de Risco, Gestão de Recursos Hídricos e Galerias e Redes Pluviais;

b) houve aplicação de recursos, em todos os exercícios, exceto em 2005, no grupo Pontes, nos valores de R\$ 42.261,36 (2006), R\$ 14.780,00 (2007), R\$ 2.696,80 (2008), R\$ 6.500,00 (2009) e R\$ 19.320,32 (2010); e

c) houve aplicação de recursos no grupo Contenção, apenas nos exercícios de 2006, 2007 e 2009, nos valores, respectivamente, de R\$ 29.152,78, R\$ 19.000,00 e R\$ 33.437,25.

SÍNTESE DO % DE INVESTIMENTOS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS POR FUNÇÃO

EM R\$ MIL

UNIDADE FEDERATIVA	FUNÇÃO	INVESTIMENTO (média 2005-2010)	INVESTIMENTO TOTAL (média 2005-2010)	%
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	HABITAÇÃO	55.874,67	2.328.890,33	2,40
	DEFESA CIVIL	44.720,17	2.328.890,33	1,92
	G. AMBIENTAL	279.964,50	2.328.890,33	12,02
	ENCOSTAS	21.654,33	2.328.890,33	0,93
	MAP. GEOLÓGICO	59.795,67	2.328.890,33	2,57
	REG. FUND	1.017,50	2.151.043,83	0,05
	DRE / MACRODRENAGEM	51.000,17	2.151.043,83	2,37
PETRÓPOLIS	HABITAÇÃO	60,45	13.035,70	0,46
	DEFESA CIVIL	15,48	13.035,70	0,12
	G. AMBIENTAL	53,95	13.035,70	0,41
	ENCOSTAS	-	13.035,70	-
	MAP. GEOLÓGICO	-	13.035,70	-
	REG. FUND	-	13.035,70	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	13.035,70	-
TERESÓPOLIS	HABITAÇÃO	0,01	2.855,33	0,00

	DEFESA CIVIL	-	3.251,33	-
	G. AMBIENTAL	3,29	3.251,33	0,10
	ENCOSTAS	-	2.855,33	-
	MAP. GEOLÓGICO	-	2.855,33	-
	REG. FUND	-	2.855,33	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	2.855,33	-
NOVA FRIBURGO	HABITAÇÃO	-	19.298,70	-
	DEFESA CIVIL	55,22	19.298,70	0,29
	G. AMBIENTAL	14,99	19.298,70	0,08
	ENCOSTAS	-	19.298,70	-
	MAP. GEOLÓGICO	-	19.298,70	-
	REG. FUND	-	19.298,70	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	19.298,70	-
AREAL	HABITAÇÃO	-	1.063,00	-
	DEFESA CIVIL	-	1.063,00	-
	G. AMBIENTAL	1,27	1.063,00	0,12
	ENCOSTAS	-	1.063,00	-
	MAP. GEOLÓGICO	-	1.063,00	-
	REG. FUND	-	1.063,00	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	1.063,00	-
SUMIDOURO	HABITAÇÃO	81,28	2.106,04	3,86
	DEFESA CIVIL	-	2.106,04	-
	G. AMBIENTAL	13,36	2.106,04	0,63
	ENCOSTAS	-	2.106,04	-
	MAP. GEOLÓGICO	-	2.106,04	-
	REG. FUND	-	2.106,04	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	2.106,04	-
BOM JARDIM	HABITAÇÃO	6,91	2.082,30	0,33
	DEFESA CIVIL	-	2.082,30	-
	G. AMBIENTAL	74,52	2.082,30	3,58
	ENCOSTAS	-	2.082,30	-

	MAP. GEOLÓGICO	-	2.082,30	-
	REG. FUND	-	2.082,30	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	2.082,30	-
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	HABITAÇÃO	-	1.563,20	-
	DEFESA CIVIL	-	1.563,20	-
	G. AMBIENTAL	80,73	1.563,20	5,16
	ENCOSTAS	-	1.563,20	-
	MAP. GEOLÓGICO	-	1.563,20	-
	REG. FUND	-	1.563,20	-
	DRE / MACRODRENAGEM	-	1.563,20	-

Investimentos realizados sem custeio

Obs.: O quadro acima mostra a precariedade dos investimentos efetuados pelo Estado e pelos Municípios atingidos nas funções de governo inerentes a prevenção da catástrofe.

5.4 - AS AÇÕES NA EMERGÊNCIA

5.4.1 - SALA DE CRISE (NOVA FRIBURGO)

No dia 12 de janeiro foi organizada e implantada uma sala de crise que passou a ser chefiada pelo Vice Governador do Estado e Secretário de Estado de Obras, com a função de coordenar as ações efetuadas pelos diversos setores do poder público das três esferas - federal, estadual e municipal - bem como as organizações da sociedade civil que se agregaram ao socorro às vítimas.

A escolha do Município de Friburgo para sediar a sala de crise deveu-se ao fato desse Município ter sido o mais afetado e pela fragilidade institucional reinante, função de que o Vice Prefeito estava no exercício do cargo de Prefeito interinamente, visto o afastamento temporário do titular por motivo de doença.



5.4.2 - A ATUAÇÃO DAS DEFESAS CIVIS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS

A Defesa Civil do Estado atuou, na emergência, com muito empenho, dentro de suas limitações e condições de comunicação e acessibilidade bastante dificultadas.

A Defesa Civil do Governo do Estado passou a coordenar as Defesas Civas dos sete Municípios atingidos que, na realidade mostraram enormes limitações institucionais, administrativas, organizacionais e operacionais.



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SUBSECRETARIA DE
DEFESA CIVIL



DISTRIBUIÇÃO DE DONATIVOS

Somatório Geral das Doações dos GBMs e Instituições				
	AGUA (L)	ALIMENTOS (KG)	HIGIENE / DIVERSOS (KG)	TOTAL
Somatório Geral GBM	155.582	201.035	40.275	396.892
Somatório Geral Particular	543.324	493.731	324.855	1.361.910
CONAB	22.800	21.000	19.330	63.130
Geral	721.706	715.766	384.460	1.821.932



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SUBSECRETARIA DE
DEFESA CIVIL



VIATURAS



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SUBSECRETARIA DE
DEFESA CIVIL



OPERAÇÕES DE BUSCA E RESGATE



5.4.3 - MOBILIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO.

Além da Defesa Civil do Estado e as dos Municípios, diversos órgãos do governo se mobilizaram nas primeiras horas após a tragédia, entre os quais se pode citar a Secretaria de Estado de Obras, através da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem – DER RJ, que atuou, principalmente, na desobstrução de estradas, da Empresa Estadual de Obras Públicas- EMOP, atuando na remoção de material terroso e de escombros necessários à busca de vítimas, a Secretaria de Estado de Saúde, a Secretaria de Estado de Ação Social, a Secretaria de Estado do Ambiente através do Instituto do Meio Ambiente – INEA , este atuando no desassoreamento de rios.

Nos diversos Municípios seus órgãos, principalmente os de características operacionais, se mobilizaram se subordinando à coordenação desempenhada pelo vice Governador.



As concessionárias que exploram e são responsáveis pelas BR-040 e BR-116, atuaram nas áreas sob sua responsabilidade.

Atuaram, também, na emergência, as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, a CEDAE, a Águas do Imperador e a Águas de Nova Friburgo, as concessionárias de fornecimento de energia elétrica, a AMPLA e a LIGHT e as concessionárias de serviços de telefonia, que tiveram diversos equipamentos operacionais de suas

áreas de atuação e responsabilidade afetados, o que impôs obstáculos à comunicação e prejuízos ao bem estar e à salubridade da população .

A Secretaria de Estado de Saúde atuou montando e operando hospitais e unidades de saúde de campanha - o hospital de campanha montado em N. Friburgo já estava pronto no dia 13/01 - priorizando suas atividades, nos primeiros momentos na emergência, no socorro médico às vítimas, na aferição da qualidade da água e na identificação de vetores de transmissão de doenças que são causadas pelas enchentes.

O Governo Federal se fez presente e atuou, operacionalmente, através das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança, disponibilizando recursos humanos, equipamentos e construindo pontes provisórias.





Pode-se concluir que, de um modo geral, à exceção de casos específicos, a atuação na emergência foi a adequada à dimensão da catástrofe.

5.4.4. MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO – SOCIEDADE CIVIL

É necessário destacar a solidariedade e a mobilização da população e das organizações da sociedade civil nacional e internacional, ONG's, igrejas e associações as mais diversas, extremamente valiosas nos primeiros momentos de emergência se integrando às ações do poder público de socorro, arrecadação e transporte de vestuário, agasalhos, alimentos, medicamentos e abrigo.

Especial destaque deve ser dado à ação solidária da comunidade local que, nos primeiros momentos da tragédia se mobilizou, por e com meios próprios, até à chegada dos primeiros socorros e das instituições competentes, ação esta que perdurou pelos dias seguintes.

5.5 - O PÓS EMERGÊNCIA – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DIVERSOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES A ESTA CPI.

5.5.1– AÇÃO SOCIAL E DE ASSISTÊNCIA.

A Secretaria de Estado de Ação Social coordenou e ainda coordena as ações de assistência social desempenhando as seguintes ações:

5.5.1.1 - ARMAZENAMENTO E CAPTAÇÃO DE MANTIMENTOS

- Articulação/mobilização das empresas
- Triagem de donativos
- Postos de coleta
- Armazenamento e Distribuição

- Água (700 mil litros)
- Cestas Básicas (42 mil)
- Colchonetes (25 mil)
- Kit's de higiene doméstica (16 mil)
- Kit's de higiene pessoal (14 mil)

5.5.1.2 - LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

- Parceria com a CONAB para armazenamento
- Parceria com a Fetranscarga para distribuição dos mantimentos nos 7 municípios
- Mobilização e organização do fluxo de distribuição com Exército, Defesa Civil e Prefeituras
- Parceria com a Petrobrás envolvendo 9 helicópteros para a distribuição de

mantimentos às comunidades isoladas.

- Mais 2500 toneladas distribuídas

5.5.1.3 - AÇÕES INTEGRADAS COM OS MUNICÍPIOS

Gabinetes da Assistência Social

- Criação de Gabinetes Integrados de Crise da SEASDH/Secretarias Municipais de Assistência Social
- Organização, apoio e supervisão dos 140 abrigos nos 7 municípios
- Elaboração e aplicação de cadastro dos abrigos
- Instalação da Sala de Situação na sede da SEASDH para acompanhamento, monitoramento e controle de todas as ações empreendidas

5.5.1.4 - COMITÊ DE PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Implantação de posto móvel da FIA e do programa SOS Criança Desaparecida na região serrana
- Instalação dos comitês integrados entre SEASDH, Juizados da Infância e Juventude, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República nos 7 municípios
- Acompanhamento e orientação quanto ao abrigamento de crianças e adolescentes
- Atendimento psicossocial às crianças e adolescentes

5.5.1.5 - EMISSÃO E RETIRADA DE 2ª VIA DE DOCUMENTOS

- Ação conjunta da SEASDH, DETRAN e Defensoria Pública em todos os 7 municípios
- Ações de identificação civil nos maiores abrigos
- Emissão de isenções SEASDH/DETRAN
- Emissão e entrega de mais de 9500 carteiras de identidades

5.5.1.6 - VOLUNTARIADO

- Orientação para a participação de voluntários de outros Estados e municípios
- Criação de um Disque Voluntário na ouvidoria da SEASDH
- Integração com as secretarias municipais e abrigos para a identificação das demandas
- Organização de um cardápio de ações sociais voluntárias para os municípios

- Participação de mais de 500 voluntários, entre médicos, educadores, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos.
- Estados participantes: SC, SP, PR, GO, DF, MS, ES, MG, MT.

5.5.1.7 - RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

- Mobilização e integração do setor privado para as ações sociais e humanitárias
- Aquisição ao preço de custo de fábrica de 2000 kits de mobília e eletrodomésticos
- Projeto Vale do Cuiabá – Firjan
- Reforma de Escolas Estaduais – Itaú
- Escola Estadual Prof. Jamil El Jaick – Friburgo
- Escola Estadual Dr. Feliciano Costa - Friburgo

5.5.1.8 - ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA E DO BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA

- Integração com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Definição de estratégias para antecipação do BF e BPC
- Validação do georeferenciamento dos beneficiários
- Pactuação com os municípios
- 31 mil famílias beneficiadas nos 7 municípios

5.5.1.9 - PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL

- Cadastramento e pagamento do auxílio
- Auxílio pelo prazo de 12 meses no valor R\$ 400,00/família para os municípios de Bom Jardim, Areal, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro e; R\$ 500,00/família para os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Friburgo
- Investimento de R\$ 40,8 milhões de reais - ano
- Cooperação e integração com o PRODERJ

5.5.1.10 - ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA SEASDH NAS AÇÕES EMERGENCIAIS NA TRAGÉDIA DA REGIÃO SERRANA

- Servidores da SEASDH
- Ministério do Desenvolvimento Social
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério da Agricultura
- CONAB
- Secretaria Especial de Direitos Humanos
- Nestlé

- Ambev
- Schincariol
- Ganabara
- Wall Mart
- LBV
- Pão de Açúcar
- Companhia Siderúrgica Nacional
- Companhia Vale do Rio Doce
- Caixa Econômica Federal
- Proderj
- Detran
- Fundação Leão XIII
- Petrobrás
- Fetranscarga
- SESC Nacional
- SESC Rio de Janeiro
- SESI Nacional
- SESI Rio de Janeiro
- Lojas Americanas
- TAM
- Ricardo Eletro
- Comitê Olímpico Brasileiro
- Pepsico
- Embratel
- Spoleto
- Casa e Vídeo
- Brazilian Foods – Perdigão e Sadia
- Natura
- Banco Santander
- Banco Itáu
- Banco Bradesco
- Instituto Brasileiro do Petróleo - IBP
- Firjan

5.5.2 – AÇÕES NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

AÇÕES DE SAÚDE



GOVERNO DO
Rio de
Janeiro

SECRETARIA DE
SAÚDE

Vigilância da qualidade da água para consumo humano

Controle de vetores e reservatório

Assistência ao paciente

Controle de doenças relacionadas com o desastre

Ações de educação em saúde

Assistência farmacêutica

Assistência laboratorial

Atenção psicossocial

www.saude.rj.gov.br

GABINETE DE CRISE



GOVERNO DO
Rio de
Janeiro

SECRETARIA DE
SAÚDE

Duas reuniões diárias e equipes distribuídas nos municípios afetados

Avaliação da infraestrutura das unidades de saúde

Avaliação de disponibilidade de RH

Garantir as condições sanitárias dos abrigos

Elevar a sensibilidade do sistema para identificação de doenças decorrentes do evento

www.saude.rj.gov.br

Duas reuniões diárias e equipes distribuídas nos municípios afetados

Garantir a assistência

Garantir o atendimento psicológico/psiquiátrico

Garantir a reposição dos medicamentos aos pacientes

Reabertura das unidades de saúde no menor tempo possível

Garantir o destino e o retorno dos pacientes removidos.

A SES coordenou a montagem das equipes.

Ministério da Saúde

Sociedade civil na figura de inúmeros voluntários

Forças Armadas

Força Nacional

Universidades

Outras Secretarias Estaduais e Municipais

5.5.3 – AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA

5.5.3.1 – RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS – DER - RJ

A Fundação Departamento de Estradas de Rodagem – DER RJ atuou e ainda atua na restauração das condições de trafegabilidade das rodovias estaduais atingidas, estimando o custo total das intervenções em R\$ 292,3 milhões, conforme quadros a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Obras



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - RJ

RESUMO POR MUNICÍPIOS		
MUNICÍPIO	RODOVIAS	TOTAL (R\$)
Nova Friburgo	RJ-148 / RJ-150 RJ-142 / RJ-130	115.925.750,00
Bom Jardim	RJ-150	28.368.750,00
Duas Barras	RJ-148	617.500,00
Sumidouro	RJ-148	31.815.737,00
Petrópolis	RJ-134	3.550.000,00
São José do Vale do Rio Preto	RJ-134	40.600.000,00
Teresópolis	RJ-134 / RJ-130	77.371.875,00
		292.249.612,00

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - RJ

APL – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

planejamento@der.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Obras



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - RJ

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-148	Conselheiro Paulino-Divisa Nova Friburgo/Duas Barras	9.097.500,00
RJ-150	Nova Friburgo-Divisa Nova Friburgo/Bom Jardim	25.554.500,00
RJ-142	Mury-Divisa Nova Friburgo/Casimiro de Abreu	44.190.000,00
RJ-130	Teresópolis/Nova Friburgo-Nova Friburgo	37.083.750,00

APL – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

planejamento@der.rj.gov.br

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-150	Divisa Nova Friburgo/Bom Jardim/São José do Ribeirão	28.368.750,00

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-148	Divisa Nova Friburgo/Duas Barras-Divisa Duas Barras Sumidouro	617.500,00

MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-148	Divisa Duas Barras-Sumidouro - Sumidouro	31.815.737,00

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	São Pedro do Rio / Divisa Petrópolis à São José do Vale do Rio Preto	3.550.000,00

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	Divisa Petrópolis /São José do Vale do Rio Preto-Divisa São José do Vale do Rio Preto-Teresópolis	40.600.000,00
MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	Divisa São José do Vale do Rio Preto/Teresópolis-BR-116	38.540.000,00
RJ-130	BR-116-Divisa Teresópolis/Nova Friburgo	38.831.875,00
		77.371.875,00

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	Divisa Petrópolis /São José do Vale do Rio Preto-Divisa São José do Vale do Rio Preto-Teresópolis	40.600.000,00
MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	Divisa São José do Vale do Rio Preto/Teresópolis-BR-116	38.540.000,00
RJ-130	BR-116-Divisa Teresópolis/Nova Friburgo	38.831.875,00
		77.371.875,00

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	Divisa Petrópolis /São José do Vale do Rio Preto-Divisa São José do Vale do Rio Preto-Teresópolis	40.600.000,00
MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS		
RODOVIA	TRECHO	TOTAL (R\$)
RJ-134	Divisa São José do Vale do Rio Preto/Teresópolis-BR-116	38.540.000,00
RJ-130	BR-116-Divisa Teresópolis/Nova Friburgo	38.831.875,00
		77.371.875,00

5.5.3.2 – REMOÇÃO DE ESCOMBROS E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS – EMOP

A EMOP atuou, de uma forma geral, na restauração das condições mínimas de limpeza, remoção de material terroso, de entulho e nos serviços de demolição de ruínas e escombros, conjuntamente com os organismos municipais congêneres.

Sua principal função na fase pós emergência é a de realizar as obras de contenção e de estabilização de mais de 770 encostas que sofreram deslizamento ou que apresentam condições de instabilidade.

O custo final estimado, pela EMOP, para as obras previstas é de R\$ 1,13 bilhões, referentes às 435 intervenções.

LOCAL	TOTAL DE EVENTOS	TOTAL DE EVENTOS COM SOLUÇÕES PROPOSTAS	EVENTOS COM NENHUMA INTERVENÇÃO CONSIDERADA	VALOR TOTAL
FRIBURGO	431	247	184	R\$ 789.977.693,43
BOM JARDIM	37	17	20	R\$ 21.825.712,60
SUMIDOURO	61	27	34	R\$ 43.700.972,90
PETRÓPOLIS	74	41	33	R\$ 18.067.216,28
TERESÓPOLIS	146	85	61	R\$ 61.881.308,43
AREAL	12	6	6	R\$ 4.100.446,90
SÃO J. VALE DO RIO PRETO	16	12	4	R\$ 4.917.283,51
TOTAL	777	435	342	R\$ 944.470.634,04
CONTINGÊNCIA DE 20%				R\$ 188.894.126,81
TOTAL GERAL				R\$ 1.133.364.760,85

5.5.4 – AÇÕES NA ÁREA DE HABITAÇÃO

A Secretaria de Estado de Obras foi encarregada de elaborar e implementar o programa de identificação de áreas e posterior construção de habitações para suprir os desabrigados vítimas da calamidade, estimando a necessidade de serem construídas, aproximadamente, 7 300 unidades habitacionais.

5.5.4.1 - OBJETIVO: IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS INFRESTRUTURADAS PARA OCUPAÇÃO SEGURA, SUSTENTÁVEL E POSSÍVEL DE INTEGRAÇÃO COM A CIDADE, VISANDO A RELOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS.

5.5.4.2 – ÁREAS DE IMPLANTAÇÃO – Nº UNIDADES RESIDENCIAIS

Teresópolis – Fazenda Ermitage 1655 unid e faz Sta Cruz 168 unid

Petrópolis – Mosela 112 e Itaipava 96

Nova Friburgo – Caminho do Céu 1500, Chácara Paraíso 1620, Oberland 1026

Sumidouro – Fazenda Porteira Verde II 210

Areal Granja Disco -244

Bom Jardim – Fazenda Bom Jardim 204

S José do Vale do Rio Preto – Faz Guido 400

Total de 7 235 unidades habitacionais, ao custo estimado em torno de R\$ 50 mil por unidade, estimando-se o acréscimo de 15% relativos aos custos de desapropriação.

Custo total estimado pela Secretaria de Estado de Obras para o empreendimento vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida – Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 416.012.500,00

5.5.5 – INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE

A Secretaria de Estado do Ambiente atuou e ainda atua, realizando as seguintes ações, cujo custo totais dos estudos, aquisições de equipamentos e sistemas, treinamento e investimentos previstos estão estimados em R\$ 940,4 milhões, segundo a Secretaria de Estado do Ambiente:

5.5.5.1 – AÇÕES EMERGENCIAIS:

Dragagens emergenciais
Vistorias e dimensionamento dos vãos das pontes

5.5.5.2 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL:

Projetos de Controle de Inundação e Parques Fluviais
Reassentamento: Cadastramento e compra assistida
(Coordenação EGP/Rio)

5.5.5.3 - PLANEJAMENTO:

Sistema de prevenção e gerenciamento de desastres para o ERJ
Aquisição de 2 radares meteorológicos e modelagem do plano de contingência

5.5.5.4 - RESTAURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE:

- . Devolução da acessibilidade
- . Remoção dos escombros
- . Contenção de Encostas
- . Desobstrução e recomposição dos leitos dos Rios.
- . Restauração da Urbanização
- . Microdrenagem
- . Sistema viário urbano e rodoviário
- . Ações Sociais e de Assistência
- . Custos

5.5.5.5 - PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

5.5.5.5.1 - MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS:

Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis

5.5.5.5.2 - ESCOPO DOS ESTUDOS:

Intervenções hidráulicas: dragagem, barragens, recomposição de taludes...

Intervenções não estruturais: parques fluviais, reflorestamento da mata ciliar...

5.5.5.5.3 - INVESTIMENTOS:

Recursos FECAM: R\$ 12,5 milhões (projeto + reassentamento), segundo a Secretaria de Estado do Ambiente:

Critério de zoneamento segundo a intensidade do risco, o nível de inundação e o valor tempo de recorrência usado para o cálculo das vazões.

ZONA A: Calha menor do rio. Alto risco de inundação. Ocupação obstrui o fluxo e eleva o nível d'água.

ZONA B: Calha maior do rio. Risco de inundação. Ocupação deve conviver com cheias eventuais.

ZONA C: Risco muito baixo de inundação. Ocupação sem restrição quanto à cheias.

5.5.5.5.4 - ZONEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO IMINENTE

. Petrópolis:

Rio Cuiabá. Teresópolis:

Rio Príncipe. Nova Friburgo:

Córrego Dantas

5.5.5.5.5 - TIPOS DE PARQUES FLUVIAIS

. Urbanos:

Pista de Skate,

Ciclovias e caminhos de pedestres,

Pequenos bosques e praças,

Quadras esportivas,

Aparelhos de ginástica,
Estacionamentos e prédios de apoio;

. Rurais:
Agrovilas
Agricultura sustentável: orgânica

5.5.5.6 - CUSTO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ESTIMADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Custo das obras de Recuperação Ambiental

Itens	Teresópolis	Petrópolis R Sto Antonio e Cuiabá	Petrópolis R Piabanha e Túnel Extravasor	Nova Friburgo Pqs Flúvias	Nova Friburgo Reservatórios
Intervenções na calha do rio	150,0	13,2	40,0	136,7	
Parques Fluviais	68,0	37,5	45,0	44,0	
Pontes/travessias	30,0	11,3		15,0	
Demolição/limpeza manual	13,0	-		-	
Macro drenagem	-	-	80,0	10,8	125,0
sub-total (milhões)	261,0	62,0	165,0	206,5	125,0
Desapropriações e compras assistidas	100,0				
TOTAL	919,5				

5.5.5.6 - SISTEMA DE PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DE DESASTRES PARA O ERJ

. Integração dos monitoramentos:
Deslocamento de massa X Enchentes

. Monitoramento hidrometeorológico:
Melhoria da qualidade da informação
Ampliação da rede de monitoramento

- . Plano de Contingência:
- Integração dos atores envolvidos
- Protocolo de comunicação
- Instalação de sirenes

5.5.5.7 – AQUISIÇÃO DE RADARES:

Dois radares banda C - fixos - do tipo Doppler, cobrindo o ERJ e algumas áreas dos Estados vizinhos, o que permitirá monitorar o deslocamento de formações provenientes de outras regiões.

- Radar 1: Parati - Angra – Baixada Fluminense
- Radar 2: Região Serrana –Macaé – Campos

- Treinamento de técnicos e operação assistida por 6 meses.

Integração com radar PMRJ, Pico do Couto e estados vizinhos

- . Prazos: Conclusão em até 10 meses
- . Valor estimado pela Secretaria de Estado do Ambiente: US\$ 8 milhões (US\$ 4,5 milhões do BIRD + contrapartida de US\$ 3,5 milhões do FECAM)

5.5.5.8 – MODELAGEM DO SISTEMA DE ALERTA DE DESASTRES HIDROLÓGICOS DO ERJ.

. Descrição: Estudo para modelar a estrutura e funcionamento do Sistema de Alerta de Desastres Hidrológicos em território fluminense, incluindo a definição de protocolos básicos a serem utilizados pelo estado (INEA, DRM, Defesa Civil) e por municípios em ações de prevenção, resposta e contingência.

- . Prazos: Conclusão em até 10 meses

- . Valor estimado pela Secretaria de Estado do Ambiente: US\$ 400 mil

5.5.5.9 – MODELAGEM INSTITUCIONAL PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS E EMERGÊNCIAS NO ERJ

. Descrição: Estudo para propor um arranjo institucional adequado ao gerenciamento de riscos e emergências, em nível estadual, de modo a assegurar a sinergia entre as diferentes agências envolvidas (INEA-DRM-

SIMERJ-Defesa Civil e outros), evitando sobreposições e melhorando o tempo de resposta.

5.5.6 – FINANCIAMENTOS - APOIO AO SETOR PRODUTIVO PRIVADO.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico se mobilizou no sentido de elaborar e implementar uma estratégia no sentido de :

- apoiar nos primeiros momentos pós tragédia o setor privado, fortemente afetado com perda de faturamento e prejuízos patrimoniais, através de um financiamento da ordem de R\$ 400 milhões, conseguido junto ao Governo Federal, para auxiliar na manutenção do capital de giro das empresas e implementar medidas para o fomento do desenvolvimento da Região Serrana com ações de curto, médio e longo prazo.

O Governo Federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES disponibilizou uma linha de financiamento da ordem de R\$ 400 milhões para as empresas da Região, que foi totalmente efetivado destacando-se a ação do Banco do Brasil S A como agente financeiro.

No momento, em face desta linha de crédito ter sido insuficiente, o Governo do Estado, com o apoio da CPI, solicitou ao Governo Federal a suplementação no valor de R\$ 300 milhões para o teto a ser disponibilizado pelo BNDES para a continuação do financiamento do setor produtivo da Região Serrana.

A operação desses empréstimos ficou sob a responsabilidade dos Banco do Brasil S. A., Caixa Econômica Federal, Bancos Itaú e Bradesco, assumindo os todos os riscos inerentes.

O Governo do Estado fez gestões junto à grandes empresas (Petrobras e Vale do Rio Doce, etc.) no sentido de que essas companhias efetuassem suas compras, priorizando os fornecedores e prestadores de serviço sediados na Região Serrana.

O Governo do Estado decidiu elaborar um Plano Estratégico, para o desenvolvimento e reconstrução da Região Serrana .

Foram providenciados os procedimentos para a contratação de consultoria para essa finalidade, para o quê já foi elaborado um edital, com vistas á necessária licitação, com previsão de custo dos serviços a contratar da ordem de R\$ 3,5 milhões.

AOI / DESCO / GESCO2

Objetivo Apoiar emergencialmente empresas e microempreendedores individuais localizados em municípios do Estado do Rio de Janeiro
Vigência 31/12/2011
Orçamento R\$ 400 milhões
Taxa de Juros Taxa Fixa de 5,5% a.a. (incluída Remuneração do Agente Financeiro: de 3,0% a.a para empresas com R.O.B. anual inferior ou igual a R\$ 90 milhões; e de 1,7% a.a para empresas R.O.B. anual superior a R\$ 90 milhões)
Particip. Até 100% dos itens financeiros

Controle Orçamentário do PER RJ

R\$ milhões

Programa	Área	Límite	Valor Desembolsado	Valor a Desembolsar	Valor Comprometido	Saldo	Saldo (%)
PER RJ	AOI	400,0	295,3	104,2	399,5	0,5	0,1%

Tratamento diferenciado do BNDES para o Programa PER - RJ

- Prioridade de Processamento** - As propostas e liberações do PER têm prioridade de processamento pela equipe do DEPINA/AOI sobre qualquer outra linha ou programa.
- Processamento de aprovação totalmente informatizado** - O processamento das aprovações de todas as operações do PER é inteiramente eletrônico, realizado via sistema FRO Eletrônica.
- Modalidade pré-contratada** - As condições do Programa permitem o encaminhamento de operações pelos Agentes Financeiros previamente à aprovação do BNDES, juntamente com o pedido de liberação (*válido para operações até R\$ 500 mil*).
- Liberação de recursos em D+1** - O desembolso de recursos está sendo realizado em D+1, quando do recebimento do pedido de liberações pelo BNDES. Este prazo foi reduzido em relação ao habitual praticado pelo Banco (D+3).
- Flexibilização de exigências contratuais** - Dispensa da exigência de registro dos instrumentos contratuais das operações cuja Beneficiária Final seja classificada, quanto ao porte, como micro ou pequena empresa.

Desempenho do Programa por Município

Valor das Operações (R\$ milhões)

Municípios	Em análise	Aprovada	Contratada	Total	%
Areal	-	0,8	6,5	7,3	2%
Bom Jardim	-	3,9	11,4	15,2	4%
Bom Jesus do Itabapoana	-	0,2	1,4	1,5	0%
Itaiva	-	0,1	-	0,1	0%
Macuco	-	0,2	0,3	0,5	0%
Nova Friburgo	0,04	28,4	121,8	150,2	38%
Petrópolis	0,7	30,8	99,4	130,9	33%
São Fidélis	-	1,5	3,2	4,7	1%
Santa Maria Madalena	-	0,7	2,6	3,2	1%
São Sebastião do Alto	-	0,3	3,4	3,7	1%
São José do Vale do Rio Preto	0,04	2,5	6,1	8,7	2%
Sapucaia	-	0,8	1,0	1,81	0%
Sumidouro	-	2,6	6,5	9,1	2%
Teresópolis	0,1	22,7	39,2	61,9	15%
Trajano de Moraes	-	0,1	0,7	0,8	0%
TOTAL	0,8	95,4	303,3	399,5	100%
% AOI	0%	24%	76%	100%	

Valor Desembolsado (R\$ milhões)*

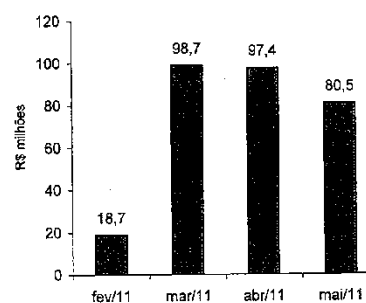
Municípios	Desembolsos	%
Areal	6,5	2%
Bom Jardim	11,2	4%
Bom Jesus do Itabapoana	1,4	0%
Itaiva	-	-
Macuco	0,3	0%
Nova Friburgo	118,5	40%
Petrópolis	97,2	33%
São Fidélis	3,2	1%
Santa Maria Madalena	2,5	1%
São Sebastião do Alto	3,4	1%
São José do Vale do Rio Preto	5,6	2%
Sapucaia	0,8	0%
Sumidouro	6,4	2%
Teresópolis	37,7	13%
Trajano de Moraes	0,7	0%
TOTAL	295,3	100%

(*) Valor incluso no valor das operações

Número de Operações

Municípios	Em análise	Aprovada	Contratada	Total	%
Areal	-	9	48	57	2%
Bom Jardim	-	19	62	81	3%
Bom Jesus do Itabapoana	-	2	7	9	0%
Itaiva	-	1	-	1	0%
Macuco	-	2	4	6	0%
Nova Friburgo	1	190	759	950	33%
Petrópolis	6	176	818	1.000	35%
São Fidélis	-	13	26	39	1%
Santa Maria Madalena	-	9	49	58	2%
São Sebastião do Alto	-	5	23	28	1%
São José do Vale do Rio Preto	1	17	67	85	3%
Sapucaia	-	4	11	15	1%
Sumidouro	-	8	57	65	2%
Teresópolis	1	95	375	471	16%
Trajano de Moraes	-	1	10	11	0%
TOTAL	9	551	2.316	2.876	100%
% AOI	0%	19%	81%	100%	

Evolução dos desembolsos



AOI / DESCO / GESCO2

Desempenho do Programa por Agente Financeiro

Valor das Operações (R\$ milhões)

Agentes Financeiros	Em análise	Aprovada	Contratada	Total	%	% Acum.
Banco do Brasil	-	52,7	203,6	256,3	64%	64%
Bradesco	0,5	23,1	12,9	36,5	9%	73%
Itaú Unibanco	0,24	5,0	30,8	36,0	9%	82%
CEF	-	1,5	33,8	35,3	9%	91%
HSBC	-	9,5	16,6	26,1	7%	98%
Santander	0,1	3,3	3,5	6,9	2%	99%
Citibank	-	-	2,0	2,0	1%	100%
Investe Rio	-	0,3	0,2	0,4	0%	100%
TOTAL	0,8	95,4	303,3	399,5	100%	
% AOI	0%	24%	76%	100%		

Valor Desembolsado (R\$ milhões)*

Agentes Financeiros	Desembolsos	%
Banco do Brasil	200,3	68%
Bradesco	11,3	4%
Itaú Unibanco	29,6	10%
CEF	33,2	11%
HSBC	15,9	5%
Santander	2,9	1%
Citibank	2,0	1%
Investe Rio	0,18	0%
TOTAL	295,3	100%

(* Valor incluso no valor das operações)

Número de Operações

Agentes Financeiros	Em análise	Aprovada	Contratada	Total	%
Banco do Brasil	-	388	1.620	2.008	70%
Bradesco	6	89	101	196	7%
Itaú Unibanco	2	19	137	158	5%
CEF	-	9	410	419	15%
HSBC	-	27	22	49	2%
Santander	1	6	8	15	1%
Citibank	-	-	1	1	0%
Investe Rio	-	13	17	30	1%
TOTAL	9	551	2.316	2.876	100%
% AOI	0%	19%	81%	100%	

Distribuição da frequência simples dos valores das operações

Valor das operações	Nº de Oper.	%	Valor das Operações	%
Menor ou igual a R\$ 10 mil	40	1%	0,3	0%
Entre R\$ 10,1 e R\$ 99,9 mil	1.483	52%	85,4	21%
Entre R\$ 100 e R\$ 499,9 mil	1.212	42%	159,7	40%
Entre R\$ 500 e R\$ 999,9 mil	69	2%	105,7	26%
Maior ou igual a R\$ 1 milhão	72	3%	48,5	12%
TOTAL	2.876	100%	399,5	100%

Finalidade das Operações

Finalidade	Nº Oper.	%	Valor	%
Capital de Giro	2.876	100%	399,5	100%
Projeto de Investimento	-	-	-	-

Desempenho do Programa por Porte de Empresa

Porte	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
	Nº de empresas beneficiadas	%	Número de operações	%	Valor das Operações	%	Desembolsos*	%
Micro	2.514	93%	2.677	93%	248,0	62%	188,3	64%
Pequena	121	4%	137	5%	66,2	17%	43,6	15%
Média	44	2%	49	2%	61,3	15%	43,7	15%
Grande	13	0%	13	0%	24,0	6%	19,7	7%
TOTAL	2.692	100%	2.876	100%	399,5	100%	295,3	100%

(* Valor incluso no valor das operações)

Desempenho do Programa por Setor

Setores	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
	Nº de operações	%	Valor das Operações	%	Desembolsos*	%	Desembolsos*	%
Agropecuária	6	0%	2,6	1%	2,6	1%		
Comércio e Serviços	2.304	80%	300,0	75%	220,4	75%		
Comércio	1.596	55%	197,1	49%	143,0	48%		
Alojamento e alimentação	240	8%	22,0	6%	16,7	6%		
Atividade imobili., prof. e adm.	169	6%	18,0	5%	12,5	4%		
Saúde e serviço social	50	2%	13,6	3%	10,7	4%		
Transporte terrestre	45	2%	13,0	3%	9,7	3%		
Construção	42	1%	7,4	2%	3,8	1%		
Outros (9)	162	6%	28,8	7%	24,1	8%		
Indústria de Transformação	566	20%	97,0	24%	72,3	24%		
Confecção, vestuário e acessórios	278	10%	30,2	8%	21,5	7%		
Produto de metal	35	1%	11,9	3%	7,5	3%		
Borracha e plástico	26	1%	9,7	2%	6,6	2%		
Têxtil	29	1%	8,6	2%	8,3	3%		
Produtos Alimentícios	65	2%	7,2	2%	6,3	2%		
Outros (14)	133	5%	29,4	7%	22,1	7%		
TOTAL	2.876	100%	399,5	100%	295,3	100%		

(* Valor incluso no valor das operações)

5.5.7 AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Destaque especial deve ser dado à ação do Ministério Público Estadual que foi decisiva na organização da identificação de vítimas fatais, através do Centro Integrado de Investigação Criminal e utilizando metodologia que foi agraciada com o premio INOVARE para a identificação e reconhecimento de vítimas fatais, organizando banco de dados centralizado, cruzando os dados do Instituto Félix Pacheco com os dados do Instituto Médico Legal, entre outras providências, o que foi fundamental para legitimação da identificação dos mortos. Tal projeto necessita receber incentivos e investimentos do Poder Executivo e do MPE.

5.5.8 – CUSTO ESTIMADO DE RECONSTRUÇÃO DAS ÁREAS AFETADAS DA REGIÃO SERRANA

NATUREZA DAS DESPESAS	CUSTOS (Bilhões R\$)
Contenção de Encostas e outros EMOP	1,113
Restauração de Rodovias	0,292
Ações e Recomposição do Meio Ambiente	0,94
Programa Habitacional Emergencial para Desabrigados (7.300 moradias)	0,416
Programa para Áreas de risco iminente (2.700 moradias)	0,162
Sub Total referente à Infra estrutura	2,923
Aluguel Social	0,041
Prorrogação do Aluguel Social	0,041

Sub	3,005 ~ 3 bilhões
Financiamento do BNDES ao setor produtivo	0,4
Ampliação do teto de financiamento federal	0,3
Recursos federais transferidos	0,23
Recursos estaduais transferidos	0,2
Total	4,135 ~ 4 bilhões

RECURSOS FEDERAIS

Linha de Financiamento do BNDES ao setor produtivo – R\$ 400 milhões
 Ampliação do teto de financiamento federal para o setor produtivo R\$ 300 milhões.

Recursos Federais transferidos para a Região Serrana remontam ao montante de R\$ 230 milhões.

RECURSOS ESTADUAIS

Recursos Estaduais destinados para a Região Serrana remontam ao montante de R\$ 200 milhões

5.6 – CRÍTICAS, CONSIDERAÇÕES E RESPONSABILIZAÇÕES

5.6.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL

Inicialmente, é necessário enfatizar que, apesar do nosso Estado e do nosso País terem um considerável histórico de tragédias decorrentes de fortes temporais - com enchentes e deslizamento de encostas, com vítimas, fatais, desaparecidas, desalojadas e desabrigadas - pode-se afirmar que, lamentavelmente, não existe um aparato organizacional, logístico e operacional de Defesa Civil que possa ser considerado, verdadeiramente, um SISTEMA que efetivamente, sistematize procedimentos, promova a logística e o equipamento dos órgãos operacionais e articule e integre, de forma eficiente e eficaz, as três esferas do Poder Público, no âmbito dessa função pública.

É inadmissível, também, que no nosso Estado, o conjunto das organizações que desempenham as funções inerentes à Defesa Civil - estadual e municipais - igualmente, não constitua de fato um SISTEMA que funcione de forma integrada, com planos de prevenção, de contingência e de operação previamente e cuidadosamente elaborados, que permitam uma ação mais eficiente, organizada e eficaz.

Não é mais possível que o Estado e os Municípios não disponham, também de um Plano de Prevenção de Catástrofes que, se existisse e tivesse sido posto em prática na tragédia de janeiro sob enfoque, permitiria, com certeza, mitigar muito o nível das conseqüências trágicas, da forma como aconteceram na Região Serrana do nosso Estado.

Durante o desenrolar da presente CPI, tanto nas oitivas como, nas visitas dos membros da Comissão aos locais da tragédia, pôde ser constatado que, a inicial agilidade e articulação existente durante os primeiros momentos de emergência, foi declinando a partir daí e a atuação dos diversos órgãos dos governos do Estado e dos Municípios passou a se processar com morosidade, com prejuízos evidentes para a sinergia das ações, para os necessários fluxos de informações e comunicações, como para a racionalização e otimização dos recursos empregados.

A análise do relatório dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE RJ, anexo ao presente na sua íntegra que constitui o ANEXO I, elaborado a pedido desta Comissão Parlamentar de Inquérito e cujas principais informações constam do item 5.3 deste documento, mostram com clareza que os investimentos em Defesa Civil, realizados nos últimos 6 anos (2005 a 2010) pelos Municípios serranos, foram insignificantes. Até mesmo os investimentos realizados pelo Estado nessa função pública, mesmo contando com os recursos do FUNESBOM, não foram suficientes a garantir o desempenho da defesa Civil do Estado no enfrentamento da calamidade ocorrida na Região Serrana.

DEFESA CIVIL – VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO DE 2010			
ANO	INVESTIMENTO AUTORIZADO	INVESTIMENTO REALIZADO	INVESTIMENTO TOTAL DO EXECUTIVO
2005	4.720.535,76	4.720.535,76	1.599.850.792,89
2006	29.154.996,79	26.729.148,78	1.742.639.645,14
2007	31.540.355,43	6.351.444,36	1.484.362.899,59
2008	114.416.546,38	81.219.738,86	1.660.033.875,01
2009	123.635.206,89	83.877.663,41	2.684.064.020,62
2010	79.269.218,67	65.422.810,85	4.802.391.302,37
TOTAL	382.736.859,92	268.321.342,02	13.973.342.535,62

% do investimento realizado, em defesa civil, em relação ao investimento total do Executivo Estadual - 1,92 %

Outra realidade que comprova o despreparo do Sistema de Defesa Civil do nosso Estado – aí compreendidos os Municípios – é, não só a insuficiência dos equipamentos instalados relativos à previsão de fenômenos climáticos, mas

sobretudo, a inexistência de uma rede de dispositivos tecnológicos de detecção meteorológica adequada e devidamente vinculada a um sistema de alerta.

Absurdamente, questões burocráticas referentes a repasses, investimentos insuficientes, envolvendo a União e os governos do Estado e do Município de Petrópolis, tiveram como consequência o não funcionamento do sistema de radar de Petrópolis, instalado na área da tragédia no Vale do Cuiabá, por ocasião das chuvas de janeiro.

Analisando os dados do Relatório dos técnicos do TCE RJ a disposição da CPI referentes aos investimentos do Estado em Defesa Civil, constata-se que, mesmo após as tragédias de Angra dos Reis na Ilha Grande e de Niterói no Morro do Bumba, os Governos do Estado e dos Municípios não priorizaram a adequação dessa função pública às necessidades da realidade.

Mais alarmante, ainda, é constatar, no mesmo Relatório acima citado que os Municípios da Região Serrana, praticamente, não investiram em Defesa Civil e, do que se pôde observar durante e após a tragédia, ao longo das oitivas da Comissão e nas visitas dos deputados que a integram, senão a inexistência na prática, no mínimo, a extrema fragilidade das Defesas Civas dos Municípios atingidos, em que pese os esforços constatados, da Defesa Civil do Município de Nova Friburgo.

Destaca-se, abaixo os valores insignificantes gastos pelo município de Nova Friburgo.

Tabela 96: Série Histórica dos Investimentos em Defesa Civil (Valores Ajustados)

DEFESA CIVIL - VALORES AJUSTADOS A DEZEMBRO/2010				
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	TOTAL DE GASTOS COM DEFESA CIVIL	INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO	UFIR-RJ
2005	0,00	14.346,63	6.415.438,25	1,6049
2006	3.635,84	14.173,89	11.918.552,34	1,6992
2007	0,00	6.987,26	14.140.341,56	1,7495
2008	3.165,85	22.824,61	19.307.167,06	1,8258
2009	0,00	0,00	27.033.991,33	1,9372
2010	324.490,62	324.490,62	36.976.680,75	2,0183
TOTAL	331.292,31	382.823,01	115.792.171,29	

R\$ 331.292,31 / R\$ 115.792.171,29 = 0,29 %

% do investimento realizado em defesa civil, em relação ao investimento total realizado - 0,29 %

Desta forma, urge alertar que se aproxima o próximo verão, época de fortes chuvas e temporais, faltando para isso apenas quatro meses, e que por isso,

tanto o Estado como os Municípios já deveriam, ter incorporado as lições da tragédia de janeiro e terem, de forma articulada, tomado todas as providências que garantam que o Sistema de Defesa Civil esteja devidamente reorganizado e preparado para que outras chuvas não produzam calamidades na proporção ocorrida.

O Secretário de Estado de Obras, em depoimento a esta CPI, alertou para o fato de que, se não forem tomadas medidas incisivas, haverá novas calamidades e mortes.

Há que se ressaltar, ainda, que possivelmente a subordinação da Defesa Civil à Secretaria de Estado de Saúde, no ano de 2007, deve ter acarretado prejuízos financeiros e de coordenação para a Defesa Civil do Estado.

A decisão de instituir a Defesa Civil em Secretaria de Estado, o que ocorreu após a tragédia e a instalação desta CPI, certamente decorreu do impacto da calamidade, das críticas desta CPI e do movimento dos membros do Corpo de Bombeiros Militares do Estado.

5.6.2 – QUESTÕES INERENTES ÀS POLÍTICAS DO USO DO SOLO

Há décadas as políticas referentes à ocupação e uso do solo - aliadas à ausência de uma política de habitação, ao desafio representado pelo explosivo incremento demográfico e à crescente urbanização - têm se mostrado inadequadas e insuficientes a coibir a ocupação de áreas impróprias à edificação como, por exemplo, encostas de morros e margens de rios.

Dessa grave falha de caráter político e legal resultou o desrespeito sistemático e constante à legislação existente, à qual se soma outra igualmente grave falência que é a incapacidade das instituições públicas fazer cumprir as normas legais para evitar e coibir a construção nas áreas consideradas “non aedificandi”, sobretudo nas áreas de risco impróprias à edificação.

Mais grave, ainda é a constatação da ação demagógica e criminosa de alguns políticos e autoridades públicas que, inclusive, incentivam essas ocupações irregulares no exercício de um populismo com finalidades político eleitoreiras, vide, como exemplo, os “*certificados de tempo de posse*” concedidos à sorrelfa pelo Prefeito de Teresópolis, Mario Tricano, em 1992. (ANEXO II)

A indução às ocupações irregulares, muitas das quais em áreas de risco, não se esgotam nos exemplos acima citados, eis que as Municipalidades chegam ao ponto de cobrar, dos ocupantes, o Imposto sobre a Propriedade e o Território Urbano – IPTU, além de permitir, em face da inexistência de legislação que o impeça, que concessionárias de serviços públicos – fornecimento de água, luz, gás, telefonia, etc.- instalem equipamentos e executem as ligações domiciliares em edificações situadas, impropriamente,

nessas áreas. Constatase, inclusive, casos em que as Prefeituras executam obras de urbanização em áreas de risco.

Infelizmente, as cidades da Região Serrana do nosso Estado não escaparam a esse cenário e, ainda que, em face da inusitada intensidade das chuvas de janeiro que se abateram sobre elas não fosse possível evitar danos, o fato é que a omissão, a negligência e até as ações criminosas político eleitoreiras, apontadas acima como causas da ocupação irregular das encostas e das áreas marginais dos rios, permitiram que a tragédia alcançasse o nível inaceitável e desastroso, resultando em 909 mortos, 8908 desabrigados, 23118 desalojados e o número indefinido de desaparecidos que é estimado em mais de 241, ao quê há que se somar, ainda, os prejuízos causados ao patrimônio público, ao particular e à atividade econômica da Região e do Estado.

Constata-se, ainda, que se as fortes chuvas houvessem desabado sobre os primeiros distritos de Teresópolis e de Petrópolis, a tragédia atingiria proporções ainda mais graves.

Aduza-se a esse quadro que, apesar das características do relevo da Região Serrana, de encostas íngremes e vales estreitos, inadmissível e alarmante a insuficiência de mapeamento geológico e geotécnico dos territórios dos Municípios, ferramenta imprescindível para uma eficaz política de prevenção de acidentes geotécnicos e de identificação das áreas de risco.

Verificou-se, ainda, pelos esclarecimentos prestados a essa CPI pelo Secretário de Estado do Ambiente Carlos Minc que o dimensionamento da vazão dos rios é efetuado considerando o tempo de recorrência de 50 anos. Acrescente-se que o cálculo das faixas laterais dos rios, para efeito de gravame como áreas “non aedificandi” não corresponde a aludida seção de vazão, como ficou demonstrado pelo ocorrido e, tragicamente, essas áreas são sistematicamente ocupadas por edificações, pelos mesmos motivos pelos quais são ocupadas as encostas. Em várias situações, essas ocupações não estão, apenas, nas áreas de inundação dos cursos d’água, o que já é grave, mas se encontram dentro da própria calha dos rios, como é o caso absurdo, da sede da Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto que foi edificada dentro da calha do Rio Preto!

Em que pese que as irregularidades apontadas tenham se iniciado há muitos anos e durante os exercícios de administrações estaduais e municipais pretéritas, não há como não considerar a responsabilidade das atuais, eis que, na vigência das mesmas já haviam ocorrido, no nosso Estado, mesmo que em localidades de outras municipalidades que não as da Região Serrana duas tragédias, uma em Angra dos Reis, na Ilha Grande e outra em Niterói no Morro do Bumba, sem que esses fatos tenham mobilizado, na proporção necessária a Administração Estadual e as Municipais, principalmente as da Região Serrana -

que, por sua característica montanhosa - com encostas muito íngremes e vales estreitos - é, evidentemente, mais susceptível - no sentido de agir, no âmbito de suas competências, para suprir as deficiências, organizacionais, administrativas e operacionais das instituições públicas estaduais e municipais vinculadas às funções públicas de Defesa Civil, Urbanismo e Meio Ambiente e para propor o aparato legal complementar que se faz necessário ao eficaz enfrentamento do problema.

5.6.3 – INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA HABITACIONAL E FUNDIÁRIA

As cidades da Região Serrana além de não escaparem à negligência do Poder Público Estadual e dos Municípios, no que concerne à política do uso e ocupação do solo, descrita no item anterior, vitimaram-se pelo agravamento dessa realidade pela ausência de uma política habitacional, durante as décadas de 80 e 90 do século passado e que se prolongou ao longo do primeiro decênio do presente, tanto no âmbito nacional como no estadual.

Além disso, o importante incremento demográfico, o crescimento da indústria, verificados na segunda metade do século XX, provocaram um forte processo de urbanização que agravado pela estagnação econômica da chamada “década perdida” dos anos 80, pela insuficiência de emprego e de renda, pela ausência de planejamento urbano e de política habitacional, induziram o crescimento urbano desordenado e a ocupação de áreas impróprias à edificação, fatores agravantes da tragédia ocorrida em janeiro.

Não se conhecem providências das atuais administrações do Estado e dos Municípios atingidos no sentido da reversão dessas negligências, insuficiências e precariedades, demonstradas pelas séries históricas dos investimentos em habitação constantes do relatório dos técnicos do TCE RJ.

Ainda, a ausência de política habitacional acima apontada, além dos graves problemas que causou, se refletiu na dificuldade da identificação de áreas disponíveis e adequadas a viabilizar o programa habitacional do Governo do Estado elaborado, especificamente, para suprir a necessidade de habitação dos desabrigados pela calamidade nos sete Municípios atingidos e, a nosso ver esse Programa, não se desenvolve na velocidade necessária o que provocará a permanência da concessão dos Aluguéis Sociais até o fim de 2012.

É mister observar que sequer estoque de projetos para produção de habitações populares, em locais seguros e sustentáveis, existiam na Região Serrana, o que comprova o descaso com esse tipo de programa.

Essa preocupação passou a existir somente após a tragédia.

Observamos ainda, a anomalia da Secretaria de Estado de Obras realizar um programa habitacional quando existe a Secretaria de Estado de Habitação para essa finalidade.

5.6.4 – PROBLEMAS DETECTADOS NA CONCESSÃO DO ALUGUEL SOCIAL

A estratégia e a coordenação das ações de assistência social ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Ação Social.

A principal observação que cabe fazer à política de assistência à população se refere à operacionalidade na concessão dos alugueis sociais aos desabrigados.

Constatou-se a agilidade do Governo do Estado em disponibilizar 7.000 alugueis sociais e os cadastros da população a ser beneficiada - que ficaram sob a responsabilidade das Prefeituras, resultando num cadastro único final, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Ação Social, apoiada pelo PRODERJ, com base no qual se operacionalizou o repasse dos recursos financeiros, para fins de pagamento do benefício. Apesar dessa agilidade, foi possível constatar, em várias ocasiões, discrepâncias entre os cadastros referentes aos Municípios e do Governo do Estado, resultando em prejuízo do programa e da população alvo.

Através de declarações de autoridades municipais feitas em oitivas e em visitas aos locais da calamidade os deputados integrantes desta Comissão puderam constatar existirem vários cidadãos que se declararam desabrigados, supostamente, com direito a receber o aluguel social que se queixaram de não terem recebido o pagamento desse indispensável auxílio, passado muito tempo após a calamidade.

Constatou-se que as exigências referentes à documentação requerida para a habilitação ao recebimento do benefício, foi além do razoável para as proporções da tragédia e, ainda, que o valor do Aluguel Social concedido é insuficiente, sobretudo em face da carência de oferta de imóveis para alugar, eis que o mercado foi aquecido pela procura, com a conseqüente majoração dos valores dos alugueis do mercado.

É necessário observar, também, que o prazo de concessão do aluguel social foi previsto em 12 meses e, como até a presente data a construção das unidades residenciais, do programa habitacional destinado a acolher os desabrigados, não foi iniciada, inexoravelmente, o prazo de concessão do benefício social terá que ser prorrogado, com o inevitável aumento do recurso financeiro a ser desembolsado, inicialmente previsto em R\$ 40,8 milhões por 12 meses. Registre-se que a entrega das primeiras unidades residenciais está prevista para outubro de 2012.

5.6.5 – MOROSIDADE NA RECOMPOSIÇÃO DA INFRA ESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE.

Passada a fase da emergência e passados mais de 7 meses da tragédia, verifica-se grande morosidade na programação e implementação das obras e serviços de recomposição da infra estrutura das cidades, nas obras de contenção das encostas aonde ocorreram deslizamentos, na reconstrução de vias, rodovias e pontes, na restauração da drenagem urbana e nas obras de dragagem e recomposição dos leitos dos rios afetados pelas fortes chuvas não existindo nem mesmo a garantia correta de realocação de inúmeras edificações que permanecem em áreas de risco, nas encostas e margens de rios, para as quais, os antigos moradores, por falta de alternativa, são induzidos a retornar.

Não se percebe progresso nas ações de recomposição e preservação do meio ambiente, fato exemplificado pela permanência de inúmeras edificações que resistiram às águas, nas calhas e áreas de inundação dos rios e na demora da implantação dos Parques Fluviais planejados.

O Verão se aproxima – faltam apenas 4 meses ! – e com ele a época das fortes chuvas e, devido á morosidade das intervenções previstas e necessárias, o risco de nova tragédia não pode ser afastado.

Essa morosidade vem afetando o bem estar da população, já bastante prejudicado durante a própria calamidade, assim como a recuperação da inteira normalidade nas atividades econômicas dos Municípios atingidos, com o conseqüente impacto sobre a receita financeira dos mesmos.

Constata-se, pelo depoimento prestado a esta CPI pelo Secretário de Estado de Obras, que somente 36 encostas tiveram suas obras de contenção iniciadas e que o INEA se esforça para obter de R\$ 320 milhões para dar início à dragagem dos rios da Região que estão assoreados. Serviços que deveriam ser iniciados antes da chegada do Verão, época de fortes chuvas, para o quê faltam apenas 4 meses.

5.6.6 – SÍNTESE DAS CAUSAS DA CATÁSTROFE

I – MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL VIGENTE

Os governos federal, estadual e os municipais, fruto das deficiências causadas pelo modelo de desenvolvimento econômico e social vigente, não efetivaram as medidas estruturais necessárias, de forma a garantir e resguardar a segurança da população, em primeiro lugar.

II – OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO

Encostas e Margens de Rios ocupados irregularmente, associados à falta de política urbana adequada e à prática do populismo político eleitoreiro.

Evidenciado por :

a – Ocupação das margens de rios sem levar em conta as seções de vazão calculadas para tempos de recorrência de 25 e 50 anos – cujo exemplo mais marcante é a da Sede da Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto construída dentro da calha do Rio Preto.

b – Urbanização de áreas de risco – populismo.

c – “ Titulação “ de terrenos situados em áreas de risco – populismo.

d – Cobrança do IPTU de imóveis situados em áreas de risco e de preservação permanente.

e – Ligação de serviços de utilidade pública – água, luz , telefonia, etc. em imóveis situados em áreas de risco e de preservação permanente.

III – AUSÊNCIA DE POLÍTICA HABITACIONAL

Evidenciada pela série histórica dos precários investimentos em habitação pelo Governo do Estado e pelo dos Municípios.

IV– CARÊNCIA DE UM SISTEMA DE DEFESA CIVIL

a - Planos de Prevenção inexistentes.

b - Planos de Contingência inexistente.

c - Abrigos Pré Definidos inexistentes

A série histórica retrata os insignificantes investimentos das municipalidades em Defesa Civil.

V – Inexistência de Programa de Contenção de Encostas de Risco.

Evidenciada pela série histórica de investimentos insuficientes em contenção de encostas pelo governo do Estado e pelo dos Municípios.

VI - Inexistência de Programa de Macro e Micro Drenagem.

Evidenciada pela série histórica de investimentos insuficientes em macro e micro drenagem pelo governo do Estado e pelo dos Municípios.

VII – Ausência de Planejamento Urbano

Faz-se necessário que os Planos Diretores e Estratégicos das Cidades sejam, pactuados com a sociedade e que considerem, no mínimo, a forte interdependência do uso do solo, transportes e habitação e que sejam vistos de forma regionalizada e não como Município apartados entre si.

VIII – Fragilidade do ITERJ

Dotar o ITERJ de recursos materiais e humanos (através de concursos públicos) para que o mesmo possa exercer na sua plenitude atividade central de regularização fundiária, instrumento importantíssimo para a política de uso do solo e de habitação.

Hoje a estrutura da referida instituição se apresenta profunda deficiência.

5.7 – SUGESTÕES DE CARÁTER INSTITUCIONAL

Sugerimos as seguintes medidas de caráter institucional:

5.7.1 – Reforço institucional da Defesa Civil do Estado e o seu vínculo sistêmico com as Defesas Civas da União e dos Municípios.

5.7.2 - Instituição de um Órgão Estadual de Geotécnica de apoio aos Municípios, desvinculado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e subordinado à Secretaria de Estado de Obras.

5.7.3 – A partir do mapa epidemiológico da Região Serrana, garantir o pleno funcionamento do SUS, com funcionamento da rede básica como porta de entrada, acrescida da rede de atendimento de média e alta complexidade a garantir os princípios da universalidade, integralidade e gratuidade aos usuários.

5.7.4 - Instituição de um hospital regional na Região Serrana.

5.8 – PLANOS E PROGRAMAS

Sugerimos que no âmbito do Governo do Estado sejam criados os seguintes Planos:

5.8.1 – Plano Estadual de Prevenção de Catástrofes

5.8.2 – Plano de Contingência para o enfrentamento de Catástrofes

5.8.3 – Plano Diretor da Região Serrana – Que tenha a abrangência de abordar, entre outras, as questões referentes ao meio ambiente, uso e ocupação do solo, habitação, transportes, serviços públicos, defesa civil e desenvolvimento econômico

5.9 – A TRAGÉDIA DENTRO DA CATÀSTROFE – CORRUPÇÃO E MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

O processo de urbanização sem que, concomitantemente, fosse sendo adequada a infra estrutura que as cidades necessitavam levou à ocupação de áreas de proteção ambiental e de risco em nosso país e, evidentemente, na Região Serrana, objeto do presente relatório.

O modelo econômico, a abertura do mercado brasileiro, entre outras causas, provocaram o fechamento de inúmeras empresas industriais e demais ramos de atividades a elas vinculados reduzindo o poder aquisitivo das famílias. Esse quadro, associado à ausência de política habitacional moldou o cenário que propiciou condições para as tragédias sócio-naturais recorrentes na Região Serrana.

Propostas demagógicas são comuns ao longo do tempo levando ao poder regional gestores que não desenvolveram políticas públicas consistentes para o enfrentamento deste quadro.

Lembrando como exemplo as ações demagógicas, até mesmo criminosas de prefeitos exemplificadas no depoimento do então prefeito de Teresópolis, Mário Tricano, que concedia certificado de tempo de ocupação objetivando uma futura ação de usucapião urbano, sem contudo, verificar as condições de risco das áreas ocupadas e sem um programa de regularização fundiária, em uma época em que ainda não existia o Estatuto das Cidades e, por conseguinte, não existia previsão de regularização em terras públicas.

5.9.1 - TERESÓPOLIS

As ações como a do então prefeito Mário Tricano e Celso Dalmazo, denunciada na oitiva do Secretário do Ambiente Carlos Minc e admitida pelo próprio ex-prefeito Mário Tricano quando ouvido por esta CPI, foram estimuladoras de ocupações irregulares em área de risco e de proteção

ambiental, inclusive com a concessão de “certificados de tempo de posse” concedidos à sorrelfa pelos Prefeitos de Teresópolis, Mario Tricano, em 1992 e Celso Dalmazo. (ANEXO II).

Trecho do depoimento da Dra. Promotora Anaíza (ANEXO V), na CPI em 05/08/2011:

*“Havia uma pressão política também para que isso acontecesse. Temos relatos de pessoas da população, não oficiais, não declarados, relatos de rua, de que vários políticos incentivavam e inclusive auxiliavam, abrindo as ruas, ajudando com máquinas para o desmatamento. Há também o boato, não sei se é lenda urbana, ou não, de que haveria a doação do material de construção para essas pessoas e tivemos um aumento muito grande. Várias áreas foram favelizadas, áreas públicas, como é o caso da Quinta Lebrão e Fonte Santa, que é uma área que pertence ao INSS, que hoje abarca cinco mil moradias, mas também, grandes áreas particulares, como é o caso do Vale da Revolta, que pertence à família Rolas e várias outras áreas que eram reserva florestal, como é o caso do Corta Vento, o próprio Barroso, o Santa Cecília, o próprio Pimentel, que eram áreas de reserva de antigos loteamentos. A partir dessa pressão social identificamos o deferimento de **diploma de posse fornecidos pelo ex-prefeito Celso Dalmaso e Mário Tricano (GRIFO NOSSO)**. Nesse diploma de posse, que é um diploma mesmo, em que a prefeitura declara reconhecer a posse daquela área à pessoa fulana de tal, e embaixo, pequenininho, no diploma, vem escrito: “este documento não induz ao reconhecimento de posse”. Desdiz o que está declarado em letras garrafais. Esses documentos vinham atrelados a lançamentos, ex officio, de cadastro de IPTU. Então, essas pessoas passavam, essas moradias de posse passavam a recolher IPTU e aí, tínhamos um reconhecimento formal e tributário da própria administração pública municipal, com relação àquelas casas de invasão. Paralelamente a isso, independentemente da natureza jurídica do imóvel, começamos a ter asfaltamento, iluminação pública, galeria de água pluvial, atê obra do estado fazendo extensão do fornecimento de água, o que aconteceu...”*

A CPI constatou que em administrações anteriores a atual, foi construído um conjunto de 50 (cinquenta) unidades habitacionais, no bairro Fisher, em Teresópolis. Esse empreendimento foi construído em local geotecnicamente instável e inapropriado. Hoje pode ser verificada a precariedade em que se encontram, muitas das quais estão abandonadas. Também foi constatada a

construção de uma cortina de contenção que se encontra em situação de estabilidade duvidosa. Estes fatos consubstanciam a malversação de recursos financeiros devendo serem cobradas as responsabilidades das autoridades municipais da época, gestão do Prefeito Roberto Petro, seus Secretários e da empresa construtora Norenge.

Ainda neste caldo de cultura, onde políticos demagógicos são alçados ao poder sem, contudo terem efetivo compromisso com a população, aproveitando-se do estado de calamidade pública no qual as licitações são legalmente dispensadas, estes gestores utilizaram recursos oriundos da União, do Estado e da mobilização solidária da sociedade de maneira suspeita, com fortes indícios de irregularidades como ficou evidenciado nos relatórios do Tribunal de Contas do Estado, da Controladoria Geral da União e em depoimento a esta CPI pelo Senhor José Ricardo de Oliveira, sócio-proprietário da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria.

As ações com indícios de irregularidades na prefeitura de Teresópolis antecedem a tragédia, mas continuaram e se agudizaram com ela.

Segundo o depoimento do representante da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria a exigência de propina na ordem de 15% (quinze por cento) feita por gestores do atual governo municipal de Teresópolis agravou-se com a tragédia surgindo denúncias de que essas aves de rapina passariam a exigir 50% (cinquenta por cento) de “comissão”.

O Sr. José Ricardo de Oliveira, que também depôs nos Ministérios Públicos Federal e Estadual solicitou o benefício da delação premiada e garantia de vida para ele e sua família, garantia esta também solicitada por esta CPI a seu favor e de sua família, afirmou que pagava propina, sob coação, de 15% (quinze por cento) em duas parcelas sendo uma de 10% (dez por cento) e a outra de 5% (cinco por cento), condição para que fossem pagas as faturas dos serviços executados. Afirmou que entregou, também, propina ao Secretário Municipal de Obras, Dr. Paulo Roberto Marquesini. Que os dez por cento não sabiam para quem era e que os cinco por cento era a parte do Sr. Paulo Roberto Marquesini. Disse ainda que dos R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) que recebeu pelos serviços prestados à Prefeitura de Teresópolis teve que dar R\$100.000,00 (cem mil reais) de “comissão”.

Afirmou o Sr. José Roberto Oliveira que teve cinco contratos com a prefeitura de Teresópolis que geraram empenhos no valor de R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) além do contrato emergencial da catástrofe no valor de R\$1.510.000,00 (um milhão, quinhentos e dez mil reais) totalizando cinco milhões seiscentos e dez mil reais dos quais recebeu efetivamente a quantia de

R\$800.000,00 (oitocentos mil reais). Antes de receber teve que utilizar recursos próprios para pagar a propina exigida para liberar os seus créditos.

Continuando o seu depoimento, afirmou que após a tragédia foi realizada uma reunião na Secretaria de Planejamento de Teresópolis com a presença das empresas Sinal Engenharia, RW de Teresópolis e Vital Engenharia e mais o senhor José Alexandre, Secretário de Planejamento no momento. Que nesta reunião, na qual se fazia presente o representante da SINAL Engenharia, que é o nome de fantasia da TERRAPLENO, foi cogitado o aumento da propina de 15% (quinze por cento) para 50% (cinquenta por cento). Afirmou ainda que as propinas, no período anterior a tragédia, eram pedidas pelos Senhores Paulo Marchesini, José Alexandre e Valério da Silva Medeiros, este último presidente da Comissão de Licitação de Teresópolis.

Questionado a quem entregava o dinheiro disse que entregou três vezes ao Sr. Paulo Marchesini, uma vez ao Senhor Valério da Silva Medeiros e uma vez ao Senhor José Alexandre.

Buscando garantir o contraditório esta CPI convocou/convidou as empresas e pessoas citadas na oitiva do Sr. José Ricardo de Oliveira para que também prestassem esclarecimentos.

O Sr. Valério da Silva Medeiros não compareceu às oitivas para as quais foi convocado sob alegação de que atravessava problemas de saúde, enviando-nos, através de representante legal, comprovantes médicos.

O Sr. Paulo Roberto Marchesine não foi localizado em tempo hábil e por isso não compareceu à oitiva.

Os representantes das empresas Sinal Construtora e da Vital Engenharia negaram peremptoriamente a existência de qualquer tipo de propina em suas relações com a prefeitura de Teresópolis sendo que o Sr. Alfredo Crysostomo de Moura, Diretor-Técnico da Sinal Construtora, além de negar qualquer tipo de propina e de que presidira a citada reunião na qual ter-se-ia cogitado o aumento da propina de 15% (quinze por cento) para 50% (cinquenta por cento), afirmou que processaria judicialmente o Sr. José Ricardo de Oliveira por suas declarações.

O Sr. José Alexandre de Almeida, ex-Secretário Municipal de Governo e de Planejamento de Teresópolis compareceu à oitiva, agradeceu a oportunidade de se defender, negou todas as acusações, levantou suposições de que tudo poderia ser uma armação política visando às eleições de 2012 e que processaria o Sr. José Ricardo de Oliveira por suas declarações. Não deu, porém explicações sobre as acusações feitas pela Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas do Estado sobre irregularidades já citadas neste relatório.

Ainda a respeito de suspeições de irregularidades na prefeitura de Teresópolis, esta CPI, em Audiência Pública realizada naquela cidade no dia 18 de abril de

2011, recebeu denúncia sobre suposta falsificação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – Parte IV – Municipalidades, nas edições dos dias 16 e 23 de junho de 2009, sobre licitações fraudulentas e outros, objeto de processo protocolado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ sob o nº 2202505-09.

5.9.2 – OUTROS MUNICÍPIOS

As Audiências Públicas realizadas pela CPI nas cidades de Teresópolis, Nova Friburgo e São José do Vale do Rio Preto demonstraram o verdadeiro divórcio entre a sociedade organizada destes municípios e os seus governantes, o que provocou a dificuldade de fiscalização social dos gastos públicos e gerou a sensação de irregularidades na aplicação dos recursos e inibiu a esperada sinergia entre governo e população para fazer frente a tragédia.

A sensação de irregularidades torna-se mais forte com o noticiário de que o Ministério Público Federal, a CGU e o TCE colocaram sob suspeição as prestações de contas dos municípios atingidos pela catástrofe, com destaque para os casos de Teresópolis e Nova Friburgo.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) decidiu na terça-feira, 09 de agosto, por unanimidade, em sessão plenária, que os municípios atingidos, e nos quais foi decretado estado de calamidade pública, têm de informar como foram aplicadas as verbas destinadas às obras de recuperação. Segundo relatório preliminar há claros indícios de irregularidades e impropriedades no uso dos recursos.

São verbas federais, que remontam ao montante de R\$ 230 milhões, estaduais em R\$ 200 milhões e municipais de R\$ 14 milhões, além de doações de particulares, chegando a cerca de R\$ 444 milhões. Os auditores do TCE não encontraram documentos ou contratos que comprovem a utilização de cerca de R\$ 77 milhões desse total, em todos os municípios.

O relatório constata que diversos pagamentos foram efetuados sem contrato, situação que só poderia ser admitida nos momentos imediatos que se seguiram à tragédia, mas que depois deveria ser regularizada.

Segundo o relatório, há fortes indícios de que administradores usaram mecanismos para se beneficiar da desgraça alheia.

Segundo o noticiário da Imprensa o relatório do TCE foi elaborado pelo conselheiro José Gomes Graciosa, que informou, no documento, que "entre as diversas irregularidades mencionadas estão a fraude na utilização do dinheiro

público, obras inacabadas, a malversação de verbas, a utilização inadequada de suprimentos, a celebração de contratos verbais, de contratos sem licitação acima dos valores de mercado e sem a formalização de atos de dispensa de licitação, com empresas que realizariam ações emergenciais após a tragédia, além da falta de controle na execução contratual".

Por fim, vale ressaltar que existem indícios de pagamentos pelo mesmo serviço à empresas diferentes. Esta CPI solicitou informações que não chegaram às nossas mãos e por isto recomendamos ao Ministério Público Estadual para que faça o confronto das informações dos serviços prestados pelas empreiteiras e pelo Poder Público do Estado e dos Municípios para identificar possíveis duplicidades de pagamentos de um mesmo serviço.

Dos municípios atingidos cabe destacar a crise pela qual passam as cidades de Nova Friburgo e de Teresópolis, com instabilidades políticas, a primeira pelo afastamento do prefeito por motivo de doença e a segunda pela instalação de uma CPI provocada por acusações de irregularidades na gestão pública que culminou com a instalação de uma Comissão Processante que afastou o prefeito Jorge Mário por 90 dias.

5.9.3 – DADOS JULGADOS IMPORTANTES RETIRADOS DO RESULTADO DA AUDITORIA FEITA PELO TCE-RJ (ANEXO IV)

2 RESULTADO DA AUDITORIA

2.1 Dados estimativos da tragédia

Os dados apresentados a seguir foram colhidos dos documentos AVADAN (Avaliação de Danos) e NOPRED (Notificação Preliminar de Desastre), os quais se destinam ao registro inicial do desastre e à estimativa da intensidade do mesmo. Tais documentos são preenchidos no prazo máximo de 12 horas após a ocorrência do desastre e encaminhados aos órgãos de coordenação do SINDEC (Sistema Nacional de Defesa Civil). De tal forma, é importante salientar que os dados informados a seguir são estimativos.

2.1.1 Areal

Tabela 1. Dados estimativos do desastre: município de Areal.

População	11.009 habitantes		Orçamento	R\$ 33.895.509,00		
Danos Humanos (número de pessoas)						
Desalojadas	Desabrigadas	Deslocadas	Levemente feridas	Gravemente feridas	Mortas	Afetadas
1031	1469	80	15	-	-	7000
Danos materiais						
Edificações	Danificadas		Destruídas		Total (Mil R\$)	
	Quant	Mil R\$	Quant	Mil R\$		
Residenciais Populares	300	6.000	500	18.500	24.500	
Residenciais - Outras	200	8.000	10	3.000	11.000	
Públicas de Saúde	1	500	-	-	500	
Públicas de Ensino	-	-	-	-	-	
Obras de Arte	2	500	1	1.000	1.500	
Outras (pontes de madeira)	-	-	-	-	-	
Estradas (Km)	20	128	-	-	128	
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)	10	400	-	-	400	
Particulares de Saúde	-	-	-	-	-	
Particulares de Ensino	2	200	-	-	200	
Comunitárias	-	-	-	-	-	
Industriais	2	1.000	-	-	1.000	
Comerciais	100	6.000	-	-	6.000	
Total (danos materiais)					45.228	

Fonte: SINSDEC, AVADAN/NOPRED.

2.1.2 Bom Jardim

Tabela 2. Dados estimativos do desastre: município de Bom Jardim.

População	26.546 habitantes		Orçamento	R\$ 58.085.300,00		
Danos Humanos (número de pessoas)						
Desalojadas	Desabrigadas	Deslocadas	Levemente feridas	Gravemente feridas	Mortas	Afetadas
1186	632	-	423	-	-	12380
Danos materiais						
Edificações		Danificadas		Destruídas		Total (Mil R\$)
		Quant	Mil R\$	Quant	Mil R\$	
Residenciais Populares		930	6.510	422	21.100	27.610
Residenciais - Outras		102	1.020	47	3.760	4.780
Públicas de Saúde		3	30	-	-	30
Públicas de Ensino		-	-	-	-	-
Obras de Arte		9	90	2	160	250
Outras (pontes de madeira)		-	-	-	-	-
Estradas (Km)		1	75	10	6.380	6.455
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m²)		400	1.280	120	5.160	6.440
Particulares de Saúde		-	-	-	-	-
Particulares de Ensino		-	-	-	-	-
Comunitárias		-	-	-	-	-
Industriais		76	4.506,8	30	2.658	7.164,8
Comerciais		6	60	-	-	60
Total (danos materiais)						52.789,8

Fonte: SINSDEC, AVADAN/NOPRED.

2.1.3 Petrópolis

Tabela 3. Dados estimativos do desastre: município de Petrópolis.

População	277.816 habitantes		Orçamento	R\$ 391.600.887,00 (2009)		
Danos Humanos (número de pessoas)						
Desalojadas	Desabrigadas	Deslocadas	Levemente feridas	Gravemente feridas	Mortas	Afetadas
48	44	-	6	1	3	4000
Danos materiais						
Edificações		Danificadas		Destruídas		Total (Mil R\$)
		Quant	Mil R\$	Quant	Mil R\$	
Residenciais Populares		2	5	-	-	5
Residenciais - Outras		-	-	-	-	-
Públicas de Saúde		-	-	-	-	-
Públicas de Ensino		-	-	-	-	-
Obras de Arte		-	7,9	-	71,5	79,4
Outras (pontes de madeira)		-	-	-	-	-
Estradas (Km)		-	-	-	-	-
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)		1200	477,1	-	-	477,1
Particulares de Saúde		-	-	-	-	-
Particulares de Ensino		-	-	-	-	-
Comunitárias		-	-	-	-	-
Industriais		-	-	-	-	-
Comerciais		3	2	-	-	2
Total (danos materiais)						563,5

Fonte: SINSDEC, AVADAN/NOPRED.

2.1.4 São José do Vale do Rio Preto

Tabela 4. Dados estimativos do desastre: município de São José do Vale do Rio Preto.

População	20.682 habitantes		Orçamento	R\$ 38.623.489,00		
Danos Humanos (número de pessoas)						
Desalojadas	Desabrigadas	Deslocadas	Levemente feridas	Gravemente feridas	Mortas	Afetadas
-	1274	1067	160	3	3	20682
Danos materiais						
Edificações	Danificadas		Destruídas		Total (Mil R\$)	
	Quant	Mil R\$	Quant	Mil R\$		
Residenciais Populares	329	7.300	274	6.000	13.300	
Residenciais - Outras	73	250	68	400	650	
Públicas de Saúde	1	50	-	-	50	
Públicas de Ensino	4	200	1	150	350	
Obras de Arte	5	2.012	5	3.405	5.417	
Outras (pontes de madeira)	-	-	-	-	-	
Estradas (Km)	10,4	1.004	2	740,5	1.744,5	
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m²)	7,8	1.028,7	-	-	1.028,7	
Particulares de Saúde	1	200	-	-	200	
Particulares de Ensino	-	-	-	-	-	
Comunitárias	5	500	-	-	500	
Industriais	-	-	-	-	-	
Comerciais	-	-	-	-	-	
Total (danos materiais)						23.240,2

Fonte: SINSDEC, AVADAN/NOPRED.

2.1.5 Sumidouro

Tabela 5. Dados estimativos do desastre: município de Sumidouro.

População		14.768 habitantes	Orçamento		R\$ 42.072.790,00 (2010)	
Danos Humanos (número de pessoas)						
Desalojadas	Desabrigadas	Deslocadas	Levemente feridas	Gravemente feridas	Mortas	Afetadas
311	200	127	10	3	22	15000
Danos materiais						
Edificações	Danificadas		Destruídas		Total (Mil R\$)	
	Quant	Mil R\$	Quant	Mil R\$		
Residenciais Populares	479	2.395	82	2.050	4.445	
Residenciais - Outras	17	170	15	1.200	1.370	
Públicas de Saúde	2	40	-	-	40	
Públicas de Ensino	5	150	-	-	150	
Obras de Arte	-	-	27	3.000	3.000	
Outras (pontes de madeira)	10	50	25	375	425	
Estradas (Km)	659	11.250	-	-	11.250	
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)	6000	400	12000	6.000	6.400	
Particulares de Saúde	-	-	-	-	-	
Particulares de Ensino	-	-	-	-	-	
Comunitárias	1	50	-	-	50	
Industriais	2	100	-	-	100	
Comerciais	17	170	-	-	170	
Total (danos materiais)						27.400

Fonte: SINSDEC, AVADAN/NOPRED.

2.1.6 Teresópolis

Tabela 6. Dados estimativos do desastre: município de Teresópolis.

População	165.000 habitantes	Orçamento	R\$ 256.113.490,00			
Danos Humanos (número de pessoas)						
Desalojadas	Desabrigadas	Deslocadas	Levemente feridas	Gravemente feridas	Mortas	Afetadas
6210	5058	-	761	76	304	49000
Danos materiais						
Edificações	Danificadas		Destruídas		Total (Mil R\$)	
	Quant	Mil R\$	Quant	Mil R\$		
Residenciais Populares	1100	77.000	1500	210.000	287.000	
Residenciais - Outras	100	30.000	70	21.000	51.000	
Públicas de Saúde	4	1.600	3	2.400	4.000	
Públicas de Ensino	6	2.400	4	3.200	5.600	
Obras de Arte	12	3.000	20	10.000	13.000	
Outras (pontes de madeira)	-	-	-	-	-	
Estradas (Km)	50	15.000	70	56.000	71.000	
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m²)	50	3.500	30	3.000	6.500	
Particulares de Saúde	-	-	-	-	-	
Particulares de Ensino	-	-	-	-	-	
Comunitárias	-	-	1	300	300	
Industriais	1	200	1	600	800	
Comerciais	100	15.000	20	6.000	21.000	
Total (danos materiais)					460.200	

Fonte: SINSDEC, AVADAN/NOPRED.

2.1.7 Nova Friburgo

Tabela 7. Dados estimativos do desastre: município de Nova Friburgo.

Os dados do município de Nova Friburgo não foram disponibilizados a este Núcleo de Auditoria até a presente data.

2.1.8 Resumo dos danos materiais

A Tabela 8 consolida os danos materiais sofridos pelos municípios.

Tabela 8. Resumo dos danos materiais. Região Serrana.

Município	População (habitantes)	Orçamento (R\$)	Danos Materiais (R\$)
Areal	11.009	33.895.509,00	45.228.000,00
Bom Jardim	26.546	58.085.300,00	52.789.800,00
Petrópolis	277.816	391.600.887,00	563.500,00
São José do Vale do Rio Preto	20.682	38.623.489,00	23.240.200,00
Sumidouro	14.768	42.072.790,00	27.400.000,00
Teresópolis	165.000	256.113.490,00	460.200.000,00
Nova Friburgo	182.082	-	-
TOTAL			609.421.500,00

2.2 Recursos disponibilizados para a Região Serrana

Até 12.07.2011, data de fechamento do presente Levantamento, os recursos efetivamente destinados à Região Serrana foram da ordem de R\$ 444.880.989,93 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), conforme demonstrativos a seguir.

2.2.1 Recursos Federais – R\$ 230.925.947,49

Os recursos federais destinados à Região Serrana originaram-se do Ministério da Integração Nacional (MIN), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC).

Tabela 9. Recursos federais destinados à Região Serrana.

MÊS	VALOR	ORIGEM	VALOR	DESTINO		
JAN	100.000.000,00	MIN	70.000.000,00	SEOBRAS		
			10.000.000,00	PM NOVA FRIBURGO		
			7.000.000,00	PM PETRÓPOLIS		
			7.000.000,00	PM TERESÓPOLIS		
			1.500.000,00	PM AREAL		
			1.500.000,00	PM BOM JARDIM		
			1.500.000,00	PM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO		
			1.500.000,00	PM SUMIDOURO		
			8.925.947,49	MS	2.161.969,60	PM FRIBURGO
					4.782.773,70	PM PETRÓPOLIS
1.981.204,19	PM TERESÓPOLIS					
MAR	48.000.000,00	MIN	48.000.000,00	SEOBRAS		
MAIO	74.000.000,00	MEC	74.000.000,00	SEEDUC		

Nos dias que sucederam a tragédia, foram veiculadas inúmeras notícias nos principais jornais do país informando sobre a destinação bilionária de recursos aos municípios atingidos. Parte dos "bilhões" divulgados, no entanto, referiam-se a recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), (cerca de R\$ 1,77 bilhão que será investido em drenagem e contenção de encostas, cuja liberação ocorrerá até o final de 2014) ou a benefícios e/ou direitos, cujo pagamento foi apenas "facilitado" para os moradores dos municípios atingidos, tais como:

- antecipação do pagamento do BOLSA FAMÍLIA, estimada em R\$ 1,9 milhão;
- liberação dos saques do FGTS, estimado em R\$ 492 milhões;
- antecipação do pagamento do benefício do INSS, estimado em R\$ 114 milhões.

2.2.2 Recursos Estaduais – R\$ 199.181.548,09

Tabela 10. Recursos estaduais destinados à Região Serrana.

MÊS	VALOR	ORIGEM	VALOR	DESTINO
JAN	22.000.000,00	SEC. ESTADUAL DE SAÚDE	500.000,00	PM AREAL
			500.000,00	PM BOM JARDIM
			220.226,31	PM CACHOEIRAS DE MACACU
			9.000.000,00	PM NOVA FRIBURGO
			6.000.000,00	PM PETRÓPOLIS
			500.000,00	PM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
			500.000,00	PM SUMIDOURO
			4.779.773,69	PM TERESÓPOLIS
2.942.180,00	TESOURO ESTADUAL	2.942.180,00	SEASDH	
MAIO	17.193.159,98	TESOURO ESTADUAL	1.883.084,82	DER-RJ
			4.450.000,00	SEOBRAS
			1.902.879,48	INEA
			2.821.902,94	INEA
			2.293.257,00	INEA
			220.002,00	INEA
			3.473.145,01	SEPLAG
			148.888,73	INEA
JUN	157.046.208,11	TESOURO ESTADUAL	6.200.000,00	DER-RJ
			37.620.000,00	SEOBRAS
			49.980.693,60	SEOBRAS
			7.698.467,36	SEOBRAS
			52.339.447,15	SEOBRAS
			3.207.600,00	DER-RJ

Quanto aos R\$ 6 milhões destinados pelo Governo Estadual ao município de Teresópolis, observamos que R\$ 4.018.795,88 (quatro milhões, dezoito mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos) encontram-se incorporados ao Fundo Especial de Calamidade Pública, contrariando o artigo 2º da Resolução SESDEC 1484, de 17.01.11, que determina que tais recursos sejam transferidos diretamente do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de cada município.

25/07/2011 03:33:13 PM

2.2.3 Recursos Municipais – R\$ 14.773.494,35

Tabela 11. Recursos municipais destinados à Região Serrana.

MÊS	VALOR	ORIGEM	VALOR	DESTINO
JAN	14.773.494,35	AREAL	19.970,00	PM AREAL
		PETRÓPOLIS	9.569.313,19	PM PETRÓPOLIS
		SÃO JOSÉ VALE RIO PRETO	163.587,45	PM SÃO JOSÉ VALE RIO PRETO
		SUMIDOURO	134.400,00	PM SUMIDOURO
		TERESÓPOLIS	4.886.223,71	FUNDO ESP. CALAMIDADE PÚBLICA TERESÓPOLIS

NOTA: Apenas o município de Teresópolis criou destinação específica para os gastos de recuperação, os demais usam recursos de seus próprios orçamentos.

Os recursos arrecadados pelos municípios com doações somam R\$ 6.327.478,29, conforme descrito na Tabela 12.

Tabela 12. Recursos arrecadados por doações destinados à Região Serrana.

MÊS	VALOR	ORIGEM	VALOR	DESTINO
JAN	6.327.478,29	DOAÇÕES	72.907,86	PM AREAL
			80.509,00	PM BOM JARDIM
			2.037.003,99	PM PETRÓPOLIS
			73.348,55	PM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
			1.440,00	PM SUMIDOURO
			4.062.268,89	PM TERESÓPOLIS

2.3 Obrigações assumidas na Região Serrana

A Tabela 13 demonstra obrigações assumidas na Região Serrana por ente federativo.

Tabela 13. Obrigações assumidas na Região Serrana.

Município	Federais	Municipais	Estaduais	Somatório
Areal	1.112.126,42	19.970,00	74.305,01	1.206.401,43
Bom Jardim	698.238,19	0,00	0,00	698.238,19
Nova Friburgo	4.320.136,08	0,00	0,00	4.320.136,08
Petrópolis	7.149.886,89	9.569.313,19	85.205,68	16.804.405,76
São José do Vale do Rio Preto	643.620,29	163.587,45	0,00	807.207,74
Sumidouro	1.418.337,40	134.400,00	0,00	1.552.737,40
Teresópolis	6.330.436,40	4.886.223,71	2.477.791,57	13.694.451,68
SEASDH	21.000.000,00	0,00	2.942.180,00	23.942.180,00
SEOBRAS	62.969.009,69	0,00	152.088.608,11	215.057.617,80
DER	0,00	0,00	11.290.684,82	11.290.684,82
OUTRO (SEPLAG)	0,00	0,00	3.473.143,01	3.473.143,01
INEA	0,00	0,00	7.386.933,29	7.386.933,29
TOTAL	105.641.791,36	14.773.494,35	179.818.851,49	300.234.137,20

Fonte: municípios e estado.

NOTA: O Município de Nova Friburgo não apresentou as informações solicitadas.

2.6.2 Empréstimo de R\$ 1 bilhão com o BID

Está previsto o empréstimo de um bilhão de reais pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Estado do Rio de Janeiro, para ser aplicado nas estradas estaduais. Um terço desses recursos seria utilizado na reconstrução da região serrana. O anúncio foi feito em 30.03.2011, durante reunião entre o Governador do Estado e o Presidente do BID, e divulgado no Diário Oficial do Estado no dia seguinte, na parte "D.O. Notícias".

2.6.3 Empréstimo de cem milhões de dólares com o CAF

A Lei Estadual 5.963, de 29.04.2011, autorizou o Poder Executivo Estadual a fazer um empréstimo de 100 milhões de dólares com Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Os recursos serão, de acordo com a lei, destinados à recuperação das cidades da Região Serrana, afetadas pelas chuvas de janeiro.

Dispõe o artigo 5º da referida lei:

Art. 5º. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, o plano de investimento nos 7 (sete) Municípios da Região Serrana atingidos pelas chuvas de 11 e 12 de janeiro de 2011, especificando o local e tipo de investimento, o valor, a possível data de início e conclusão.

25/07/2011 03:33:13 PM

5.9.4 – A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO – A GRANDE TRAGÉDIA

Faz-se, urgentemente, necessário em nome do Estado Democrático de Direito, que todas as instâncias da sociedade se mobilizem e pactuem com os verdadeiros democratas e republicanos do país, um esforço concentrado e sistemático de luta pela vitória da ética contra a corrupção. A população de Teresópolis, com sua capacidade de mobilização, mostrou o caminho quando disse: “não à corrupção, uma tragédia dentro da catástrofe”. A mídia noticia diariamente, a crise institucional que vive o país, fruto do sucessivo número de casos de corrupção que ocorrem nos quatro cantos da nação. São os agentes privados, os agentes políticos e os agentes públicos se apropriando da coisa pública e do erário. O Estado do Rio de Janeiro não se diferencia do resto do país e, até a calamidade pública não é respeitada. Assassinato de juíza, milícias controlando territórios, extorquindo e matando, tendo o narcotráfico como face da mesma moeda, agredindo a ordem democrática. Sonegação fiscal envolvendo agente privados e públicos, obras e serviços super faturados, pagamentos de propina, licitações com cartas marcadas e evasão de divisas tem sido uma constante. Instituições desacreditadas, políticas ineficientes é o legado triste da corrupção.

Esta CPI tinha como objetivo central ser propositiva para apontar soluções para deficiências estruturais da União, Estado e Municipalidades que levaram a calamidade atingir as proporções observadas e não esperava, inicialmente, encontrar, também, como causa a corrupção estrutural antes da calamidade e a conjuntural pós calamidade. Urge que seja dado um basta !!!

6 – SUGESTÕES

Ao longo dos depoimentos surgiram varias sugestões para evitar novas catástrofes naturais e para a recuperação das municipalidades atingidas, das quais destacamos:

- 1) A possibilidade de redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as empresas que se instalarem nos municípios atingidos.
- 2) Construção de agrovilas rurais e regulamentação da Lei das Agrovilas.
- 3) Recomendar às Câmaras Municipais para criarem legislação de uso do solo no qual a instalação de serviços públicos como o de água e energia elétrica só seja permitida com a autoriização expressa da prefeitura;

- 4) Elaborar Lei estadual determinando que o IPM do ano de 2013, dos Municípios atingidos seja igual ou superior ao do ano de 2011;
- 5) Elaborar Lei determinando que nos municípios em Situação de Emergência ou de Calamidade Pública o percentual de 50% do IPVA pertencente ao Estado seja aplicado no próprio município em recuperação das vias e suas obras de arte;
- 6) Propor às instituições financeiras a abertura de linhas de crédito especial para a construção de habitações na região atingida;
- 7) Propor às instituições financeiras a abertura de linhas de crédito especial com juros reduzidos e longo prazo de amortização destinadas a compra de bens de uso doméstico;
- 8) Solicitar à EMATER, PESAGRO e EMBRAPA a elaboração de orientações técnicas para a produção agrária da Região Serrana, com ênfase em novas tecnologias produtivas;
- 9) Solicitar a ampliação das equipes da EMATER para a extensão rural;
- 10) solicitar ao Poder Executivo ações no sentido de dotar a área rural de infraestrutura de saúde, educação e transportes.
- 11) Solicitar ao Poder Executivo a liberação de recursos à fundo perdido para a recuperação da produção rural das regiões atingidas;
- 12) Oficiar ao Congresso Nacional solicitando a aprovação de um programa de telefonia rural através do FUST;
- 13) Solicitar à Secretaria de Estado de Agricultura ações no sentido do fortalecimento da agricultura familiar e construção de novos mercados de produtores da região;
- 14) Propor a ocupação das microbacias com agricultura de baixo impacto sem moradias quando elas estiverem destinadas aos parques fluviais;
- 15) Solicitar à Secretaria de Estado de Educação que faça as compras de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, conforme previsto em lei;
- 16) Criar um Centro de Prevenção de Catástrofes no Estado do Rio de Janeiro;
- 17) Recomendar às Câmaras Municipais para que façam leis definindo os talwegues como áreas não edificandi;
- 18) Solicitar aos Poderes Executivos a decretação de Utilidade Pública para fins de desapropriação as áreas de risco tornando-as não edificandi;
- 19) Indicar às prefeituras para que elaborem programa de desocupação das áreas de risco e de preservação ambiental;
- 20) Criação de um programa de trabalho específico na Lei orçamentária para a recuperação da Região Serrana;
- 21) Elaborar Lei destinando um percentual do Fundo de Combate à Pobreza para apoiar a construção de habitações na Região Serrana;
- 22) Solicitar às prefeituras a implantação de programas de micro-créditos para atender às vítimas da catástrofe;
- 23) Fazer Emenda Constitucional obrigando os municípios a implantarem efetivamente a Defesa Civil Municipal;

- 24) Fazer Emenda Constitucional determinando que todos os municípios elaborem Planejamento Estratégico e planos de contingência;
- 25) Criação do Fundo Estadual de Calamidade Pública;
- 26) Elaboração de Projeto de Lei criando subsídios para pagamento das contas de energia elétrica e de serviços de água e esgoto sanitário dos locais que abrigam desalojados e desabrigados nos períodos de Situação de Emergência ou de Calamidade Pública;
- 27) Elaborar Lei determinando que em situações de Emergência ou Estado de Calamidade Pública sejam elaborados cadastro Único das vítimas;
- 28) Propor, através de Lei, a utilização de recursos do FUNESBOM para estruturação da Defesa Civil Municipal em todo o Estado do Rio de Janeiro;
- 29) Que os municípios criem programas de trabalho em seus orçamentos anuais prevendo verbas para aluguel social em casos de situação de emergência, estado de calamidade pública ou remoções em áreas de risco ou decorrente de obras públicas.
- 30) Propor aos Poderes Executivos a implantação de um programa de atenção psicológica à população das regiões atingidas por catástrofe.
- 31) Implantar um programa de recuperação econômica da Região Serrana pelos governos Federal e do Estado do Rio de Janeiro.
- 32) Criar legislação determinando a obrigação das prefeituras e o Estado terem planejamento estratégico para situações de emergência e estado de calamidade pública.
- 33) Recomendar à União e ao Estado que não homologuem proposta de prorrogação dos Decretos de Calamidade Pública e Situação de Emergência após 180 dias do evento.
- 34) Propor aos Municípios a elaboração de Leis que determinem que, antes da aprovação dos projetos de loteamentos o empreendedor apresente o mapeamento geotécnico e geológico da área a ser loteada.
- 35) Recomendar ao Poder Executivo Estadual encaminhar à ALERJ Projeto de Lei criando a Autoridade de Micro Bacias Locais, nos moldes da Autoridade Olímpica, submetendo ao referendo das Câmaras de Vereadores.
- 36) Em Nova Friburgo, dar destinação à antiga fábrica da Ypu como centro universitário e formador de mão de obra.
- 37) Recomendar à Fundação Departamento de Estradas de Rodagens – RJ a priorização do Projeto de contorno de Nova Friburgo.
- 38) Sugerir à Caixa Econômica Federal a admissão no Programa Minha Casa Minha Vida a verticalização edilícia na Região Serrana permitindo seis pavimentos sem elevador e oito pavimentos com elevador.
- 39) Sugerir à ANATEL que as torres de telefonia celular sejam dotadas de geradores de energia elétrica – “no break”.
- 40) Recomendar que o Governo do Estado destine recursos para a implantação do Museu do Imigrante da Região Serrana, para incentivar o desenvolvimento econômico da região através do turismo, inclusive.

41) Recomendar ao Governo do Estado a estadualização da estrada municipal que liga o município de Bom Jardim aos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar em Nova Friburgo.

42) Recomendar às Câmaras Municipais de Teresópolis e Nova Friburgo a revisão dos respectivos Planos Diretores de modo a permitir na legislação edilícia maior verticalização.

43) **PROPOSTA DE PROJETO DE LEI**

cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP.

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP regido nos termos do disposto nesta Lei.

Art. 2º - O FECAP, de natureza contábil e financeira, terá como finalidade custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres nos municípios do Estado do Rio de Janeiro que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos nos termos da Lei Federal 12340, de 1º de dezembro de 2010.

Art. 3º - O FECAP terá seu patrimônio constituído por cotas que serão integralizadas anualmente pelo Estado e seus Municípios.

§ 1º - A integralização de cotas por parte dos Municípios será voluntária e somente poderá ser realizada em moeda corrente.

§ 2º - Na integralização das cotas, para cada parte integralizada pelos Municípios, o Estado integralizará 3 (três) partes.

§ 3º - Os Municípios que decidirem integralizar cotas no FECAP deverão informar ao Poder Executivo, até o dia 30 de junho de cada ano, o valor a ser disponibilizado para essa finalidade, de forma a permitir a inclusão do valor a ser integralizado pelo Estado na lei orçamentária anual do exercício seguinte.

§ 4º - Os Municípios que integralizarem cotas no FECAP somente poderão retirá-las após 2 (dois) anos da data de integralização, exceto no caso de saque realizado na forma do art. 5º desta Lei.

§5º - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá fazer doações em moeda corrente pra a o FECAP especificando o Município que deseja apoiar, tornando esta doação parte da cota do Município especificado, não contando esta doação para o que dispõe o § 2º deste Artigo.

Art. 4º. Os recursos do FECAP serão mantidos em instituição financeira oficial, preferencialmente a Caixa Econômica Federal, e geridos por um Conselho Diretor, composto por:

I - 3 (três) representantes do Estado, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 3 (três) representantes dos Municípios da Região Metropolitana;

III - 1 (um) representante dos Municípios da Região das Baixadas Litorâneas;

IV – 1 (um) representante dos Municípios da Região Centro-Sul Fluminense;

V – 1 (um) representante dos Municípios da Região da Costa Verde;

VI – 1 (um) representante dos Municípios da Região do Médio Paraíba;

VII – 1 (um) representante dos Municípios da Região Noroeste Fluminense;

VIII – 1 (um) representante dos Municípios da Região Norte Fluminense;

IX – 1 (um) representante dos Municípios da Região Serrana.

§ 1º A presidência do Conselho Diretor caberá a um dos representantes do Estado.

§ 2º Observado o disposto no **caput**, o Poder Executivo regulamentará a forma de indicação dos representantes e o funcionamento do Conselho Diretor.

Art. 5º. Na ocorrência de desastre, os Municípios cotistas do FECAP poderão sacar recursos até o limite de suas cotas, acrescido do valor aportado pelo Estado na proporção estabelecida no § 2º do art. 3º desta Lei.

§ 1º Os recursos sacados na forma deste artigo somente poderão ser utilizados para a finalidade prevista no art. 2º desta Lei.

§ 2º Não será exigido restituição dos recursos aportados pelo Estado sacados na forma do **caput**, exceto no caso de utilização em desacordo com a finalidade prevista no art. 2º desta Lei.

§ 3º Os Municípios cotistas deverão prestar contas dos recursos sacados, na forma do regulamento.

Art. 6º O Estado poderá antecipar cotas, de forma a fomentar a adesão dos municípios no FECAP.

Art. 7º Em casos excepcionais, o Conselho Diretor do FECAP poderá autorizar o saque, na forma do **caput** do art. 5º, para custear ações imediatas de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em áreas afetadas por desastres nos entes cotistas.

Art. 8º. O limite de integralização de cotas para cada Município, as condições para saque e utilização dos recursos do FECAP, bem como outros procedimentos de ordem operacional relativos a ele, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação gerando seus efeitos financeiros a partir do primeiro exercício em que for incluída na Lei Orçamentária anual.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 22 de agosto de 2011.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o escopo de dotar o Estado do Rio de Janeiro de um instrumento ágil de socorro aos seus municípios em casos de situações de emergência ou de estado de calamidade pública.

Inspirado em instrumento semelhante adotado pela União, visa unir aos meios já existentes para o socorro por parte da União recursos estaduais associados aos municipais, minorando os efeitos das situações de emergência e de estado de calamidade pública que infelizmente se repetem a cada ano em nosso território.

Confiante de que esta proposição beneficiará a população fluminense no geral, pois, diminuirá o sacrifício coletivo que sempre se expressa através da mobilização de toda a sociedade em solidariedade aos atingidos pela situação de emergência ou pelo estado de calamidade pública, e às regiões atingidas em particular, por colocar a sua disposição um instrumento ágil de socorro, contamos com o apoio de nossos nobres pares.

44) PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

INSTITUI O DOCUMENTO DE ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO E AMBIENTAL - DEUA A SER APRESENTADO AO CONSUMIDOR PELAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 1º - Fica instituído o Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA, instrumento de informação ao consumidor quanto às características e condições urbanísticas e ambientais para a prestação dos serviços públicos em todo o do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA tem por objetivo dar integral cumprimento ao direito básico do consumidor à informação adequada, expondo de forma motivada o acolhimento ou recusa da solicitação de prestação de serviço público em todo o Estado do Rio de Janeiro, tendo em consideração as restrições ao uso e ocupação do solo decorrentes de condicionantes urbanísticas e ambientais em vigor.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I. Prestadora: órgão público, autarquia, sociedade de economia mista, ou pessoa jurídica de direito privado concessionária ou permissionária de serviços públicos prestados no Estado do Rio de Janeiro, cujo atendimento individual ou coletivo devam observância a condicionantes urbanísticas ou ambientais.

II. Consumidor solicitante: toda pessoa física ou jurídica que solicite o atendimento individualizado de serviços públicos cuja prestação dependa da verificação de condicionantes urbanísticas ou ambientais.

III. Condicionantes urbanísticas: restrições de caráter urbanístico ao uso e ocupação do solo, estabelecidas em leis locais de planejamento urbano;

IV. Condicionantes ambientais: restrições de caráter ambiental ao uso e ocupação do solo, estabelecidas em leis dos entes federativos e resoluções editadas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA;

Art. 3º. O Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA deverá ser elaborado pela prestadora e apresentado ao consumidor solicitante dos serviços públicos, informando a possibilidade ou não de atendimento com

base nas características urbanísticas e ambientais do imóvel, em que se pretende ver prestado o serviço.

§1º. A apresentação do Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA deve se dar de forma simultânea à resposta ao consumidor solicitante quanto à possibilidade ou não de atendimento à solicitação de serviço.

§2º. A prestadora deverá apresentar o Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA em todas as instâncias administrativas e judiciais em que seja questionada a possibilidade de atendimento à solicitação de serviço.

§3º; O descumprimento das obrigações acima estabelecidas acarretará ao prestador o pagamento de multa de 1.000,00 UFIR, por infração, devendo ser paga em dobro a cada reincidência verificada.

Art. 4º. O Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental deverá observar o modelo padrão a ser proposto pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA e aprovado pelo Conselho Estadual do Ambiente - CONEMA.

§ 1º. A definição e atualizações do Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA deverá observar as especificidades de cada modalidade de serviço público prestado, devendo aquele informar, no mínimo:

- I. Coordenadas geográficas de situação do imóvel urbano ou rural.
- II. Se o imóvel urbano possui habite-se, ou ato administrativo similar reconhecendo sua adequação urbanística.
- III. Se o imóvel urbano ou rural se encontra em área de preservação permanente, tal como estabelecido no ordenamento jurídico em vigor.
- IV. Se o imóvel rural apresenta área de reserva legal gravada junto ao registro de imóveis.
- V. Se o imóvel urbano ou rural se encontra inserido em unidade de proteção ambiental criada na forma do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

§2º. As Prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro deverão ser consultadas no processo de definição e atualizações do modelo padrão de Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA.

§3º. A sociedade civil deverá ser consultada no processo definição e atualizações do padrão de Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA, devendo ser realizada, no mínimo, 1 (uma) audiência pública nos moldes da regulamentação em vigor.

§4º. O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, ou órgão ambiental que o substitua em suas atribuições, deverá desenvolver programas de orientação e capacitação para a elaboração do Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA.

Art. 5º. Os órgãos públicos de proteção ambiental e planejamento urbano deverão prestar as informações necessárias à identificação das restrições urbanísticas e ambientais da área solicitadas pela entidade responsável pela prestação dos serviços.

§ 1º. As prestadoras deverão manter banco de dados organizado e integrado aos sistemas públicos de informação implantados.

§ 2º. Em até 30 (trinta) dias contados de sua elaboração, as prestadoras deverão comunicar as autoridades municipais ou estaduais competentes para o planejamento urbano e de proteção ambiental, as decisões de recusa de prestação de serviço motivadas por Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA caracterizadores de condicionantes urbanísticas ou ambientais adversas.

Art. 6º. A elaboração e apresentação do Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA será exigível das prestadoras no prazo de 1 ano a contar da publicação desta lei, devendo os órgãos e entidades envolvidas adotar todas as medidas e procedimentos necessários à sua implementação.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, de agosto de 2011.

JUSTIFICATIVA

Considerando que os serviços de relevância pública prestado devem ser prestados de forma adequada, assegurando-se articulação com políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate e erradicação à pobreza, de proteção ambiental, de promoção à saúde e de respeito aos direitos do consumidor.

Considerando constituir direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços, a facilitação da defesa de seus direitos e a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral (*CRFB, art. 5º, XXXII, Lei 8.072/90, art. 6º*).

Considerando a edição da Política Estadual de Mudança do Clima (PEMC - Lei Estadual nº 5.960/10), que deve nortear os programas, projetos e ações relacionados à prevenção, mitigação dos efeitos e, em especial, adaptação do Estado às mudanças climáticas.

Considerando a recorrência de fenômenos climáticos e as perdas materiais e de vidas, em parte decorrente de ocupações irregulares do território urbano e rural, bem como de ocupação de áreas de especial proteção ambiental, por vezes servidas de forma irregular por serviços públicos.

Obs.: Agradecemos na feitura do presente Projeto de Lei a colaboração do Promotor de Justiça Dr. Murilo Nunes de Bustamante e do Procurador Geral de Justiça Dr. Claudio Soares Lopes

7 – RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

a) O Governo do Estado do Rio de Janeiro, junto com as municipalidades envolvidas, tem o dever de fazer em curto prazo, todo o planejamento regional abrangendo, no mínimo, todos os municípios afetados pela catástrofe. Definindo, no mínimo, uma política de ocupação do solo urbano, com fortíssimas restrições a ocupação de encostas íngremes (inclinação superior a 45º), proibindo a construção sobre os talwegues e nos seus limites laterais esquerdo e direito, produzindo o mapeamento geológico-geotécnico de todas as áreas urbanas com definição das áreas de risco e por Lei Estadual/Municipal descrever todas as áreas de risco e declará-las “non aedificandi”.

Não permitirem (Estado/Municípios) que nenhuma nova ligação de serviço público seja feita por qualquer concessionária em área de risco (“non aedificandi”).

b) Promover junto a Caixa Econômica Federal (CEF), no Programa “Minha Casa Minha Vida”, um planejamento de metas para que em 1 (hum) quadriênio se possa edificar no mínimo 40.000 habitações na Região Serrana para realocar as habitações em área de risco, ou seja, alocar R\$ 2,4 bilhões por quadriênio, ou seja, R\$ 600 milhões por ano, fazendo gestão junto ao Poder Executivo Federal e ao Congresso Nacional para que o aludido programa integre as metas do PPA e sejam inclusas na LDO e LOA.

- c)** Fazer constar tais metas nos PPA's do Estado e dos 7 (sete) Municípios, e nas LDO's e LOA's.
- d)** Os referidos entes (Estado e Municípios) tem, também, o dever de fazer, em relação a proibição de edificar e remover as habitações edificadas nas calhas dos rios e nas suas margens inundáveis para tempos de recorrência de chuvas de 50 e 100 anos e por Lei Estadual/Municipal decretar todas as faixas inundáveis dos rios como áreas “non aedificandi”.
- e)** Promover a realocação/desapropriação/compra assistida, a curto prazo, para os imóveis que estiverem nas calhas dos rios ou que sejam inundáveis para uma seção de vazão com tempo de recorrência de chuvas calculado para 50 anos e realocação dos imóveis em áreas de encostas de riscos.
- f)** Fazer gestão junto a União para que se crie um “Centro Nacional de Prevenção de Catástrofe” com suas correspondências a nível estadual / municipal, para que todo o arsenal de ciência e tecnologia disponível e futuro fique a disposição do ser humano para prevenir, contingenciar ou mitigar os efeitos de outras catástrofe, estabelecendo-se, de fato, um sistema de Defesa Civil que envolva as 3 (três) esferas da Federação devidamente pactuada com a sociedade civil.

8 – AUDITORIAS, INVESTIGAÇÕES E RESPONSABILIZAÇÕES

8.1 – AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- a)** Auditar todos os contratos, anteriores e posteriores a catástrofe, da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria Ltda., com o município de Teresópolis.
- b)** Auditar todos os contratos da Vital Engenharia Ambiental S/A., anteriores e posteriores a catástrofe, com a município de Teresópolis.
- c)** Auditar os contratos da Terrapleno Terraplenagem e Construção Ltda. (Sinal), antes da catástrofe, com o município de Teresópolis.
- d)** Auditar todos os contratos que envolvam recursos do município de Teresópolis, pós catástrofe, onde são efetuados pagamentos por reconhecimento de dívida ou por Termo de Ajuste de Contas.
- e)** Auditar todos os contratos do Governo do Estado (SEOBRAS, SEASDH, SEMA, INEA, DER e EMOP) que envolvam os 7 (sete) municípios atingidos pela catástrofe, onde os pagamentos estão sendo efetuado por reconhecimento de dívida ou Termo de Ajuste de Contas.
- f)** Auditar todos os contratos dos municípios de Nova Friburgo e Petrópolis que foram objeto de dispensa de licitação e os que estão sendo ou foram pagos por reconhecimento de dívida ou por Termo de Ajuste de Contas.
- f1)** Em especial, em Nova Friburgo, os contratos da Terrapleno Terraplenagem e Construção Ltda. (Sinal) e da Vital Engenharia Ambiental S/A.

f2) Em especial, em Petrópolis, os contratos da LHN Serviços e Comércio Ltda., para prestação de serviços de manutenção, implantação de pontos de iluminação pública com rede existente e extensões, no valor de R\$ 4.947.790,61, que foi objeto de denúncias de irregularidade pelo Deputado Marcus Vinicius, visto que o contrato por dispensa de licitação não ter se restringido ao Vale do Cuiabá e ter se estendido por outras áreas da municipalidade.

g) Averiguar as responsabilidades dos agentes políticos e públicos do Estado e da Prefeitura de Petrópolis pelo radar meteorológico instalado na região não estar funcionando, principalmente, no verão da catástrofe (janeiro de 2011) e pela não alocação de recursos para sua manutenção.

8.2 – À CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

a) Auditar o destino das transferências, para atender os efeitos da catástrofe, de recursos da União ao Estado do Rio de Janeiro e aos 7 (sete) municípios atingidos pela catástrofe, inclusive recursos do Ministério da Saúde (SUS), Ministério da Integração Nacional (MIN) e do Ministério da Educação (MEC).

8.3 – AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

a) Auditar os contratos das Prefeituras de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis e do Estado do Rio de Janeiro com recursos da União, que foram objeto de dispensa de licitação, pagamento por reconhecimento de dívida ou por Termo de Ajuste de Contas.

b) Apurar as responsabilidades dos agentes políticos e públicos da União pelo não funcionamento do radar meteorológico instalado em Petrópolis, função da não alocação de recursos para sua manutenção.

c) Apurar o critério de repasse dos recursos do Ministério da Saúde definidos pela Portaria nº 18 de 13/01/2011 que “Estabelece recursos a serem disponibilizados ao Estado do Rio de Janeiro e municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis”, a fundo perdido, de cota parte do SUS que não guardou proporcionalidade com o tamanho da tragédia em cada município.

d) Apurar a aplicação dos recursos do Ministério da Saúde definidos pela Portaria nº 18 de 13/01/2011 que “Estabelece recursos a serem disponibilizados ao Estado do Rio de Janeiro e municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis”.

8.4 – AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE TERESÓPOLIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE TERESÓPOLIS

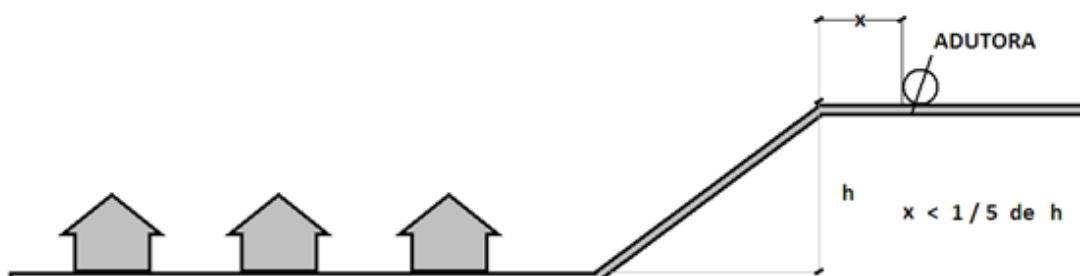
- a)** Investigar as possíveis relações criminosas do Sr. José Ricardo de Oliveira, dono da RW de Teresópolis Construtora e Consultoria Ltda. e dos Srs. Paulo Marchesini, ex-Secretário Municipal de Obras, José Alexandre de Almeida, ex-Secretário Municipal de Governo e de Planejamento e de Valério da Silva Medeiros, ex-chefe do Setor de Licitações, todos do município de Teresópolis.
- b)** Verificar a hipótese dos mesmos associados a terceiros, terem formado quadrilha, terem cometido improbidade administrativa, se agente público, ou crime de responsabilidade, se agente político, e crime de corrupção passiva ou concussão, conforme denúncias feitas nestes MPF e MPE e na presente CPI.
- c)** Verificar a possibilidade de ser devolvido aos cofres públicos o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que teria sido o total de propina pago pelo Sr. José Ricardo de Oliveira ao Srs. Paulo Marquesini, José Alexandre Almeida e Valério da Silva Medeiros, visto que os recursos teriam saído dos cofres públicos.
- d)** Verificar a participação de outros agentes políticos, públicos e privados em tal fato com práticas criminosas similares.

8.5 – AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

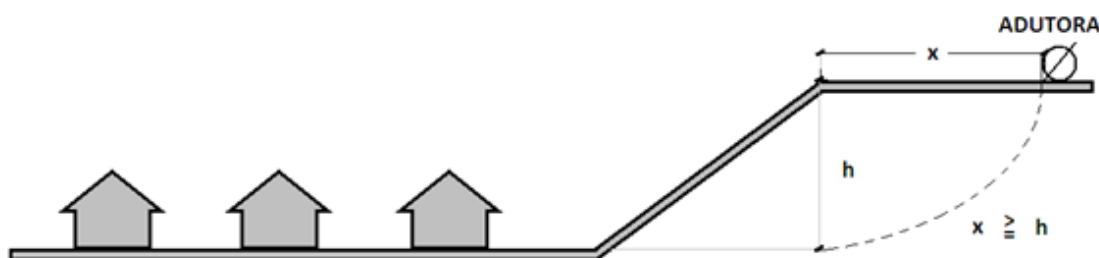
- a)** Investigar denúncias de malversação de recursos públicos do Estado e da municipalidade em Teresópolis e Nova Friburgo, função da fragilidade institucional dos aludidos municípios.
- b)** Em relação às habitações populares no bairro Fisher, em Teresópolis, investigar a responsabilidade dos Srs. Roberto Petto Gomes, Antonio de Pádua Gesualde dos Santos, e da empresa Norenge Engenharia Ltda. pelo caráter precário da referida obra, investigar a responsabilidade civil da empreiteira e a improbidade administrativa ou crime de responsabilidade dos senhores supra citados.
- c)** Em relação ao rompimento da adutora no bairro Duas Pedras, em Nova Friburgo, não foi possível a CPI definir responsabilidades à concessionária de serviço público de água e esgoto de Nova Friburgo – Águas de Nova Friburgo, pelo deslizamento com mortes na área à jusante a passagem da adutora que se rompeu. Pelas informações colhidas junto à concessionária e a empresa fornecedora de energia de Friburgo e pelo depoimento dos seus diretores à CPI, infere-se que quando a adutora partiu estava fora de carga pois a energia tinha sido cortada horas antes. Entretanto, se faz necessário, caso o MPE ache necessário, uma melhor averiguação, visto que o reservatório que abastece a região estaria parcialmente cheio e a água poderia ter descido por gravidade sem necessidade de bombeamento. Como medida preventiva sugere-se que o MPE possa propor um Termo de Ajuste de Conduta, que reposicione as

adutoras que estejam a montante de encostas de riscos, para que, em caso de rompimento, não contribuam para agravamento do deslizamento.

CASO "A" - NÃO RECOMENDÁVEL



CASO "B" - RECOMENDÁVEL



d) Imóvel licenciado e em construção situado na Rua Muqui, 141 – Vila Muqui, no município de Teresópolis com cortes instáveis.

Os taludes de corte do terreno e suas pretensas estabilizações nos parece totalmente inapropriada como solução de engenharia. Tal solução poderá colocar em risco o futuro edifício que ora está se edificando no local.

Faz-se necessário que o MPE intime a Prefeitura de Teresópolis e a construtora (incorporadora) para que apresentem estudos geotécnicos e de estabilidade dos taludes de corte que demonstrem tratar-se de solução segura sob pena de responsabilidade solidária da Prefeitura com a construtora em caso de futuro acidente.

e) Suposta falsificação do DOE-RJ, Parte IV – municipalidades, dias 16 e 23 de junho de 2009

Recebida denúncia em audiência pública realizada em Teresópolis, de ter havido publicações no DOE-RJ para acobertar licitações fraudulentas, solicita-se as devidas investigações.

f) Populismo – Diploma de Tempo de Posse ofertado pelos ex-prefeitos Mário Tricano e quiçá pelo Sr. Celso Dalmaso, em áreas de risco e também a realização de obras de abertura de logradouro.

A CPI recebeu do Sr. Mario Tricano, ex-prefeito de Teresópolis, no período de 1989-1992, cópia de “Diploma de Tempo de Posse”, sem valor legal, de terras em área de possível risco que caracterizaria o “Populismo Eleitoral” e o Crime de Responsabilidade do Agente Político (Anexo). Em depoimento a CPI a Promotora de Justiça de Teresópolis, Dra. Anaíza Helena Malhardes Miranda, informou que possui cópia de muitos outros “Diplomas de Tempo de Posse” expedido pelos Srs. Ex-Prefeitos Mário Tricano e Celso Dalmaso, como também, verificou obras feitas por terceiros, com interesses político-eleitorais, em áreas de risco, que vieram a escorregar. Registra, ainda, desabamentos de imóveis construídos irregularmente em talvegues na localidade do Espanhol, mesmo com alerta do MPE.

Trecho do depoimento da Dra. Promotora Anaíza, na CPI em 05/08/2011:

“Teresópolis começou a ter uma pressão social e urbanística a partir da década finalzinho da década de 70, início de 80. Já em 82 começamos a ter o aumento bem relevante das ocupações clandestinas, principalmente em áreas de encostas nessa mancha aqui urbana.

Há uma pressão muito grande das pessoas para continuarem morando nessa ilhazinha aqui, embora o município tenha esse tamanho imenso de terras para serem ocupadas.

Naquela época nós começamos a ter muitas casas que eram consideradas casas de direito, é posse. Na realidade, eram invasões que ocupavam área de reservas florestais de antigos loteamentos. Loteamentos e parcelamento do solo das décadas de 20, 30 e 40 que deixavam grandes áreas de florestas e eram exatamente essas áreas que as pessoas ocupavam.

*Havia uma pressão política também para que isso acontecesse. Temos relatos de pessoas da população, não oficiais, não declarados, relatos de rua, de que vários políticos incentivavam e inclusive auxiliavam, abrindo as ruas, ajudando com máquinas para o desmatamento. Há também o boato, não sei se é lenda urbana, ou não, de que haveria a doação do material de construção para essas pessoas e tivemos um aumento muito grande. Várias áreas foram favelizadas, áreas públicas, como é o caso da Quinta Lebrão e Fonte Santa, que é uma área que pertence ao INSS, que hoje abarca cinco mil moradias, mas também, grandes áreas particulares, como é o caso do Vale da Revolta, que pertence à família Rolas e várias outras áreas que eram reserva florestal, como é o caso do Corta Vento, o próprio Barroso, o Santa Cecília, o próprio Pimentel, que eram áreas de reserva de antigos loteamentos. A partir dessa pressão social identificamos o deferimento de **diploma de posse fornecidos pelo ex-prefeito Celso Dalmaso e Mário Tricano (GRIFO NOSSO)**. Nesse diploma de posse, que é um diploma mesmo, em que a prefeitura declara reconhecer a posse daquela área à pessoa fulana de tal, e embaixo, pequenininho, no diploma, vem escrito: “este documento não induz ao reconhecimento de posse”. Desdiz o que está declarado em letras garrafais. Esses documentos vinham atrelados a lançamentos, ex officio, de cadastro de IPTU.*

Então, essas pessoas passavam, essas moradias de posse passavam a recolher IPTU e aí, tínhamos um reconhecimento formal e tributário da própria administração pública municipal, com relação àquelas casas de invasão. Paralelamente a isso, independentemente da natureza jurídica do imóvel, começamos a ter asfaltamento, iluminação pública, galeria de água pluvial, até obra do estado fazendo extensão do fornecimento de água, o que aconteceu, por exemplo, na Coreia, que é uma ocupação dentro da APA, da Floresta do Jacarandá, e que teve que ser extraída dos limites atuais do Parque Estadual dos Três Picos e que houve obra do estado, inclusive, na gestão do governador Anthony Garotinho, para poder fornecer água para aquela população. Da mesma forma, a própria Quinta Lebrão, a Fonte Santa, o Jardim Meudon, que tem uma parte que é loteamento, e a parte de cima seria área de reserva.

*Essa situação foi o que verificamos dentro do Espanhol, no complexo Espanhol-Morro do Feu, onde temos 242 casas que deverão ser demolidas. Dessas 242 casas, temos três situações jurídicas diversas: temos casas ali que são propriedades legalizadas através de desmembramentos sucessivos, feitos dentro da prefeitura, e que possuem RGI e regular lançamento de IPTU; temos casas que configuram invasões de área florestadas – áreas de reservas mais acima das encostas e nos grotões, e que tiveram lançamento **ex officio de IPTU e fornecimento desses malditos diplomas – digo “malditos” porque isso engana a população (GRIFO NOSSO)**. Esses diplomas se configuram num engodo à população, que acha que tem um documento que, na realidade, não vale absolutamente de nada!*

*Temos na parte alta do Feu e do Espanhol, quase na vertente do topo, em cima das grotas, em cima inclusive de nascentes, outras ocupações **que foram abertas irregularmente e não possuem lançamento de IPTU, porém, possuem autorização do município para instalação de luz elétrica (GRIFO NOSSO)**. Essas casas superiores foram o ponto crucial no desabamento de todo o morro. Na realidade, eu queria mostrar uma imagem, mas eu não trouxe, do trabalho do DRM, exatamente na parte, nesse lado, olhando de frente para o Espanhol, fica exatamente nessa primeira descida, onde morreram quatro pessoas. Tínhamos, naquela área, uma rua clandestina, aberta em cima, com várias casas, que iam até o topo e que jogavam todas as suas águas servidas e todo o seu esgoto diretamente sobre o grotão, que servia em baixo dessa rua, que não tinha nenhum tipo de drenagem. **Era uma rua de terra, que foi aberta, dizem as pessoas lá, por um ex-vereador, que ele próprio dirigia a patrol, e abriu essa rua lá e as pessoas foram invadindo. Todas elas tinham relógio de luz. ” (GRIFO NOSSO)***

Afirma a Promotora, no seu depoimento, que a improbidade Administrativa cometida pelos ex-prefeitos pela emissão do “Diploma de Tempo de Posse” estaria prescrita, não duvidamos, mas o crime de responsabilidade / improbidade prescrito poderia, caso haja respaldo legal, conduzir o MPE a advertir os aludidos agentes políticos para que suas atuações de emitirem “Diplomas de Tempo de Posse” e da execução de “obras públicas em área de risco” são nefastas para a população.

Em nosso entender, ações como essa, somente serão freadas quando os autores vierem a responder por crime de responsabilidade / improbidade.

A SRA JANIRA ROCHA - Só uma perguntinha. Nos dois últimos governos do Mário Tricano, ele expediu também esses certificados?

A SRA ANAÍZA HELENA MALHARDES MIRANDA - Não. Não. Ele fez isso no primeiro. Se não me engano foi só no primeiro. Quando eu assumi a Promotoria, ele já não fazia mais. Porque senão, com certeza, eu o teria processado. Mas já havia prescrito a parte de improbidade administrativa, e eu não pude, realmente, tomar, porque a minha vontade era tomar providências, sim. Mas quando eu cheguei lá, a situação já estava montada e já havia prescrito, segundo a legislação. Já eram outros governos. Quando eu assumi, foi em 2001, então, essa situação já estava consolidada, eu não tive muito o que fazer. Mas de qualquer maneira, todas as vezes que alguém apresenta, eu tiro uma cópia desse certificado, eu tenho vários lá guardados, e várias dessas casas estão no processo do gabinete civil do estado. As assistentes sociais estão anexando esses documentos nos processos de indenização das casas. Porque as pessoas levam lá. Para a população é um documento eficaz; para a população aquilo ali vale: "não, estou aqui na terra porque quem me deu foi o prefeito, o prefeito me deu a terra, estou aqui legalmente". Esse é o engodo.

NOTA: item incluído por proposta do Presidente da CPI, Dep. Luiz Paulo, e aprovado pelo Plenário da Comissão.

9 – ENCAMINHAMENTO

O PRESENTE RELATÓRIO, APÓS APROVADO EM PLENÁRIO, DEVERÁ SER ENCAMINHADO:

- 1 – Ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;
- 2 – Aos Prefeitos dos 7 (sete) municípios atingidos pela catástrofe;
- 3 – Aos 7 (sete) Presidentes de Câmara de Vereadores dos municípios atingidos pela catástrofe;
- 4 – Ao Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro;
- 5 – Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- 6 – Ao Ministério Público Federal;
- 7 – Ao Tribunal de Contas da União;
- 8 – À Controladoria Geral da União;

10 - AGRADECIMENTOS:

1 – Aos Técnicos do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro, Srs.

Alexandre de Almeida Santos, Antonio Calil Neto e Jeane Porto

2 – À equipe de Apoio às Comissões, em especial ao Sr. Orlando de Souza Santos Junior e Sra. Tanizza Rocha Lacerda Cabral;

3 – A todos os funcionários da taquigrafia;

4 – A todos os funcionários da TV ALERJ;

5 – A todos os funcionários da Comunicação Social da ALERJ

6 – A toda equipe de áudio da ALERJ;

7 – E a todos que, de qualquer forma, tenham contribuído para o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

11 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO RELATOR

A vista do exposto, esta Relatoria sugere o seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2011

APROVA O RELATÓRIO FINAL E AS CONCLUSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS, OS FATOS, AS POSSÍVEIS OMISSÕES, NEGLIGÊNCIAS, IMPREVIDÊNCIAS E AVERIGUAR POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES DE AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E DE TERCEIROS, EM FACE DO DESASTRE OCORRIDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DAS FORTES CHUVAS QUE CAUSARAM INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO PERÍODO DE 11 E 12 DE JANEIRO DE 2011

Autor: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 09/2011

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados o Relatório Final e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 09/2011.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 2011.

(a) Deputado **NILTON SALOMÃO** - Relator

12 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO

A vista do exposto, esta Comissão reunida em 22 de agosto de 2011, propõe ao Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2011

APROVA O RELATÓRIO FINAL E AS CONCLUSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS, OS FATOS, AS POSSÍVEIS OMISSÕES, NEGLIGÊNCIAS, IMPREVIDÊNCIAS E AVERIGUAR POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES DE AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E DE TERCEIROS, EM FACE DO DESASTRE OCORRIDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DAS FORTES CHUVAS QUE CAUSARAM INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO PERÍODO DE 11 E 12 DE JANEIRO DE 2011

Autor: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 09/2011

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados o Relatório Final e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 09/2011.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 2011.

(a) Deputados **LUIZ PAULO** – Presidente, **SABINO** – Vice-Presidente, **NILTON SALOMÃO** – Relator, **ROGÉRIO CABRAL, MARCUS VINÍCIUS, CLARISSA GAROTINHO** e **BERNARDO ROSSI**, Membros Efetivos e Deputada **JANIRA ROCHA** – Membro Suplente.